

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ADA RÍZIA BARBOSA DE CARVALHO

**CADEIAS DE TENSÃO: REPERTÓRIOS DISCIPLINARES DE
FACÇÕES E DO *SISTEMA* EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO
ALAGOANAS**

Maceió
2021

ADA RÍZIA BARBOSA DE CARVALHO

**CADEIAS DE TENSÃO: REPERTÓRIOS DISCIPLINARES DE *FACÇÕES* E DO
SISTEMA EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO ALAGOANAS**

Dissertação apresentada ao Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal de
Alagoas como parte dos requisitos exigidos
para a obtenção do título de mestre em
sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rodrigues

Maceió
2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C331c Carvalho, Ada Rízia Barbosa de.
 Cadeias de tensão : repertórios disciplinares de facções e do sistema em unidades de internação alagoanas / Ada Rízia Barbosa de Carvalho. – 2021.
 206 f. : il. color.

 Orientador: Fernando Rodrigues.
 Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2021.

 Bibliografia: f. 198-206.

 1. Sistema socioeducativo - Facções - Alagoas. 2. Repertórios disciplinares.
 I. Título.

CDU: 316.48:343.815(813.5)

**CADEIAS DE TENSÃO: REPERTÓRIOS DISCIPLINARES DE *FACÇÕES* E
DO SISTEMA EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO ALAGOANAS**

Texto apresentado como parte dos requisitos à obtenção do título de mestre em sociologia
no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.
Linha de pesquisa: conflito, poder e meio ambiente

COMISSÃO JULGADORA:



Prof. Dr. Fernando Rodrigues
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFAL
Presidente / Orientador

Prof. Dr. João Bittencourt
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFAL
Examinador Interno

Profa. Dra. Vera Telles
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – USP
Examinador Externo

Prof. Dr. Gabriel Feltran
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFSCar
Examinador Externo

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Segundo ficou registrado no livro Eclesiastes, Salomão certa vez disse que é melhor ter companhia do que estar sozinho, porque, no fim das contas, os resultados acabam sendo melhores, e quando se encontra alguma dificuldade há quem lhe ajude. Esta dissertação é um bom exemplo. Considero-a como o resultado de um trabalho que é feito em companhia, longe da solidão acadêmica que se costuma falar. Em alguns momentos, era até difícil saber onde minhas ideias terminavam e onde começavam os diálogos com as companhias de caminhada, de longe e de perto. É justamente por isso que se torna arriscado agradecer, afinal, seria leviano nomear uns e esquecer outros. Mas vamos aos nomes, pois eles são tão importantes que vale o risco.

Gratidão a Deus, na certeza de que toda boa dádiva, inclusive as boas companhias feitas no percurso, são dom seu. Gratidão aos meus pais, que tornaram possível o privilégio que é estudar em nosso país. Gratidão ao meu companheiro de vida, Carloman, pelo incentivo e escuta, às vezes ininterrupta e incansável.

Gratidão ao professor Fernando, que certamente faz o que está para além da orientação apenas. Com ele tenho aprendido a ter um olhar criativo, leve, até divertido e, sobretudo, humano para as pessoas com quem nos deparamos na caminhada de fazer pesquisa. Gratidão pelo incentivo, mesmo diante de meus passos vacilantes e inseguros, o que foi essencial para que este trabalho se desenvolvesse.

Gratidão aos queridos companheiros do Gruppaaes, por tantas trocas e aprendizados coletivos, com tantas ideias e textos trocados. Um agradecimento especial para Alana, Adson e Rangel, que estiveram tão perto nos últimos dois anos. É realmente motivo de muita satisfação ter a companhia de vocês, ainda mais porque nossas pequenas alegrias do processo são multiplicadas.

Gratidão a meus interlocutores, adolescentes, educadores/as, monitores/as, coordenadores/as, psicólogos/as, assistentes sociais, superintendente... Embora não me permita expor seus nomes aqui, não poderia deixar de demonstrar gratidão pelos aprendizados que me proporcionaram, e pela generosidade em me deixar ser uma intrusa em seus cotidianos. Gratidão porque me constrangeram e desestabilizaram, tirando-me de meu ensimesmamento ao me permitir conhecer um pouco de suas vidas e ideias.

Gratidão aos colegas de turma, pela convivência presencial e à distância, nos acompanhando e incentivando mesmo de longe, quando a pandemia nos atingiu. Gratidão à

querida Edna, muito mais do que “assistente administrativo” de nosso programa. Gratidão por sua paciência, às vezes quase sem fim, e também por nos chacoalhar quando preciso. Gratidão por sua humanidade.

Gratidão ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, aos professores que me acompanharam no processo, nas idas, vindas e reviravoltas desta pesquisa. Um agradecimento especial aos professores Wendell Assis e Marina Melo, que muito contribuíram nas reelaborações de meu projeto de pesquisa, e aos professores João Bittencourt e Anabelle Lages, pela paciência na leitura de meus textos confusos e intermináveis em nossos seminários discentes, pelos diálogos honestos e certos.

Gratidão, também, aos professores que compuseram minhas bancas de qualificação e defesa. Professores João Bittencourt, Vera Telles e Gabriel Feltran. Gratidão pelas valiosas contribuições, pela possibilidade do diálogo.

Gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelos dois anos de financiamento desta pesquisa, o que me permitiu ter estabilidade e tranquilidade ao longo desses meses.

(...) o trabalho profissional mundano aparece como expressão exterior do amor ao próximo.
Max Weber

RESUMO

Este trabalho se debruça sobre os tensionamentos entre repertórios disciplinares em unidades de internação alagoanas, mobilizados tanto nas dinâmicas institucionais, por parte de funcionários, quanto nas enunciações, performances e sentidos de pertencimento de adolescentes internados aos símbolos expressos pelas siglas PCC e CV. Trata-se do resultado de uma pesquisa de orientação etnográfica. Para tanto, lança-se mão de diálogos estabelecidos com adolescentes e funcionários no sistema socioeducativo alagoano, visando abarcar ambas as perspectivas e diferenciá-las. Além disso, também são analisados documentos – prontuários institucionais – produzidos por funcionários em um período entre 2004 a 2016. Entende-se, por meio de uma perspectiva figuracional, de inspiração eliasiana, que as interações entre adolescentes e funcionários – que se interligam por meio das mais variadas posições nas unidades de internação e por seus entrelaçamentos com os mundos das periferias urbanas – tornam possível compreender as dinâmicas de constrangimentos e pressões, de agências e tomadas de posição, que se evidenciam tanto em repertórios disciplinares quanto em enfrentamentos contra estes. Argumenta-se que suas posições e ações só podem ser compreendidas nas interdependências, nas pressões mútuas de uns sobre outros. No *sistema*, os repertórios institucionais e das *facções* são inseparáveis, se reproduzem e retroalimentam.

Palavras-chave: sistema socioeducativo, repertórios disciplinares, facções, estado.

ABSTRACT

This paper deals with the tensions between disciplinary repertoires in Alagoas detention unities, mobilized in the institutional dynamics, by employees, and in the enunciations, performances and senses of belonging of young inmates to the symbols expressed by the abbreviations PCC and CV. This is the result of an ethnographic research. For this purpose, the dialogues established with adolescents and employees in the socio-educational system of Alagoas are used, aiming to embrace both perspectives and differentiate them. In addition, documents – institutional records – produced by employees in a period between 2004 and 2016 are also analysed. It is understood, through a figurative perspective of Eliasian inspiration, that the interactions between adolescents and employees – that are interconnected through the most varied positions in the detention unities and through their interlacing with the worlds of urban peripheries – make possible the mobilization constraints and pressures, of agencies and positions taken, which are evident both in disciplinary repertoires and in confrontations with them. It is argued that their positions and actions can only be understood in the interdependencies, in the mutual pressures of one another. In the system, institutional and criminal repertoires are inseparable, reproduce and feed back each other.

Keywords: socio-educational system, disciplinary repertoires, gangs, state.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1:	Organograma – Possíveis percursos.....	54
Imagem 2:	Paredes da UM01, agosto de 2017, arquivo pessoal.....	134
Imagem 3:	Paredes da UM01, agosto de 2017, arquivo pessoal.....	135
Imagem 4:	Paredes da UM01, agosto de 2017, arquivo pessoal.....	136
Imagem 5:	Paredes da UM01, agosto de 2017, arquivo pessoa.....	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAD	Comissão Avaliativa Disciplinar
CV, 2	Comando Vermelho
DEAC	Delegacia Especial da Criança e do Adolescente
DER	Departamento de Estradas e Rodagens/ Complexo de Unidades de Internação
PCC, 15, 1533, Partido	Primeiro Comando da Capital
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SEPAZ	Secretaria de Estado da Paz
SEPREV	Secretaria de Estado de Prevenção à Violência
SUMESE	Superintendência de Medidas Socioeducativas
VIJ	Vara da Infância e da Juventude
MP/AL	Ministério Público do Estado de Alagoas
UF01	Unidade de Internação Feminina 01
UM01	Unidade de Internação Masculina para Menores 01
UM02	Unidade de Internação Masculina para Menores 02
UMJ02	Unidade de Internação Masculina para Jovens 02
UMJ03	Unidade de Internação Masculina para Jovens 03
UMJ04	Unidade de Internação Masculina para Jovens 04
USC	Unidade de Internação Masculina dos Sem Convívio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: CAMINHADAS, REVIRAVOLTAS E RISCOS NO SISTEMA -----	1
i. De fora para dentro e de dentro para fora -----	7
ii. Quando a caminhada da pesquisadora se encontra com outras caminhadas no sistema -----	17
iii. A caminhada teórico-metodológica -----	26
iv. Controles e descontroles: os “riscos” da caminhada -----	32
CAPÍTULO 1. TODO SOCIOEDUCANDO TEM O DEVER DE RESPEITAR AS NORMAS ESTABELECIDAS: REPERTÓRIOS DISCIPLINARES DOS FUNCIONÁRIOS -----	42
1.1 ETNOGRAFIA E FONTES DOCUMENTAIS: VESTÍGIOS DAS BALANÇAS DE PODER ENTRE FUNCIONÁRIOS E ADOLESCENTES NO SISTEMA-----	46
A. O prontuário de Jorge: aproximações e distanciamentos entre <i>casos</i> pelo sistema--	51
a. Os caminhos da incriminação-----	55
b. As camadas interpretativas e avaliativas sobre Jorge: depois da sentença, vêm as avaliações-----	58
c. As negociações (desiguais) entre <i>adolescentes</i> e funcionários: controles, desconfianças e <i>(in)submissões às normas</i> -----	67
d. Os CADs e os <i>atos de indisciplina</i> -----	72
B. O caso de Ruth: alguns aspectos dos prontuários de <i>socioeducandas</i> -----	81
a. <i>Porta de entrada</i> : as versões de Ruth-----	82
b. Relatos de <i>indisciplina</i> e dinâmicas de vigilância-----	85
c. Controle, <i>insubordinação</i> e <i>atos libidinosos</i> -----	87
d. <i>Agressões, relacionamentos afetivos e disputas por poder</i> -----	92
e. <i>Grupos de risco</i> -----	95
1.2 AS COMPREENSÕES POSSÍVEIS A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DOS ADOLESCENTES E OS PRÓXIMOS <i>CORRES</i> -----	95
CAPÍTULO 2. ANTES ERA TUDO JUNTO E MISTURADO: GUERRA ENTRE FACÇÕES E RECONFIGURAÇÕES NO SISTEMA -----	99
2.1 O <i>TEMPO DE FIRMA</i> E A <i>GUERRA</i> : MUDANÇAS NOS SENSOS DE IDENTIFICAÇÃO ENTRE ADOLESCENTES-----	102
2.2 A <i>REVOLUÇÃO DO CRIME</i> : RECONFIGURAÇÕES E NOVAS DISPOSIÇÕES NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO-----	108
2.3 ALGUMAS RESSALVAS-----	120
CAPÍTULO 3. NÓS NÃO SOMOS PARTE DE UM CLUBE, NÓS SOMOS INTEGRANTES DE UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: DISPOSIÇÕES PARA PRESSIONAR, INTERFERIR E NEGOCIAR -----	125
3.1 QUANDO O <i>ESTADO VIRA O INIMIGO NÚMERO 1</i> -----	132
3.2 RETRATOS DAS MARCAS-----	134
3.3 “VIVER É DEVER”-----	139
CAPÍTULO 4. QUEM TÁ NO MEIO SABE O QUE É CERTO E O QUE É ERRADO: ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE A DISCIPLINA -----	145

4.1 O QUE É O CERTO E O QUE É O ERRADO? -----	149
4.2 CORRER COM O CERTO É TER <i>ATITUDE</i> -----	153
4.3 <i>CORRER COM O CERTO</i> É NÃO FAZER <i>COISA DE LOMBA-ERRADA</i> -----	158
4.4 O <i>CERTO</i> É RESOLVER AS <i>TRETAS PELA PAZ</i> -----	162
4.5 <i>CORRER COM O CERTO</i> É <i>GUERRA</i> CONTRA ELES E <i>PAZ</i> ENTRE <i>NÓIS</i> ----	165
CAPÍTULO 5. A <i>DISCIPLINA É NÓIS</i>: REPERTÓRIOS DISCIPLINARES DAS <i>FACÇÕES</i> E A <i>GUERRA</i> NAS <i>DOBRAS DO SISTEMA</i> -----	172
5.1: A TERRITORIALIZAÇÃO DA <i>GUERRA</i> NO <i>SISTEMA</i> E O MANEJO DA VIOLÊNCIA-----	178
5.2: AS POROSAS PAREDES E MUROS DO <i>SISTEMA</i> -----	185
CONCLUSÃO: OS PRÓXIMOS PASSOS DA CAMINHADA -----	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	198

INTRODUÇÃO: CAMINHADAS, REVIRAVOLTAS E RISCOS NO SISTEMA

Os modelos e os resultados das pesquisas de configurações fazem parte de um processo, de um campo crescente de investigação, à luz de cujo desenvolvimento estão eles mesmos sujeitos a revisões, críticas e aperfeiçoamentos, fruto de novas investigações. (ELIAS, 2000)

Maceió, 26 de maio de 2015, nove horas da manhã. Minha entrada em campo – literal, mas também metaforicamente – se deu por uma ruela de barro, sinuosa, estreita e esburacada, que percorri no banco de passageiro do sedan de meia-idade dirigido por meu orientador. Finda a rua, contornada de casinhas de tijolos vermelhos e roupas penduradas nas grades das portas, chegamos diante de um muro alto, apontando uma edificação destoante de todo o entorno. Avistei um portão de metal, enorme e azul. Estava fechado. Lá se localizava o DER, apelido dado ao complexo – mais justo seria uma aglomeração – de unidades de internação masculinas improvisadas. O apelido tinha um motivo óbvio: o terreno fora cedido pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER). O lugar parecia cumprir a função de omitir, em péssimas condições, diga-se de passagem, aqueles que, para setores da sociedade alagoana, eram vistos como indesejáveis e matáveis.

Em meu primeiro dia de campo, como aconteceu muitas vezes durante o ano em que ali fizemos pesquisa, não fomos autorizados a entrar para realizar entrevistas com *adolescentes*¹. Nessa ocasião em especial, nos dirigimos dali ao prédio onde se localizava a Superintendência responsável pelas unidades de internação, algo em torno de quatro quilômetros de distância. Lá, tivemos uma breve conversa com um dos funcionários que ocupava um cargo de gestão que me era alheio. A desconfiança em autorizar nossa entrada por parte dos monitores² de plantão se deveu ao fato de ter havido mudanças na gestão da Superintendência dias antes.

Depois daquela conversa, pudemos realizar, na semana seguinte, entrevistas. No entanto, a dificuldade em entrar no DER persistiu por um bom tempo, mais ou menos uns dois meses e meio. As nuances que envolviam essas dificuldades não foram compreendidas por mim

¹ Como Lyra (2013, p. 91) chama atenção, “a adolescência como um estado de transição, um ‘vir a ser’, não é uma condição natural do ser humano, mas tão somente uma construção social”. Sem perder de vista essa ponderação, insisto no uso da palavra *adolescente* para me referir aos garotos e garotas com quem pude dialogar porque é como eles se referem a si mesmos, bem como são referidos pelos funcionários no *sistema*.

² Os monitores são os responsáveis pela manutenção da segurança nas unidades de internação. Revezam-se em turnos, sendo os funcionários que passam a maior tempo com os *adolescentes*. Contratados sob um regime terceirizado, não têm um modelo para a atuação, de forma que há monitores que atuam sob uma perspectiva de educador social, bem como há monitores que atuam sob uma perspectiva de agente penitenciário (CARVALHO, 2018).

de forma clara naquele momento. Na verdade, mais se assemelhavam a um quebra-cabeça desmontado e faltando peças. Até hoje estou a montar.

Na semana seguinte, retornando ao DER no dia em que pela primeira vez colaboraria nas entrevistas de *adolescentes*, muitas coisas chamaram minha atenção. Para mim, tudo parecia inusitado. Primeiro porque nunca havia estado em uma instituição de encarceramento. Pouco fazia ideia do que iria encontrar. Também porque minha trajetória por colégios privados de Maceió, que era o mais próximo que já havia estado de algo que se relacionasse à socioeducação, muito se distanciava do que encontrei em campo. A percepção do imprevisto foi o que mais chamou a minha atenção ali. Vale ressaltar que, àquela altura, dava os primeiros passos em minha caminhada de pesquisa, e também na graduação em Ciências Sociais.

Em frente a uma sala de aula, já dentro do complexo, eu e meu orientador aguardávamos que um dos monitores nos “trouxesse” o garoto que seria entrevistado – eram os monitores que mediavam, ou não, nosso encontro com os *adolescentes*. Logo a nossa frente, ficava um terreno de terra batida e, do outro lado, uma fileira de *celas*³ de teto baixo e paredes gastas. Ouvi, então, uma conversa aos gritos entre dois garotos de *celas* diferentes. Em um dado momento, um gritou para o outro: *O monitor disse que eu ia tocar fogo nele!* A fala tinha um tom de provocação. Como o outro não entendeu, o *adolescente* repetiu a frase, gritando, mais duas ou três vezes, *O monitor disse que eu ia tocar fogo nele!*, e depois riu.

Lembro que fiquei esperando algum tipo de reação por parte dos monitores, que, aparentemente – ou pelo menos enquanto estávamos ali –, fingiram não ouvir. Observando com mais atenção o interior da sala onde faríamos entrevista, vi em um local da parede o desenho de um boneco com um cigarro na boca. Pela altura em que o desenho se encontrava, não conseguia imaginar como alguém pôde fazê-lo sem ter sido notado. Em um cartaz de colagem,

³ Considero importante fazer duas ponderações. A primeira é que, a princípio, estou usando o termo *cela* consciente de que, de acordo com a legislação para *adolescentes* cumprindo medida socioeducativa, eles não ficam em *celas*, que remetem ao sistema prisional. Utilizo a palavra por se tratar de um termo nativo, especificamente no DER, utilizado pelos *adolescentes*. Além disso, em minha perspectiva, eles ficavam de fato em *celas* (ambientes muito pequenos, com pouca iluminação e gradeados na porta e nas janelinhas altas), no sentido em que associamos às situações de prisões no Brasil afora, acessadas em documentários e reportagens veiculados por diferentes mídias. Mais na frente, com as reformas estruturais pelas quais as unidades de internação passaram, não vi mais *adolescentes* se referindo aos *alojamentos*, termo então adotado, como *celas*. No entanto, as referências ao sistema prisional persistiram. Em certa ocasião, ao me referir ao momento em que estavam como internação, um garoto me corrigiu: *Internada não, fale que cê tá na internação não, (...) cê tá na cadeia. Eles falam pá você que é internação, né?* A outra ponderação é a seguinte: Ao longo do texto, optei por demarcar as falas, expressões e termos nativos com o uso do *italico*, visando chamar atenção e lançar luz sobre aquilo que são as perspectivas, as opiniões e as narrativas usadas por meus interlocutores, *adolescentes* e funcionários. Esses termos virão costurados à escrita deste texto, de modo a fazer parte das interpretações e análises que proponho, partindo do diálogo com meus interlocutores.

possivelmente de alguma atividade pedagógica, havia o desenho de uma folha de maconha. Por todos os lados havia marcas deixadas pelos *adolescentes*, “denunciando” que minha ideia inicial sobre um “controle absoluto por parte do Estado” não condizia com o que eu via, semana após semana, nas unidades de internação por onde passava.

Naquele mesmo ano de 2015, outras tantas situações foram me dando pistas sobre as experiências e contornos das unidades de internação, embora ainda fossem mais suspeitas a ser elaboradas do que algo claramente inteligível. Lembro-me de que por alguns meses, antes de haver uma nova mudança na Superintendência, os *adolescentes* usavam uma farda de cor vermelha. Eles eram proibidos de usar as roupas do *mundão*, de exibir suas bermudas estilosas da marca Cyclone, por exemplo, e suas camisetas estilizadas. Assim, na farda monótona, demonstração do controle e da disciplina da instituição, que parecia querer plasmar suas individualidades, eles faziam desenhos elaborados, estampando as blusas lisas, iguais para todos, numa espécie de resistência à padronização, resistência das individualidades estéticas. Lembro-me, por exemplo, do símbolo da marca alemã Adidas que vi certa vez desenhado na farda de um garoto, demarcando a distinção e o status que eles almejavam, apesar do controle institucional.

Lembro-me, também, das *celas* do DER, onde os *adolescentes* permaneciam por longos períodos sem sair. Eram muitos garotos internados para uma ínfima quantidade de monitores de plantão. Assim, a gestão disciplinar de suas vidas era profundamente perpassada pelo estar trancafiados durante quase todo o dia, todos os dias. No entanto, por intransponíveis que as portas de ferro que os trancava pudessem parecer, ao redor de algumas delas, nas paredes dos alojamentos, era possível ver os reforços improvisados, feitos com blocos de cimento. Eles também eram indícios das resistências dos *adolescentes*, que, de alguma forma, buscavam meios de fuga, de romper o isolamento e o controle de seus corpos encarcerados. As paredes das *celas* mais pareciam feitas aos retalhos, em resistências e contra-resistências, ofensivas e contra-ofensivas.

Tais cenas nem sempre chamaram minha atenção pelos mesmos motivos, ou nem sempre como um interesse propriamente de pesquisa. Mas é certo que os incômodos e as problematizações que me provocavam me trouxeram às questões que ora persigo. Ao longo da escrita deste trabalho, o fio condutor que está a me orientar é a busca por compreender, nas unidades de internação alagoanas, os tensionamentos relativos aos repertórios disciplinares mobilizados tanto nas dinâmicas institucionais, como nas enunciações, performances e sentidos de pertencimento de *adolescentes* aos símbolos expressos pelas siglas PCC e CV.

Estou pensando que os encontros, as interações entre *adolescentes* e funcionários – que se interligam por meio das mais variadas entradas e caminhadas⁴ pelo sistema socioeducativo e pelas suas interligações com os mundos das periferias urbanas, o *mundão* – tornam possível a mobilização de controles, constrangimentos e pressões, o que tenho entendido como repertórios disciplinares, expressos enquanto discurso e agência. Ou seja, esses repertórios só podem ser compreendidos relacionalmente, como resultado das interdependências entre *adolescentes* e funcionários em suas caminhadas. Assimilando parte da noção usada por meus interlocutores, estou pensando em caminhada como trajetória. Interessam-me seus passos, ou os *corres*, e os meus também, iluminando o processo de construção do problema que me proponho a responder.

Partindo dessa compreensão, apresento dois planos de análise na escrita deste trabalho, duas perspectivas, de *adolescentes* e funcionários, pelas quais posso observar o Sistema Socioeducativo. Muitas vezes, os *adolescentes* se referem ao *sistema*, como eles abreviam, como algo exterior – um lugar, um prédio, as *celas*, a *cadeia*. *Eu tô aqui, tirando cadeia*, eles dizem. Também já ouvi uma funcionária, a psicóloga Valentina⁵, se referir ao *sistema* como uma instância, quase imanente, como um ser, que se move, com vontades, que pune e disciplina: *E, ali, o sistema, ele, nesse sentido, ele não subverte a lógica que eles [adolescentes] vivem, mas ele reproduz, exatamente, aquilo que eles vivem fora dali*. Em outra ocasião, vi riscado na parede da sala de aula de uma unidade de internação masculina – os *adolescentes* ali internos eram ligados ao PCC –, que o *sistema* pode ser uma *máquina opressora*, ou *Estado*.

Ao usar a palavra *sistema*, estou pensando-a como uma síntese analítica de tais interpretações, como um alinhar de linhas de vida e de repertórios disciplinares de *adolescentes* e funcionários. Isto porque estudar os indivíduos como elementos isolados implicaria em dizer que as figurações que eles compõem entre si derivam do que são sem elas, mas, ao me inserir no interior das unidades de internação, nas interações entre *adolescentes* e funcionários, é justamente o contrário que observo. *Adolescentes* – os *socioeducandos*, ou

⁴ A *caminhada*, no sentido atribuído pelos *adolescentes* no crime, é a *história de uma pessoa, é a sua trajetória, é a mesma coisa que fundamento, você estuda, faz as suas coisas, essa é a sua caminhada*. Foram essas as explicações que me deram os garotos de UMJ02 e as garotas da UF01, que ainda serão apresentados ao longo deste texto, nas Rodas de Conversa que com eles realizei entre 2019 e 2020. Ao mesmo tempo que aponta para os passos que foram dados no passado, o percurso que se percorreu, a *caminhada* pode ser, também, *pelo certo* ou *pelo errado*, pode ser uma *caminhada bonita* ou uma *caminhada toda troncha*, ou seja, tem uma conotação moral, de modo que um *adolescente* está sempre atento aos passos do outro, para garantir que seu *proceder* está pelo certo.

⁵ Considerando todas as pressões e constrangimentos aos quais meus interlocutores estão sujeitos, tanto *adolescentes* como funcionários, e visando o resguardo de suas identidades, como compromisso ético assumido com eles, os nomes aqui mencionados são fictícios, criados por mim. Também não utilizo nomes de lugares, nem forneço datas de forma específica, visando dificultar a identificação das pessoas aqui mencionadas. São fornecidas, tão somente, as informações que contribuam para a análise que proponho.

bandidos – e funcionários – o *Estado* – só são o que são em virtude da posição que ocupam em relação ao outro, e só podem agir como agem por meio das interdependências que os enovelam (ELIAS, 2000).

É justamente esse o aspecto central da argumentação que apresento, pois não é possível compreender as engrenagens do *sistema* a partir de uma abordagem puramente institucional. Embora em desvantagem na balança de poder, os *adolescentes* estão disputando, constringendo, tensionando a todo tempo aquela figuração, seja por *abalos*⁶, fugas, gritos, ameaças, provocações, agressões físicas, denúncias ao Ministério Público ou à Vara da Infância, e por aí vai... Os corpos encarcerados não estão completamente limitados e assujeitados ao encarceramento e aos controles institucionais, pois o que percebo é o desenvolvimento de diferentes esforços de adaptação e contestação, produzindo diferentes sistemas sociais, responsivos às dores do aprisionamento (HATHAZY, 2015, p. 14). Os *adolescentes*, inclusive, exercem controle e constringimento nas relações entre si, apropriando-se e manipulando as regras institucionais, mobilizadas por funcionários, para fazer valer sua *disciplina*⁷, a *disciplina* das *facções*. Ainda que pareçam antagônicos, de alguma forma, os repertórios disciplinares mobilizados por *adolescentes* e funcionários se retroalimentam.

Em outras palavras, os papéis, as ações e interações entre indivíduos que compõem a aquela figuração (pesquisadora, monitor, educador, *adolescentes*, *lomba-errada*⁸, líder de *cela*, *representante*, *disciplina* etc.) são acessados por meio das relações de interdependências que conformam o *sistema*. Justamente por isso, “o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes” (ELIAS, 2000, p. 184). Se eu me concentro, no decorrer da escrita, em um componente da figuração por vez, é porque desenhá-la parece ser possível apenas pela aproximação de um conjunto de relações e pessoas específicas. Recorro a um distanciamento intelectual para fazer visível uma figuração entre pessoas.

⁶ Abalos são agitações praticadas pelos *adolescentes* nas unidades de internação. Entre outras demonstrações, os *adolescentes* batem nas paredes e nas portas dos alojamentos, provocando barulho como se a estrutura da unidade estivesse sendo abalada, por isso o nome. Além disso, os *abalos* podem resultar em fugas.

⁷ Embora sempre resistentes a dar maiores explicações, os *adolescentes* com quem dialoguei, que enunciavam vínculos com o PCC, explicaram *disciplina* são as regras do que se pode e deve fazer e, principalmente, do que não se deve fazer, como *talaricar*, *cabuetar*, e *ratear*, que são *dar em cima* da namorada de um companheiro, delatar e roubar um companheiro, respectivamente.

⁸ Alcinha utilizada para identificar *talaricos* (aqueles que *dão em cima* da mulher do outro), *viados* e *estupradores* (RODRIGUES, 2020). Com o aumento da *perda de convívio* decorrente de rompimentos com as *facções*, outros *adolescentes*, que inicialmente não se encaixariam na categorização de *lomba errada*, passaram a ser internados nessas unidades. Tratarei sobre essa questão no Capítulo 2.

Assim, começo recorrendo à perspectiva dos funcionários primordialmente. Suas narrativas, a forma como enxergam os *adolescentes*, as pressões e constrangimentos que exercem sobre suas trajetórias, para, então, começar a lançar luz sobre como os *adolescentes* respondem a essas pressões e constrangimentos. Estão a me guiar as seguintes questões: De que maneira os agentes do estado, os funcionários, vêm exercendo pressão e controle disciplinar sobre os *adolescentes*? Quais são as formas de organização e de resposta a essas pressões e controles por parte dos *adolescentes*? Quais funções passam a cumprir os sentidos de fidelidade às *facções* no contexto das unidades de internação? Como a *disciplina* faccional pode estar sendo útil à gestão institucional das unidades de internação? De que maneira os símbolos faccionais se tornaram os meios pelos quais *adolescentes* passaram a enunciar as respostas aos controles e constrangimentos que incidem sobre seus corpos?

Posteriormente, privilegio outro componente da figuração, uma outra perspectiva pela qual observo o *sistema*. Se comecei dando ênfase a perspectiva dos funcionários e as respostas dos *adolescentes* à gestão institucional de suas vidas, finalizo com os *adolescentes* em cena, concentrando-me sobre a forma como passaram a se organizar e a se relacionar, a exercer pressões naquela figuração, a partir, principalmente, de seus vínculos ou desvínculos com *facções*. Privilegio as relações dos *adolescentes* entre si. Minha intenção é responder as seguintes questões: Como ocorrem, entre os *adolescentes*, as regulações e controles de suas posições, hábitos e comportamentos? Como essas regulações e controles se relacionam a suas vinculações ou desvinculações a *facções*? Quais são seus pontos de vista sobre o *correr com o certo/errado* a partir das novas referências morais articuladas por vínculos faccionais? Essas perguntas se inserem no contexto de enunciação das *facções*, sobretudo a partir do rompimento da aliança PCC-CV em 2016. Tenho entendido que, desde então, as *facções* se constituem como referências para a mobilização de repertórios autogoverno entre os *adolescentes*, fornecendo diretrizes normativas, legitimadas entre eles, para se relacionar com funcionários e entre si.

Como parte do delinear deste trabalho, para trazer sentido ao que ora apresento como questões que irão conduzi-lo, contextualizo a seguir o *sistema* – de fora para dentro e de dentro para fora – e, em seguida, minha *caminhada*, ou seja, minha trajetória pelo campo, elucidando as posições que ocupei em relação a interlocutores e atores do sistema socioeducativo em diferentes momentos, pois foram justamente essas posições por mim ocupadas que desempenharam um papel importante naquilo que pude presenciar e vivenciar, bem como nas práticas e disposições favorecidas na realização desta “empreitada” (BOURDIEU, 2001). Parto da ideia de que a pesquisa científica pode ser entendida como um processo, como uma

caminhada, e em uma etnografia relacional são as conexões as associações e as interdependências que importam (DESMOND, 2014).

i. De fora para dentro e de dentro para fora

Fábio Mallart (2011), há cerca de uma década, em sua etnografia sobre as “Cadeias Dominadas” da Fundação Casa em São Paulo, tratou das relações entre adolescentes e funcionários, que, unidos por laços de interdependências, estavam submetidos a uma série de constrangimentos em suas circulações por instituições de encarceramento. Naquele contexto, o controle do Primeiro Comando da Capital sobre diversos espaços urbanos de São Paulo, incluindo a Fundação Casa, começava a ser notado, marcando, junto a um conjunto de outras pesquisas, uma nova era das investigações sobre adolescentes e marginalidade urbana no Brasil.

Entre suas preocupações estava demonstrar como *adolescentes* e agentes institucionais depositavam o máximo de suas forças em lutas incessantes, empregando estratégias variadas pelo domínio das *cadeias*. É interessante pensar junto a Mallart que as instituições sobre as quais nos debruçamos, em espaços-tempo diferentes, não podem ser compreendidas como um objeto estático, mas justamente como um processo em mutabilidade constante, de acordo com a forma das relações entre aqueles que compõem as figurações, em contextos específicos, movendo-se para todos os lados.

Há, no entanto, ponderações que precisam ser feitas. Nas unidades da Fundação Casa, Mallart nos apresenta três figurações possíveis: “unidades na mão dos funça” (funcionários), “unidades meio a meio” e “unidades dominadas”, ou seja, em que “os adolescentes orientam as suas ações de acordo com as diretrizes do *Comando*, esforçando-se para manter tais espaços de internação no mesmo *ritmo* das unidades prisionais e dos territórios urbanos que encontram-se sob domínio do *Partido*” (p. 175). A existência de “cadeias dominadas” era um fato reconhecido, ainda que de maneira incômoda, pelos próprios “funça” da Fundação Casa, o que não implicava em dizer que não houvesse tensões e disputas entre os agentes institucionais e os *adolescentes* ali internados, afinal, o equilíbrio de poder é sempre mutável.

Pensando comparativamente, chamo atenção para como as cadeias de força e tensão no caso alagoano se configuram de maneira distinta do caso paulista descrito por Mallart, o que me possibilita recolocar parte de suas questões uma década depois e em Alagoas, chamando

atenção para as especificidades do *sistema*, no contexto em que me encontro. As figurações “unidades dos funça”, “meio a meio” e as “unidades dominadas” são bastante diferentes do que observo nas unidades de internação por onde estive. Num esforço de aproximação, talvez existam apenas as “unidades dos funça”, talvez “meio a meio”, embora a *disciplina* das *facções* (PCC e CV) e dos *neutros*⁹ se faça perceber nas disputas dos *adolescentes* entre si e com os funcionários, o que possibilita o desenvolvimento de figurações outras.

Outra relevante pesquisa sobre a mesma temática é a de Diogo Lyra (2013), que, também há pouco mais de uma década, travou interlocução com os “garotos armados do morro”, num Criam (Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Menor) no Rio de Janeiro, unidade onde *adolescentes* cumpriam medida de internação em regime de semiliberdade. Afastando-se de concepções hegemônicas para compreender a adesão daqueles garotos ao *mundo do crime*, Lyra não se ateve às duas explicações dominantes na bibliografia das ciências sociais, que apontavam, de maneira unívoca, existir por trás das motivações daqueles garotos o desejo, fosse o de existir, fosse o de consumir. Ele propôs pensar em processos sociais singulares, na culminação de tramas sociais, envolvendo as trajetórias dos garotos com quem dialogava. Assim, fez um esforço por reconstruir as trajetórias de seus interlocutores, “ressaltando e cruzando eventos marcantes e comuns a todos, sem esquecer as particularidades que se apresentavam caso a caso”, alinhavando as opções individuais e circunstâncias particulares às dinâmicas mais gerais (p. 75).

Um ponto interessante do caso carioca é que, assim como observo em Alagoas, não há algo como a hegemonia de uma *facção* e de sua *disciplina*, como é o caso do PCC em São Paulo. Aqui, há uma fratura violenta entre grupos criminais, incluindo os *neutros* (que não enunciam vínculos com *facções*) e as *facções*, disputando entre si, dentro e fora dos ambientes de encarceramento, a regulação do *mundo do crime* e a nomeação do que é *certo* e *justo* (SANTOS, 2016; LYRA, 2013). Tais disputas se dão territorialmente, mediadas por momentos de equilíbrios instáveis. O que é curioso sobre o Criam onde Lyra realizou pesquisa é que as disputas entre grupos criminais não eram ensejadas pelos *adolescentes*. A *guerra* era na rua, não naquele espaço, o que se assemelha, até certo ponto, ao que encontro na unidade de internação feminina alagoana (UF01).

⁹ *Neutros* é como passaram a se autodefinir os *adolescentes* que ainda se reconheciam como do *mundo do crime*, mas não queriam o compromisso de *correr com facção*, PCC ou CV.

O diálogo com tais pesquisas levam-me a perceber, também, que, dependendo da ênfase que se pretenda dar, do olhar com que se olha, é possível encontrar algumas similaridades entre os *adolescentes* alagoanos, paulistas e cariocas. Muitos deles vivem nas margens urbanas desses estados, têm uma escolarização defasada, normalmente são presos acusados de roubo ou tráfico... Com um olhar mais acurado, no entanto, ficam claros alguns aspectos contingentes do estado alagoano, que tornam os percursos dos *adolescentes* do lado de cá diferentes dos percursos dos *adolescentes* do lado de lá.

A maioria dos garotos e garotas que conheci ao longo dos últimos anos tinha, mais ou menos, entre 15 e 21 anos de idade. A depender da unidade em que se encontravam, podiam ter um pouco menos. Muitos não passaram do 6º ano do ensino fundamental (no caso das garotas em particular, a evasão não costuma acontecer com tanta frequência, ou ocorre em anos escolares posteriores). Quando eles mesmos não eram oriundos de cidades do interior do estado, normalmente seus pais ou avós se mudaram do interior para a capital nas últimas décadas, indicando possíveis aproximações geracionais com o mundo rural¹⁰. Outra característica comum entre eles era o fato de muitos terem pais substitutos como seus responsáveis material e afetivamente. São avós, avôs, tias, irmãs... que viram mãe e pai (RODRIGUES; SILVA; SANTOS, 2020; SANTOS, 2018).

No *mundão*, alguns frequentavam lan-houses para usar internet, pois ter computador em casa é coisa recente, quando acontece; para se divertir, costumavam ir a bailes de reggae nas *quebradas* onde viviam; ouviam rap, funk, brega-funk; jogavam futebol, capoeira e participavam de grupos de quadrilha. Em algum momento da vida, já chegaram a frequentar alguma igreja, evangélica ou católica, até determinados momentos de afastamento. Mais recentemente, acrescentou-se às similaridades nas trajetórias dos garotos e garotas alagoanos a adesão às alianças faccionais, a afeição pelos símbolos PCC ou CV, e, complementarmente, a aversão seus rivais¹¹.

Vai ficando claro que, por paradigmáticas que sejam as duas pesquisas mencionadas, oferecendo-me um profícuo diálogo teórico-metodológico, é necessário apontar as

¹⁰ O êxodo rural se intensificou em Alagoas apenas recentemente, consequência de uma desestruturação da indústria da cana nos anos 1990. Nesse momento foram se expandindo as periferias urbanas em Alagoas, em cidades de lona e grotas (RODRIGUES, 2021, 2019). Vale ressaltar que o estado figura entre os que têm piores índices de desenvolvimento humano do país.

¹¹ Tais dados, embora trazidos neste momento de forma pouco detida, estão em processo de quantificação. São resultado da pesquisa “Mercados Ilícitos, Amor e Diversão nas Periferias de Maceió”, em que pudemos aplicar mais de uma centena de questionários com *adolescentes* internados.

singularidades que observo nos percursos de vida de adolescentes marcados pela *vida no crime* em Alagoas, considerando eventos que aqui se desenrolaram mais de uma década depois.

Para recolocar algumas das questões que já vêm sendo amplamente discutidas há alguns anos entre pesquisadores de instituições do Centro-sul, volto-me para o cenário local, pensando em como o “fora” interfere nos regimes normativos de “dentro”, no *sistema*. Afinal, está mais do que claro que existe uma espécie de porosidade nas fronteiras entre o *mundão* e as unidades de internação, de modo que estas certamente são influenciadas pelo jogo de relações em que se situam (GODOI, 2010).

Dando alguns passos atrás, ainda pensando no “fora” das *cadeias*, faço uma breve contextualização do que vem acontecendo desde os últimos anos no *mundo do crime* e nas periferias alagoanas, pensando nas dobras e porosidades do *sistema*, e em como este se insere em uma cadeia de tensão mais ampla, com reverberações de fora para dentro e de dentro para fora (GODOI, 2010; MALLART; CUNHA, 2019).

Desde o final de 1990 e o começo dos anos 2000, já podiam ser observadas aproximações entre os mercados criminais alagoanos e as redes faccionais oriundas do Sudeste do Brasil (RODRIGUES, 2021). O aumento do trânsito de lideranças prisionais do CV pelos sistemas penitenciários estaduais e federais do país, inclusive alagoanos, foi um fator determinante para a chegada de membros dessa *facção* por aqui. Posteriormente, as estratégias de transferências de presos alagoanos para presídios federais parecem ter favorecido a chegada do PCC no estado.

No entanto, é nas reconfigurações que se deram em meados de 2016 que concentro atenção. Momento em que as redes do PCC e do CV tiveram a importância aumentada nacionalmente, consolidando-se como símbolos de prestígio para jovens que viram uma oportunidade de crescimento no *crime*. E momento que corresponde, também, à culminação de políticas governamentais de endurecimento policial e penal, implantadas nos últimos anos de nossa recente democracia (FELTRAN, 2010; GODOI, 2016; GRILLO, 2019; HATHAZY, 2015 etc.).

Em Alagoas, instituições como a polícia, o judiciário, o sistema penitenciário e seus agentes historicamente contribuíram para modelar padrões informais de justiça, abrangendo

peças e grupos em territórios urbanos de periferia (RODRIGUES, 2019). Nos anos 2010, estava em curso uma política estatal de extermínio de antigas lideranças do *crime*, não vinculadas às *facções* nos mesmos níveis de afeição e engajamento hoje observado. Até então, o mercado do tráfico funcionava de maneira descentralizada, e cada região tinha sua própria dinâmica de conflitos e justiça, o que parecia estar começando a mudar (LIMA, 2016; RODRIGUES, 2020). Já em meados de 2016, embora os setores de segurança pública tenham demorado a compreender o que estava acontecendo, era possível ver uma série de casos sendo divulgados em jornais de grande circulação que apontavam para as *facções*, não como um elemento novo, recém-chegado em terras alagoanas, mas como um elemento que agora aparecia “à luz do dia”.

Polícia prende em Alagoas suspeitos de integrar facção criminosa do RJ
Delegado diz que grupo foi articulado em Rio Largo e se aliou à facção.
Suspeitos cometiam homicídios, roubos e tráfico de drogas, diz polícia.
Fonte: G1, 13/abr/2016, Jonathan Lins
(<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/04/policia-civil-prende-suspeitos-de-integrar-facciao-criminosa-em-alagoas.html>)

Guerra do PCC com CV e facções locais leva à alta de homicídios em 3 Estados do Nordeste
Maior facção do país, PCC está em guerra com o Comando Vermelho
"O salve [ordem escrita] é para matar quem for PCC. Hoje mesmo mataram um e mandaram um vídeo. Quando sair, tem que rasgar a camisa e ficar de boa", diz, por telefone, um homem investigado, sendo retrucado em seguida por uma mulher também investigada. "Não tem que rasgar a camisa, não; tem que arrancar a cabeça dele." O diálogo interceptado pela polícia de Alagoas está transcrito em uma decisão judicial de 28 de abril de 2017, em que a defesa dos dois suspeitos de tráfico de drogas pedia a liberdade da prisão preventiva. A Justiça negou por entender que a soltura da dupla traria riscos à sociedade. A conversa entre os dois criminosos revela um cenário que já é percebido pelas autoridades do Nordeste e fez o número de assassinatos explodir, comparando-se os números do primeiro semestre deste ano com o mesmo período do ano passado: aumento de 11% em Alagoas, 25,4% no Ceará e 22,4% no Rio Grande do Norte.
Fonte: Uol, 20/ago/2017 (<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/20/guerra-do-pcc-com-faccoes-locais-leva-a-explosao-de-homicidios-em-3-estados-do-nordeste.htm?cmpid=copiaecola>)

Os eventos noticiados se relacionam a uma “abruta rivalidade” que se estruturou tendo como referência as simpatias e antipatias aos símbolos PCC e CV, o que viria a ficar conhecido como a *guerra entre facções*¹² (BARROS et al., 2018; RODRIGUES, 2018; SIQUEIRA; PAIVA, 2019). No estado do Ceará, algo semelhante estava a se desenrolar. Tanto o Ceará

¹² Guerra é certamente uma palavra pensada e conceitualizada de maneiras distintas a depender de quem a enuncia (HIRATA; GRILLO, 2019), provavelmente por isso é uma palavra em disputa, já bastante tensionada e discutida em outras pesquisas, e alvo de críticas por aqueles que, com razão, apontam para como seu uso serve a um mecanismo legitimador do uso da força bruta do Estado contra grupos já vulnerabilizados (CARVALHO, 2020; GRILLO, 2019). Insisto no uso do termo *guerra entre facções*, no entanto, porque foi dessa forma que o fenômeno que chamo atenção foi nomeado por meus interlocutores. Minha intenção é, então, desdobrar e refletir sobre o que eles têm entendido como uma *guerra* que estão a vivenciar.

como Alagoas¹³ passaram por um período de diminuição no número de homicídios, depois de anos com altos índices registrados. A partir do segundo semestre de 2016, no entanto, o número de homicídios nos dois estados voltou a crescer, ainda que não nas mesmas proporções anteriores, pelo menos no caso alagoano. No Ceará, a responsabilidade foi atribuída ao que se chamava vagamente de “disputas pelo tráfico”, relacionadas às *facções*. Ali já se percebia uma dualidade entre os grupos faccionais atuantes, demarcando as autorias dos “eventos de matança generalizada” em tentativas de tomar o controle territórios, e levando a uma cadeia cumulativa de revanchismo (PIRES, 2018, p. 272).

A particularidade da figuração da *guerra entre facções*, no Norte e Nordeste do país, é um elemento que precisa ser considerado enquanto parte do jogo de relações que influencia nos movimentos, nas cadeias de tensão e pressão, que observo no interior das unidades de internação. Em outras palavras, não se trata apenas dos sentidos de pertencimento às *facções*, das alianças circunstanciais extremamente tensas e, ao mesmo tempo, flutuantes, mas se trata, também, da “crescente polarização entre sentimentos de defesa e afeição aos símbolos PCC e CV”, (RODRIGUES, 2020, p. 1). É a partir disso que recoloco questões que aparentemente já foram saturadas em pesquisas anteriores, mas que não respondem plenamente ao cenário que se encontra aqui e, eu diria, em outros estados do país.

Foi de 2016 em diante que os *adolescentes* passaram a ser divididos em unidades de internação de acordo com suas simpatias e rivalidades faccionais, pois foi nesse ano que começaram a ocorrer menções a uma *guerra* que estaria em curso, relacionada ao rompimento de uma aliança que vigorava até então entre as duas *facções*. Nesse contexto, é que, sobretudo garotos, se viram pressionados a assumir um lado, e pertencer a uma *facção* ganhou significativa importância.

Do lado de fora do *sistema*, nas periferias urbanas de Alagoas, houve uma reconfiguração nos mercados ilegais, o que se evidencia pela percepção de que os conflitos entre traficantes e ladrões estavam passando por um processo de regulação por parte de lideranças faccionalizadas. Chamo atenção, contudo, para como não se pode perder de vista as

¹³ Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública alagoana, em 2014, foram registrados 2.201 crimes violentos letais intencionais (CVLIs); em 2015, o total ficou em 1.813; e em 2016 foram registrados 1.875 CVLIs. Depois da queda de registros em 2015, em 2016 houve um aumento em 62 casos. Em 2017, os números continuaram a subir, sendo registrados 1.923 casos. Nos anos de 2018 e 2019, por sua vez, os casos de CVLIs voltam a cair, apresentando um total de 1.523 e 1.186 registros, respectivamente. Para além dos registros oficiais, o que chamo atenção aqui não é a quantificação de homicídios em si mesmo, mas as mudanças que estavam em curso na organização do *crime* em Alagoas, o que nem sempre será, necessariamente, expresso em números.

disputas que também foram desencadeadas nesse momento, num redirecionamento das agressividades letais, algo que se observava também nas *cadeias* (RODRIGUES, 2020).

Além disso, cresceu a combatividade em relação a policiais, que, de maneira ambivalente, ainda resguardavam algum prestígio nas periferias urbanas de Maceió, embora desde os anos 1990 viessem perdendo poder territorial nessas localidades (RODRIGUES, 2018, 2021). Eles passaram a ser associados ao que os *adolescentes* chamam de *Estado*, responsável pela *opressão e injustiça*. Começaram a surgir, também, aqueles que diziam *ser do crime*, mas que demonstravam incômodo em assumir um compromisso faccional, que lhes parecia por demais radical, aumentando as tensões, tanto nas *quebradas*, como no *sistema*. Com o tempo, no *mundão* e no *sistema*, eles passaram a ser conhecidos como *neutros* (RODRIGUES, 2020).

Diante desse cenário, estou de acordo com Rodrigues (2020), entendendo que a enunciação das *facções* não necessariamente expressa o enraizamento de uma *disciplina* faccional em Alagoas, como uma tradição, mas expressa a ansiedade de jovens diante de uma novidade prestigiosa, trazendo a atrativa possibilidade de “se firmar” no *crime*, gozando, entre outras coisas, de prestígio, poder aquisitivo e até de proteção (LIMA, 2016; RODRIGUES; SILVA; SANTOS, 2020). Nesse contexto, as invocações às *regras* do PCC ou do CV se dão por meio de rumores, fofocas e performances, em buscas por imposição de uma ordem, mais em disputa que estabilizada, o que se relaciona à própria formação do estado (RODRIGUES, 2021):

Muitos dos adolescentes guardavam algo de uma tripla moral vigente em fazendas, sítios, vilas e cidades do interior: a família parental como núcleo de proteção básico, com tendências de respeito e temor aos pais, uma igualitária, relativa ao sentimento comum de pobreza e necessidade de cooperação mútua entre vizinhos e trabalhadores, e outra hierárquica, patronal, referida às pressões por lealdades e obediências a patrões, boa parte deles senhores proprietários (SCHEPERHUGHES, 1992). Todas essas referências de moralidade estavam entrelaçadas e marcadas pela fácil irrupção de brutalidades como expressão de resolução de divergências (FREITAS, 2003). A novidade era que esses códigos se conflitavam com a crescente aceitação de regulações elaboradas nos moldes de poderes territoriais de traficantes (HIRATA; GRILLO, 2017) e sociedades secretas como as maçonarias (FELTRAN, 2018), que chegavam às periferias alagoanas com as alianças faccionais, ainda no final dos anos 1990, mas particularmente após 2003. (RODRIGUES, 2021, p. 18)

Embora se perceba a implementação de ideais faccionais, há, também, desdobramentos múltiplos de regimes normativos, de equilíbrios de poder a nível local, sem referências estáveis e consolidadas, embora certamente interligados a pressões de padronizações a nível nacional. Ficam em questão antigas tradições de fidelidade, que continuam a impulsionar a estruturação do *crime*, embora sob novos atravessamentos afetivos e normativos (RODRIGUES, 2020).

Como já mencionei, todas essas movimentações reverberavam de fora para dentro e de dentro para fora no *sistema*, que, em 2017, já contava com um número ascendente de adolescentes internados. Nas unidades, também passaram a acontecer mudanças nas “lógicas de poder e nas maneiras como os *internos/as* se expressavam, alterando os gestos de governo e de apresentação de si diante das equipes técnicas e de segurança”. Cresceu a necessidade de *adolescentes* demonstrarem um intenso autocontrole como habilidade para resolução de conflitos com os pares, agora referindo-se às *regras* das *facções* (RODRIGUES, 2020, p. 7).

Voltando o olhar de forma mais atenta para o *sistema*, é importante perceber que os repertórios de agressividade mobilizados seja por funcionários, seja por *adolescentes*, são “expressões emocionais de indivíduos ligados por uma mesma configuração abrangente” (RODRIGUES, 2017, p. 485). O improviso e a indiferença (DRYBREAD, 2016) são as tônicas da gestão institucional das unidades de internação, reproduzindo as dinâmicas desintegração de uma parcela indesejável da sociedade alagoana, aqueles vistos como os *bandidos* e, portanto, matáveis. Em contrapartida, os *adolescentes* também estão envolvidos em um processo de mudanças em suas formas de coesão, expressas justamente por meio de suas vinculações a alianças faccionais (RODRIGUES, 2021).

Institucionalmente, no Sistema Socioeducativo, por mais de três décadas também têm se retroalimentado tensões e ambivalências em torno das disputas pelas direções das práticas disciplinares – oscilantes entre os ideais lúdico-educacional e militar-penitenciário, quase sempre prevalente. Tais disputas se relacionam a movimentos mais abrangentes da sociedade alagoana”, nas lutas entre setores policiais, do sistema penitenciário, do judiciário e do Ministério Público pela concentração do poder de violência física do Estado e pelo controle dos indesejados. As ambíguas concepções disciplinares são um elemento de instabilidade, tanto entre os funcionários da burocracia da superintendência, como entre os monitores, educadores sociais e equipes técnicas no interior das unidades de internação. (RODRIGUES, 2017),

A cada mudança na superintendência responsável pela instituição, como resultado do jogo político entre o legislativo e o judiciário, mudam-se coordenadores de unidades de internação e, em alguns casos, equipes técnicas¹⁴ (RODRIGUES, 2021). Cria-se um clima de desconfiança entre os funcionários, a maioria deles contratados num regime bastante precário. Os que ocupam algum cargo na burocracia são afastados, e os que estão nas bases ficam como que a esperar quais serão as novas orientações para a gestão das vidas dos *adolescentes*. Aqueles

¹⁴ Psicólogos/as, assistentes sociais, educadores sociais. Profissionais que atuam na base, no interior das unidades. Ver Capítulo 1.

que não se afinam à nova forma de gestão podem ser transferidos para locais indesejados. Quem pensa diferente ou discorda enfrenta a ira dos que são maioria ou que são mais fortes. Como é de se esperar, numa *máquina opressora*, aqueles que se posicionam de maneira mais abertamente crítica acabam procurando outros empregos, desgastados e desanimados (RODRIGUES, 2021).

A consequência de tais ambivalências ao longo dos anos é uma profusão de profissionais, trabalhando pressionados por um regime instável e operando sob as mais diversas lógicas de governo da vida dos *adolescentes*. Num ambiente em que as relações sociais são precárias, carentes de reciprocidade, marcadas por relações desiguais, hierárquicas e sujeitas a constantes rupturas, o clima é de inquietação. Os *adolescentes*, por sua vez, que vivenciam em suas trajetórias e corpos tais instabilidades, ficam sempre de prontidão para reagir (OLIC, 2009), pois a transferência de um funcionário e a chegada de outro em seu lugar pode mudar drasticamente suas rotinas e o “tratamento” que receberão.

As mais recentes movimentações institucionais ocorridas no *sistema*, se deram no final de 2014, com uma de intervenção do Juizado da Infância e da Juventude, depois de uma série de fugas e denúncias irregularidades no “tratamento” dispensado aos *adolescentes*. A instituição passou a ser administrada, então, pela Secretaria de Defesa Social (SEDS), ligada ao setor penitenciário. Já na transição do governo estadual ocorrida em 2015, tendo início a gestão de Renan Calheiros Filho, o *sistema* passou a ser gerido pela Secretaria de Prevenção à Violência (SEPREV), que se aproximava da antiga Secretaria da Paz (SEPAZ) dos governos anteriores de Teotônio Vilela Filho, além de contar com a aproximação do judiciário (RODRIGUES, 2017; CARVALHO, 2018). Em setembro de 2015, foi “criada” a Superintendência de Medidas Socioeducativas (Sumese). Por essa época, o DER também deixou de existir. Foi nesse momento que comecei a dar meus primeiros passos em campo.

Nos últimos anos, (entre 2015 e 2020, mais ou menos) a gestão da Superintendência vem atravessando um período que chamaria de estabilidade tensa, afinal, está constantemente pressionada pelos mesmos setores mencionados anteriormente, mas tem, até certo ponto, se mantido, embora adaptando-se às mesmas disputas políticas de sempre. Com a “chegada” das *facções*, no entanto, que se deu nesse mesmo período,

As unidades de internação se tornaram (...) um espaço de formação agonística de lideranças sobre ladrões e traficantes, ganhando fama e abrindo-se oportunidades de uma “carreira”. Para parte deles, suas vidas passaram a se projetar em um futuro fora da unidade e dentro da facção (RODRIGUES, 2020, p. 14).

Descrevendo de maneira mais precisa a estrutura física do que hoje seria a Sumese, diria que o cenário está bastante diferente do que vi em meus primeiros meses de pesquisa de campo, em 2015, no DER. Depois de uma série de reformas estruturais, ainda que o ambiente das unidades de internação esteja longe do ideal (considerando, por exemplo, as diretrizes do ECA e do Sinase), ainda é muito melhor do que havia anteriormente.

A maioria das unidades têm se concentrado em um grande complexo onde funciona, também, a burocracia da superintendência. A Sumese é um enorme prédio branco, com uma calçada de barro e esburacada, à beira de uma movimentada avenida que atravessa diversos bairros populares da parte alta de Maceió. Passada a casinha da frente, onde ficam a superintendente e outros funcionários da burocracia, há um enorme muro branco, que, ultrapassado, dá para um terreno de paralelepípedo em que ficam espalhados uma Unidade Básica de Saúde (UBS), dois campos de futebol (um coberto e outro descoberto), casinhas que funcionam como salas de atendimento para equipes técnicas e mais muros, em cujo interior ficam as unidades de internação.

A estrutura da maioria das unidades de internação é a mesma. Recém-reformadas, elas são construídas em semicírculos, em que ficam lado-a-lado alojamentos e salas de aula. No meio, há espaços vazios, cimentados, às vezes preenchidos com cadeiras e mesas também de cimento. Tudo é pintado de branco neve, com portões de ferro na cor azul e compridas sentinelas onde fica um monitor observando tudo do alto, numa tentativa como que panóptica (embora não centralizada). Destaco, ainda, a presença dos muitos cachorros vira-lata, que me lembravam à Cachorra Baleia de Vidas Secas, espalhados para lá e para cá no interior do complexo, tomados de uma apatia e descuido que não muito destoam do lugar.

Na rua de trás, fora da Sumese, fica outro complexo, onde são internados os garotos com mais de 18 anos de idade. Na prática, o ambiente não é muito distinto do outro. Muros altos e brancos, sentinelas, unidades em semicírculo contendo alojamentos, salas de aula, um espaço central vazio e mesas e cadeiras de cimento. Mais Cachorras Baleias e gatas com seus filhotes. Há, ainda, mais duas unidades masculinas: o Rancho, que também se localiza na parte alta da cidade, e o Sítio, que fica fora de Maceió. Essas, sim, são bastante diferentes, mais se parecem com chácaras. Seus alojamentos, sem perder completamente o aspecto de *cela*, por conta das grades e portas de ferro, são construídos no formato de casinhas. Nos locais também há bibliotecas, espaços verdes, hortas, mais animais. Para essas unidades, normalmente vão os garotos *bem comportados*.

Por fim, a unidade feminina. Também fora do complexo da Sumese, numa região mais centralizada de Maceió, fica a unidade recém-reformada. Em termos de espaço físico ela não difere muito das encontradas no complexo da Sumese. Semi-círculo, bancos de cimento, salas de aula etc. O que realmente difere são as cores, predominando o rosa e o lilás, além dos cartazes coloridos espalhados pelas paredes, como decoração do ambiente. Além disso, chama a atenção a disposição por deixar as garotas livres para circular pela unidade. Elas parecem se apropriar do espaço, usá-lo, se movimentar, tornando-o igual, mas diferente das unidades masculinas.

ii. Quando a caminhada da pesquisadora se encontra com outras caminhadas no sistema

Fevereiro de 2017. Era uma sexta-feira pela tarde. Estávamos eu, Alana e Leonardo, companheiros de iniciação científica, a conduzir entrevistas com *adolescentes* em uma sala que nos foi cedida pela assistente social da Unidade Básica de Saúde (UBS), no interior da Sumese. A UBS é um prédio verde, cercado por unidades de internação e alojamentos, localizado no meio do complexo.

Conduzíamos na segunda entrevista do dia quando começamos a ouvir gritos vindos do lado de fora. No começo, não entendemos bem, mas eles foram ficando mais altos. Eram vozes masculinas, que eu deduzi ser de monitores. Eles diziam rispidamente a *adolescentes*: *Tirem a roupa, agora! É pra tirar a roupa e erguer os braços!* Os gritos continuaram por alguns instantes, talvez cessando mais rápido que o susto nos fez pensar. Vinham de muito próximo de onde estávamos, provavelmente dos alojamentos ao lado. Tentando manter o controle da situação e disfarçar a tensão, continuamos com as perguntas do questionário, que eu ia preenchendo enquanto Alana e Leonardo se revezavam nas perguntas.

Menos de cinco minutos depois de os gritos terem finalmente cessado, ouvimos um barulho de estouro, como de um tiro, assustando-nos ainda mais. Alana parou no meio da pergunta e nos olhamos assustados, eu com uma das mãos na boca. Depois de alguns segundos, percebi que o *adolescente* entrevistado e o monitor à porta permaneceram tranquilos. Tentei, então, disfarçar o medo, pois não queria que, principalmente, o *adolescente* o percebesse. Ainda que inconscientemente, não queria aparentar vulnerabilidade naquela situação. O fato é que, quando eu notei que ele não estava tão assustado quanto eu, ficou evidente que, ali, nós não

tínhamos controle algum, pois, em situações inusitadas, não sabíamos como nos portar, o que nos causava confusão e desconforto.

Passado o susto inicial, Alana perguntou ao monitor, ainda aturdida, se poderíamos continuar a entrevista. Ele disse que sim, com muita tranquilidade, com um riso que parecia denunciar nosso medo. Não demorou muito até ouvirmos outro estouro, como o primeiro. O monitor e o *adolescente*, vendo que estávamos realmente assustados, tentaram nos confortar. O monitor explicou que era uma bomba, e não tiro. *Num machuca não, é tranquilo*, confirmou o *adolescente*. Ele mostrou, então, o tornozelo, com a marca de um tiro “de verdade”, como se para provar sua experiência no assunto.

Em fevereiro de 2017, a presença das *facções* no sistema socioeducativo já era mobilizada por *adolescentes*, bem como reconhecida por funcionários. As tensões estavam elevadíssimas há alguns meses, pois eram constantes as fugas, os *abalos* e as agressões. Refletindo com um maior distanciamento sobre o fato narrado, percebo que a aparente tranquilidade do garoto e do monitor diante de uma situação por si só desestabilizadora não se relacionava apenas à nossa presença pressionando aquela figuração, mas se relacionava, principalmente, aos constrangimentos que, ao mesmo tempo, uniam e distanciavam *adolescente* e funcionário.

Do lado de fora, enquanto *adolescentes* eram alvo, em seus corpos, de um repertório de punições mobilizado por monitores – a nudez, os gritos, as bombas, talvez espancamentos –, nosso entrevistado, do lado de dentro, ao ouvir a cena, enfatizava, diante de nós e, principalmente, diante do monitor, que aquilo que deveria ser dor e humilhação *era tranquilo*, suportável, *não machucava*, não atingia seu fim.

São justamente essas interações que me interessam quando penso sobre os equilíbrios instáveis de poder, expressos nas tensões entre *adolescentes* e funcionários no *sistema* (ELIAS, 2000). Há que se ponderar, no entanto, que essas interações foram sendo compreendidas aos poucos, nos passos da caminhada, não seguiram uma linha reta, nem sempre se apresentaram de maneira precisa e clara, eram o quebra-cabeça faltando peças. Há que se dizer, ainda, que o quebra-cabeças não foi montado sozinho. Pelo contrário, minha caminhada certamente é atravessada por outras, que contribuíram em vários sentidos para o desenvolvimento desta pesquisa. As distintas posições que fui ocupando em campo ao longo dos últimos anos também me permitiram ver por diferentes perspectivas o *sistema*.

Meus primeiros passos foram dados em 2015, quando passei a colaborar na pesquisa de iniciação científica “Mercados Ilícitos, Amor e Diversão nas Periferias de Maceió”¹⁵, na posição de pesquisadora assistente. Nesse período, ative-me de forma mais intensa à análise de prontuários institucionais¹⁶, mas também acompanhei e conduzi entrevistas com *adolescentes* e funcionários, bem como observei suas rotinas nas unidades de internação, sempre junto a meu orientador e de companheiros de pesquisa. Essa experiência redundou em meu trabalho de conclusão de curso, no qual tratei do “funcionamento do sistema socioeducativo” a partir da trajetória dos *adolescentes* encarcerados em unidades de internação.

É significativo que minha entrada em campo tenha se dado no complexo de unidades sempre superlotado que funcionava improvisadamente no DER. Os alojamentos eram baixos e de teto de amianto, tornando os ambientes muitos quentes. Havia também infiltrações nas paredes sempre muito sujas. Ou seja, além de quente, era um ambiente úmido. Quando comecei a frequentar o complexo, não havia sequer sanitários disponíveis para os *adolescentes*. A coleta de lixo também era bastante precária, de forma que os resíduos eram queimados em seu próprio terreno, o que aconteceu algumas vezes enquanto estávamos no local, espalhando uma fumaça sufocante (CARVALHO, 2018). Realizamos pesquisa ali por cerca de um ano, sob circunstâncias nem sempre favoráveis.

No mesmo período em que realizava campo no DER, um incômodo diante da realidade de *adolescentes* encarcerados em tais circunstâncias passou a se relacionar à compreensão da integralidade¹⁷ de minha fé, que também foi se aprofundando nesse processo. Com isso, quero dizer que as atividades que desenvolvi como pesquisadora não se situam em uma esfera alheia à minha vivência religiosa. Isto porque minha fé não se limita a uma experiência privada, mas é vivida integralmente nas demais camadas de minha vida, inclusive acadêmica, influenciando na forma como enxergo esta pesquisa.

¹⁵ Este trabalho é certamente um desdobramento dos anos de muito aprendizado na iniciação científica, em que colaborei, como bolsista CNPq, com a pesquisa mencionada, ligada ao “Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economia das Simbolizações” (GRUPPAES). Ao longo do texto, irei me reportar a essa pesquisa e aos colegas que com ela colaboraram.

¹⁶ Os prontuários são “compêndios” institucionais da passagem de cada *adolescente* pelo sistema socioeducativo. Num primeiro momento, via-os como uma forma de acessar as mudanças em sua gestão a partir das trocas de vínculo entre secretarias e superintendências de estado, o que foi mudando a partir do diálogo com a bibliografia e, principalmente, com meus interlocutores.

¹⁷ Embora tenha sido formada em uma igreja de matriz pentecostal, por suas peculiaridades que não cabem ser elucidadas aqui, foi nela que pude acessar diferentes perspectivas teológicas, por meio de organizações paraeclesiais, por meio das relações de amizade. Entendo que as compreensões que aqui apresento são caras a tantas outras doutrinas teológicas cristãs, inclusive a pentecostal, mas meu acesso a elas se deu por meio da teologia reformada, por isso a ela me reporto.

Ainda que eu não percebesse inicialmente, no contato com *adolescentes* encarcerados em um ambiente, a meu ver, injusto e desumano¹⁸, concepções relacionadas a meus compromissos prévios, relativos à minha formação religiosa, tornaram meu interesse e envolvimento com a pesquisa uma forte projeção de minhas compreensões cristã-evangélicas sobre justiça e dignidade humana. O campo, nesse sentido, me modificou, porque eu fui afetada pelas histórias e trajetórias dos *adolescentes*, o que reverberou em outras áreas da minha vida, como na percepção dos que seriam legíveis como “oprimidos”. Talvez não por acaso, termo também usado por eles para se referir às *injustiças do sistema*.

Minhas compreensões, compromissos e vivências, amparados na narrativa bíblica, passaram a ser mobilizados para trazer sentido ao que eu me deparava semanalmente em campo. Isto porque agia e pensava, existia e me expressava amparada numa espécie de conjunto de pressuposições e inclinações básicas sobre a realidade, uma cosmovisão. Via no “trabalho mundano” uma oportunidade de também vivenciar minha fé. Numa vivência integral dos valores cristãos, minha vida não se compartimenta em um binômio sagrado-profano, mas minha fé estava a interferir na forma como me relacionava com meus interlocutores e na pesquisa que ora apresento (SCHEPER-HUGHES, 1992).

Com todas essas questões a “borbulhar” e diante dos vários caminhos abertos pela pesquisa de iniciação científica, meu interesse pelo sistema socioeducativo foi ficando claro aos poucos, nas idas e vindas do campo e de minha formação acadêmica. A princípio, me interessava pelas disputas administrativas dentro da secretaria de estado, e, mais especificamente, na superintendência então responsável pela gestão do sistema socioeducativo. Possivelmente, esse interesse inicial se ligava a uma tentativa de assimilar as várias mudanças que ocorreram entre os anos de 2014 e 2016, algumas das quais cheguei a acompanhar.

No entanto, foi ao aliar a análise dos prontuários à pesquisa *in loco*, que se tornou possível ver o sistema socioeducativo por angulações mais complexas. Meu olhar passou a se

¹⁸ Marques (2016) traz reflexões interessantes acerca da noção de “direitos humanos”, que, segundo ele, são mobilizados segundo as demandas mais urgentes das pessoas, de modo a não existir uma compreensão unívoca do que eles seriam. Ao julgar como “desumana” a condição dos *adolescentes* no *sistema*, parto de uma perspectiva específica sobre o que seriam os direitos dos *adolescentes*, o que, em algumas situações não necessariamente converge com suas próprias interpretações sobre a situação que estão a vivenciar e sobre quais são seus direitos. Por exemplo, já ouvi na fala dos *adolescentes* discursos de aceitação da situação que vivenciam no encarceramento, pois esta seria uma consequência legítima das *escolhas erradas* que fizeram: *A nossa escolha, ela pode nos levar até isso. Mas, nem sempre, vai fazer a gente cair no buraco. Que foi a nossa escolha própria, e a vida também ela é cheia de altas e baixas*. Essas dissonâncias são certamente fontes de tensões no *sistema*, e demonstram como minha própria posição pressionava e constrangia aquela figuração, afinal, o lugar de direitos dos *adolescentes* é para mim como um valor presumido, o que não necessariamente é um valor compartilhado nos mesmos sentidos que o compreendo naquele ambiente.

direcionar para as equipes técnicas, os monitores e os *adolescentes*, ou seja, para as relações e interações no interior das unidades de internação. O “episódio das bombas”, como eu Alana e Leonardo passamos a chamar com humor, passados alguns dias do choque, é um exemplo (talvez dos mais extremos) do que pude ver e viver em campo.

Ainda no processo de escrita do Trabalho de Conclusão de Curso, comecei a reconsiderar a forma como abordava o problema do “funcionamento do sistema socioeducativo”. Até então, estava privilegiando apenas a perspectiva dos funcionários sobre os repertórios disciplinares e os regimes normativos na instituição. Mas, ao olhar com mais atenção para como os *adolescentes* pressionavam e constrangiam as várias possibilidades de gestão de suas vidas e das unidades de internação, fui percebendo que eles não estavam passivos em suas trajetórias de encarceramento, ainda que em desvantagem na balança de poder. Os desenhos que encontrei nas paredes do DER, os gritos dos *adolescentes*, as provocações a monitores, dizendo que *ia tocar fogo nele*, já apontavam para isso.

No processo de refletir e assimilar os eventos vivenciados em campo, pude, aos poucos, colocar novas questões. Com um olhar mais atento, um novo fenômeno passou a me interessar de maneira particular: a enunciação das *facções*, seus símbolos, retórica e *disciplina*, por parte dos *adolescentes*, pressionando ainda mais as cadeias de tensão no *sistema* (CARVALHO, 2018). Ia ficando claro, não só para mim, mas para o grupo de pesquisa que eu compunha, que seria incontornável um olhar cuidadoso para tal fenômeno. Passamos, então, a nos aproximar da produção da nova sociologia e antropologia do crime no Brasil, especificamente da produção que abarca o campo sobre as governanças criminais, conflitos urbanos e regimes normativos.

Voltando o olhar para 2015, talvez ingenuamente, jamais imaginaria ouvir uma retórica tão uniforme, consensual e intencional entre os *adolescentes* a respeito de suas vinculações aos símbolos PCC e CV. Já em 2020, desenvolvendo a pesquisa de mestrado e ocupando outra posição em campo, perguntava “abertamente” aos *adolescentes* sobre o que era *facção*. E não foi pouca a minha surpresa com respostas como: *um conjunto de integrantes ou companheiros que lutam em prol alguma causa*, que, segundo me explicaram, seria *ver o sistema humanizar*.

Tal processo de amadurecimento das questões de pesquisa a partir das interlocuções em campo só foi possível devido à consolidação de meu orientador enquanto uma figura aceita no *sistema*, tanto por funcionários, quanto por *adolescentes* por ele entrevistados. A legitimação de sua presença, pesquisa e interferências se deu por muita insistência. Não foram poucas as vezes em que, sem muita explicação, tivemos o acesso às unidades de internação negado por

funcionários – principalmente monitores, fiscais¹⁹ e coordenadores – ainda que portássemos autorizações que nos permitiam estar lá. Havia um espectro de desconfiança que parecia nos circundar, talvez por receio em relação aos usos que faríamos dos dados ali produzidos.

A caminhada desta pesquisa, como vai ficando claro, é muito mais coletiva do que solitária. O fato é que o processo de legitimação de meu orientador, a abertura que aos poucos ele passou a encontrar no *sistema*, recaiu sobre mim. Quando passei a caminhar mais sozinha, já no mestrado, para alguns funcionários, sobretudo da área da educação, mencionar: “Sou aluna do professor Fernando”, tornava minha presença mais aceitável. Sem muita dificuldade, então, obtive autorização da Vara da Infância, da Superintendência e da Coordenação Pedagógica para dar continuidade a esta pesquisa. As autorizações, no entanto, em nada garantiam que eu conseguiria estar com regularidade nas unidades de internação, como minha experiência anterior já demonstrava.

Foi também por meio de meu orientador que cheguei a Esdras, e ele, como já vinha fazendo na iniciação científica, foi quem me abriu as portas de várias unidades de internação. O “aval” da superintendente e do juiz para realizar a pesquisa não necessariamente implicava em “ter portas abertas”. Tudo dependia das disposições dos funcionários que estão “na base”, dentro das unidades. Ter alguém “de dentro”, e bem relacionado, foi crucial para que eu conseguisse atravessar os portões das unidades e ter acesso aos *adolescentes*. O fato mais chamativo dessa (re)entrada em campo foi que os próprios monitores, que anos antes pareciam desconfiados com nossa presença, muitas vezes impedindo-nos de entrar, pararam de pôr objeções, e já me conheciam por nome em algumas unidades de internação.

Se num primeiro momento, quando era pesquisadora assistente da iniciação científica, apoiava-me no fato de meu orientador tomar sempre as iniciativas de diálogos e muitas vezes ficava apenas a observar as interações ao meu redor, como se não fosse notada (o que, mais tarde, viria a perceber que era uma sensação ilusória). Nesse segundo momento, me vi dependendo dos funcionários das unidades de internação para continuar esta pesquisa e, assim, de “imperceptível”, me tornei alguém que precisava existir e ser notada em campo. Minha posição havia mudado.

¹⁹ O fiscal é como um “chefe” de segurança, da equipe de monitores de uma unidade de internação. O coordenador é o responsável pela unidade de internação como um todo. Falo no masculino porque são homens que majoritariamente ocupam essas posições, com exceção da unidade feminina.

Março de 2017. Era mais uma tarde quente em que faríamos entrevistas com *adolescentes*. Ao chegarmos à unidade onde Esdras era educador social, recebemos a informação de que não poderíamos conduzir as entrevistas ali. Na noite anterior, foram *apreendidos* cinco celulares nos alojamentos. Os *adolescentes* estavam usando o Facebook, e até postando fotos de dentro da unidade. Achei aquela situação bastante cômica, afinal, a presença de celulares nos alojamentos era conhecida de todos, mas as publicações de fotos foram as geradoras do “caso” na unidade.

Saímos, então, da Unidade Masculina 01 (UM01), onde ocorreram as *apreensões*, e, guiados por Esdras, nos dirigimos à Unidade dos Sem Convívio (USC). No caminho, ele ia comentando o acontecido. Em frente à USC, foi ele quem bateu no portão da unidade, prontamente aberto por um monitor. Ele explicou que gostaríamos de falar com a coordenadora, e enfatizou: *Diga a ela que é o professor Fernando, da UFAL, que quer falar com ela*

Ao longo dos últimos anos, foi assim que pudemos dar continuidade à caminhada no *sistema*. Ingressar em um ambiente de encarceramento para fazer pesquisa não é tarefa fácil. É preciso uma série de autorizações, além de muita persistência. É preciso ter alguém disposto a legitimar a presença do/a pesquisador/a, guiando-o/a pelo “campo minado”. Assim, como interlocutor e amigo, Esdras foi central para a realização não apenas deste trabalho, afinal, vem nos²⁰ acompanhando desde os ciclos da iniciação científica, abrindo as portas de unidades e de novas interlocuções, apresentando-nos a pessoas que, sozinhos, talvez tivéssemos muita dificuldade de acessar.

Conheci Esdras por volta de 2015. Nosso primeiro contato foi ainda no DER, onde ele era educador social, o que, na verdade, seria pouco para descrever o nível de atuação e envolvimento que tem no *sistema*, afetando e sendo afetado pelos tantos garotos que já passaram por ali.

[Pergunta] Por que é que você gosta do Esdras?

²⁰ Aqui falo em nós, na primeira pessoa do plural, porque me refiro não apenas a mim mesma, mas à pesquisa que empreendíamos coletivamente na iniciação científica, sob a coordenação de meu orientador, como também a tantos outros colegas, companheiros de grupo de pesquisa ou não, que, direta ou indiretamente, contaram com a rica colaboração de Esdras, que, ousado dizer, é também um pesquisador.

[Resposta] *Ah, porque ele dá uns conselho massa. E ele já tem uma consciência, como se diz, né, já é consciência, que muitas pessoas num tem a percepção que ele tem... Aí, eu gosto dele.*

(Entrevista com garota na UF01, janeiro de 2019)

Ele começou a trabalhar no *sistema* em 2013, justamente num período em que havia *uma problemática* em relação a uma rádio para os *adolescentes*, criada entre 2011 e 2012. Segundo Esdras, devido à sua formação de comunicador, foi contratado para organizar a programação da rádio, que então só tocava música do gênero gospel. Ele finalizava seu trabalho e, por conta própria, circulava pelas unidades de internação, onde dialogava com os *adolescentes* sobre diferentes assuntos, incluindo diálogos sobre referências negras e sobre a necessidade de se *assumir negro*.

Por seu vínculo com o movimento negro, com uma ONG em que atuou com crianças em situação de rua e, sobretudo, por seu vínculo com o rap e com o reggae nas periferias de Maceió, Esdras já chegou ao *sistema* conhecendo muitos *adolescentes* internados. Ele percebeu *que tinha convívio*. Era ouvido e respeitado, distinguindo-se de outros educadores que tinham propostas mais engessadas, com um viés mais rigidamente evangelizador. Em 2015, o funcionamento da rádio foi interrompido definitivamente. Após isso, ele finalmente foi reconhecido como educador social. Foi quando o conheci (CARVALHO, 2018).

A relação, de interlocução e de amizade, estabelecida com Esdras é bastante elucidativa da posição que passei a ocupar no *sistema* já no desenvolvimento desta pesquisa. As oportunidades que tive de conversar com os *adolescentes* passaram pela intermediação de funcionários de diferentes setores. Foram a superintendente, o juiz e os coordenadores de cada unidade que aprovaram minha proposta de pesquisa; foram os monitores que me abriram os portões das unidades; foram as equipes técnicas, educadores e professores que me forneceram espaço físico e tempo, que indicaram *adolescentes* com quem poderia conversar... Esdras, ao longo dos últimos anos, sendo transferido de unidade em unidade, foi, entre tantos outros funcionários, especialmente importante nesta nova fase em que eu já não estava mais na posição de pesquisadora assistente do Pibic, e precisava dar passos mais autônomos.

Generoso e negociando minha recepção no *sistema*, Esdras me apresentou como *professora Ada* para educadores sociais de outras unidades, e foi assim que eles passaram a se referir a mim, o que deve ter dado alguma legitimidade à minha posição ainda incerta. Ele fez uma espécie de “propaganda” da atividade que propunha para os garotos e garotas internos/as. Era ele quem me explicava os eventos e falas que eu não entendia, os meandros das frases

aparentemente sem sentido dos *adolescentes*, os acontecimentos que eu não presenciei, dentro ou fora das unidades de internação, adensando e acrescentando camadas de sentido àquilo que parecia irrelevante, ou incompreensível para mim.

Lembro-me de uma ocasião, que abordarei com mais detalhes posteriormente²¹, quando os *adolescentes* com quem conduzia a Roda de Conversa e os monitores que os vigiavam da porta da sala usada se envolveram em uma briga, um “bate-boca”, tão tenso que eu pensei em finalizar a atividade antes mesmo de ter começado. Eles gritavam de um para outro acusações sobre quem estava *atrapalhando* quem. Sem saber o que fazer diante do conflito latente que presenciava, meu alívio foi enorme quando Esdras, percebendo a situação, finalmente entrou na sala, juntamente com o fiscal da unidade. Com a intervenção do último, que também falou alto, a tensão acabou. Eles negociaram comigo e com os *adolescentes* a saída dos monitores da sala. Esdras, como se tentando acalmar os *adolescentes*, falou da importância daquela atividade. E, assim, finalmente pude prosseguir.

Ao final do dia, depois de eu ter finalizado a Roda de Conversa, foi Esdras quem me explicou o motivo da briga, que, a princípio, me parecia ter uma motivação banal, riscos que haviam sido feitos na parede da sala recém pintada. Segundo ele disse, por trás do “bate-boca” aparentemente sem sentido estavam agressões que dois monitores haviam sofrido no final de semana anterior, quando estavam de folga, possivelmente a mando de *adolescentes* internados. Essas explicações, em conversas informais, sempre ao final do “dia campo”, clarificavam aspectos da relação entre *adolescentes* e funcionários que eu não teria como entender se não tivesse conquistado a confiança de atores que se tornaram interlocutores.

As mediações e explicações concedidas por Esdras me davam uma “janela”, uma perspectiva, sobre os eventos que vivenciava. Evidentemente, em alguns momentos, meu olhar foi conduzido por ele. Além disso, a própria presença do educador era um elemento que condicionava as relações e as interações que pude estabelecer com os *adolescentes*. Por ser conhecido e respeitado entre eles, minha posição se tornava mais legitimada e confiável na unidade em que Esdras era educador, ao mesmo tempo em que estar sob sua “sombra” me permitia acessar uma versão em específico dos *adolescentes*, a mesma versão que eles apresentavam ao educador.

²¹ Ver capítulo 3.

Algumas das situações mais tensas e constrangedoras que vivenciei durante o campo aconteceram em outras unidades de internação, em situações nas quais ele não estava presente. Vez por outra, ele participava de nossas discussões, sugeria atividades que eu poderia acrescentar, falava sobre músicas, aparecia na janela da sala que usávamos, como se quisesse garantir que tudo corria bem. Sensível à minha posição pouco clara diante dos *adolescentes*, Esdras se mostrava sempre atento, sempre por perto, o que possivelmente inibiu que flertes e provocações, como vivenciei em outra unidade, mas, possivelmente, também inibiu outras versões, performances e discursos dos *adolescentes*.

A própria posição ocupada por ele, a relação que desenvolvia com os *adolescentes*, dava mostras da complexidade da figuração que me propunha a compreender. O fato de ser querido e admirado pelos *adolescentes* não implicava em não haver indisposições, em não haver pressões e constrangimentos nas relações que se desenvolviam entre eles. Pensando em equilíbrios instáveis (ELIAS, 1980), não existem oposições absolutas entre *adolescentes* e funcionários, elas são negociadas, flutuantes e mutáveis, a depender das situações em que se estabelecem as interações.

Lembro-me de uma ocasião em que Esdras se irritou com os garotos, que insistiam para que ele fizesse fotos individuais de cada um: *Tem que seguir a regra, cara! Vocês são de menor!* Ele falava com veemência, alto, enquanto os *adolescentes* tentavam argumentar. Esdras não cedeu, embora os *adolescentes* tenham ficado contrariados. Quando julgava necessário, ele lançava mão da *regra*, da disciplina, falava firme e alto para ser ouvido, embora também estivesse inclinado à escuta e ao diálogo. E assim seguia *tendo convívio*.

Em vários sentidos, a realização desta pesquisa deve muito a ele, que, até onde estava a seu alcance, me possibilitou estar em campo da maneira mais confortável possível em um ambiente tenso, marcado pela violência e em que, como mulher, eu era minoria. Por sua mediação, pude acessar algumas unidades de internação, com o título de *professora*, que, apesar de me deixar desconcertada, servia como forma de legitimar minha presença entre educadores sociais, que mediavam com monitores minha entrada em “suas” unidades e “selecionavam” os *adolescentes* com quem dialogaria a cada semana.

iii. A caminhada teórico-metodológica

Em “Os estabelecidos e os outsiders”, Elias e Scotson (2000, p. 9) demonstram como “o tratamento de fontes diversas permite alcançar o conjunto de pontos de vista (e de posições sociais) que formam uma figuração social, e compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais”. Diante das condições que encontrei, foi a articulação de fontes diversas para o desenvolvimento da pesquisa etnográfica que procurei também desenvolver. Os dados aqui trazidos vêm sendo produzidos ao longo dos últimos anos (2015-2020), desde os primeiros momentos da iniciação científica, quando as coisas ainda não estavam tão claras. Ao articulá-los, procuro reconstruir cenas de eventos vivenciados por meus interlocutores, chamando atenção para as interdependências que os alinhavam, e os constrangimentos e pressões que exercem uns sobre os outros.

No caminho que trilhei, passei a ver a pesquisa de campo e o trabalho etnográfico como a tentativa de entender as pessoas, na medida em que suas vidas moldam, tanto quanto possível, a minha. Procurei desenvolver conexões no *sistema*. Minha intenção era ter oportunidades de observar como meus interlocutores vivem e como pensam suas vivências, ainda que de maneira limitada, prestando o máximo de atenção às suas ações e interações (SIMMEL, 2006). Interessava-me a interlocução com pessoas que ocupassem diferentes posições naquela figuração, priorizando as interdependências e as mútuas pressões que poderiam ser observadas e posteriormente descritas. Estive concentrada de forma específica nos pontos de contato e conflito, nas lutas, cooperações, mal-entendidos e compartilhamentos entre *adolescentes* e funcionários (DESMOND, 2014)²². Foi ao dedicar tempo ao campo, às conexões que iam sendo estabelecidas, que o problema desta pesquisa ganhou forma, bem como as estratégias metodológicas que adotei (INGOLD, 2014).

Ao longo deste texto, lanço mão de meus registros de campo, como uma forma de me reportar às situações vivenciadas, histórias, cenas, acontecimentos ao longo dos últimos anos... Esses registros são, na verdade, um apanhado de informações que deram corpo à análise, que me permitiram textualizar aquilo que não se encontrava em documentos, em entrevistas, em Rodas de Conversa. Por meio deles, emergem as filigranas das interações, das cenas que reconstruo por meio da escrita.

²² São também referências metodológicas sobre etnografia e pesquisa qualitativa para esta pesquisa: Becker, 1993; Katz, 2001; McCorkel, Myers, 2003; Oliveira, 2000; Beud, Weber, 2007.

Recorro, também, aos documentos de prontuários institucionais, resultado de um trabalho coletivo iniciado ainda na iniciação científica pelos membros de nossa equipe de então. Por meio deles, pude produzir um acúmulo de dados – e de experiências no lidar com o material documental – que certamente me ajudam a dedicar especial atenção a uma versão das narrativas de conflitos, *indisciplinas* e punições nas relações entre funcionários e *adolescentes*. Tais registros me ajudam a pensar sobre cadeias de tensão entre *adolescentes* e funcionários, por meio dos vestígios de como as vidas dos *socioeducandos* são geridas por funcionários, bem como suas (in)submissões e respostas a essas gestões.

Somando-se a tais experiências que vinham desenvolvendo desde a graduação, já no mestrado, procurei desenvolver estratégias criativas para permanecer em campo, observando, estabelecendo conexões e fazendo parte, na medida do possível, das vivências de meus interlocutores. Pretendia ter uma vivência mais prolongada no interior das unidades de internação (MALLART, 2011), para ter uma visão mais ampla e privilegiada de seus cotidianos e dos eventos que enovelavam *adolescentes* e funcionários. Parecia-me importante, também, ouvir o que eles tinham a dizer, suas falas, explicações, narrativas e histórias, de modo a preencher de sentido as situações por mim vistas e vivenciadas em campo. Interessavam-me os sentidos por eles atribuídos aos conflitos, às tensões, às cooperações. São as suas *visões* que procuro trazer à tona. Como eles mobilizam explicações para interpretar o que vivem e fazem (BEUD; WEBER, 2007).

Assim, em 2019, eu e Alana, companheira desde a iniciação científica, compartilhando da necessidade e do desejo de iniciar uma pesquisa exploratória que também interessasse e colaborasse na formação educacional dos *adolescentes* com quem já dialogávamos, propusemos as atividades de Roda de Conversa. Há alguns anos vivenciávamos o *sistema*, de modo que tínhamos o objetivo em comum de trazer algum retorno ao campo, dando alguma devolutiva aos *adolescentes*, e de abrir uma nova janela de interlocução. Nossa ideia era dar prosseguimento às “incursões” em unidades de internação, mas por uma via diferente, que nos possibilitasse ocupar outra posição em relação à anterior – a de pesquisadoras assistentes do Pibic. A parceria que desenvolvemos foi crucial nesta pesquisa.

Com nossa proposta apresentada e aprovada pelo setor de educação da Superintendência, pudemos dar início às atividades na Unidade de Internação Masculina para

Jovens 04 (UMJ04)²³, e na Unidade de Internação Feminina 01 (UF01). Quinzenalmente, íamos às duas unidades (uma em cada dia), levando textos literários, a partir dos quais provocávamos discussões temáticas com grupos rotativos de cerca de seis a sete *adolescentes*.

Vi nas Rodas de Conversa uma oportunidade de contribuir no desenvolvimento da expressividade daqueles garotos e garotas a partir do diálogo com a literatura e outras expressões artísticas. Nesse sentido, tais atividades podem ser pensadas, também, como um reflexo de meus compromissos prévios na forma como via meus interlocutores. O campo me moldava, na mesma medida em que interferia sobre ele. Queria ampliar a aproximação e o diálogo, o que acabou sendo, também, de grande valia para o momento tão sensível de definição do problema de pesquisa sobre o qual me debruço.

No ano seguinte, a partir de janeiro de 2020, empolgada com a boa receptividade que as Rodas de Conversa tiveram, decidi dar continuidade. Dessa vez com mais fôlego. Esdras, também empolgado com a proposta, foi abrindo as portas das unidades onde estive. A princípio, pensava em iniciar em apenas duas delas, mas, quando dei por mim, já estava em três e com pelos menos outras duas esperando ansiosas para que iniciasse as Rodas de Conversa. As atividades aconteceram nas seguintes unidades: Unidade de Internação Masculina para Menores 01 (UM01), localizada no complexo da Sumese, onde já havia realizado pesquisa anteriormente; Unidade de Internação Masculina para Jovens 02 (UMJ02), localizada num complexo aos fundos da Sumese e Unidade de Internação Feminina 01, onde também já havia realizado pesquisa. Cabe enfatizar que, em se tratando da UM01 e da UMJ02, os *adolescentes* ali internados enunciavam vínculos com o PCC, de modo que são suas perspectivas e interpretações sobre essa *fação* que recebem ênfase neste trabalho.

Isto se deu porque os oito encontros previamente planejados para as Rodas de Conversa só foram finalizados em uma unidade de internação, a UMJ02. Nas outras duas, estava já no meio, ou finalizando os encontros quando, por conta da pandemia da Covid-19, o *sistema* fechou suas portas para *atividades externas*. Na verdade, eu mesma optei interromper minhas idas. No dia seguinte à minha decisão, foi estabelecido oficialmente pela Superintendência o fechamento das unidades até para visitas familiares. Embora considerando prudente a decisão tomada, ainda nos últimos dias de março, não foi pouca a minha frustração em não ter

²³ No ano seguinte, já realizando pesquisa em outras unidades, ouvi de funcionários que naquela unidade eram internados garotos com mais de 18 anos e que se identificavam como *neutros*. Infelizmente, não pude retornar ao local, como pretendia, por conta da pandemia da Covid-2019.

correspondido às expectativas criadas entre os *adolescentes*, sendo as Rodas de Conversa mais uma entre outras atividades no *sistema* que começam, mas ficam sem continuidade. Pelo mesmo motivo não pude explorar, como pretendia, unidades de internação *do CV e neutras*.

De todo modo, dentro do que foi possível, as Rodas de Conversa aconteceram, e, também como sugestão de Esdras, foi dado um nome ao *projeto*, como ele falava: “Trocando Ideia”. Entre os funcionários, por influência dele, as Rodas de Conversa ficaram conhecidas como um *projeto de educação*, descrito por ele da seguinte forma para “seus” garotos: *vocês são meninos de atitude, mas esse projeto vai ajudar vocês a serem pessoas de diálogo*.

Nossos encontros passaram a acontecer semanalmente. Planejei oito ao todo, com grupos fixos de seis a sete *adolescentes* por unidade de internação, escolhidos por seus respectivos educadores sociais²⁴. Pedia, apenas, que fossem *adolescentes* com posição de liderança entre os demais, garantindo que esse critério sequer seria mencionado no decorrer dos encontros. Sozinha, ou com Alana na unidade feminina, frequentava as unidades, levando comigo músicas e livros infanto-juvenis²⁵. A partir de leituras e escutas, às vezes tensas, às vezes divertidas, às vezes carregadas de emoção, conduzia discussões com eles, abordando temas de suas vidas: família, amizades, sonhos, arrependimentos, *erros* ao longo da vida, relacionamentos...

Por meio das leituras e escutas, provocava o diálogo com os *adolescentes*, para que fôssemos além do que aparentava já estar dado e óbvio, para mim e para eles. Com isso, pretendia acessar suas narrativas e compreensões acerca do *crime* e das *facções*, dentro e fora do contexto de internação. Às vezes, as provocações que eu fazia em forma de perguntas eram bem recebidas, os *adolescentes* respondiam empolgados, falando um atrás do outro, concordando ou discordando entre si, cada um contribuindo com sua *visão*, como se tivessem informações importantes para passar. Às vezes, desconfiados, simplesmente calavam, ou pediam para *pular a pergunta*. Nesse contato inicial, fui percebendo quem seriam os garotos e

²⁴ Infelizmente, os oito encontros só foram finalizados em uma unidade de internação. Em outras duas, estava já no meio, ou finalizando os encontros quando, por conta da pandemia da Covid-19, optei por não mais ir às unidades de internação.

²⁵ Optamos por livros infanto-juvenis considerando a dificuldade que alguns *adolescentes* apresentaram, tanto de leitura e escrita, como de interpretação e compreensão. No caso dos meninos, a questão se mostrou ainda mais dramática. Alguns *adolescentes* são analfabetos. Assim, com a intenção de evitar constrangimentos e tornar a atividade proveitosa para todos, optamos por leituras com imagens e com textos mais curtos e menos complexos. Apenas em uma ocasião, na unidade feminina, levamos um texto mais longo e de difícil compreensão. Foi o conto “Venha ver o pôr-do-sol”, de Lygia Fagundes Telles. Mais escolarizadas, foi relativamente mais fácil propor essa leitura para as meninas.

garotas que gostaria de poder entrevistar posteriormente, a depender das circunstâncias que fossem se desenhando e das disposições de funcionários. Alguns *adolescentes* receberam a esperada liberdade antes de ser entrevistados, o que me deixava feliz, afinal.

Rindo ou com expressões sérias, lembravam da infância, das brincadeiras, das repreensões das mães, das *pisas*²⁶, das dificuldades. Falavam das amizades, das ajudas que receberam. Em situações mais desconfortáveis para mim, falavam de suas relações amorosas, permeadas por ciúmes e agressões verbais. Falavam de seus sonhos, ou da ausência deles. Em um momento diziam que queriam *mudar de vida*, que estavam *arrepentidos*, em outros diziam que *iriam fazer pior quando saíssem dali*. As aparentes contradições se relacionavam às incertezas sobre a minha posição e às performances que mobilizavam nessas circunstâncias. Afinal, se tive uma entrada privilegiada em campo, não perco de vista que entre mim e os *adolescentes*, além dos monitores sempre a rondar a sala onde nos encontrávamos, estava a presença, ainda que simbólica, dos educadores. Ou seja, naquelas figurações estávamos eu, *adolescentes* e funcionários. Talvez por isso, o discurso de *mudar de vida* fosse tão recorrente entre eles.

Em nossos encontros e desencontros das Rodas de Conversa, por um período de tempo, ainda que curto, eu me tornei parte da rotina de algumas unidades, e percebia o esforço dos *adolescentes* por entender qual a performance deveriam mobilizar em nossas interações, afinal, ainda que eu tenha tentado explicar, minha posição se localizava em uma área “cinzenta”: não era funcionária, nem do *crime*, era uma estudante da UFAL, que fazia pesquisa sobre *esse negócio de facção*, e eles me chamavam de *professora Ada*.

Foi assim que pude observar um pouco dos movimentos de algumas unidades de internação, das interações dos *adolescentes* entre si, com os funcionários, dos funcionários entre si. Pude ver “bate-bocas”, orações, *zoações*... Não era raro ver os *adolescentes* ironizarem baixinho os monitores, que ficavam distraídos em suas conversas paralelas, depois de trazer a “solavancos”, com mãos para trás e cabeça baixa, os garotos à sala onde nos encontrávamos (no caso das unidades masculinas, especificamente). Tudo isso me saltava às vistas, mostrando-

²⁶ Uma *pisa* é o castigo físico empregado por mães, pais ou outros familiares que cumpram a função de cuidado em relação a crianças e *adolescentes*, quando eles fazem algo que consideram errado. A *pisa* pode ser com a mão, com uma *chinela*, ou com outros objetos, como os *adolescentes* já mencionaram: correia de sofá, cabo de vassoura, cinto etc.

me os meandros do que me interessava: os controles, as pressões, os constrangimentos, os governos e autogovernos.

Apesar das limitações de tal proposta, limitações inclusive minhas na forma de conduzir o debate e de propor temas e diálogos, pretendia proporcionar um ambiente o mais confortável possível, embora, evidentemente este ideal nunca seja plenamente alcançado. Minhas expectativas e minha própria posição muitas vezes nos atropelaram. Em muitas situações, precisei lidar com as frustrações dos silêncios, das ambiguidades, de simplesmente ouvir aquilo que não gostaria. Ainda assim, considero proveitosa tal estratégia metodológica, e, em se tratando do *sistema*, diria que foi uma novidade por ali.

iv. Controles e descontroles: os “riscos” da caminhada

Março de 2020. Numa tarde chuvosa de segunda-feira, faria meu último encontro do ciclo de Rodas de Conversa na Unidade de Internação Masculina para Jovens 02 (UMJ02). Assistiríamos ao filme “Na Quebrada”. Estava a organizar o computador e o datashow nas cadeiras de plástico da sala de aula onde ocorriam nossos encontros. Enquanto isso, um a um, os garotos eram trazidos pelos monitores à sala, de mãos para trás e cabeça baixa. De um lado da sala, ficava a porta que dava para o pátio exterior, já trancada. Do outro lado, o lado dos alojamentos, a porta ia sendo aberta e fechada, à medida que eram trazidos os garotos. Por alguns instantes, ficávamos trancados dentro da sala, até que os monitores abrissem a porta do outro lado. Lembro-me de que, nesses momentos, sentia um pouco de ansiedade. Lembrava-me dos relatos de *cobranças*, das desconfianças, das tensões em torno de *palavras mal colocadas*.

Quando eram trazidos, antes de se disporem nas cadeiras, os adolescentes me cumprimentavam com um aperto de mão, como costumavam fazer sempre que nos encontrávamos para as Rodas de Conversa. Rubem foi um dos últimos trazidos nesse dia. Diferente dos demais, desde o segundo encontro, fazia questão de me abraçar quando era trazido à sala pelo monitor. Por ocupar uma posição de liderança, ele sempre assumia o controle quando eu fazia as perguntas mais sensíveis a respeito da atuação que eles tinham na unidade por meio das *facções*. Suas respostas sempre vinham com ênfase à violência: entrada de armas brancas, celulares, *salves* que vinham do presídio etc. Naquele último encontro, pegando-me

completamente de surpresa, e me desconcertando claramente na frente dos demais, junto com o abraço, ele me deu um beijo no pescoço.

A cena narrada, embora desconfortável, me ajuda a pensar sobre minha posição em campo. Mais do que isso, me ajuda a pensar sobre como eu constrangia e pressionava aquela figuração, criando situações. Em minhas experiências anteriores em unidades de internação, como pesquisadora assistente da iniciação científica, sempre estive acompanhada, fosse por meu orientador, fosse por companheiros de pesquisa. Na caminhada que construí na pesquisa de mestrado passei a dar passos mais autônomos. Foi então que senti em meu corpo, mais intensamente, que o fato de ser mulher era um aspecto relevante na interlocução que pude desenvolver com adolescentes e funcionários, na forma como se dava minha participação em campo, e no conhecimento que daí advinha.

Mais do que isso. Não se tratava apenas do fato de eu ser uma mulher, mas fato de ser mulher se imbricava em outros marcadores que me colocavam em uma posição específica naquela figuração. Tradições de classe, escolar e religiosa se costuravam à forma como me expressava e era vista, tornando-me não-discreta e não-neutra, como eu imaginava e gostaria inicialmente. Por ser quem era, ocupando a posição que ocupava, às vezes despertava variados interesses em meus interlocutores, ao invés da indiferença (DRYBREAD, 2016) tão comum naqueles ambientes. Seria ingênuo pensar que isso não aconteceria, afinal, eu mesma estava interessada por melhor entendê-los, então, por que não aconteceria o inverso?

Em algumas ocasiões, os *adolescentes* me devolviam as perguntas que eu lhes fazia, interessados em ouvir *a minha visão* sobre o que eles estavam a dizer:

[Pergunta] Quando cês eram criança, cês brincavam mais ou assistiam mais televisão?

[Adolescente 1] Jogava videogame... Assistia os desenho animado ali, Bob Esponja...

[Pergunta] Então ficava mais dentro de casa...

[Adolescente 1] Dento de casa!

[Adolescente 2] Eu variava. Jogava, ficava no lado de fora, jogava videogame, assistia desenho... Mas na minha visão ficava mais do lado de fora.

[Pergunta] Ficava mais fora. Cê ficava mais fora também?

[Adolescente 3] Jogava ximbra, soltava raia...

[Adolescente 4] Ficava traquinando...

[Pergunta] Ficava traquinando [risos]. Cê traquinava em que?

[Adolescente 4] Muitas coisa. Chegava na porta dos outo e "TIM"! [tocava a campainha]!

[Adolescente 3] Tocava na cigarra e corria. [risos]

(...)

[Pergunta] Aprontava na rua, né?

[Adolescente 2] E você?

[Pergunta] Não, eu ficava mais dentro. Muito pouco. Eu tinha uma tia que morava, tipo assim, num conjunto de prédios, aí, eu brincava na rua, mas onde eu morava num tinha, assim, tanta criança, aí, eu ficava mais dentro de casa. Às vezes andava de bicicleta...

[Adolescente 2] *Tem cara mesmo...*

[Pergunta] É, né? [risos]

(UM01, março de 2020)

Em outras ocasiões, ganhei de *adolescentes* buquês de flores de origami (na UM01, unidade de Esdras). Ao menos no começo, acredito que parte da empolgação que alguns demonstraram em participar das atividades que eu propunha se relacionava, entre outros motivos, ao fato de haver a possibilidade do diálogo, ainda que vigiado, com uma mulher de idade próxima a deles. De forma bem mais sutil, também tive a impressão de que houve tentativas de flerte por parte de um educador e de um monitor, tentativas que fingi não perceber, ao mesmo tempo em que passei a limitar o diálogo com eles apenas ao necessário. Somando-se a todas essas situações, não me saíam da memória os relatos, mencionados pelas garotas, de mulheres mortas brutalmente em *cobranças* depois de se envolverem em situações de desconfiança. Elas eram acusadas de disseminar fofocas, o *leva e traz*, ou de se relacionarem (em relações amoroso-sexuais, de amizade ou até de trabalho) com rivais, que poderiam ser inimigos da *facção* ou policiais.

Como Lyra (2013) em seus primeiros dias em uma unidade de internação, para mim, estar em campo se mostrou em diversas situações uma tarefa não apenas instigante e prazerosa, mas também desconfortável, diante de tudo que já foi mencionado. Em meu caso, não eram necessariamente os primeiros dias em um ambiente desconhecido, mas eram os primeiros dias vivenciando o campo “sozinha”. Ao final das Rodas de Conversa, sentia-me muito cansada, embora não tivesse feito grandes esforços físicos. Evidentemente, alguns relatos mencionados por meus interlocutores me deixavam perturbada, temerosa. Provavelmente eu não conseguia disfarçar minhas reações. É possível que eles também estivessem dispostos a assumir determinadas narrativas e performances para me impressionar, assustar, ou os dois. Por outro lado, ser que em era, por desconfortável que fosse, me permitia ter vislumbres que me conduziam de maneira satisfatória em minha pesquisa.

Ao me posicionar, conversar, falar sobre mim, ia percebendo as distâncias que separavam a mim e meus interlocutores. Distâncias que precisam ser reconhecidas enquanto elemento importante na forma como se constituíam nossas relações. Diferentemente de Lyra (2013), seria forçoso de minha parte, por exemplo, ao me comunicar com os *adolescentes*, tentar empregar sua linguagem, suas expressões. Seria como forjar aproximações que simplesmente

não existiam, afinal, eram justamente as diferenças e afastamentos entre nós, decorrentes da intersecção entre tradições de gênero, classe, família, religião etc., que criavam as situações que vivenciávamos, que produziam os interesses. Se ao falar sobre mim eu tentava incentivar o diálogo, permitindo uma identificação entre minha trajetória e a deles, eu poderia estar causando também o seu oposto.

Também ao me expor e me posicionar nos diálogos com os *adolescentes*, ficava em um meio termo entre não parecer apática ou indiferente, mas me esforçando por não demonstrar todo meu espanto diante de alguns de seus relatos ou performances. Se pretendia estabelecer uma relação dialógica, me sentia no dever de ser legível, inclusive quando discordava deles, ao mesmo tempo em me esforçava por não reproduzir os modelos condenatórios com os quais eles já estavam lidando:

[Adolescente 1] *Depende do erro, né? Porque tem erro ali que num tem conserto não, só Deus mermo conserta.*

[Pergunta] Entendi.

[Adolescente 1] *Tem erro ali que conserta, né, mas tem erro ali, esse erro ali, na minha visão, merece morrer mesmo. O cara ali estrupar uma criança, uma coisa e outra...*

[Pergunta] Urrum...

[Adolescente 1] *Merece morrer.*

[Adolescente 2] *Ou se não, [trecho incompreensível] uma irmã, uma pessoa, uma filha, uma prima...*

[Adolescente 1] *Ali num foi feito pá ficar vivo não. Na sua visão?*

[Pergunta] Não concordo não com vocês. Eu acho que ninguém tem o direito de decidir sobre a vida de ninguém...

(UM01, março de 2020)

Está mais do que claro que as múltiplas dimensões de quem eu era interferiam nas relações com meus interlocutores, influenciavam em minhas percepções e no acesso a poder e privilégios em campo. Em suma, minha posição me afetava em campo, afetava as relações em campo, afetava meus interesses e curiosidades como pesquisadora, afetava minhas interpretações dos eventos vivenciados e narrados. Reconhecer isso é um elemento crucial para o desenvolver deste trabalho (MCCORKEL; MYERS, 2003). Como Malvasi et al chamam atenção (2018, p. 76), as origens sociais distintas, o pertencimento e a circulação por outros territórios e a posse (desigual) de bens materiais e simbólicos intervêm na relação entre quem pesquisa com o lugar, o contexto e os interlocutores.

Aos poucos é que fui entendendo alguns sentidos de minha posição, que era, em vários sentidos, ambígua (FLEISCHER; BONETTI, 2010). Ser uma mulher circulando por unidades de internação era como estar em uma posição de ser desejada e, ao mesmo tempo, indesejada. Desejada porque, afinal, meus interlocutores eram majoritariamente *adolescentes* e jovens,

muitos deles há um bom tempo sem ter contato afetivo-sexual com parceiras. Assim, eu poderia ser alguém com quem se poderia flertar. A posição de desejo, no entanto, é ambígua, pois é a mesma que coloca muitas mulheres com quem tais garotos se relacionam em situações de avaliações morais depreciativas e de desconfiança, estando vulneráveis a *cobranças*, passando de desejadas a indesejadas. Além disso, se em nossas conversas os garotos entendessem (ou mal entendessem) que eu estava fazendo sobre eles qualquer associação ao feminino (falar sobre sentimentos, usar palavras no feminino), a reação era imediata, como se aquilo fosse agressivo às suas masculinidades:

[Pergunta] Eu tô perguntando assim porque eu ouvi certa vez de algumas meninas, elas falando assim, que às vezes acontece, tipo assim, o cara ele quer, que nem o [Adolescente 1] falou, quer ser maior, quer ser melhor...

[Adolescente 1] *Quem falou?*

[Pergunta] Algumas meninas me comentaram. E, aí, às vezes, essa pessoa começa a matar mulher, porque, tipo assim, é mais fácil, seria mais fácil matar mulher, pra crescer.

[Adolescente 1] *Isso aí num vi não!*

[Pergunta] Isso acontece?

[Adolescente 1] *Nunca vi não.*

[Adolescente 2] *Vida se paga com vida, tem que ter um motivo pra, pra... É mais pra quem procura essas menina de favela, essas menina que [Trecho incompreensível].*

[Adolescente 1] *Geralmente morre, geralmente, num tô falando de todos os casos, geralmente morre mais essas meninas que é envolvidas com os caras que são, que começa a colar numa quebrada, aí, cola ni outra, aí, fica com o cara de uma quebrada, fica com cara de outa que tem treta, aí, é considerada, tem algumas vezes que são considerada que fica passando informação dos cara que ela fica pros caras que ela fica da outra quebrada. Aí, a maioria das vezes que eu presencieei, que eu já vi morte, foi poucas, mas foi por questão disso, famoso leva e trás.*

(UMJ02, março de 2020)

[Pergunta] No momento que a pessoa tá presa...

[Adolescente 1] *Presa é na UIF.*

[Pergunta] Como é aqui?

[Adolescente 2] *Preso.*

[Adolescente 1] *Presa? Presa? Ali é pá mulé!*

[Pergunta] Não, a pessoa tá presa. Vocês num são pessoas?

[Adolescente 1] *Não, pessoa...*

[Pergunta] Pessoa é feminina, a pessoa tá presa, ou vocês estão presos...

(UM01, março de 2020)

Talvez devido à ambiguidade de minha posição, desconfiança é uma palavra que bem representa o sentimento por trás de muitas interações que estabeleci em campo. *Adolescentes* desconfiados em relação ao que eu estava a perguntar e gravar; monitores desconfiados em relação às conversas que eu tinha com os *adolescentes*; educadores desconfiados de que eu não *daria conta* das Rodas de Conversa; e eu desconfiada de ter falado *uma palavra mal colocada*, de estar sendo interpretada como uma ameaça ou uma informante, de que eu poderia estar fazendo *o famoso leva e traz*. Desconfiada porque, como mulher, muito me afetavam os relatos de garotas com cabelos raspados e seios e outros membros decepados em *cobranças* que tinham

como pano de fundo desconfianças. Meu medo era ser interpretada como *Estado*, como alguém que *corre pelo errado*, que tem uma *caminhada toda troncha*, como *cabueta* ou *cabana*.

Logo, permanecer em campo, mantendo uma boa relação com *adolescentes* e funcionários, sorrindo, sendo gentil, respondendo com cordialidade, se imbricava no esforço por não soar como se estivesse disponível para o flerte, e por não soar como se estivesse assumindo “um lado”, de um ou de outro. Essa era outra preocupação que me rondava: E se os *adolescentes* desconfiassem que eu *corria com* os monitores? E se os monitores desconfiassem que eu estava ali para endossar as posições dos *adolescentes* em relação às *facções*?

Outro aspecto da ambiguidade de minha posição se relacionava ao fato de que, no *sistema*, como mulher, eu era minoria, entre *adolescentes* e funcionários. Boa parte das mulheres que ali trabalham ocupam funções de cuidado, normalmente associadas ao feminino. Eu não era professora, enfermeira, psicóloga ou assistente social, como a maior parte delas. Logo, eu não ficava nos “lados de dentro” das salas atendimento e da UBS, mais isolada e “resguardada”, mas estava “nos lados de fora”, em corredores, pátios; e “nos lados de dentro” das unidades de internação, nas salas de aula, mais exposta e visível, conversando com *adolescentes* por motivos pouco compreensíveis.

Com exceção da unidade feminina, eram homens que, mais ou menos “dispostos”, me abriam as portas, vigiavam as Rodas de Conversa, circulavam pelos corredores, registravam meu nome, me conduziam de um lugar a outro... O *sistema* não é um ambiente majoritariamente masculino apenas porque ali há poucas mulheres – uma mulher é que tem ocupado nos últimos anos a posição de superintendente, por exemplo – mas, principalmente, porque as expectativas de gênero comparecem e se inscreveram em sua própria fisionomia, de modo que práticas associadas a um ideal de virilidade, que muitas vezes me parecia opressor e constrangedor, estão sempre a ser empregadas – inclusive por mulheres que ocupam específicas posições, como de monitoras –, como uma forma de garantir alguma segurança diante das tensões inescapáveis (BOURDIEU, 2012; LIMA; ABREO; GONÇALVES, 2017).

Até certo ponto, eu era associada ao setor de educação, por isso alguns garotos se referiam a mim como *professora Ada*, embora eu enfatizasse semanalmente que não era funcionária da unidade, não tinha vínculo com o *sistema*, mas era pesquisadora, o que deveria ser uma categoria não fazia tanto sentido para eles. Eu poderia ser a *estagiária da UFAL*; a *professora Ada* ou com quem se pode flertar; poderia ser a estudante que atrapalha a rotina ou

qualquer outro alguém ainda em posição confusa. *Mas isso aí que você tá fazendo é pra que?*, um *adolescente* perguntou a mim e a Alana em uma das Rodas de Conversa.

Apresentar com clareza essas questões me parece importante porque, “as vicissitudes e os imponderáveis da pesquisa de campo são partes constitutivas da experiência do antropólogo [ou sociólogo] e do conhecimento que produz” (p. 7), e, ainda que desconfortáveis, são dados que precisam ser considerados. No *sistema*, eu estava a ser classificada, interpretada, avaliada e considerada como passível de sedução, estando exposta e vulnerável, sob desconfiança (FLEISCHER; BONETTI, 2010). Talvez não na mesma medida que meus interlocutores, mas nem por isso menos desconfortável.

Como o episódio das bombas já havia me dado mostras, não seria possível controlar tudo no processo de pesquisa. Minha biografia, meu corpo e meus sentimentos certamente estavam envolvidos nas vivências que tive, de modo que seria necessário assumir minha inteireza sensorial. Este foi, na verdade, um aprendizado muito mais posterior, como uma experiência adquirida, do que necessariamente algo que tenha conseguido colocar em prática quando estava em campo (FLEISCHER; BONETTI, 2010).

Ao longo das semanas, foi preciso encontrar meus próprios limites no encontro etnográfico. Precisei aprender a dosar o que dizia, como dizia, como agia e olhava, sobretudo para os garotos. Fui aprendendo até onde eu poderia insistir nas perguntas, se iria insistir, ou se iria fingir não ter entendido. Lembro-me de uma ocasião em que a leitura do livro que discutíamos provocou uma crise de riso em um garoto quando li a palavra “gozação”. Ele, provavelmente, associou a palavra “gozação” ao ato sexual. Naquele momento, entendi que o melhor seria não chamar ainda mais atenção para a sua reação. Segui em frente com a leitura. Assim, entre silêncios, risos, provocações, ironias, brincadeiras, distrações e conversas paralelas, foi sendo tecida a interlocução.

(Re)conhecer as tramas sociais estabelecidas no *sistema*, nas cenas que observava e que eu mesma pressionava, se tornou, também, uma fonte de conflitos éticos para mim. Se ao refletir sobre minha caminhada de pesquisa em unidades de internação as palavras por mim usadas para descrever tal experiência foram são riscos, descontroles, desconfianças e ambiguidades, num momento posterior, o momento da textualização, da escrita de um trabalho final, são outros riscos descontroles, desconfianças e ambiguidades que vêm à tona. Afinal, considerando que uma dissertação é um trabalho público, acessível a qualquer pessoa, o que deve ser escrito e publicizado e o que deve ser resguardado aos diários de campo?

Quando já não se “está lá”, quando se está junto aos pares, compartilhando dos aprendizados e descobertas, os riscos, pelo menos os específicos ao campo, deixam de ser uma questão em iminência. O fato de, no fim das contas, eu não *ser do sistema*, não ser funcionária ou *socioeducanda*, e estar a circular por outros espaços, espaços muitas vezes de privilégio, podem servir à ilusão de que os riscos ficaram em campo, como se eu já não o pressionasse, como se as palavras que escrevo sobre o *sistema* não reverberassem lá. A meu ver, no entanto, o que se dá é justamente o contrário.

Refletir e medir os riscos aos quais meus interlocutores poderiam estar expostos caso identificados em meu trabalho, no que disseram, em suas opiniões, discordâncias e denúncias é, a meu ver, imperativo. Quando iniciei o processo de textualização, minha preocupação se resumia a mudar nomes de pessoas e lugares, não especificar datas ou eventos na escrita. Tal preocupação começou ainda em campo, na negociação dos diálogos, quando evitava pedir tais informações nos diálogos com meus interlocutores. O anonimato, o ato mudar nomes de pessoas e de unidades de internação, no entanto, como Fonseca (2008) chama atenção, é apenas uma parte da questão, como, aos poucos, me foi ficando evidente. Não é sinônimo de respeito, nem muito menos implica em não identificação de pessoas.

Evidentemente que, considerando que o sistema socioeducativo não é um ambiente tão extenso, muito menos impessoal, mas, pelo contrário, é um ambiente em que as pessoas se conhecem, fofocam, sabem e trocam informações umas sobre as outras, a forma como narro cenas e situações poderia facilmente identificar pessoas, ou pior, comprometê-las. Meu grande dilema se tornou seguinte: como fazer emergir no texto situações analiticamente tão importantes ao problema que procuro responder sem, ao mesmo tempo, constranger ou expor pessoas, ou, mais ainda, colocá-las em risco, de desemprego, de agressões, de *cobranças*? Como descrever, que é um elemento tão importante da textualização etnográfica, sem tornar meus interlocutores identificáveis?

Os riscos da caminhada, evidentemente, não eram privilégio meu. Na verdade, eu é que adentrei em um campo marcado por riscos, e ao trazê-los à tona através da escrita, eu poderia estar a potencializá-los. Mais uma vez, fica claro como jamais teria todas as situações de campo sob controle, afinal, se as vicissitudes e os imponderáveis são elementos constituintes do trabalho de campo, também o são das consequências e implicações do texto final, de seus usos e apropriações (FLEISCHER; BONETTI, 2010).

Nesse sentido, meu esforço é por, como Fleischer e Bonetti sugerem (2010), visibilizar e incorporar os riscos como um dado de campo. Não apenas encontrar as melhores soluções no sentido de trazer para o texto eventos relevantes à análise sem expor, constranger e identificar pessoas. Mas por pensar que esse próprio esforço é um dado de campo a ser pensado e refletido, pois expõe os tensionamentos, as pressões e constrangimentos que são elementos constituintes do *sistema* e que, conseqüentemente se tornaram um elemento estruturante de minha escrita.

Ao me expor ao campo e vivenciar as experiências de tensão, ainda que numa posição privilegiada, essas mesmas tensões não teriam como deixar de comparecer ao processo de textualização, as falas à meio tom, os medos, os silenciamentos tão comuns naquele ambiente agora são uma questão textual. O que tornar público e o que silenciar? São respostas que não me parecem claras, embora tenha me esforçado por lidar com elas no processo de escrita, reafirmando um compromisso ético com meus interlocutores.

Apresentadas as caminhadas que possibilitam esta pesquisa, bem como suas “reviravoltas”, interlocuções e “riscos”, apresento os passos que serão percorridos nos capítulos que se seguirão. No primeiro capítulo, apresento cenas de situações vivenciadas no *sistema* por sete *adolescentes*, reconstruídas por meio da análise de prontuários institucionais e das observações, registradas em diários de campo. Lanço luz sobre os repertórios de disciplinamento e controles institucionais que pressionam as trajetórias dos *socioeducandos*. Como eles são “geridos”, desde o momento em que são apreendidos, nas interações e encontros com funcionários que ocupam variadas posições de poder e legitimidade.

No segundo capítulo, reflito sobre as funções cumpridas pelos sentidos de identificação de adolescentes a *facções* nas unidades de internação. Apresento como foi se desenvolvendo ao longo dos últimos anos o cenário de *guerra* instaurado, também, no *sistema*, desde o rompimento da aliança PCC-CV, em 2016. Argumento que o cenário de *guerra* culminou na enunciação de vínculos (ou “desvínculos”) ao PCC e ao CV entre os adolescentes, e essas enunciações podem ser pensadas como respostas à gestão de suas vidas durante o encarceramento, enquanto autogovernos com características específicas ao sistema socioeducativo alagoano.

No terceiro capítulo, apresento algumas das formas de organização e de resposta dos adolescentes à gestão de suas vidas, às pressões e controles que se exercem sobre eles. Como passaram a se organizar, responder e interagir, a partir da enunciação de *facções*, às ambíguas

relações com funcionários. Apresento eventos cotidianos que expressam como as fronteiras entre Estado e crime são performances que escondem as interdependências, cooperações e negociações. A própria gestão institucional da vida dos *adolescentes* é profundamente relacionada à enunciação das *facções* no *sistema*.

Nos dois últimos capítulos deste trabalho, privilegio as perspectivas dos adolescentes e as relações e interações que desenvolvem entre si. No quarto capítulo, reflito, por meio da interlocução e das observações realizadas em campo, nas Rodas de Conversa, sobre suas interpretações a respeito do *certo* e do *errado*. Interpretações mediadas pelo que eles chamam de *disciplina da facção*, que é mobilizada e tensionada nas situações vivenciadas pelos *adolescentes*.

Reflito, ainda, sobre como essas interpretações são colocadas em movimento nas regulações de hábitos e comportamentos entre os *adolescentes*, regulações entendidas, também, como repertórios disciplinares. Aponto para como a territorialização da *guerra* entre *facções* e a circulação de *adolescentes* pelos espaços das unidades de internação são táticas por eles mobilizadas para se organizar e exercer mútuas pressões sobre as caminhadas uns dos outros. Esse é o tema do quinto e último capítulo.

CAPÍTULO 1. TODO SOCIOEDUCANDO TEM O DEVER DE RESPEITAR AS NORMAS ESTABELECIDAS: REPERTÓRIOS DISCIPLINARES DOS FUNCIONÁRIOS

Junho de 2015. Enquanto eu e meu orientador esperávamos em frente a um alojamento do DER para iniciar a manhã de entrevistas, os garotos, da penumbra das grades, foram ficando cada vez mais agitados. Eles gritavam todos ao mesmo tempo frases aparentemente soltas que eu mal conseguia entender. A gritaria confusa e generalizada escapava pelas grades e chegava até nós, causando-me forte impressão.

Mais tarde, fui percebendo que aqueles gritos eram uma espécie de diálogo entre eles, pois uma parte do governo de suas vidas passa pelo confinamento, pelo muito tempo presos nos alojamentos e sem se ver. Nas idas e vindas às unidades, entendi que é um costume entre eles, cada um de sua *cela*, ficar se comunicando por gritos com o companheiro que está em outra. Por mais confusos que os gritos me pareçam, eles se entendem e *trocam ideias*, numa comunicação improvável. Lembro que algumas frases são algo como: *E, aí, irmão, dá um salve aí!*, e, então, o companheiro de outro alojamento responde com um *salve*.

Naquela situação, sem saber como agir, ignorei a gritaria, como se nada acontecesse, pois percebia que uma parte da agitação se devia à nossa presença, afinal, para aqueles garotos, éramos pessoas desconhecidas e que despertavam curiosidade. Vez por outra, um monitor reclamava, mandando-lhes *calar a boca*, sendo obedecido por alguns instantes. Mas logo os gritos voltavam. Com o tempo, em unidades onde fomos nos tornando conhecidos pelos *adolescentes*, nós mesmos passamos a ser alvo daquela comunicação. Não era incomum ouvi-los gritarem: *Aê, UFAL, chama eu aí [para a entrevista]!*. Ser chamado para entrevista era uma oportunidade de sair do alojamento e *trocar uma ideia*.

Enquanto esperávamos, outra cena me marcou: um dos monitores – vestido quase como um policial do BOPE²⁷, de roupa toda preta e coturno –, ao passar de um canto ao outro do pátio, entre as *celas*, ouviu alguma piada a ele dirigida, vinda dos *adolescentes* que o observavam pelas grades das portas, onde se aglomeravam. O monitor ficou bastante irritado, respondendo: *Me respeite que eu num dô liberdade pra bandido não!* Àquela altura, não

²⁷ Batalhão de Operações Policiais Especiais, da Polícia Militar.

esperava que um funcionário da unidade pudesse chamar tão abertamente – na nossa frente, por exemplo – e visivelmente irritado, os garotos de *bandidos*²⁸.

Cenas como essa são muito comuns nas rotinas das unidades de internação masculinas. Do “lado de dentro”, é certo que se ouvirão os gritos de um alojamento para outro, em conversas cifradas, cheias de gírias e de frases de efeito. Em alguns momentos ouvem-se provocações, *o monitor disse que eu ia tacar fogo nele*, em outros uma informação, um *salve* é repassado. Às vezes os gritos são simplesmente ignorados, às vezes os gritos são alvo de controle, do *me respeite que eu num dô liberdade pra bandido*, do *cala a boca*. Às vezes os contornos do controle mudam, acendem-se cigarros, os *adolescentes* ficam *tranquilos* e param de gritar. Como numa ciranda, a roda gira, todos de mãos dadas, rápido, tensionados, mas unidos. As ações e reações são entramadas porque *adolescentes* e funcionários estão entramados.

Neste capítulo, reflito sobre uma parte da trama, sobre os repertórios de controle, de governo, de disciplinamento mobilizados pelos funcionários nas interações com *adolescentes*. Aproximo-me, especificamente, dos funcionários que estão em contato direto com os *adolescentes* nas unidades de internação: educadores, fiscais, monitores, equipes técnicas. Minha intenção é tratar sobre as pressões que eles exercem naquela figuração, nos governos das trajetórias de *adolescentes*, que aparecem sob a perspectiva deles. São os *bandidos*, como o monitor os chamou, ou os *socioeducandos*, como são referidos pelas equipes técnicas. Seus corpos são alvo da punição, da nudez, das bombas. Seus discursos estão sob constante avaliação, buscando-se indícios de *arrependimento*, de *mudança de vida*.

Minha intenção é apresentar a complexidade que se esconde por trás das categorias amplas – *adolescentes* e funcionários. Os *adolescentes* podem ser garotos ou garotas, e isso diz muito sobre a forma como serão interpretados, escrutinados, contidos, punidos. Os funcionários podem ser monitores, advogados, assistentes sociais, psicólogas, coordenadores, ocupando diferentes posições de prestígio e legitimação, partindo de diferentes expectativas em relação

²⁸ Apesar de ter visto inúmeras cenas como esta ao longo dos últimos anos, o mesmo incômodo permaneceu, embora não mais a surpresa. Uma reflexão que procuro fazer é a de que parto de expectativas outras em relação à maneira como enxergo os *adolescentes* e o período em que estão internados. Minhas expectativas estão enoveladas pelas concepções do que seriam seus direitos, implicando na maneira como entendo que deveriam ser tratados. Não por acaso, em muitos momentos precisávamos lidar com a desconfiança de monitores em relação à nossa presença em campo, pois certamente éramos identificados a partir do rótulo dos “direitos humanos”, o que nem sempre condiz com as visões de mundo que amparam a forma como os funcionários, nesse caso os monitores, conduzem seus trabalhos.

aos garotos ou garotas internados/as. É considerando a complexidade que se esconde por detrás destas categorias amplas que apresento as unidades masculinas e a unidade feminina em diferentes sessões, acentuando as principais divergências que encontro na forma como garotos e garotas são “tratados/as”, mas também suas reações e respostas a esses “tratamentos”.

Como o relato acima demonstra, os valores e crenças, bem como os repertórios e disposições para punir e disciplinar (LAHIRE, 2002), dos funcionários exercem significativa pressão nas trajetórias dos *socioeducandos*. Começo privilegiando suas perspectivas, marcadas internamente por pressões e hierarquizações, por entender que, na maioria das vezes, são eles que, mais ou menos coesos, estão legitimados para decidir sobre os percursos que os *adolescentes* terão enquanto internados, que falam ao documentar suas interações, que lhes mandam *calar a boca* em alguns momentos, e falar em outros. Neste capítulo, são eles que interpretam os *adolescentes* como *bandidos* ou *socioeducandos*, que os avaliam, avaliam suas famílias, suas escolhas, e definem aspectos de como será governo de suas vidas enquanto estiverem internados, amparados por estratégias que podem causar tensões entre os *adolescentes* e entre eles mesmos, uma vez que também são alvo de fofocas, constrangimentos e pressões.

Uma situação a mim narrada pelo educador social de uma das unidades onde estive, diácono Jeremias²⁹, ajuda a ilustrar o que chamo atenção. Eu havia iniciado as Rodas de Conversa em sua unidade, a UMJ02, fazia algumas semanas. Tinha concluído a atividade daquele dia e já estávamos de saída. Quando nos afastamos da vigilância dos monitores, perto do portão, ele foi me falando à meio tom que estava encontrando dificuldades para realizar seu trabalho depois de uma recente mudança de fiscal na unidade.

Considerando que a segurança deveria ser a área com proeminência sobre as demais, o novo fiscal estava limitando seu trabalho e mantendo os *meninos* mais tempo dentro dos alojamentos³⁰. *Eu tô até sem vir fazer os evangelismos aqui no sábado, porque eu sei que ele num vai liberar. E quando num tem aula, ele não tá autorizando fazer alguma atividade com os meninos*. Até mesmo as Rodas de Conversa, que eu havia iniciado com sete garotos, ao longo das semanas, foi tendo a frequência de apenas de quatro ou cinco, pois, segundo nos era

²⁹ Diácono Jeremias, chamado assim mesmo, com o título eclesiástico, por todos no *sistema*, era educador social da UMJ02, mencionada adiante. Ele estava no *sistema* desde, aproximadamente, 2010. Foi um dos educadores a mim apresentado por Esdras. Ele também era o líder religioso de uma igreja neopentecostal. Os *adolescentes* pareciam respeitar sua posição de *diácono*, sempre pedindo para que orasse por eles ou para que desse uma *palavra*.

³⁰ Nessa época, já não ouvia mais as menções aos alojamentos como *celas*.

explicado, havia um *baixo contingente* de monitores para dar conta de tanta gente fora do alojamento.

O que vinha acontecendo na UMJ02 exemplifica bem a fragilidade dos setores ligados ao ideal e às práticas de “socioeducação” no *sistema*, já dando pistas sobre como se delineiam os repertórios mobilizados nos governos da vida dos *adolescentes*. Há uma sobreposição do ideal de segurança sobre as demais áreas atuantes nas unidades de internação, aproximando o *sistema* das prisões para adultos (GARLAND, 2008). A compreensão dominante é a de que a segurança e a punição se impõem como práticas tão necessárias que mesmo aqueles funcionários que buscam se aproximar de um ideal socioeducativo, em algum momento, instrumentalizam o imperativo de segurança (LIMA; ABREO; GONÇALVES, 2017).

Nessas circunstâncias, as aulas e os atendimentos com psicólogos(as) e assistentes sociais podem ser cancelados, caso o fiscal ou os monitores avaliem que os *adolescentes* estão *mal comportados*, ou que o *clima* na unidade não está bom. Expressões como *tirar cadeia*, chamar os alojamentos de *celas* e os monitores de *agentes* são usadas por *adolescentes* e funcionários. Também não é incomum ver os *adolescentes* usando algemas, quando são deslocados de um lugar a outro, ou pelo menos com as mãos para trás e com a cabeça baixa. Eles também usam uma farda padronizada e, em alguns momentos, têm a cabeça raspada (CARVALHO, 2018). Na UMJ02 cheguei a ver monitores portando armas de bala de borracha sempre às vistas, como se houvesse um clima constante de risco e insegurança.

O diácono Jeremias me relatou, ainda, que estava encontrando dificuldade até para conversar em particular com os *adolescentes*, pois o fiscal havia recomendado que os monitores ficassem sempre por perto quando os *meninos* procurassem o educador para conversar: *Eu até entendo o lado dele, acho que ele fica pensando que eu posso tá colaborando com alguma coisa, né...* Como consequência, os *adolescentes* começaram a dar sinais de insatisfação e de impaciência, no que o educador tentava apaziguar: *Tenham calma, que tudo se consegue...*

É pensando nos vários contornos de pressões e constrangimentos empregados por funcionários que, a seguir, abordo a gestão das unidades de internação e das vidas dos *adolescentes* pela perspectiva institucional. Em outros termos, a posição que ocuparemos diante dos *adolescentes* se relaciona à forma como eles estão implicados nas interações com educadores sociais, psicólogos/as, assistentes sociais, monitores etc.

Sendo assim, neste capítulo, os *adolescentes* agem e falam mediados pelo olhar e a escrita dos agentes institucionais. São eles que, dotados de intencionalidades, nos apresentam os *socioeducandos* sob a perspectiva que os enxergam, narram suas trajetórias privilegiando informações que lhes parecem relevantes, transcrevem suas falas de acordo com as respostas que esperam obter. Se a escrita media o encontro entre *adolescentes* e funcionários (DRYBREAD, 2016), aqui, são os resultados da escrita dos funcionários mediam nosso encontro com os *adolescentes*.

1.1 ETNOGRAFIA E FONTES DOCUMENTAIS: VESTÍGIOS DAS BALANÇAS DE PODER ENTRE FUNCIONÁRIOS E ADOLESCENTES NO SISTEMA

2 – Da Infração Administrativa

Em decorrência da entrada em vigor do Regimento Interno, que dispõe sobre os parâmetros de funcionamento e competências das unidades de execução da medida socioeducativa do Estado de Alagoas, tomaremos os pressupostos legais de Referido documento como norteador para averiguação das referidas infrações e suas devidas punições:

Art. 111. Todo socioeducando tem o dever de respeitar as normas estabelecidas no presente Regimento.

Art. 112. Todo socioeducando tem o dever de assumir a responsabilidade por seus atos.

Art. 113. Todo socioeducando tem o dever de conviver bem com os demais internos e funcionários da Instituição, num clima de colaboração e respeito.

(Trecho transcrito de CAD)

Nesta sessão, faço uma experiência de escrita etnográfica construída por meio do enredamento entre registros documentais – os prontuários institucionais escritos por funcionários em suas rotinas de interação com *adolescentes* e com as instâncias burocráticas que conformam o Sistema Socioeducativo – e meus registros de campo – por mim escritos principalmente a partir de observações de partes do cotidiano de uma equipe técnica no atendimento de *adolescentes*. Apresento os caminhos e desenvolvimentos que venho construindo, entre idas e vindas, desde a graduação, na iniciação científica. Tenho compreendido que, através dos documentos, é possível acrescentar algumas camadas de profundidade à análise que proponho. Evidentemente, esta dissertação não é estritamente uma etnografia documental, mas o diálogo com documentos se amalgama aos caminhos que percorri em sua textualização, sendo os prontuários umas das perspectivas pelas quais me proponho a estar em campo e, assim, me orientar na escrita etnográfica.

Um de meus objetivos ao lançar mão desses escritos é construir uma versão das caminhadas de *adolescentes* no *sistema* a partir de uma perspectiva institucional. Os prontuários lançam luz sobre a gestão das unidades de internação e sobre os controles disciplinares que pressionam as vidas de *adolescentes*, que *têm o dever de respeitar as normas institucionais*. Eles dão vislumbres das “temporalidades múltiplas inscritas em eventos e estruturas sociais transformados em narrativas subsumidas à cronologia da história por meio de artifícios classificatórios” (p. 292). É preciso lembrar que suas verdades são sempre parciais, e suas interpretações são histórica e culturalmente situadas. Eles são vulneráveis aos usos que lhes foram dados ao serem produzidos e aos usos que agora os dou. Nesse sentido, interpretação de cada documento é sempre contingente (CUNHA, 2004). Aqui, eu os interpreto a partir do que pude ver em campo, e do que ficou registrado em meus diários de campo. Apenas vislumbres do cotidiano dos indivíduos que ali estavam. Vislumbres constrangidos por minha presença.

Em outros termos, como esclarece Freire (2016), os documentos são como “artefatos etnográficos” que produzem mundos sociais. Produzem uma versão realidade e dão materialidade a uma versão dos sujeitos aos quais se referem. Ou seja, são os funcionários que produzem a realidade e a materialidade dos *adolescentes*. Embora institucionalmente tais documentos sejam tomados como verdades, como provas da realidade, de eventos, atos e pessoas, produzindo efeitos concretos na vida dos *adolescentes* por meio das justificativas elaboradas pelos funcionários para amparar suas ações, nos usos que agora os dou em minha escrita, entendo que eles estão a construir e a fornecer uma perspectiva dos *adolescentes*, de seus atos infracionais e de seus *comportamentos* na unidade. Recolocando, então, a pergunta de Freire quais são as versões sobre o *sistema* e sobre os *adolescentes* que esses documentos apresentam?

Estou chamando o tratamento que dei aos prontuários e ao processo de escrita deste capítulo como uma experiência, entre outros motivos, porque testo a hipótese de que, ao lançar mão deles, é possível, além de ter uma perspectiva institucional, também captar vestígios das tensões, das balanças de poder no *sistema*, tendo uma versão de como os *adolescentes* se relacionavam, negociavam, pressionavam e resistiam aos controles e às pressões institucionais. Ou seja, embora não ignore as limitações interpretativas que trabalhar com documentos impõe, levando em consideração suas contingências interpretativas, os usos e fins que têm no contexto em que foram produzidos, como Maluf et al. (2020), entendo que eles podem fornecer pistas sobre os *adolescentes*, sobre seus atos, condutas, agências e resistências.

Trata-se, ainda, de uma experiência porque, no ato de ler e reler os documentos, encontrei muitas vezes o que, a princípio, entendi como inconsistências e contradições em datas, em relatos de agressões sofridas pelos *adolescentes* na instituição, em registros sobre suas famílias. Outras informações, sobre suas vivências junto aos companheiros no alojamento, na unidade e sobre suas rotinas me pareciam simplesmente insuficientes ou mesmo ausentes. Além disso, a *visão* dos *adolescentes*, suas falas, versões e opiniões praticamente não emergiam nos registros. Como Lowenkron e Ferreira (2014) chamam atenção, o processo de preencher fichas e documentos se caracteriza por improvisações, alterações e subversões do que deveria ser registrado e onde, tornando seus usos para outros fins um desafio. Não por acaso, muitas vezes senti falta de ter acesso às filigranas de eventos que me pareciam chamativos, sobretudo considerando os efeitos dos registros na gestão da vida dos *adolescentes* e suas possíveis reações a tal gestão. Nesses momentos, mobilizei minha própria vivência em campo, que me ajudou a experimentar algumas possibilidades de interpretação para o que não foi escrito em detalhes, amparando-me no que vi e registrei em meus diários de campo.

Assim, tendo como referência outras experiências de diálogo com documentos em unidades de internação, hospitais e delegacias, por exemplo, também procuro cruzar duas vertentes complementares na análise dos prontuários que tenho “em mãos”: as práticas institucionais de controle, de disciplina, de *socioeducação*, e os “vestígios e rastros” de parte da vida dos *adolescentes* neles descritos. Trata-se de buscar os *adolescentes* por meio de uma “leitura oblíqua” de registros variados, registros que não foram produzidos por eles. É buscar o que não está evidenciado de maneira direta, mas são como resíduos, rastros descritos por terceiros (MALUF et al., 2020).

Facchinetti et al. (2010) também chamam atenção, nas análises de prontuários de um hospital psiquiátrico, para como, ainda que por uma “leitura oblíqua”, por isso mesmo cheia de seus percalços, os documentos podem fornecer a oportunidade de acessar a experiência de *adolescentes* internados, de suas condições enquanto *socioeducandos* por meio de relatórios avaliativos, registros e planos de atendimentos, encaminhamentos médicos, processos etc.

Por todos esses motivos, os prontuários são uma fonte crucial neste trabalho. Eles materializam a capacidade dos funcionários (ou de alguns deles) de controlar os padrões de conhecimento e de fala legítimos no *sistema*, dão mostras da desigual distribuição de oportunidades de poder naquela figuração, e é justamente a forma como se estruturam relações de poder no *sistema* que determina as experiências vivenciadas por aqueles que ali estão, afinal, uma sociedade não é “um amontoado de ações individuais”, mas uma teia de pessoas vivas e

interdependentes, embora muitas vezes se posicionem como adversárias. Se até para se oporem *adolescentes* e funcionários precisam estar entramados e interdependentes, ao mesmo tempo unidos e separados, não perco de vista que estão, também, hierarquizados pelas diferentes oportunidades de exercer controle, de punir, de registrar eventos e criar narrativas (ELIAS, 1980).

Sendo mais precisa sobre os procedimentos de análise adotados em relação aos prontuários: os documentos coletados abrangem um período que vai desde 2004 até 2016. Por meio deles, reconstruí uma versão das trajetórias de 26 *adolescentes* que já passaram pela medida socioeducativa, suas relações com família, bairro, escola, polícia, judiciário etc., através de uma organização cronológica dos eventos registrados desordenadamente em documentos³¹. Assim, realizei a análise de 26 pastas de prontuários, com o intuito de abranger um período de cerca de 10 anos.

Por meio desses documentos, reinterpreto as interpretações dos funcionários. Com isso, minha intenção não consiste em averiguar a veracidade dos fatos documentados, nem em assumir uma postura de avaliação dos procedimentos adotados. Minha intenção é perceber as cadeias de tensão entre *adolescentes* e funcionários expressas nas práticas registradas. Trago vestígios das trajetórias de alguns *adolescentes*, também em cenas, de modo a reconstruir as interações, revelando as tensões, as pressões, as disciplinas. Os documentos podem ser pensados como a alteração e a fixação do passado e do presente em jogos narrativos, entre o que deve ser dito, comprovado ou esquecido nos limites depurados das interações (VIANNA; FACUNDO, 2015).

Como comecei a apontar anteriormente, ressalto que, ao reconstruir por meio de cenas as interações entre *adolescentes* e funcionários, lançar mão unicamente dos documentos não me permitiria reconstruir as filigranas desses encontros, o que me parecia essencial para responder algumas das questões que colocava. Ora, não é possível resumir a análise documental apenas ao que é escrito, mas é preciso entender em que circunstâncias se deu a produção dos

³¹ Durante a pesquisa de iniciação científica, os prontuários foram fotografados por nossa equipe, documento por documento. Cada foto foi salva em uma pasta. Em seguida, em um arquivo em doc., coloquei os documentos em ordem cronológica. A partir disso, reconstruí em forma narrativa, a trajetória de cada *adolescente*, desde o momento em que teria cometido o ato infracional, sua passagem pela delegacia, unidade de internação, julgamento, avaliações etc., até o momento em que, por algum motivo, foi desligado da unidade em que se encontra. Isto é, a reconstrução se deu a partir dos relatos documentados pela própria instituição, não sendo uma versão direta dos *adolescentes* (CARVALHO, 2018).

enunciados (PEREIRA, 2018), e uma das características dos documentos é justamente a ausência de precisão em detalhes, a falta do desencadear dos fatos, da narrativa, da clara explicitação de como se dá a produção dos escritos. Assim, por meio de minha experiência de campo, do que pude ver, ouvir e viver ao longo dos últimos anos, é que proponho uma reconstrução narrativa e em detalhes de como devem ter se desenvolvido as interações, os encontros entre *adolescentes* e funcionários.

Os documentos dão um vislumbre de fragmentos das vidas que circulam no *sistema*, por isso, foi preciso testar e exercitar as possíveis leituras que estes poderiam ter (MALUF et al., 2020) e, nesse sentido, a experiência de campo nas unidades de internação e a interlocução com funcionários enriqueceu a forma como os interpreto. Durante o ano de 2017, junto a meu orientador e outros companheiros de pesquisa, estivemos por um longo período entrevistando garotos na UM01. Pela boa relação com a psicóloga e a assistente social da unidade, Valentina e Jeane (que serão apresentadas adiante), bem como com Esdras, em algumas ocasiões também pudemos acompanhar (e até participar, eu diria) atendimentos de *adolescentes*. É sobretudo por meio dessa experiência que reconstruo algumas cenas, por meio do que já vi acontecer, embora, evidentemente, não seja possível fazer reconstruções precisamente certas, mas sugestões que se sustentam em minha experiência de campo.

Ou seja, procuro não apenas reproduzir as interpretações e justificativas escritas por funcionários, mas entender o contexto relacional de sua produção, afinal, os documentos foram escritos por pessoas concretas, com usos e fins concretos, e produzem conhecimentos, relações, efeitos e respostas concretos. Foi preciso olhar através dos documentos, de modo a poder reconstruir as cenas e narrativas que não necessariamente foram vistas por mim diretamente, mas puderam ser (re)narradas por meio de um alinhavar de materiais etnográficos. A leitura dos prontuários somada à observação de sua produção permitiu-me enxergar como aqueles que documentam e são documentados não estão inertes nesses processos (CUNHA, 2004; LOWENKRON; FERREIRA, 2014; NADAI, 2018).

Assim, junto aos prontuários, lanço mão de minhas observações, registradas em diários de campo, visando abordar de forma mais densa os *casos*, dois *adolescentes*, Jorge e Ruth. A partir de seus *casos*, é possível compreender as figurações encontradas em unidades de internação masculinas e na unidade de internação feminina, suas aproximações e diferenças. Ou seja, estou pensando num sentido comparativo as unidades masculinas e a feminina. Pontuando aspectos específicos dos vestígios deixados por Jorge e Ruth em seus documentos, apresentarei, também, situações vivenciadas por outros *adolescentes*, alinhavando pontos

específicos de suas histórias a partir dos “mecanismos” empregados por funcionários na gestão de suas vidas.

A seguir, são as expressões nativas empregadas pelos funcionários nos documentos que incorporo à minha escrita. Trarei trechos de registros encontrados em documentos. Em algumas situações, entendi ser necessário interferir diretamente nos recortes trazidos, inserindo pontuações, acentuações, padronizando algumas grafias e reduzindo parágrafos, visando torná-los mais compreensíveis e direcionados para as questões que proponho responder.

A. O prontuário de Jorge: aproximações e distanciamentos entre *casos* pelo sistema

Maio/junho de 2011. Jorge, então com 17 anos de idade, estava na casa em que morava com *parceiros*, para onde havia se mudado recentemente. De uma hora para outra, a polícia invadiu o lugar, levando presos Jorge e quem mais estava ali. A suspeita era de que o garoto seria o responsável pelo recente homicídio de um policial que fazia segurança privada em uma escola de ensino superior. Jorge foi levado a uma delegacia. Os policiais que o prenderam foram ouvidos como *testemunhas*, prestaram depoimento, e suas falas serviram à acusação que o garoto recebeu da Promotoria da Infância e Juventude, do Ministério Público (MP).

Quando *adolescentes* são *presos em flagrante* pela polícia e levados a uma delegacia, caso o *ato infracional* seja considerado *grave*, o MP é acionado para produzir uma *Representação*, contendo as acusações contra eles. Essa *Representação*, então, é encaminhada à Vara da Infância e da Juventude (VIJ)³². Na *Representação* de Jorge, registrou-se que em sua casa foram encontrados armas, crack e dinheiro, em notas de cinco e dois reais. Na ausência de provas suficientes para acusá-lo do assassinato do policial, foi acusado de tráfico de drogas. Segundo o MP, ali funcionava uma *boca de fumo*, um ponto de venda drogas, e Jorge fazia a sua segurança. De acordo com o ECA (BRASIL, 1995), a acusação de tráfico não

³² Como no caso de Jorge, normalmente os *adolescentes* são presos por policiais militares e levados a uma delegacia, que deveria ser a Delegacia Especial da Criança e do Adolescente, o que não necessariamente ocorre, como, por exemplo, quando são presos no interior do estado. Sob a tutela da polícia civil, a família ou *parceiros* dos *adolescentes* podem negociar sua saída da delegacia de maneira informal (com o pagamento de quantias, por exemplo), ou pode ser produzido um *Auto de Apreensão*. Na segunda possibilidade, o adolescente é levado a se apresentar no MP, onde, então, é produzida a *Representação*, encaminhada à VIJ. O juiz pode aceitá-la, ou não. E assim começa o processo de institucionalização de um garoto ou garota. Caso as acusações sejam aceitas, o juiz pode decidir por internar provisoriamente o *adolescente*, para, em um prazo de 45 dias (muitas vezes ultrapassado), decidir sobre a medida de internação que receberá em definitivo (LYRA, 2013; CARVALHO, 2018).

necessariamente implicaria na medida de internação³³, talvez em alguma medida em liberdade. Mas, com a acusação de homicídio em vista, o garoto foi prontamente internado provisoriamente, ficando a aguardar seu julgamento.

Apresento nesta sessão cenas do *caso* de Jorge, alguns vestígios de sua caminhada no sistema socioeducativo. A partir de cenas reconstruídas através de seu prontuário e de meus registros de campo, irei dialogar diretamente com cenas das trajetórias de outros três *adolescentes*: Joaquim, Aluísio e Érico; e indiretamente com aspectos que observei em outros prontuários também analisados.

Parece-me importante pontuar que, nos prontuários aqui trazidos, muitas vezes, observei passarem-se semanas, em alguns casos até um mês ou mais, sem que houvesse registro institucional da passagem dos *adolescentes* enquanto internados. Outras vezes, observei que informações simplesmente emergiam em *Processos Judiciais e Relatórios Avaliativos*, sem que tenha havido algum registro nos documentos procedimentais, utilizados no dia-a-dia das unidades de internação, como as fichas de *Evolução do Socioeducando*. Em outros casos, elaborava-se em *Planos Individuais de Atendimento* que determinado aspecto da vida do *adolescente* receberia atenção especial, sem que venha a ocorrer menção em registros posteriores até o fim de sua internação.

Com isso, não quero dizer que algum papel deva ter se perdido de dentro das pastas amarelas que armazenam os prontuários, mas que tais “ausências” revelam, entre outras coisas, as instabilidades do fazer profissional dos funcionários do sistema socioeducativo. Revelam, entre outras coisas, o regime pouquíssimo estável, envolvendo indicações e favores políticos, vivenciado por eles. Tanto *adolescentes*, como funcionários, estão constantemente sujeitos a transferências de uma unidade para outra, bem como, quase sempre, há uma demanda de trabalho muito grande para poucos profissionais. Em tais circunstâncias, registrar algo significa criar uma memória em torno de fatos e de si que pode ser prejudicial em um ambiente instável e funcionando sob um regime bastante informal (ALMEIDA, 2016; DRYBREAD, 2016; RODRIGUES, 2021). Não por acaso, Jorge e os demais *adolescentes* pouco “falam” em seus

³³ Segundo o ECA, sessão VII, sobre a medida de internação: “Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.”. No caso de Jorge, pelo que é possível inferir de seus documentos, não havia, num primeiro momento, nenhuma acusação que se encaixasse nas três possibilidades descritas no ECA.

registros, exceto pela narrativa, o olhar e a interpretação dos funcionários com quem interagiram.

Antes de voltar a Jorge e aos demais *adolescentes*, trago um organograma que apresenta o um percurso típico pelo qual um garoto ou uma garota normalmente passam, desde a apreensão até serem desinternados, apenas para clarificar os eventos que vêm a seguir:

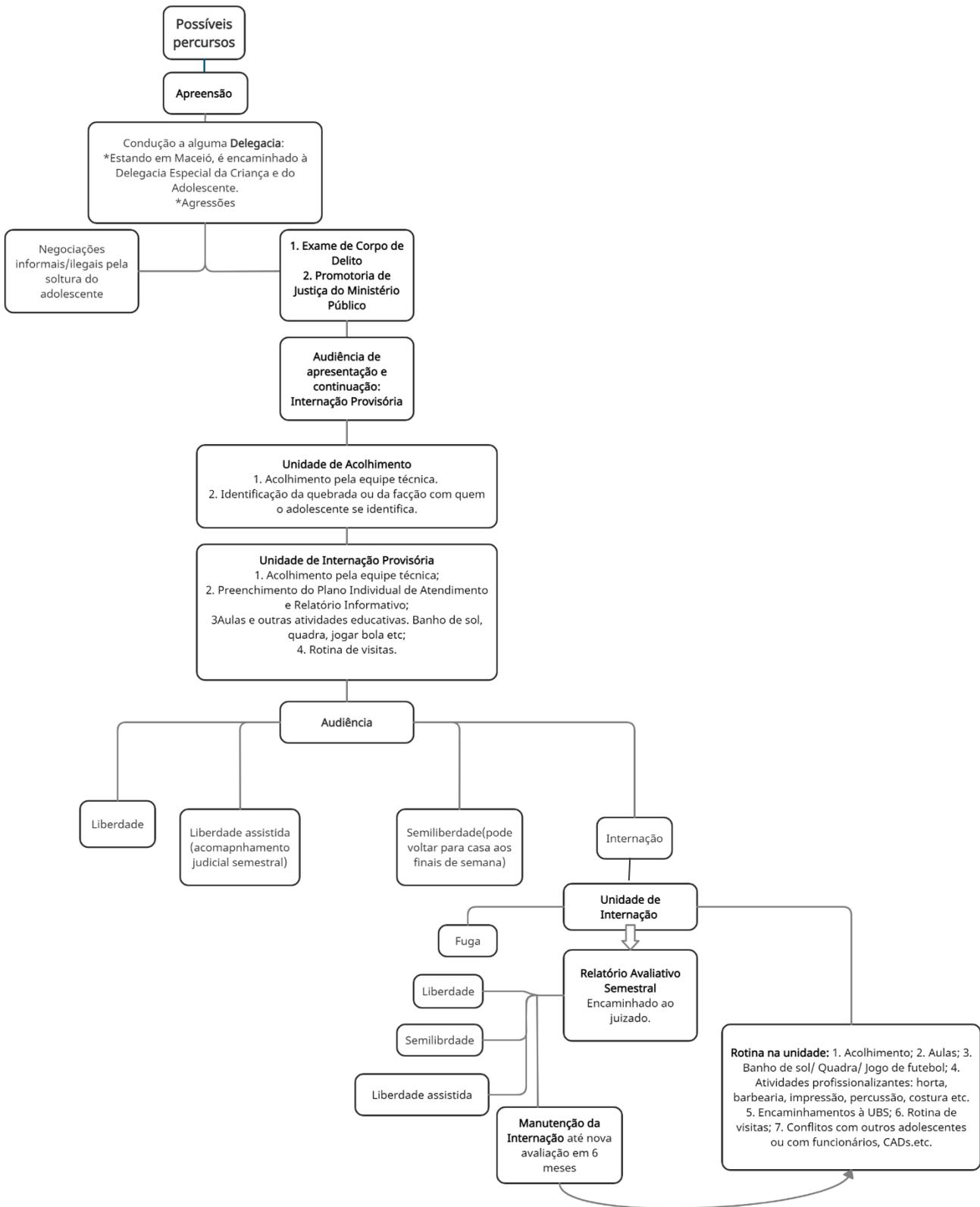


Imagem 1: Organograma – Possíveis percursos. Fonte: Carvalho (2018).

a. Os caminhos da incriminação

Junho de 2011. A porta do alojamento se abre, deixando entrar um pouco de luz. Da porta, um monitor chama Jorge pelo nome. Ele obedece. Suas mãos são colocadas para trás, sua cabeça é empurrada para baixo. O monitor, atrás de si, empurrando-o com passos firmes, leva-o para onde não sabe. A claridade do sol faz seus olhos doerem, não deu tempo de suas pupilas dilatadas se adaptarem a tanta luz. Ele é conduzido por um caminho desconhecido. Para fora da unidade, um pátio externo, até uma sala fria, de ar-condicionado barulhento ligado. Duas mulheres de jaleco, atrás de uma mesa de escritório, o esperam. Elas já sabiam seu nome. Dizem-lhe para sentar-se. Ficam frente a frente, mas separados por uma mesa. Com fichas e mais fichas, elas lhe fazem uma série de perguntas e escrevem suas respostas. Passam-lhe uma série de informações e regras. O monitor ficou na porta, esperando. Esse foi o acolhimento do *sistema*³⁴.

Em junho de 2011, Jorge foi internado provisoriamente em uma unidade de internação masculina. Possivelmente, depois de passar alguns dias *recolhido*, sem sair do alojamento, isolado e recebendo apenas alimentação, ele começou a ser atendido pela psicóloga e pela assistente social. Nesses primeiros atendimentos, as profissionais procuravam reunir informações sobre o garoto e sobre sua família. Sob elas recaía a pressão feita pelo judiciário para que produzissem um *Relatório Informativo* sobre o caso de Jorge: seu comportamento, sua relação com os pais e a escola, sua versão a respeito das acusações que recebia. Todas essas informações serviriam ao juiz no dia de seu julgamento.

A mesma cena se repetiu algumas vezes. A porta do alojamento se abria. Todos esperavam ansiosos por saber quem seria chamado para o atendimento. Quando o monitor dizia seu nome, Jorge colocava as mãos para trás, abaixava a cabeça e se deixava conduzir pelo caminho agora conhecido. Entrava na mesma sala fria, e, como se estivesse concedendo um depoimento na delegacia, se tornava alvo de uma série de perguntas. À medida que ia falando,

³⁴ Para reconstruir as cenas dos encontros dos *adolescentes* com as equipes técnicas em atendimentos estou utilizando basicamente três tipos de documentos. Utilizo os *Planos Individuais de Atendimento* (PIAs), que são fichas de várias páginas, divididas por áreas (psicologia, serviço social, direito, esporte, saúde etc.), em que são inseridas, em pequenos espaços e questões fechadas, as informações iniciais dos *adolescentes* e as perspectivas de acompanhamento que terão. Lanço mão, também, das *Fichas de Evolução* e de *Acompanhamento*, em que, normalmente, psicólogas e assistentes sociais escrevem a mão em espaços em branco e sem pautas as informações fornecidas pelos adolescentes a partir das perguntas que fazem no atendimento. A partir de atendimentos que acompanhei na UM01, reconstruí como podem ocorrer algumas interações, que não estão narradas nos documentos, mas que faço algumas inferências a partir de cenas típicas que vi acontecer.

as duas mulheres, psicóloga e assistente social, iam escrevendo em folhas de papel uma série de coisas que ele não entendia bem.

Com o tempo, Jorge foi ficando desconfiado das perguntas insistentes que lhe faziam: onde morava, por que havia se mudado para morar com *parceiros*, se usava drogas, quantas vezes ao dia, se já havia trabalhado, o que fazia de lazer, se confirmava a acusação de tráfico, há quanto tempo fazia tráfico, se havia matado o policial... Talvez os companheiros de alojamento tenham lhe aconselhado a parar de responder às perguntas, dizendo que *aquilo ali num serve pra nada*, e Jorge, seguindo o conselho, talvez tenha passado a responder quase em monossílabos: *sussegado, foi isso mermo, num sei*.

A partir do que era registrado em folhas de papel em branco e em as fichas de *Evolução*, resultado de *escutas, observações, entrevistas individuais e com familiares em uma visita familiar*, começaram a ser produzidos os *Estudos de Caso* e os *Relatórios* – documentos de caráter avaliativo³⁵ encaminhados à VIJ como evidências do comportamento do *adolescente*. Neles, Jorge foi apresentado sob dois vieses. Na avaliação da psicóloga, foram reforçadas as informações relativas à sua composição familiar: *Jorge tinha os laços afetivos enfraquecidos e fragilizados*. Essas informações iniciais foram mobilizadas como justificativas para a prática de tráfico de drogas, bem como para seus *comportamentos inadequados e forma imatura de pensar*. Já nos estudos de caso produzidos pela assistente social, compareciam avaliações de como o *adolescente* reagia às acusações de tráfico e de homicídio. Nos atendimentos a Jorge, a assistente social pode ter insistido nas perguntas sobre a morte do policial, o que deve ter lhe deixando desconfiado. Provavelmente, ela tentava confirmar se ele fazia tráfico e se havia cometido o homicídio: *nunca trabalhou, tinha bronca neste local* [bairro onde residia anteriormente], *tomava conta da boca de fumo há cerca de dois anos*.

Em um dos atendimentos, talvez depois de alguma insistência da assistente social em questionar a Jorge sobre as acusações que recebia, ele finalmente deu uma versão como teria acontecido a morte do policial:

³⁵ Nos atendimentos, conversas guiadas pelos profissionais da equipe técnica da unidade de internação, são solucionadas dúvidas dos *adolescentes*, eles recebem aconselhamento, esclarecimento, questionam e têm uma espécie de acompanhamento terapêutico. Suas famílias também podem ser atendidas, na unidade ou sendo visitadas em suas próprias casas (essa última opção é mais rara). A partir desses atendimentos, os profissionais registram nas fichas já mencionadas as informações que julgam importantes. A cada seis meses, aproximadamente, a depender da demanda de trabalho e do prazo estabelecido pelo juiz, são produzidos relatórios avaliativos, em que os profissionais sugerem se o *adolescente* deve permanecer internado ou receber a progressão de medida, acionando as informações dos atendimentos que foram registradas para justificar suas avaliações (CARVALHO, 2018, p. 40).

Passeava a pé pelo [bairro], perto da descida indo para o [bairro], sem ir a lugar específico, andando armado somente para fazer sua própria proteção, por volta das 20h00, quando viu um policial em pé na calçada que deveria estar fazendo a segurança de algum lugar, deu vontade de atirar porque não gosto de policial e atirei pra matar, dei cinco tiros que devem ter pego em todo canto, saí correndo, peguei um ônibus mais a frente e fui embora. (Trecho de Relatório Avaliativo, Avaliação Interdisciplinar, outubro de 2011)

Essa fala foi registrada pela funcionária e encaminhada à VIJ e ao MP, em um *Relatório Avaliativo*³⁶, servindo como justificativa para, mais na frente, Jorge ser acusado de um novo ato infracional, a acusação de homicídio, que provavelmente foi o motivador de a polícia ter ido à sua casa para procurá-lo.

Em abril de 2012, depois de oito meses internado, num contexto avaliativo e punitivo tendo como pretexto a acusação, ainda informal, de matar um policial, Jorge foi levado a mais um atendimento com a equipe técnica da unidade. Sempre de cabeça baixa e mãos para trás, ele foi conduzido por um monitor até a sala fria de atendimentos. Talvez já temesse receber esta nova acusação há alguns meses, pois vira isso acontecer com companheiros de alojamento. Nesse atendimento, foi informado de que estava sendo acusado de homicídio. O homicídio que já permeava os atendimentos e as avaliações que recebia na unidade, bem como influenciou em decisões judiciais por mantê-lo internado por mais seis meses quando era reavaliado.

A forma como Jorge foi incriminado é um exemplo mais específico em relação aos prontuários de outros *adolescentes*. No entanto, ajuda a ilustrar como os profissionais que fazem os registros institucionais podem produzir um conhecimento, uma versão e justificativas sobre os *adolescentes* que os torna uma categoria específica de pessoas: *ameaça à ordem pública e a si mesmo*, justificando a *necessidade do adolescente receber um acompanhamento mais extenso, além de ser preciso resgatar e/ou orientá-lo acerca dos valores morais e sociais* por meio da medida de internação. A escrita, mediadora do encontro entre *adolescentes* e

³⁶ Quando um adolescente é internado, são produzidos dois tipos de relatórios sobre ele, contendo avaliações e informações da *área jurídica, área de saúde física e mental, contexto psicológico, contexto social e familiar, desenvolvimento educativo, avaliação interdisciplinar e sugestão de medida*. Na produção de tais relatórios estão envolvidos os profissionais que deveriam acompanhar o *adolescente* na unidade: psicólogos/as, assistentes sociais, advogados/as, educadores sociais, professores. Assim que o *adolescente* é internado provisoriamente, o juiz da VIJ solicita o envio de um *Relatório Informativo*, que deve ser entregue nos primeiros 45 dias, que é o prazo de julgamento da internação provisória. Nesse primeiro relatório, são reunidas todas as informações sobre a vida do *adolescente*. Se ele receber a medida de internação, a cada seis meses, devem ser produzidos *Relatórios Avaliativos*, que, como o anterior, contam com avaliações de seu *comportamento e evolução* no contexto de internação. Os funcionários podem, também, sugerir a medida de internação ao juiz, que deveria reavaliar sua medida a partir do relatório. Na prática, normalmente, só assinam esse documento psicólogos/as e assistentes sociais. As informações de outras áreas muitas vezes são textos prontos, que pouco mudam de um relatório a outro. Além disso, muitas vezes, esses prazos não são cumpridos.

funcionários, passa a ser interpretada enquanto evidência no julgamento dos *adolescentes* (DRYBREAD, 2016). Mais que isso, ao apresentar versões de seus atos infracionais, suas motivações, suas reações diante do erro, a escrita produz as caminhadas dos *adolescentes* pelo sistema:

Segundo o estudo de caso, Jorge não possui consciência da gravidade das infrações imputadas, falando acerca das mesmas com indiferença, relatando os atos infracionais que praticou de forma fria, às vezes chegando a rir dos fatos. Além disso, foram descritas a prática de várias infrações pelo investigado, inclusive um homicídio, que segundo os relatos, praticou sem qualquer justificativa, apenas pelo fato da vítima ser policial e não gostar de policial. (Trecho de sentença judicial, decisão pela Medida de Internação, novembro de 2011)

Ora, os documentos são carregados de intencionalidades. Intencionalidades expressas nas classificações usadas para apresentar versões dos *adolescentes*, que justificam o “tratamento” institucional que recebem. Nesse sentido, tais registros revelam muito dos valores dos próprios profissionais que os produzem, o que se evidencia por meio das opções que eles fazem em colocar ênfase ou deixar de lado determinadas informações (HERNANDES, 2005 apud LIMA, 2014). No caso de Jorge, pesou a ênfase no homicídio que teria cometido, o que prolongou seu tempo de internação.

b. As camadas interpretativas e avaliativas sobre Jorge: depois da sentença, vêm as avaliações

Psicólogos/as, assistentes sociais, advogados/as e coordenadores/as são os profissionais legitimados a produzir documentos, a construir versões sobre os *adolescentes*, interpretando o que eles dizem e fazem e produzindo verdades sobre eles. As desigualdades de poder entre funcionários e *adolescentes* expressas nos documentos são mais evidentes, embora estes expressem, também, as desigualdades de poder entre os próprios funcionários, aqueles que são legitimados a registrar e os que não são. São alguns profissionais das unidades de internação que estão dotados de poder de produzir verdades por meio da escrita, poder que se ancora no reconhecimento e legitimação de quem registra (FREIRE, 2016). Por meio de suas interpretações, criam-se evidências utilizadas para justificar a gestão da vida dos *adolescentes*, para conduzir suas trajetórias, influenciando na unidade onde serão internados, quais atividades lhes estarão disponíveis enquanto internados, por quanto tempo ficarão internados, enfim, como serão “tratados”³⁷ (LIMA, 2014).

³⁷ Em minha caminhada no sistema, no diálogo com profissionais, fui percebendo que a forma como os *adolescentes* são avaliados pela equipe técnica, educadores sociais, coordenadores etc., passa a definir a unidade em que ficarão internados. Por exemplo, para o Sítio e o Rancho, unidades que ficam fora do complexo da Sumese, são encaminhados *adolescentes* avaliados como tendo *bom comportamento*, que *não causam problema*. Lá eles

Chama a atenção, no entanto, o fato de que muitas versões, interpretações e verdades registradas sobre os *adolescentes* podem ser contraditas diversas vezes durante seus percursos pelas várias instâncias do sistema socioeducativo, o que evidencia como essas verdades são construídas nas interações e situações. Dependendo primordialmente de quem faz o registro, aspectos diferentes podem receber ênfase, eventos podem ser recuperadas ou esquecidos e o *adolescente* pode ser apresentado sob mais de um viés (LIMA, 2014). Ou seja, as justificativas que amparam a gestão disciplinar da vida dos *adolescentes* são, também, interacionais e situacionais.

Agosto de 2011. Jorge ainda estava internado provisoriamente, não havia sido julgado. Dessa vez, quando a porta do alojamento se abriu, o monitor o conduziu por um caminho diferente. Mesmo com a cabeça baixa, ele viu que não era à sala da equipe técnica que estava indo. Foi levado a um prédio verde, onde havia outros funcionários desconhecidos de jaleco. Era a UBS. A assistente social que o atendia na unidade de internação solicitou que ele recebesse atendimento psicológico³⁸. Depois de uma série de perguntas sobre o uso que Jorge fazia de maconha e cigarro, ela concluiu que ele deveria receber tratamento para o vício *em drogas*, classificando-o como *toxicômano*. Junto às perguntas sobre o vício *em drogas*, a assistente social insistia em saber se Jorge realmente fazia tráfico e se havia cometido o homicídio do policial (nesse momento, Jorge ainda não havia recebido formalmente a segunda acusação judicial). Como ele começou a ficar desconfiado e se negou a responder suas perguntas, ela interpretou que Jorge estaria a *banalizar o ato*³⁹. Mais uma justificativa para o acompanhamento psicológico na UBS.

O suposto vício do *adolescente* em *drogas* apareceu mais de uma vez nos registros feitos nos primeiros atendimentos que recebeu. É interessante notar como um dos primeiros aspectos que passa a ser alvo do escrutínio institucional é o uso que ele fazia de *drogas*. Ele começou

têm mais oportunidades e ofertas de atividades para além do básico (aulas e banho de sol). Podem fazer cursos, cuidar da horta, cuidar de um criatório de peixes... Eles passam menos tempo dentro dos alojamentos. Nas demais unidades masculinas, como as ofertas de cursos e atividades são muito limitadas, apenas os *adolescentes* bem avaliados são selecionados para participar.

³⁸ Normalmente, isso se dá por meio de *Fichas de Encaminhamento*, em que é feito um breve registro de queixas que o adolescente possa ter em relação à saúde e é indicado o profissional que deve atendê-lo na UBS (podem ser profissionais da odontologia, enfermagem, nutrição, medicina, psiquiatria, psicologia etc.).

³⁹ Estou entendendo que houve uma insistência por parte da assistente social nas perguntas sobre o uso de *drogas* e sobre as acusações recebidas pelo garoto porque, nos registros que ela passa a fazer dos atendimentos, são essas as informações que aparecem com maior recorrência. Além disso, fica registrada a resistência de Jorge em responder aos seus questionamentos.

sendo categorizado enquanto um *adolescente* que precisava de tratamento para o *vício*. Mais na frente, no entanto, essa mesma informação vem a ter outros usos.

Novembro de 2011. Jorge estava há cerca de cinco meses internado. Finalmente, ele se encontrou com o juiz da VIJ para sua primeira audiência. Acompanhando-o, deveriam estar sua mãe e um defensor público. Munido pelas informações que leu no *Relatório Informativo* e na *Representação* do MP, o juiz fez algumas perguntas a Jorge sobre as acusações que recebia. Talvez as mesmas que ele havia já respondido nos atendimentos com a assistente social. Jorge argumentou que a droga com ele encontrada era para consumo pessoal. O juiz, no entanto, insistiu na acusação, pois, com base no relatório da equipe técnica, Jorge não era mais visto *viciado*, pois não tivera crises de abstinência desde que fora internado. Assim, a droga com ele encontrada só poderia estar sendo vendida. Segue registro indireto do que teria sido a fala do garoto em sua audiência:

Que é verdade que toda substância entorpecente apreendida estava na casa em que foi apreendida; Que a droga era para ser consumida pelos três ocupantes da casa; Que estava passando um tempo na casa alugada há cerca de um mês; Que o revólver apreendido era do declarante, que comprara por R\$ 700,00 na Feira do Rato; Que comprara o revólver para se defender “dos bandidos pelaí”; Que nunca vendera drogas; Que é usuário de drogas há mais de dois anos; Que há mais ou menos três meses deixara a casa da sua mãe e passara a morar com sua companheira; Que brigara com sua companheira e por isso estava passando uns dias na casa de seus colegas; Que prestada depoimento perante o MP e não dissera qualquer inverdade; Que não é verdade que tenha dito perante à oitiva informal com o Ministério Público que tenha vendido drogas; Que nada sabe informar sobre o homicídio do policial, na ESMAL; Que já fora apreendido umas três vezes por causa de roubos para poder alimentar seu vício com as drogas; Que gostaria de fazer um tratamento para drogados. (Trecho de sentença judicial, recorte de depoimento de Jorge, novembro de 2011)

Em suma, assim que foi internado, Jorge foi tratado como *viciado*, demandando um tratamento específico, por isso fora encaminhado à UBS para acompanhamento psicológico. Passados alguns meses, no entanto, por volta de setembro de 2011, nos atendimentos com a assistente social, ele passou a ser insistentemente questionado sobre a acusação de tráfico de drogas. A funcionária lhe perguntou diversas vezes sobre a *droga* encontrada em sua casa, as armas, o dinheiro. Jorge já devia ter noção de que sua audiência estava próxima, e não queria ficar internado definitivamente. Como dificilmente poderia se negar a ir aos atendimentos, pois deles dependia para ligar para sua família, saber sobre suas visitas e receber algo que sua mãe lhe enviava, optou por não responder às perguntas que lhe eram feitas. Quando a assistente social insistia em alguma acusação, ele negava as *evidências* que ela apresentava. Mais impaciente com as perguntas, riu algumas vezes. Provavelmente, foi nesse momento que

começou a mudar a forma como Jorge era interpretado. Já não era mais *viciado*, mas alguém que *banalizava o ato*, *banalizava* o fato de estar sendo acusado de tráfico, e talvez de homicídio.

Foi a partir dessa nova versão que se produziu o *Relatório Informativo* encaminhado à VIJ para ser usado na audiência. Nele, as profissionais concluíram que Jorge *se mostrava frio, premeditado e dissimulado*. Foi acrescentada, então, uma nova camada interpretativa sobre o *adolescente*. Ele passou a ser *frio e sem consciência de seus atos*. Essa interpretação foi a mobilizada pelo juiz para definir a sentença de internação:

O adolescente referiu o tempo todo que não queria conversar sobre o assunto, apesar das indagações, negou que reconhecesse a proprietária da casa [onde foi apreendido], negou que estivesse na porta da casa guardando o local [boca de fumo] onde possivelmente estava ocorrendo tráfico de drogas, negou que estivesse no momento portando arma de fogo e ainda disse que não conhecia nenhum indivíduo que estaria em sua companhia. Disse não ter conhecimento sobre dinheiro de pequeno valor [dois e cinco reais, segundo informação do MP] que estivesse na casa, caracterizando o tráfico de drogas no local. Enfatizou que não quer conversar sobre nada e deu muitas gargalhadas. Se mostra frio, premeditado e dissimulado. (Trecho de registro de atendimento com assistente social, setembro de 2011)

No *caso* de Jorge, fica claro que os funcionários com quem interagiu é que tiveram a palavra final em definir uma versão interpretativa sobre ele e sobre as acusações que recebia. Por outro lado, Jorge não ficou passivo. Ele resistiu em responder às perguntas que poderiam prejudicá-lo e riu ao ser pressionado. Ele mobilizou as primeiras avaliações que recebeu, de que era *toxicômano*, para se contrapor à interpretação de que ele era alguém *envolvido com o tráfico*. Na audiência, ao ser questionado, Jorge apresentou uma versão de si que se contrapunha às acusações que recebia. Enquanto, possivelmente, nas perguntas eram enfatizadas as provas de que fazia tráfico, ele se apresentava como alguém que precisava *alimentar seu vício*. Se não poderia escapar à institucionalização de sua vida, Jorge demandou, então, não a internação, mas o tratamento para o vício, talvez em uma instituição para dependentes químicos. No fim das contas, recebeu a sentença de internação.

Sentenciado, Jorge continuou a ser atendido pelas profissionais da equipe técnica da unidade de internação. Nem sempre os atendimentos aconteciam semanalmente, mas aconteciam, pois, a cada seis meses – o que poderia se estender por mais tempo a depender da quantidade de *adolescentes* internados –, seria produzido um *Relatório Avaliativo*, em que a equipe técnica sugeriria ao juiz se Jorge deveria continuar internado ou receber a liberdade. Nos dias em que sua *avaliação subia* e restava apenas esperar pela resposta do juiz, o garoto ficava

ansioso. Sempre que dava, perguntava à psicóloga ou à assistente social quando, finalmente, teria algum retorno.

Setembro de 2011. Jorge foi levado ao atendimento com a psicóloga da unidade. Como quase sempre acontecia, ela lhe fazia perguntas sobre como se sentia, sobre sua saúde e de sua família, sobre suas expectativas. Ele respondia com desinteresse, falando pouco, talvez por não ver sentido naquilo. Assim, ficaram registradas as seguintes informações: *estado emocional tranquilo; orientação, atenção e sensopercepção sem alteração; memória estava preservada, higiene pessoal asseada e estado físico adequado*. Vê-se que tais descrições pouco se relacionam a algo que o garoto tenha dito, algo que tenha relatado, mas se referem apenas à forma como a psicóloga o categorizava no momento daquelas interações, a partir de rótulos técnicos pré-estabelecidos, como se pouco importasse o que ele tivesse a dizer. Ainda segundo o registro, Jorge não apresentava *histórico de transtornos psiquiátricos*, nem chegou a fazer uso de psicotrópicos. Seus *aspectos emocionais* no cotidiano foram descritos como *estáveis*; a *forma de se relacionar* como *boa* e a *agressividade* como *latente*. Suas *expectativas em relação ao futuro* foram avaliadas como *boas*. Ele teria dito que pretendia arrumar um emprego.

Essas categorizações aparecem em praticamente todos os prontuários analisados, embora pouco informem de maneira concreta sobre os *adolescentes*: *se apresentou asseado, auto e alo psicologicamente orientados, memória preservada, estado físico adequado ao seu desenvolvimento, orientado, memória preservada...* Praticamente não aparecem suas falas, nem relatos situações que estejam vivenciando naquele momento. Ao mesmo tempo, pelo que pude observar em campo, ao se entender que o *adolescente* tenha alguma demanda de ordem terapêutica ou psiquiátrica, esta acaba sendo gerida enquanto estão internados por meio da avaliação e controle de psicólogos/as e assistente sociais nas unidades de internação. Talvez aí resida a importância dos rótulos técnicos, que parecem sondar a existência de demandas psiquiátricas prévias.

Em campo, já ouvi de funcionários que alguns aspectos da gestão e das negociações com os *adolescentes* perpassa pela utilização de remédios psiquiátricos. Também vi funcionários se referir a alguns *adolescentes* como *doidos*, além de haver relatos (documentados e que me foram narrados) de *surtos* ou *manifestações* por parte dos *adolescentes* no interior das unidades de internação. Tudo isso aparece de forma muito vaga e desinteressada nos registros, reflexo da maneira como ocorrem os atendimentos dos *adolescentes*: escassos, rápidos e pouco aprofundados, em que as equipes técnicas são pressionadas por prazos, pelo excesso de trabalho

e pela necessidade de preencher fichas pré-estabelecidas, com perguntas prontas, em que pouco conta a “voz” dos *adolescentes*.

Voltando a Jorge, em outros atendimentos, provavelmente menos tensos que os atendimentos com a assistente social, a psicóloga perguntou sobre sua família, sobre o lugar onde morava, sobre seus amigos, e ele respondeu. Na avaliação da profissional, o garoto *refletia, mediante apresentação de conduta, a imagem de jovens pertencentes a seu estrato social*. Ele seria

suscetível à influência de jovens pertencentes à sua comunidade, desprovidos de valores morais e sociais, tendo em vista a falta de acompanhamento familiar, falta de imposição de limites, falta de apoio e diálogo, devido à separação dos pais,

Concluindo-se que:

Na ausência de espaço de convivência familiar e social sadio, bem como de equipamentos sociais de lazer, de acesso à cultura, Jorge se identifica com jovens pertencentes à sua comunidade, com uso de linguagem própria (gírias), cujo comportamento propicia o consumo e a comercialização de drogas, bem como o envolvimento em práticas socialmente perigosas. (Trecho de Estudo de Caso, assinado por uma psicóloga de unidade de internação masculina, julho de 2011)

Mais uma vez, essas avaliações não destoam de tantas outras recebidas por tantos outros *adolescentes*. Na verdade, os termos, as descrições dos *adolescentes* são simplesmente replicadas nos relatórios, nos estudos de caso, nos processos, nos planos de atendimentos: *atitudes equilibradas, senso perceptivo, memória, atenção e inteligência dentro do QI adequado para sua idade mental...* Usando-se de expressões técnicas, a linguagem repetitiva mais demonstra o que estou entendendo como produção social da indiferença no fazer profissional dos funcionários do *sistema* (DRYBREAD, 2016)⁴⁰, observável nas relações que se estabelecem entre *adolescentes* e funcionários.

Abordagens mais aprofundadas, analíticas e correlativas sobre a vida dos *adolescentes* pouco aparecem. Não é especificada a forma como foram construídas as avaliações, em que contexto, sob que circunstâncias. Praticamente não há uma descrição mais precisa e particularizada de quem eles são. Nos *Relatórios Avaliativos* enviados ao judiciário, as poucas palavras e frases soltas registradas em fichas de atendimento viram uma espécie de bricolagem,

⁴⁰ Kristen Drybread realizou pesquisa nas unidades de internação alagoanas no começo dos anos 2000. Ao desenvolver a ideia de “produção social da indiferença”, ela se referia aos preconceitos e negligências embutidos nos procedimentos burocráticos de avaliação e “reeducação” dos *adolescentes*. Por meio de procedimentos burocráticos, como avaliações negativas de *adolescentes* e a própria manipulação dos documentos, a instituição estaria a contribuir para a produção da violência entre os *socioeducandos*.

em que se produz uma imagem “pálida” dos *adolescentes*. Esse foi, inclusive, um dos grandes desafios que encontrei na análise dos documentos.

Ao chamar atenção para essa característica dos registros que tenho em mãos, faço duas ressalvas. A primeira é que, evidentemente, os prontuários não são produzidos para fins de pesquisa, de modo que existem “conhecimentos tácitos” ou “de fundo” que podem justificar a seletividade (ou ausência) de descrições em sua escrita, presumindo que algumas informações já estão dadas para os fins institucionais, enquanto que as que entram nos documentos são consideradas de fato como significativas em detrimento às que estão presumidas (LIMA, 2014).

Por outro lado, acredito que essa ressalva explica apenas em parte o que aponto. Aí vem a outra ressalva: em alguns casos, a forma como os *adolescentes* narram aspectos de suas vidas no diálogo com funcionários também pode ser uma das causas para o que tenho entendido como uma fragilidade nos registros institucionais, evidenciando a relação de indiferença e desconfiança entre eles. Afinal, os *adolescentes* estão bem informados de que suas falas e comportamentos certamente comparecerão em avaliações encaminhadas ao juiz, que decide sobre quanto tempo ainda ficarão internados, de modo que eles podem optar pelo silêncio, por responder pouco ou por apresentar múltiplas versões para aspectos e eventos de suas vidas, além de diferentes performances a depender de quem os atende.

Feitas essas ressalvas, há um último ponto que considero ainda mais relevante: é possível que haja intencionalidade na ausência de informações claras, no “deixar de lado” alguns fatos que, a meu ver, poderiam conter um maior aprofundamento. Já vi em prontuários breves notificações de agressões física e sexual sofridas por *adolescentes* nas dependências da instituição. Pelo que posso inferir dos documentos, muitas dessas notificações não recebem atenção profissional ou chegam a ser apuradas, trazendo apenas como exemplo esses casos mais dramáticos. Determinados aspectos da vida dos *adolescentes* são abordados repetitiva e vagamente, enquanto outros são deixados de lado.

Para compreender essas características dos documentos analisados, é preciso reconstruir o contexto que possibilitou seu registro – o encontro, as interações entre *adolescentes* e funcionários. Um primeiro aspecto que precisa ficar claro é que grande parte desses escritos dizem respeito ao momento limitado de interação entre *adolescentes* e psicólogos/as e assistentes sociais em atendimentos. Por esse motivo, pouco vêm à tona o que acontece no dia-a-dia dentro da unidade de internação, o convívio com os demais companheiros no alojamento, as aulas, os momentos de banho de sol. No prontuário de Jorge, como de outros *adolescentes*,

exceto pela vaga informação de *boa relação* com demais *socioeducandos* e monitores, pouco emerge o cotidiano no interior da unidade.

As interações entre *adolescentes* e equipe técnica, na maioria das vezes, acontece do lado de fora dos muros das unidades, nas salas de atendimento, em horários limitados e nem sempre semanalmente. Outras vezes, as interações se dão com a porta dos alojamentos separando *adolescente* e funcionário. Quando aparece o dia-a-dia da unidade, são relatos indiretos de eventos que não foram presenciados por quem escreveu.

Nos *Relatórios Avaliativos*, por sua vez, resultado dessas poucas interações, “um conjunto de informações vagas e desconectadas são sucessivamente transformadas em um acontecimento ordenado” (ALMEIDA, 2016, p. 85), interpretado de acordo com as expectativas dos funcionários que o constroem. Nesse sentido, os documentos são interpretações de segunda ou terceira mão do que acontece nas unidades. Tudo isso produz efeitos concretos nas trajetórias dos *adolescentes*, embora nem sempre sejam os previstos, uma vez que a decisão final vem de funcionários ainda mais distantes, que sequer entram nas unidades de internação, os funcionários do judiciário.

Em sua pesquisa de campo em unidades de internação alagoanas nos anos 2000, Drybread (2016, p. 8) observou que a maioria dos *adolescentes* não fazia ideia de como se dava o processo de avaliação de suas medidas de internação, sendo-lhes difícil saber quando poderiam receber uma progressão na medida. Assim como a antropóloga relata, anos depois, também presenciei em várias situações *adolescentes* procurarem a equipe técnica, perguntando: *eu vou ficar livre logo?* ou *quando vai descer [ser encaminhada ao juiz] minha avaliação?* As respostas que Drybread mais ouvia em retorno aos *adolescentes* era *depende de você, se você se comportar bem até a próxima avaliação, quem sabe*. Esse tipo de resposta não me é alheio. No entanto, como a autora chama atenção, essa explicação não é totalmente precisa. Na complexidade do cenário que se configura nas relações e interações desiguais entre *adolescentes* e funcionários, são, também, os (des)encontros, as (des)confianças, as (in)diferenças e os julgamentos que comparecem.

Há, no entanto, um aspecto que certamente será explorado nas avaliações dos *adolescentes*: se eles representam e performatizam *arrependimento*. No caso de Jorge, ao ser avaliado, concluiu-se que ele demonstrava *TOTAL indiferença ao relatar o ato infracional que estava sendo acusado, naturalizando* os atos infracionais que teria cometido. Jorge foi descrito como *frio*, o que seria demonstrado pelo *modo de falar sorrindo sobre os atos infracionais*.

Jorge *banalizava os atos infracionais*, sendo descrito como uma *ameaça à ordem pública e a si mesmo*.

Outras informações, que poderiam apresentá-lo por um viés mais positivo, receberam pouca ênfase (DRYBREAD, 2016). Na unidade, ele estava tendo aulas de Artes, Grafite, Música, Educação Física, Matemática, Letramento e Informática. Seu comportamento foi descrito como *satisfatório*, pois estaria *respondendo às normas e regras da unidade de forma adequada*. Indagado sobre o que *pretendia para sua vida quando fosse desligado da unidade de medida provisória*, respondeu: *sair dessa vida, que isso num é vida pra ninguém*. Apesar da avaliação de *bom comportamento*, o que mais pesou foi, no entanto, a *banalização dos atos infracionais*, indicando que ele não estava *arrependido*. Ao final da *avaliação*, foi sugerido que Jorge fosse mantido internado para ser *orientado e monitorado de forma efetiva*.

O fato é que, nos atendimentos, não basta aos *adolescentes* emitir falas que estejam de acordo com as expectativas da equipe técnica, é preciso convencer de que tais informações são verdadeiras. Não basta se comportar de acordo com as regras, pois o comportamento pode ser interpretado como fingimento de adequação. É preciso passar a impressão de sinceridade nas interações com os funcionários, dependendo que assim também sejam interpretados. Reforçam-se a imprevisibilidade e a frustração dos *adolescentes*, como Drybread (2016) chama atenção. No caso de Jorge, ele foi visto como *frio e banalizando seus atos*. Logo, seu *bom comportamento* na unidade e suas falas pouco receberam ênfase em sua avaliação final (LIMA; ALVAREZ, 2017).

Em suma, as avaliações dos *adolescentes* explicitam as dinâmicas de constrangimentos mútuos entre *adolescentes* e funcionários. Jorge recebeu a medida de internação quando deixou de ser interpretado como *viciado* e passou a ser *envolvido com tráfico*; em sua reavaliação judicial, ele ficou mais seis meses internado, entre outras coisas, por demonstrar *frieza e ausência de arrependimento*. São essas descrições que clarificam as classificações mobilizadas pelos funcionários para justificar os contornos da gestão, das punições e do disciplinamento da vida dos *adolescentes* durante o período em que passam no *sistema*. Os prontuários apontam para as padronizações avaliativas que incidem sobre garotos e garotas (LIMA; ALVAREZ, 2017), dando-lhes poucas margens para escapar das interpretações sobre eles produzidas, além de torná-las imprevisíveis e incompreensíveis.

c. As negociações (desiguais) entre *adolescentes* e funcionários: controles, desconfianças e *(in)submissões às normas*

Julho de 2011. Érico, foi levado por um monitor à sala onde seria atendido por uma profissional (não identificada) da equipe técnica. Ele já estava internado há cerca de setes meses, mas fora atendido poucas vezes. Nessa ocasião, Érico deve ter sido questionado a respeito de reclamações de *mau comportamento* que vinha recebendo. Segundo a profissional, ele demonstrava *intolerância e agressividade* [direcionada] *ao outro* e já havia sido *recolhido* algumas vezes, pois *não estava se submetendo às regras da unidade*. Impaciente com os questionamentos que lhe eram feitos, Érico abaixou a cabeça e assim ficou durante todo o atendimento, respondendo também em voz baixa. Nas poucas vezes em que falou, fez reclamações à funcionária. *Quero ir pra qualquer lugar, menos ficar aqui, quero ir pra UM01, que lá eu vou fazer o que eu quiser*. O que dizia e como dizia, fez com que a funcionária passasse a se sentir ameaçada⁴¹.

Como consequência de interações como essa, foi produzido o *Relatório Avaliativo* de Érico, assinado psicóloga e pela assistente social da unidade. Nele, o garoto foi descrito como *insubordinado* e com *dificuldade em acatar regras*. O comportamento de Érico foi classificado como *insatisfatório*, e ele foi descrito como *imaturo, interagindo apenas quando lhe convinha, intolerante, agressivo e influenciável*, constituindo-se como uma *ameaça pública e a si mesmo*. Segundo as profissionais, se Érico recebesse uma progressão de medida, ficando em semiliberdade, ele poderia não retornar à unidade, ou seja, poderia fugir. Elas sugeriram ao juiz que ele fosse mantido na medida de internação, *para que fossem trabalhados valores morais e sociais que o habilitariam ao convívio social sem que ele retornasse ao ato infracional*.

Diante das desconfianças e incertezas relativas aos procedimentos mobilizados pelas equipes técnicas em suas avaliações, os *adolescentes* mobilizam, também, diferentes formas de se portar nas interações com esses funcionários. No caso de Érico, o escrutínio de suas falas e comportamentos nos momentos de atendimentos resultou em avaliações que o apresentavam sob viés de *insubmissão*.

Em diálogo com *adolescentes*, Drybread (2016, p. 4, tradução minha) também já ouviu falas como *eu não confio nesses assistentes sociais e psicólogos que me olham como se eu fosse um cara ruim. Eu num sou um bicho. Se eles falam comigo, eu não respondo. Finjo que num*

⁴¹ Essas informações estão na *Ficha de Evolução do Socioeducando*, em que, num pequeno retângulo, a funcionária registra a mão breves pontos do que foi dialogado no atendimento e a data de quando ocorreu. Normalmente, essa ficha é dividida por alguns meses por psicólogos/as e assistentes sociais.

tem ninguém. A recusa em se comunicar com psicólogos/as e assistentes sociais nos atendimentos pode ser compreendida como uma forma de resistência e *insubordinação* dos *adolescentes* em relação às percepções construídas sobre eles. Ao mesmo tempo, como a antropóloga pondera, os registros feitos por esses profissionais são a base de suas avaliações. Ou seja, podem implicar em mais tempo de internação, provocando efeitos que se retroalimentam. Acaba ficando vedada aos *adolescentes* a possibilidade de apresentar uma “contra narrativa” da avaliação negativa que recebem, pois boa parte das informações que preenchem os relatórios são informações produzidas em um contexto desconfortável, de sensação de *ameaça*. O tom acusatório de alguns atendimentos, como parece ter acontecido com Jorge, é também um motivo de resistência e desconfiança nas interações entre *adolescentes* e funcionários:

[Adolescente 1] *Só chama ali, só chama ali, um exemplo, vou chamar ali, pá, vou botar o exemplo que eu sou ela [psicóloga], pá, assim, aí, eu chamo: “tá bem?”, “tá”, “como você tá no alojamento?”, “tranquilo”, “e a sua saúde?”, “tranquilo”, “tá certo, vá lá”. Só isso. Aqui na cadeia mermo, aqui onde nós tá, essas psicóloga aí, num abre não a mente da pessoa, pá nada, agora da UBS ali, a UBS é o que? Psicóloga também? (...) Agora a da UBS ali, ela dialoga meia hora... (...) Aí ajuda o cara, tenta abrir a mente do cara. (...) Agora essas daqui, só sabe afundar, pedir mais dia ali pá pessoa.*

[Adolescente 2] *E só sabe ver o erro que a pessoa faz, o que eles faz, pra elas num é nada.*

(*Adolescentes* UM01, Março de 2020)

Em contrapartida, e numa resposta a essas mesmas circunstâncias disciplinares e avaliativas, os *adolescentes* podem, ao invés de se contrapor aos ideais de *bom comportamento* e às regras da unidade, negociar de outra maneira com os profissionais aspectos do que seria compreendido como a *ressocialização*, o que, em alguns casos, pode levá-los à liberdade mais cedo. Drybread (2016, p. 4) cita o caso de um garoto que foi informado pela equipe técnica de que quanto menos páginas houvesse em seus registros melhor seria para suas avaliações. Por outro lado, qualquer incidente que viesse a acontecer seria registrado e, posteriormente, encaminhado ao juiz, o que, possivelmente, implicaria em mais tempo de internação.

Em uma dada ocasião, foi encontrada uma quantidade de maconha em seu alojamento. O garoto, então, persuadiu um monitor a não incluir seu nome no registro de infrações cometidas pelos *adolescentes* na unidade. Em troca, ele se comprometeu em “fazer seu trabalho sujo” por três dias. Com a ficha limpa, o garoto sairia mais cedo da unidade, mas teve de aguentar os xingamentos de *cabueta* e *mulherzinha* por parte dos companheiros.

Em casos assim, as tensões entre *adolescentes* e funcionários se expressam justamente pelo fato de os funcionários usarem os registros da vida dos *adolescentes* como uma ferramenta de negociar seus comportamentos. Outro garoto, Aluísio, continua a lançar luz sobre as tensões expressas nas respostas dos *adolescentes* ao escrutínio e controle de suas vidas enquanto internados.

Novembro de 2014. Aluísio foi levado ao atendimento por um monitor, atravessou o pátio empoeirado e barrento do DER, até chegar à salinha onde a psicóloga o aguardava. Pensando na avaliação que deveria receber, e nas implicações que isso poderia ter no tempo que ainda ficaria internado, Aluísio optou por responder aos questionamentos que lhes eram feitos, sempre enfatizando que *queria mudar de vida*. A partir do atendimento, a psicóloga descreveu na *Ficha de Evolução* o garoto da seguinte maneira: *calmo, colaborativo, comunicativo e asseado*. Ela avaliou que Aluísio *demonstrou arrependimento e transpareceu veracidade*.

Março de 2015. Aluísio já estava internado há mais de um ano, apesar de avaliações positivas que vinha recebendo. Ansioso e com medo de ficar três anos internado⁴², da janelinha de sua *cela*, gritou, chamando o educador social. Queria falar com a psicóloga naquele dia e pediu para que o educador solicitasse o atendimento. Com uma resposta positiva, Aluísio foi levado à salinha onde era aguardado pela funcionária. Na conversa, ele explicou que se sentia pronto para sair da unidade, que desejava trabalhar e continuar estudando, talvez imaginando que dizer essas coisas poderiam acelerar sua liberdade. Na opinião da psicóloga, Aluísio ainda demonstrava *imaturidade e pouca reflexão sobre o ato infracional que cometeu*. Embora ponderasse que esperava um avanço maior por parte do *adolescente*, já em seu *Relatório Avaliativo*, enviado ao juiz, sugeriu que ele poderia ser encaminhado para a semiliberdade:

no que tange ao quadro comportamental do adolescente, a equipe técnica acredita que a evolução poderia ter sido mais significativa, no entanto, esse fato não nos impede de considerar a medida de Semiliberdade também adequada para o jovem continuar sendo acompanhado. (Trecho de relatório avaliativo, escrito por psicóloga, 2015)

Como Aluísio, outros *adolescentes* logo aprendem o que as equipes técnicas querem ouvir, sabem o que é esperado deles para receber uma avaliação positiva e sabem quais comportamentos devem ter e quais devem evitar (DRYBREAD, 2016). Até certo ponto, apresentar uma performance de assujeitamento às expectativas dos funcionários, pode implicar em avaliações positivas, embora isso nem sempre aconteça, como já foi demonstrado

⁴² Tempo máximo em que, segundo o ECA, um *adolescente* pode ficar privado de liberdade.

anteriormente. Falas como *quero sair dessa vida, essa vida num dá mais pra mim, quero mudar, tô arrependido* são muito repetidas pelos garotos com quem já dialoguei, provavelmente por interpretarem que é este o discurso que eu também espero ouvir, ainda que eles não demonstrem de maneira clara e precisa como pretendem *mudar de vida* após saírem da unidade de internação⁴³.

Como Goffman (2002) chama atenção, todos nós temos a tendência a oferecer uma impressão idealizada de nós mesmos a nossos observadores. No caso dos *adolescentes*, em que a representação pode implicar em mais seis meses internados ou em liberdade, isso é ainda mais importante. É preciso um controle rigoroso do que se diz e faz, para não aparentar algum ponto vulnerável que justifique uma avaliação negativa. Em suma, é preciso representar a incorporação das expectativas dos funcionários, na medida em que também possam se beneficiar. Até certo ponto, como vai ficando claro, as justificativas são construídas relacionalmente, embora os *adolescentes* tenham bem menos poder de influência sobre elas.

Os tensionamentos em relação ao que dizem e ao que omitem são expressivos das performances e das diferentes versões de si e de eventos vivenciados que os *adolescentes* podem mobilizar. Como exemplo, volto aos registros de Jorge. Quando foi internado, entre maio e junho de 2011, ele concedeu informações em atendimentos que foram usados em sua acusação. Jorge confirmou que a casa onde fora preso era uma *boca de fumo*. Ele teria dito, ainda, que a arma com ele foi apreendida teria sido usada no homicídio do policial. Em outros *casos, confissões* como a de Jorge ocorrem ainda na delegacia, assim que os *adolescentes* são *apreendidos*. Alguns relatam que, não são poucas as ameaças e agressões que sofrem nesse ambiente. Não por acaso, nas circunstâncias em que ocorrem os *depoimentos*, muitos assumem as acusações que recebem.

Em seu julgamento, no entanto, diante dos questionamentos que lhe eram feitos pelo juiz, Jorge mobilizou uma outra versão de si e dos eventos que o levaram ao encarceramento:

⁴³ O que passei a notar após 2016, no entanto, foi uma mudança nesse tipo de discurso apresentado pelos *adolescentes*. Não que essas falas tenham deixado de existir, mas, em entrevistas, se tornou muito mais comum ouvir de garotos com 15, 16, 17 anos falas como *minha vida é essa mesmo, eu sei que é ou caixão ou cadeia*. Essa é mais uma evidência de mudanças que estão em curso, transformações na forma como os *adolescentes* lidam com suas passagens pelo encarceramento, mas também na forma como prospectam suas vidas. Como observei na fala de um *adolescente* entrevistado em julho de 2017, em uma unidade com *adolescente* vinculados ao CV, algo que já vinha observando em várias outras entrevistas, ao ser perguntado sobre suas perspectivas de futuro, ele dava uma resposta dúbia: ao mesmo tempo em que dava sinais de que gostaria de *mudar de vida*, falava da *facção* e do *mundo do crime* como coisas das quais não tivesse como escapar, como se não tivesse alternativas.

Que é verdade que toda substância entorpecente apreendida estava na casa em que foi apreendido; Que a droga era para ser consumida pelos três ocupantes da casa; Que estava passando um tempo na casa alugada há cerca de um mês; Que o revólver apreendido era do declarante, que comprara por R\$ 700,00 na Feira do Rato; Que comprara o revólver para se defender “dos bandidos pelai”; Que nunca vendera drogas; Que é usuário de drogas há mais de dois anos; Que há mais ou menos três meses deixara a casa da sua mãe e passara a morar com sua companheira; Que brigara com sua companheira e por isso estava passando uns dias na casa de seus colegas; Que prestada depoimento perante o MP e não dissera qualquer inverdade; Que não é verdade que tenha dito perante à oitiva informal com o Ministério Público que tenha vendido drogas; Que nada sabe informar sobre o homicídio do policial, na ESMAL; Que já fora apreendido umas três vezes por causa de roubos para poder alimentar seu vício com as drogas; Que gostaria de fazer um tratamento para drogados. (Trecho de sentença judicial, recorte de depoimento de Jorge, novembro de 2011)

Jorge demonstra como as informações fornecidas aos funcionários, dependem das circunstâncias em que ocorrem as interações, os encontros. Sob a ameaça física, os *adolescentes* podem assumir todas as acusações que recebem; com as equipes técnicas, eles podem continuar a assumir as acusações, demonstrando *arrependimento*, ou negá-las, tentando não ficar internados. Ficam visíveis os tensionamentos. A depender da posição que os funcionários ocupem, de como podem incidir sobre os corpos dos *adolescentes* e de como eles podem influir em mais ou menos tempo de internação, o tom das interações, do que é dito, como é dito e o que é silenciado, muda.

Na experiência das Rodas de Conversa na UMJ02, isso ficou ainda mais claro para mim. Um dos garotos que participava de nossos encontros tinha uma relação próxima com o educador social da unidade, diácono Jeremias. O próprio educador me comentou algumas vezes que conhecia sua família e que *via nele a chance de mudar de vida*, enfatizando sempre que algumas falas de *arrependimento* que o garoto esboçava nas atividades. Quando suas falas eram sobre o vínculo com o PCC, no entanto, o educador justificava que eram *só pra crescer pros outros*, pois ele não era *tão envolvido*, e vinha de uma *boa família*. Possivelmente, pela boa relação com o funcionário, o *adolescente* poderia gozar de alguns “privilégios” na unidade, como ser selecionado para participar de atividades, como a Roda de Conversa.

Mais na frente, cheguei a entrevistar o garoto. O diácono Jeremias me cedeu uma sala de atendimentos da unidade. Enquanto eu conduzia a entrevista, o educador, entrando e saindo da sala, ouviu parte do que ele me dizia: *quando recebesse a liberdade, iria fazer pior*. Não foi pouca a surpresa do diácono Jeremias, que, mais tarde, me questionou se tinha entendido bem, pois *tinha que avaliar os adolescentes*. Eu lhe expliquei que não poderia fornecer essa informação, pelo compromisso que havia assumido com o garoto. Mas esse evento tornou claro

para mim como os *adolescentes* mobilizam diferentes versões e discursos sobre si, cientes de que estão sob constante avaliação enquanto internados.

Nos prontuários, os *adolescentes* são tão produzidos pelo registro e avaliação de suas representações nos momentos de interação com funcionários quanto os próprios documentos (LIMA; ALVAREZ, 2017). Ali estão fragmentos, versões, expectativas, performances, fato que não é alheio aos funcionários. Valentina⁴⁴, psicóloga que conheci na UM01, por exemplo, expressou essa preocupação em uma entrevista que realizei em 2018:

Muitas vezes o menino tinha um comportamento maravilhoso, maravilhoso! Quando você conversava muito, o menino dizia, né, que ele tava só esperando sair, que era aquilo mesmo, que a vida dele ia continuar do mesmo jeito... Mas o menino tinha o comportamento perfeito, não se envolvia em confusão nenhuma, não se envolvia em nada, aí, eu ficava me perguntando: E agora? Ao mesmo tempo que ele tá aqui me dizendo que ele não vai sair dessa vida, que é isso mesmo, mas ele tem um comportamento perfeito, não tem nenhum CAD [Comissão Avaliativa Disciplinar], num tem... Assim, muito louco, assim, sabe, a gente ficava sem nem saber o que fazer, na verdade, é isso, a gente não sabia o que fazer. (Valentina, psicóloga de unidade de internação masculina, 2018)

Em termos de avaliações, fica claro que nada está dado. É tudo bastante parcial. Evidentemente, a palavra final está sempre do lado da instituição, dos agentes estatais, do juiz, especificamente. O que esses relatos demonstram, no entanto, é que os *adolescentes* também se relacionam, pressionam e tensionam de várias maneiras as interações com esses profissionais, embora suas táticas nem sempre alcancem os resultados esperados.

d. Os CADs e os atos de indisciplina

Nesta última sessão, concentrei especial atenção em um tipo específico de relatório, nomeado como CAD, que é resultante de uma *Comissão Avaliativa Disciplinar*, de onde vem a sigla. Tal comissão é normalmente formada pela equipe técnica (advogado/a, psicólogo/a, assistente social), monitores e educadores sociais de uma unidade, com o intuito de notificar algum ato considerado como passível de punição cometido pelos *adolescentes*, que *têm o dever de assumir a responsabilidade por seus atos*.

Ao que me parece, o CAD cumpre a função de reafirmar as regras e controles institucionais e a “inadequação” dos *adolescentes*. *É como se fosse uma advertência da escola,*

⁴⁴ Conheci Valentina em 2017 na UM01. Ela ingressou no sistema no ano de 2016, quando retornava do Rio de Janeiro, onde fez uma formação na área da psicanálise e atuou em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Por conhecer a promotora de justiça do Ministério Público então responsável pelas representações contra os *adolescentes* apreendidos, Valentina lhe enviou seu currículo, esperando ser contratada para atuar no sistema. Ela já ingressou na UM01, onde permaneceu até janeiro de 2018, quando pediu demissão, entre outros motivos pela insatisfação em relação ao funcionamento do sistema. Na entrevista, ela menciona que ficou marcada pelo vínculo com a promotora, além de ter um “ideal de socioeducativo” que destoava largamente de muitos funcionários (CARVALHO, 2018).

é como se fosse uma prova pro juiz de que você não tá muito bem comportado, segundo me explicou Valentina. Ele expressa as expectativas dos funcionários em relação ao comportamento dos *adolescentes*, funcionando como uma memória das *insubordinações, indisciplinas, maus comportamentos, infrações, inadequações*, como uma prova de que o *adolescente não tá se adequando ao que se espera*, ainda segundo a psicóloga. É no CAD, também, que é expressa de forma mais precisa as *consequências das infrações*, as punições, os *recolhimentos*, os boletins de ocorrência.

Emaranhados num contexto tensionado e incerto, responsável por produzir um ambiente de indiferença e violência, quase todos os *adolescentes*, em um ou outro momento, acabam por ser relatados em CADs, pelo fato de terem infringido alguma regra, um regulamento, portaria, ou mesmo por alguma confrontação ou discussão com monitores. Os CADs demonstram a face mais dramática e violenta das *insubordinações dos adolescentes* e as consequências por eles vivenciadas nas subsequentes punições.

Como os demais documentos, esses relatórios não expressam a realidade em si mesma, mas sua (re)construção, por meio da escrita e seus efeitos. Diante disso, entendo os CADs como interpretações constantemente reformuladas, de modo que regras aparentemente formais e cristalizadas nas unidades de internação podem ser ressignificadas e reinterpretadas no cotidiano e nas situações (LIMA, 2014). Além disso, embora nos CADs prevaleçam as vozes dos funcionários sobre os eventos de *insubordinação*, pois são eles que têm prevalência naquela figuração, é possível vislumbrar, também, vestígios das práticas de resistência e de organização entre os *adolescentes* em contraposição às *normas institucionais*.

Janeiro de 2012. A última noite havia sido agitada, provavelmente ninguém dormiu. Pela manhã, assim que a equipe técnica chegou à unidade, Jorge foi retirado de seu alojamento e levado a solavancos por um monitor à sala da equipe técnica. Lá, ele foi recebido por funcionários com olhares apreensivos. Estavam presentes advogado, psicóloga, assistente social. As perguntas foram muitas. De lá, o garoto foi levado de volta à unidade, mas não ao mesmo alojamento. Foi colocado em um quartinho separado, escuro, distante. Ficaria *recolhido*⁴⁵ por quinze dias. Na última noite, junto aos companheiros de alojamento, Jorge havia

⁴⁵ Quando é *recolhido*, o *adolescente* passa alguns dias em um alojamento isolado dos demais companheiros de unidade, sem sair para nenhuma atividade, exceto para aulas, e olhe lá. Isolado, o *adolescente* também fica mais vulnerável a agressões físicas e verbais por parte de monitores.

tentado fugir da unidade. Eles *arrombaram o alojamento*, mas foram impedidos por monitores. Houve gritos e agressões. *Só a gente sabe o que acontece aqui*, os *adolescentes* dizem. Segundo foi informado, também estava sendo acusado de *destruir o patrimônio público* e de *desrespeitar a monitoria*. Tudo foi registrado em sua *Guia de Recolhimento*, assinada pelo gerente da unidade e por um dos funcionários da equipe técnica.

Naquele mesmo mês, Jorge foi *recolhido* mais duas vezes. Ele não havia desistido da ideia de fugir. Em outra noite, tentou novamente *arrombar* seu alojamento, mas foi impedido por monitores. Dessa vez, as coisas ficaram mais tensas, e ele foi acusado de *ameaçá-los* e *agredi-los*, além de ter *depredado* o ambiente da unidade. Apesar dos sucessivos *recolhimentos* e das punições físicas nas tentativas de fuga, Jorge continuou resistindo a se *submeter às normas*, e os funcionários continuavam *dispostos a cumpri-la*. Assim, ele foi acusado em outros documentos de *partir pra cima dos monitores com um pedaço de pau* e de *ameaçá-los* em tentativas de fuga, o que lhe rendeu um boletim ocorrência e um novo processo na VIJ. Ao ter seu alojamento como alvo de um *procedimento de rotina relativo à vistoria* por parte de monitores, foi acusado de portar, junto aos companheiros, *fumo* e *celulares*. Tudo isso somado aos recorrentes casos de *arrombamento*, *desrespeito*, *depredação de patrimônio*, *ameaça*, *agressão*.

Vale ressaltar que o *caso* de Jorge é elucidativo das ambiguidades na aplicação das regras institucionais, que são mobilizadas punitivamente pelos funcionários de maneira seletiva e circunstancial. Voltarei a essa discussão adiante, mas, segundo pude observar em campo, se em determinadas situações Jorge e outros *adolescentes* são punidos por tentar fugir ou portar objetos e substâncias proibidas, em outros momentos, há indícios de que alguns funcionários facilitam fugas e a entrada dos mesmos objetos.

Em um dos *CADs* de Jorge, é possível identificar a padronização adotada pelos funcionários para classificar os *atos de insubordinação* dos *adolescentes* e, assim, definir as punições que estes recebem, quando as regras são mobilizadas:

Art. 111. Todo socioeducando tem o dever de respeitar as normas estabelecidas no presente Regimento.

Art. 112. Todo soioeducando tem o dever de assumir a responsabilidade por seus atos.

Art. 113: Todo socioeducando tem o dever de conviver bem com os demais internos e funcionários da Instituição, num clima de colaboração e respeito.

3 – DAS FALTAS DISCIPLINARES:

Das Faltas Disciplinares de Natureza Leve.

Art. 134 do Regimento Interno: Considera-se falta disciplinar de natureza leve:

III – possuir papéis, documentos, objetos ou valores não cedidos ou autorizados pela Unidade;

Das Faltas Disciplinares de Natureza Média

Art. 135 do Regimento Interno. Considera-se falta disciplinar de natureza média:
XIV – falta de respeito a funcionários, socioeducandos ou terceiros.

Das Faltas Disciplinares de Natureza Grave.

Art. 136 do Regimento Interno. Considera-se falta disciplinar de natureza grave:

IV – ter em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar que permita a comunicação com outros adolescentes ou com o ambiente externa;

VII – receber, confeccionar, portar, ter, consumir ou concorrer para que haja em qualquer local da Unidade substâncias psicoativas ou objetos que possam ser utilizados em fuga ou movimentos de subversão da ordem ou da disciplina interna;

Art. 138. Ficam definidos os atos de indisciplina e suas respectivas medidas disciplinares, de acordo com o quadro abaixo:

Falta de natureza leve	Unidades de Internação – Aplica-se a advertência verbal e o recolhimento, no momento da ocorrência, permanecendo recolhido 01 (um) dia. Fica proibida toda e qualquer atividade voltada ao lazer durante este dia. A partir da segunda ocorrência será acrescido 1 (um) dia a mais que no que refere a proposta anterior.
Falta de natureza média	Unidades de internação – Aplica-se de 02 (dois) a 10 (dez) dias de recolhimento, conforme avaliação da Comissão Avaliativa Disciplinar. Em caso de danificação do patrimônio, o socioeducando será privado do material danificado durante o tempo de recolhimento e, quando possível ajudará na reparação do dano. A partir da segunda ocorrência será acrescido o dobro da proposta anterior.
Falta de natureza grave	Unidades de Internação – No caso de apropriação indébita, aplica-se o recolhimento durante 04 (quatro) dias. O socioeducando será ainda obrigado a devolver o bem apropriado indevidamente. No caso de fuga aplica-se, quando do retorno, o recolhimento durante 10 (dez) dias. Na ocorrência de motins, aplica-se o recolhimento de 15 (quinze) dias. Na ocorrência de rebelião, aplica-se o recolhimento por no máximo 30 (trinta) dias, sem prejuízo das atividades pedagógicas. No caso de atentado violento ao pudor, homicídio, aplica-se o isolamento durante 30 (trinta) dias; A partir da segunda ocorrência, serão acrescidos 05 (cinco) dias no que refere a proposta anterior.

(Trecho de CAD, 2012)

Ao longo dos cerca de três anos em que esteve internado, Jorge foi implicado em uma série de *faltas de natureza médias e graves*. O registro de tais *faltas* serviu como justificativa, em várias ocasiões, para que ele ficasse *recolhido* e proibido de participar de qualquer atividade de lazer na unidade. Embora pudesse continuar a receber sua visita semanal, ligar para a família

dentro do tempo previsto (3 minutos) e participar das atividades pedagógicas (ao menos a princípio, esses são direitos que não podem ser retirados), quando *recolhido*, Jorge ficava sem a companhia dos *parceiros* de alojamento. Além disso, se houvesse algum tipo de atividade recreativa ou lúdica, ficaria de fora. Também não poderia ter a *quadra*, que é o banho de sol, nem poderia jogar futebol. As narrativas de suas *faltas* produziam efeitos concretos em seu cotidiano:

Por conseguinte, mister faz-se necessário ressaltar, que o recolhimento nas unidades de internação se dará da seguinte forma: permanência dentro do alojamento sem participar de quaisquer atividades voltadas ao lazer, preservando o direito a frequentar todas as atividades pedagógicas. Será mantido o direito a visita durante 30 (trinta) minutos, cabendo ao socioeducando optar. (Trecho de CAD, janeiro de 2012)

Em termos de punição, no entanto, nem tudo o que acontece é registrado ou está previsto nas *normas institucionais*. Os documentos narram apenas uma parcela dos eventos de disciplinamento que são levados a efeito. Trata-se da parcela que é passível de se tornar documento oficial sem que se comprometam pessoas e a instituição. Depois de certo horário, dentro das unidades, restam apenas *adolescentes* e monitores. É nesse momento que as *fugas* e *depredações* acontecem, que os *adolescentes partem pra cima*, e que os monitores, já sem a vigilância de outros funcionários, também aplicam a força física, que não é pouca, nem leve. *Só a gente sabe o que acontece aqui*: choques, espancamentos ou até agressões sexuais, são todos relatos informais, à meio tom, que raramente apareceram nos documentos, e pouco vêm à tona em termos de maiores averiguações.

Agosto de 2011. A mãe de Érico procurou o Ministério Público, a Promotoria da Infância e Juventude. Ela foi disposta a fazer uma queixa, pois, no dia em que fora visitar seu filho, encontrou-o chorando. Na ocasião, ela não desistiu até saber o que estava acontecendo, foi quando Érico finalmente disse que tinha *levado um tapa no rosto* de um educador social. O gerente da unidade, no entanto, ficou sabendo que ela procuraria o MP. Assim, para se precaver, enviou um ofício à VIJ. Ele apresentou uma outra versão sobre o que teria ocorrido, mencionando inúmeras atitudes de indisciplina cometidas por Érico: *agressões físicas, brigas, numa das quais chegou a usar uma pedra para agredir outro adolescente, ameaça a monitores, uso de maconha...* No dia da visita alegado pela mãe, ela teria se *exaltado e ameaçado funcionários*, depois de seu filho ter dito que *levou um tapa no rosto*.

Em resposta aos relatos que lhe chegaram, o juiz da VIJ solicitou que fosse *apurada a denúncia* da mãe de Érico. Fora isso, não houve mais menções ao caso por meio de documentos que indiquem alguma apuração, como se uma pedra tivesse sido colocada em cima do fato. Provavelmente, o fato de Érico estar sendo apresentado em documentos como um *adolescente insubordinado*, justificava que as denúncias sobre uma possível agressão por ele sofrida não fossem consideradas relevantes, no sentido de receber alguma atenção por equipes técnicas ou pelo judiciário.

Os documentos dão indícios de que Érico tenha voltado a ser agredido em outra ocasião. Em maio de 2012, a delegada da Delegacia Especial da Criança e do Adolescente solicitou a realização de um exame de corpo de delito no garoto. Contudo, pela ausência de documentações posteriores, o exame também não deve ter acontecido. Érico vinha sendo avaliado negativamente, descrevia-se que ele demonstrava *mau comportamento e agressividade*. Ou seja, era essa a interpretação que se construía sobre ele, o que, possivelmente, mais uma vez, serviu de justificativa para que as averiguações de possíveis agressões sofridas não avançassem, afinal, ele era um *adolescente* que provocava *brigas, agressões e ameaças*.

Talvez mediante a mesma justificativa, a de que apresentava um *comportamento agressivo*, Érico também estava tomando antidepressivos e antiepiléticos. Como comecei a apontar anteriormente⁴⁶, esse outro é um aspecto da gestão da vida dos *adolescentes* que não aparece em documentos, mas em conversas informais, faladas em voz baixa. Já ouvi que remédios psicotrópicos podem ser usados para controlar o nível de estresse, a *agressividade*, entre os *adolescentes*, que ficam longos períodos do dia dentro de alojamentos cheios e muito quentes, sujeitos, entre outras coisas, a agressões físicas. Érico havia passado por uma série de *recolhimentos*, sendo recorrente a alegação de que, em seu alojamento, os monitores encontravam maconha. Por mais que seu consumo seja oficialmente proibido, a entrada de substâncias proibidas segue vários percursos, em alguns momentos com uma entrada facilitada, também devido a seu efeito de relaxamento. No caso de Érico, eram medicamentos que estavam sendo usados para “conter” sua *agressividade*. O uso de psicofármacos é apontado por Mallart (2019a) como um meio de gerir populações em espaços lotados e precários.

Rodrigues (2021) pontua que, no *sistema*, o entorpecimento se tornou um substituto de práticas disciplinares ligadas à educação ou à terapia psíquica, o que não deixa de ser um ponto de extrema tensão, tanto entre jovens que acabam se envolvendo num jogo de mercados ilegais,

⁴⁶ Ver capítulo 1, sessão b.

como de funcionários, que podem ser demitidos. Nesse sentido, o uso ou a proibição de substâncias como remédios e maconha expressam as cadeias de tensão que envolvem *adolescentes* e funcionários. Já presenciei em campo monitores acendendo cigarros para os *adolescentes* agitados em seus alojamentos, o que parece ter surtido efeito naquele momento. Na semana seguinte, no entanto, os mesmos alojamentos foram alvo de intervenção, justamente na busca por substâncias proibidas. Com equipes pequenas de monitores e unidades abarrotadas de *adolescentes*, lança-se mão de várias estratégias – remédios, maconha, *recolhimentos*, espancamentos... – para manter o controle sobre a tensão, se é que isso é possível.

Voltando a Érico e seu prontuário... Setembro de 2012. Érico foi retirado de seu alojamento por monitores. Dessa vez, não iria para a UBS, para atendimentos, ou qualquer outro lugar no *sistema*. Ele seria levado em um transporte da superintendência a uma comunidade terapêutica. Ele foi desligado da medida de internação, mas sua vida continuou alvo de controles institucionais, agora do controle médico e religioso no tratamento para dependência química. O desligamento repentino do *adolescente* pode ser relacionado a um esforço por parte dos funcionários por afastá-lo da unidade de internação, considerando sua reincidência em atos de agressão e entrada de *drogas* e outros objetos proibidos. Assim, pode ter sido mobilizada a justificativa de que ele seria *viciado*, de modo que demandaria um tipo diferente de disciplinamento, agora por meio da medicina e da religião.

Janeiro de 2015. Aluísio, da janelinha de seu alojamento, começou a gritar, chamando pelo educador social. Quando finalmente foi atendido, pediu para falar com a psicóloga. Já na sala onde ela o aguardava, ele apresentou sua queixa. Estava *se sentindo injustiçado*. O GOASE⁴⁷ *interveio* em seu alojamento, *é o trabalho deles, tudo bem, a questão é quem chamou, quem está querendo prejudicar*, ele reclamou. Aluísio acreditava que alguém, provavelmente algum companheiro de alojamento, estaria querendo lhe prejudicar diante dos funcionários, talvez em *cabuetagens* a respeito de faltas que estaria a cometer.

⁴⁷ O GOASE era uma espécie de “batalhão de choque”, formado por monitores selecionados segundo critérios para mim pouco claros e que passaram por um treinamento físico específico. Eles atuavam em situações percebidas como de maior perigo. Com um *habitus* semelhante ao de policiais militares (uso de um fardamento específico e de um escudo semelhante à da tropa de choque da Polícia Militar, formação em marcha etc.), os monitores do GOASE eram chamados para apartar brigas, atuar quando houvesse rebeliões ou abalos etc. Atualmente, esse “batalhão” se chama ECON, Equipe de Contenção (CARVALHO, 2018, p. 46).

Os conflitos e as tensões entre os próprios *adolescentes* são outro aspecto de suas vidas que podem ser alvo (ou não) do controle institucional. Quando esses conflitos culminam em agressões físicas, os *adolescentes* envolvidos cometem *faltas* ou *insubordinações*. O fato é que nem sempre esses conflitos se tornam alvo de atenção ou controle institucional. Na reclamação de Aluísio, por exemplo, já havia indícios de que estavam crescendo as tensões entre os *adolescentes* da unidade. Aparentemente, não houve intervenção por parte da psicóloga que ouviu o relato, afinal, não houve mais registros sobre o fato.

Alguns dias depois Aluísio, junto a outros garotos, agrediu um dos companheiros de alojamento. O garoto agredido era recém chegado na unidade. Ao ser acusado por outro, começou a ser espancado, até a intervenção de monitores. Não é possível, por meio dos registros que acessei, afirmar que havia uma relação direta entre a agressão e a reclamação anterior de Aluísio. Ainda assim, tais eventos indicam que uma parte do trabalho dos monitores e das equipes técnicas envolve estar atentos e gerir as ameaças, as *cabuetagens* e as *tretas* entre os próprios *adolescentes*. Esses conflitos podem ter origem no *mundão*, em outras unidades, ou em eventos dentro da própria unidade onde estão. É a intervenção, ou a indiferença, dos funcionários que pode ser decisiva, inclusive, sobre a vida ou a morte dos *adolescentes*. Trago outro exemplo.

Janeiro de 2015. Joaquim estava dormindo quando foi acordado por um barulho indefinido. Quando se levantou, viu que o garoto recém-chegado estava sendo espancado pelos companheiros. Lembrando-se de que ele havia *batido* em seu primo em outra unidade, Joaquim se levantou e se juntou aos demais. Não sabia ao certo há quanto tempo o garoto resistia ao espancamento, mas iriam continuar, se os monitores não tivessem chegado e impedido. No dia seguinte, todos foram chamados para explicar o que havia ocorrido à *Comissão Avaliativa Disciplinar*. No final, Joaquim ficou *recolhido* por trinta dias, pois havia cometido um ato *repugnante, sobretudo por alguém cumprindo medida socioeducativa*.

Ao ser questionado, o *adolescente* agredido alegou que havia acabado de chegar naquela unidade e não tinha conhecimento sobre *tretas* anteriores:

Passando a declarar e responder: Que chegou à unidade em torno de 17h00min. Que chegou com outro adolescente. Que foi feita a revista normal nos seus pertences. Que lhe foi perguntado se ele tinha convívio no alojamento 01. Que disse não saber. Que saberia quando entrasse no alojamento. Que quando entrou no alojamento 01, os adolescentes estavam todos nos quartos. Que pediu para ir ao banheiro. Que quando saiu do banheiro estavam todos reunidos. Que nesse momento vieram todos pra cima. Que o derrubaram no chão. Que nesse momento começou a agressão. Que demorou em torno de 2 minutos. Que todos do alojamento participaram. Que só pararam quando o monitor chegou. Que se os monitores não chegassem iriam lhe matar. Que

quebrou a clavícula. Que o “cabeça” disso foi o adolescente [...]. Que o adolescente [...] foi quem organizou a reunião. Que não tinha problema com ele. (...) Que o adolescente [...] deve ter sido obrigado a assumir a culpa. (Trecho de CAD, 2015)

Transferir um *adolescente* para uma unidade onde ele *não tem convívio* pode lhe custar agressões, que são muito comuns, ou até a vida. Normalmente, situações assim acontecem durante à noite. Podem contar com a indiferença de monitores, ou com a rápida resposta destes em impedir. Mais uma vez, as indiferenças emergem como um aspecto da gestão da vida dos *adolescentes*. Se em alguns casos, um ou outro garoto chega a procurar educadores, psicólogos/as ou assistentes sociais, em segredo, alertando que algum companheiro está para ser *cobrado*, esses mesmos profissionais podem ignorar os alertas e possibilitar ou negar as transferências que lhes custem a vida, até por despreparo ou falta de percepção das situações. Além disso, monitores podem ignorar os gritos, as pancadas que vêm dos alojamentos, intervindo apenas em último caso. Tudo isso não aparece em documentos. Mas aparece em focos, em conversas em voz baixa, nos corredores. O fato é que as agressões entre os próprios *adolescentes* são muito comuns.

Os prontuários até aqui analisados permitem perceber que corpos dos garotos internados estão sob critérios ambíguos de avaliação e disciplinamento. São esses mesmos corpos que se revoltam de maneira difusa, movendo-se por meio de estratégias, mais ou menos violentas, de *insubordinação*. *Indisciplina* e *mau comportamento*, negociações de *arrependimento*, *confissões* e *bom comportamento*, conflitos e agressões acabam por ser respostas dos *adolescentes* aos regimes de governo de suas vidas, de modo que eles produzem subversões, como efeitos inesperados dos mecanismos de institucionalização. São casos em que que “a lei se volta contra si mesma e produz versões de si mesma que se opõem aos propósitos que a colocam em ação e os proliferam” (BUTLER, 2017, p. 107), produzindo apropriações e ressignificações, nem por isso menos brutais.

Um aspecto chamativo dos CADs é que, em alguns casos, é possível perceber entre os *adolescentes* atitudes orientadas no sentido de tentativas de fuga e agressão de monitores, indicando organizações mais sistemáticas entre eles, a partir das relações construídas nos alojamentos, onde passam a maior parte do tempo enquanto estão internados. A presença de celulares também indica essa organização, pois implica em haver vasos comunicantes (GODOI, 2010) que interliguem os ambientes de encarceramento ao mundo exterior, envolvendo

funcionários, famílias, vistas e companheiros de alojamento, possibilitando, assim, a entrada desses objetos e a comunicação com o *mundão*.

No recorte temporal acessado por meio dos documentos, não perco de vista, no entanto, que, como a parte mais vulnerável, os *adolescentes* passavam boa parte dos dias da internação em isolamento, *recolhidos*, devido aos registros de *indisciplina*, marcados pelas agressões físicas e simbólicas. Nas circunstâncias apresentadas, boa parte dos documentos que registram as punições dos *adolescentes* se remetiam à punição por meio do controle do tempo. Os *recolhimentos* são um aparato central de controle e disciplina em determinados momentos. Embora não sejam os únicos, foram os *recolhimentos* que emergiram com maior frequência nos *CAD* analisados:

[Pergunta] Nos últimos dias, como vocês têm se sentido?

[Adolescente] *Solitário, né, pensativo demais, que eu tô pensando demais, quase todo tempo pensando, que num tem nem o que pensar mais...*

(Roda de Conversa, UMJ02, janeiro de 2020)

B. O caso de Ruth: alguns aspectos dos prontuários de *socioeducandas*

Embora de uma forma geral os prontuários guardem similaridades entre si, sobretudo pelo fato de, em última instância, os *adolescentes* estarem sob o mesmo aparato jurídico-punitivo/penitenciário, existem aspectos diferentes na gestão da vida das garotas em relação aos garotos. Aspectos que podem ser percebidos, também, por meio dos registros documentais. São alguns deles que abordo, a partir do *caso* de Ruth. Optei por trazer separadamente alguns pontos específicos que estão sob maior escrutínio e controle em relação às *adolescentes* mulheres. Como procedi na análise do *caso* de Jorge, por meio do prontuário de Ruth, irei enovelar algumas informações que emergem, também, nos *casos* de Carolina e a de Raquel.

Ressalto, no entanto, que a análise dos registros sobre garotas internadas contém limitações no sentido de sua abrangência, uma vez que, em um universo de mais de seiscentos prontuários que nos foram permitidos acessar, aleatoriamente, pela Sumese, cerca de dez são de garotas que passaram pela unidade feminina⁴⁸. Dos vinte e seis prontuários utilizados, apenas quatro deles eram de *adolescentes* mulheres. Nesse sentido, considero que esta análise traz muito mais proposições do que conclusões propriamente ditas. Também por isso, aqui dialogo ainda mais com os diários de campo, que trazem os registros do que eu mesma pude observar

⁴⁸ Paralelamente ao pequeno número de prontuários de garotas, há que se considerar que elas estão em um número bem menor também nas unidades de internação. Enquanto a UF01 pode abrigar até 20 adolescentes, embora nunca tenha presenciado chegar até essa quantidade; nas cerca de sete unidades masculinas, o número total de garotos pode passar dos 200 (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2019).

na Unidade Feminina 01 (UF01), de modo a contribuir na interpretação das informações acessadas nos documentos.

a. *Porta de entrada: as versões de Ruth*

Setembro/Outubro de 2015. Foram muitas horas de viagem até, finalmente, chegar à rodoviária de Maceió. Ruth viajava com outra mulher, que fora conhecendo no caminho. Quando pensava que havia conseguido, viu da janela do ônibus uma viatura policial. Mal desceu e eles já as aguardavam. Abriram suas bolsas e encontraram três *tijolos* de cocaína. Não voltaria à casa, no centro-oeste. Foi levada a uma delegacia, presa sob acusação de tráfico. Da delegacia, foi logo internada na UF01. Ruth passou pelo *sistema* entre 2015 e 2016. Seu prontuário, diferente dos analisados anteriormente, já aponta para possíveis envolvimento da *adolescente* com o que se entendia vagamente por *grupos de risco*, que hoje, provavelmente, chamaríamos de *facções*.

Na unidade de internação, assim que chegou, Ruth passou alguns dias *recolhida*, sem sair para lugar algum, só recebendo comida. Não podia mais usar as roupas do *mundão*. Recebeu uma farda rosa e sandálias do tipo *havaiana*. Também foi informada sobre as regras da unidade. Só depois desse tempo de *recolhimento* é que foi para um alojamento, onde pôde conhecer outras garotas também internadas. Provavelmente com quase nenhum pertence consigo (como itens de higiene), as companheiras da unidade devem ter lhe dado o que precisava, tirando do que recebiam de suas famílias. Deve ter começado a assistir aulas, a tocar percussão e jogar queimado⁴⁹. Logo, passou a ser chamada a uma sala a parte, onde era recebida por uma psicóloga e uma assistente social. As funcionárias se sentavam de um lado da mesa de escritório e Ruth de outro.

Munidas de fichas e canetas, elas lhe faziam várias perguntas, sobre sua vida, sua mãe, sua casa, se trabalhava, se estudava, se usava *drogas*... Essa era a *porta de entrada*, o *acolhimento* de Ruth na unidade, não muito diferente das *entrevistas, atendimentos sistemáticos e assistemáticos* que receberia durante o período internação. Desconfiada, a garota não sabia ao certo para que todas aquelas perguntas serviam, se poderiam prejudicá-la de alguma forma. Algumas vezes, ela chorou: *colocaram tudo [acusações] pra mim*. Outras vezes, se negou a responder. Ainda em outras ocasiões, mais irritada, reclamou. E em outras assumiu que receberia dinheiro para fazer o transporte de cocaína.

⁴⁹ As aulas escolares, de dança, percussão e costura, os jogos de queimado nos momentos livres... Tudo isso são atividades que eu vi acontecerem na unidade, bem como são mencionadas pelas garotas com quem pude dialogar.

Nos primeiros atendimentos, normalmente são abordados assuntos relativos à família dos *adolescentes*. No caso de Ruth, isso deveria ser ainda mais demandado, uma vez que ela vivia em outro estado. Recém-internada e sem conhecer as profissionais que lhe pediam tantas informações, Ruth deve ter ficado temerosa em relação aos questionamentos que lhe eram feitos: *ficou abusada e retrucou quando a assistente social perguntou sobre seu namorado, rebatendo e questionando, dizendo: “A senhora faz muita pergunta”*⁵⁰.

O primeiro registro que se faz sobre a *adolescente* é um *Relatório Avaliativo de Caso*, assinado pela assistente social, pela psicóloga e pelo advogado da unidade. A primeira versão que se constrói sobre ela acaba refletindo muito de como se desenrolaram essas primeiras interações, seu *acolhimento* na unidade:

A adolescente se contradiz, relatando ora que morava com os avós paternos e o pai, ora com o namorado. Tivemos muita dificuldade de conversar com a adolescente porque a todo tempo a mesma ficava se vitimizandando e chorando, dizendo que “colocaram tudo pra ela”.

(...)

Ressaltamos que os relatos da adolescente são contraditórios e questionáveis. Observamos também que a adolescente simula o choro e o arrependimento. Ruth confirma que do ato atual, sabia que estava transportando drogas.

(Trecho de relatório avaliativo, outubro de 2015)

Como aconteceu com Jorge, um aspecto da vida de Ruth que logo se tornou alvo de atenção por parte dos profissionais da unidade de internação foi o fato de a *adolescente* usar *drogas*: *Sobre o uso de drogas, a adolescente relatou que usava maconha e tabaco. Começou a fazer uso de entorpecentes em 2013*. Ou seja, além da acusação de tráfico de drogas, ela passou a ser interpretada como *usuária*. Somando-se a isso, sua família também passou a ser avaliada pelas profissionais da equipe técnica que a acompanhavam.

Novembro de 2015. Era dia de visita e, dessa vez, Ruth receberia sua mãe, que veio do centro-oeste para vê-la. A coordenadora e a equipe técnica, no entanto, logo começaram a desconfiar. A visita havia sido acompanhada por elas, foi uma *visita assistida*. Na conversa com a mãe da garota, uma série de informações foram aparecendo. A coordenadora da unidade informou à superintendência que iria vedar à mãe de Ruth a possibilidade de visitá-la, bem

⁵⁰ Essas informações aparecem em um *Relatório Avaliativo de Caso*, que parece funcionar, na prática, como um *Relatório Informativo*, trazendo, entre outras coisas, as informações iniciais e relatos das primeiras interações com as *adolescentes* recém-internadas.

como solicitou a transferência da garota para uma unidade de internação em seu estado de origem⁵¹:

Desde os 12 anos de idade [a mãe da socioeducanda] se envolveu com a criminalidade, cumprindo medida socioeducativa diversas vezes. E quando maior de idade chegou a ser presa algumas vezes, cumprindo pena em presídio feminino (...). A equipe técnica ficou preocupada com a maneira como a genitora conversava com sua filha, demonstrando experiência tanto com o mundo da criminalidade, como com o ambiente de reclusão, e com a procura da mesma em saber do funcionamento da Unidade de Internação, o que reforça nossa preocupação quanto à segurança da Unidade e de todos que fazem parte dela. (Trecho de memorando, novembro de 2015)

A interpretação construída sobre Ruth foi a de que ela possuía *um envolvimento muito forte com grupo de risco*, que se evidenciava pelo fato de *escolher bem suas palavras antes de falar. Falando somente o que era conveniente*. Informações anteriores sobre sua vida, em relação ao envolvimento com o *mundo da criminalidade*, com o tráfico especificamente, também foram mobilizadas, bem como o fato de a mãe ter passado por unidades de internação e por um presídio, onde Ruth nasceu. Diante dessa versão, a *adolescente* poderia estar fingindo e ocultando informações nos atendimentos. Seu choro e as expressões de arrependimento poderiam ser considerados falsos (LIMA, 2014).

Todas essas informações, por sua vez, foram mobilizadas pelo juiz da VIJ ao decidir pela internação definitiva da garota: o uso de drogas, o fato de ter parado os estudos, de ter nascido em um presídio, apreensões anteriores por tráfico etc. O juiz concluiu que Ruth deveria ter *um desvio de conduta, devendo ser acompanhada mais de perto*.

Já sentenciada, Ruth continuou a ser atendida pela equipe técnica, psicóloga e assistente social. Aos poucos, foi se adaptando à rotina na unidade e, ao longo dos meses, a forma como era interpretada começou a mudar. No registro de um *CAD*, que trarei em seguida, ela foi descrita da seguinte maneira:

A princípio, Ruth teve alguns conflitos com outras adolescentes, e chegou a ser recolhida algumas vezes. Contudo, após diversos atendimentos e conhecendo a verdadeira história do ato praticado pela adolescente, a mesma melhorou seu comportamento e relações sociais. (Trecho de CAD, fevereiro de 2016)

⁵¹ Porque as visitas de parentes são um direito dos *adolescentes*, ao decidir por negar a entrada da mãe de Ruth na UF01, a coordenadora da unidade enviou um *memorando* à superintendente do sistema socioeducativo, informando-a da decisão e trazendo as justificativas mencionadas. *Ofícios e memorandos* são documentos normalmente trocados entre coordenadores de unidade, a superintendência e a VIJ, em que são informados os acontecimentos que caibam a essas instituições tomar conhecimento e, também, apresentando-lhes demandas que lhes caibam resolver.

Talvez em conversas com outras *adolescentes*, entendendo um pouco melhor como funcionava a medida de internação, Ruth ficou mais à vontade para responder o que lhe perguntavam, começou até a gostar das funcionárias. A avaliação de *melhora em seu comportamento* pode ser associada ao fato de as profissionais agora ter informações *verdadeiras* sobre a *adolescente*. Já não mais havendo a desconfiança de fingimentos ou de ocultação informações por parte de Ruth.

Diferentemente da relação de hostilidade que pude observar nas unidades masculinas, até onde pude perceber, na unidade feminina há uma relação de respeito, ou pelo menos de indiferença mútua, entre *adolescentes* e monitoras, no sentido de que cada uma faz o que de si é previsto, com poucas interações, mas quase sempre polidas. Em relação a outras funcionárias, como psicólogas, assistentes sociais e a coordenadora, as *adolescentes* costumam expressar em suas falas admiração e afeto⁵². *Melhorar as relações sociais*, no caso de Ruth, se relacionava à disposição em fornecer as informações demandadas pelas equipes técnicas, talvez por ter desenvolvido esse sentimento em relação a elas. Tal fato indica que parte do governo de sua vida passava pela economia das informações, pelo que ela dizia e pelas interpretações das funcionárias sobre o que seria *verdade* ou *contradição*.

b. Relatos de *indisciplina* e dinâmicas de vigilância

Abril de 2016. Ruth foi chamada à sala de atendimentos. Lá estavam a equipe técnica e o educador social. Ela já estava internada há cerca de seis meses e conhecia as regras da unidade, então devia imaginar o motivo de estar sendo chamada. Foi informada de que receberia um *CAD*, e perguntaram-lhe sua versão do que havia acontecido no alojamento. Provavelmente constrangida, ela respondeu às perguntas, imaginando que negar seria pior. Tentou demonstrar arrependimento. Ela e outra garota teriam se envolvido *em atos libidinosos, faltando com respeito às demais adolescentes*. *CADs* relatando *relações afetivas* entre garotas em unidades femininas apareceram em alguns dos prontuários analisados. Por outros documentos, deduzo que as duas garotas tiveram algum tipo de envolvimento afetivo-sexual no alojamento (beijo,

⁵² Na unidade feminina, o corpo de profissionais é majoritariamente composto por mulheres. Normalmente no portão de entrada ficam dois monitores homens, mas, dentro da unidade, as monitoras são mulheres. Nos cargos de gestão, também são mulheres que atuam. Na equipe técnica, são mulheres as psicólogas e assistentes sociais, com exceção do advogado, que, segundo vi em alguns documentos, pode ser um homem. De qualquer maneira, são psicólogas e assistentes sociais que estão mais cotidianamente em contato com as garotas. No caso dos profissionais da educação, como professores de música e de esporte, encontram-se mais homens. Nas demonstrações de afeto, as garotas se referem com maior frequência às funcionárias das equipes técnicas e das coordenações.

troca de carícias ou relação sexual), o que foi considerado uma falta de natureza média, enquadrando-se na categoria *falta de respeito*. Ruth ficou *recolhida* por dois dias:

Das faltas Disciplinares de Natureza Média

Art. 135.: *Considera-se falta disciplinar de natureza média:*
(...)

XIV – *falta de respeito a funcionárias, socioeducanda ou terceiros.*

Falta disciplinar de natureza média: Na ocorrência dessa natureza, aplica-se o recolhimento de 02 (dois) a 10 (dez) dias.

Das circunstâncias agravantes

Art. 140. *São circunstâncias agravantes, na aplicação das sanções:*

I – *reincidência em falta disciplinar;*

(Regimento Interno anexado em trecho de CAD, abril de 2016)

Nota-se que a proibição de que *adolescentes* internadas mantenham vínculos afetivo-sexuais não aparece de maneira clara e direta no *Regimento Interno*, conforme demonstra o trecho recortado de seu CAD. Esse tipo de *indisciplina* é sempre relatado em documentos como *desrespeito às companheiras de alojamento*, sem maiores especificações.

Em dezembro de 2016, acompanhei o momento em que essa proibição era transmitida de maneira oral a uma garota recém-chegada, em seu *acolhimento*. Garotas internadas há mais tempo foram convidadas a passar as regras para a “novata”, acompanhadas pela coordenadora da unidade, que ia reforçando e explicando as informações. Segundo a coordenadora explicou na ocasião, a regra que proibia os relacionamentos entre as *adolescentes* servia para *evitar conflitos e brigas por ciúmes*.

Ou seja, embora a regra não esteja explícita enquanto proibição no *Regimento Interno*, ao ser tratada enquanto *desrespeito às companheiras de alojamento*, a meu ver, pode implicar numa relação de vigilância e delação entre as garotas, o que, se assim for, seria um dos aspectos do disciplinamento da vida das garotas internadas. A fala de uma *adolescente* em uma Roda de Conversa ajuda clarificar o que chamo atenção:

Uma coisa que eu me adaptei rápido aqui, até porque as menina tava sempre ali no meu pé, chamando atenção, porque eu cheguei com um nível mais alto de falar gíria, e tal, fazer muitos gesto com a mão, (...) talvez se as menina não tivesse chegado junto comigo, colaborado, eu podia tá prejudicada. (Trecho de diálogo com *adolescente* internada na UF01, 2020)

Até onde pude observar nas Rodas de Conversa, na unidade feminina é incentivada uma relação que compreendo como de responsabilização mútua entre as *adolescentes*. Por exemplo: quando as garotas internadas há mais tempo passam as regras para as mais novas, cria-se a impressão de que elas também são responsáveis por estar atentas a possíveis descumprimentos

que as companheiras venham a cometer, seja alertando-as para evitar uma avaliação negativa, seja levando a informação à coordenação da unidade, o que pode, ter o efeito contrário, no sentido de levar ao registro de uma avaliação negativa.

Diferentemente do caso dos garotos, em que a *cabuetagem* é fortemente rejeitada, no caso das garotas, dentro da unidade, parece existir uma desconstrução por parte da coordenação da delação enquanto algo que descaracteriza o prestígio de quem a comete. Trago outro exemplo. Perguntando a uma *adolescente* como conviviam as garotas de *facções* diferentes na unidade, ela me respondeu que prontamente informava à coordenadora da unidade quando o assunto *facção*, também proibido, surgia nas conversas entre as companheiras:

[Pergunta] Aqui na unidade as meninas conversam sobre essa coisa de facção...?

[Resposta] *Conversa de vez em quando, viu? Eu saio até de perto. Porque eu num entendo essas coisas e eu num gosto dessas presepada.*

[Pergunta] Mas elas brigam aqui por causa disso?

[Resposta] *Não, só uma vez... Não, duas vezes já. Por causa desses negócio. Aí, eu num gosto dessas coisas, de, de... De droga... Eu num gosto de nada dessas coisa, aí, eu pego e digo à coordenadora da unidade. Aí, as menina vêm com conversa, aí, eu digo: “E, é? Tão com coisa de facção? Coordenadora! [chamando]”. Digo logo. Aí, ficam tudo: “Mentira!”. Aí, eu digo: “Foi mentira?”. Aí, eu começo a dizer. A coordenadora não gosta, aí, começa a falar um monte de coisa com elas.*

(Adolescente internada na UF01, Janeiro de 2019)

Em comparação com as unidades masculinas, a unidade feminina abriga uma quantidade muito menor de *internas*. O local conta com uma média de 15 garotas, já algumas unidades masculinas podem ter até cerca de 40 *adolescentes* cada. As garotas passam a maior parte do tempo “livres” para circular pelas áreas comuns da unidade que lhes são destinadas: as salas de aula, a biblioteca, os alojamentos, o pequeno pátio externo, guardado por um labrador preto, chamado Príncipe. Fora dos alojamentos, em quantidade menor, e em uma unidade que não é muito grande, elas ficam mais “visíveis”, umas para as outras e para os funcionários, sobretudo monitoras. Segundo os documentos me permitem entrever, as chamadas *relações afetivas*, parecem ocorrer majoritariamente dentro dos alojamentos, local que me parece ser menos acessado pelos funcionários, mas nem por isso menos visto e observado. Considerando tais circunstâncias ambientais e as justificativas de *desrespeito às companheiras de alojamento* contidas em CADs, suponho que, muitas vezes, as *adolescentes* que dividem alojamento é que tendem a delatar as companheiras no descumprimento da regra. Por esse motivo é que proponho que o controle e a vigilância das relações afetivo-sexuais das garotas podem se dar tanto por parte de funcionários, quanto por parte das *adolescentes* entre si.

c. Controle, *insubordinação* e atos *libidinosos*

Como comecei a apontar na sessão anterior, a sexualidade das *adolescentes* é alvo de uma série de *CADs* que acusam o descumprimento da regra que proíbe os *envolvimentos afetivos* entre elas enquanto estiverem internadas. Esse é um dos principais pontos de divergência em relação aos governos da vida de garotos e garotas em unidades masculinas e feminina.

No mesmo período em que Ruth esteve internada, entre 2015 e 2016, Carolina também foi, repetidamente, mencionada em *CADs* por ter mantido *relacionamentos íntimos* com outras garotas. Ela havia sido presa com mais seis pessoas (duas mulheres com ela e quatro homens), por tráfico de drogas e porte de armas de fogo. A princípio, ela e a outra garota ficaram sob medida de semiliberdade, justificando-se que deveria *ser menor suas participações nos atos infracionais*⁵³. Em novembro de 2015, entretanto, a situação mudou para a garota. Ela foi internada por estar descumprindo as exigências da liberdade assistida, pois, segundo alegado pelo MP, *estava saindo para beber e usar drogas todos os dias*⁵⁴.

Fevereiro de 2016. Carolina foi chamada à sala de atendimentos. Lá, ela e outras cinco garotas, uma por vez, foram questionadas sobre *atos obscenos* cometidos. Como punição, Carolina recebeu uma *admoestação verbal*, teve de assinar uma *advertência*, comprometendo-se a não repetir o *ato*, tipificado como *indisciplina de natureza leve*, em que teria *faltado com respeito às demais adolescentes no alojamento*. Dessa vez, não ficaria *recolhida*. Segundo pude deduzir do conteúdo da *advertência*, assinada também pelo advogado da unidade, o documento não tinha implicações administrativas, como ocorre com o *CAD*, mas funcionava como uma espécie de memória do fato ocorrido. A assinatura da *adolescente* parecia servir como um compromisso por ela assumido de que não cometeria mais o *erro*. Como se fosse uma prova de sua admissão, bem como de sua ciência de que, em caso de *recorrência*, poderia ser relatada em um *CAD*, e, então, *recolhida*, por exemplo.

Março de 2016. Carolina teve uma crise psiquiátrica, um *surto*. No momento da crise, agrediu a si mesma com arranhões, e *atacou* uma companheira de quarto. Quando perceberam que havia algo de errado, a garota foi colocada em um carro e levada a um hospital psiquiátrico de Maceió, onde foi medicada. Essas situações se repetiram algumas vezes enquanto esteve internada. Ao longo de seu prontuário, há uma série de registros de casos de automutilação e

⁵³ De acordo com a *Sentença* do juiz que a julgou em decorrência do envio da *Representação* do MP.

⁵⁴ Segundo uma nova *Decisão* judicial, em concordância com o MP.

ideações suicidas. Quando conversava com a equipe técnica, Carolina dizia que *sentia muita raiva de si mesma, pela vida que levava*⁵⁵.

Março de 2016. Mais uma vez, Carolina foi chamada à sala de atendimentos. Dessa vez, não houve apenas uma *admoestação verbal*, mas também um CAD. Ela foi lembrada da advertência que assinou, comprometendo-se a não voltar a cometer o *ato*, mas voltou a se relacionar *afetivamente* com outra garota. O *Regimento Interno* foi novamente usado para tipificar o comportamento como *desrespeito em relação às companheiras de alojamento*. Dessa vez, Carolina ficaria *recolhida* entre dois a dez dias, pois *já havia sido advertida anteriormente sobre a impossibilidade de se relacionar afetivamente com outras adolescentes dentro da Unidade. Porém, mesmo assim, continuou fazendo. A advertência* assinada por Carolina anteriormente foi mobilizada como uma espécie de prova de um compromisso por ela assumido.

Na sala de atendimentos, ela foi questionada pela coordenadora de segurança, pelo advogado e pelo educador social. Carolina respondeu às perguntas, sem negar as acusações que recebia. Segundo a interpretação dos funcionários, algumas questões de sua trajetória poderiam explicar os *atos de indisciplina*, como os *surtos psicóticos* e a ausência de visita da família. Numa situação financeira *complicada*, a mãe da *adolescente* estava dependendo da disponibilização de transporte pela prefeitura do interior onde morava para poder visitá-la. Consequentemente, a *adolescente* também não estava sendo visitada pelo filho.

Carolina voltou a ser *recolhida* uma série de vezes, bem como recebeu *admoestações verbais*, foi mudada de alojamento e sua família foi *convocada* para uma reunião na unidade.

⁵⁵ Essas informações emergem em registros de atendimentos da adolescente. Uma característica já observada nos prontuários dos garotos internados, mas que também é possível de se perceber nos prontuários das garotas, é que as expressões, explicações e narrações de acontecimentos envolvendo os *adolescentes* são quase sempre muito vagas, em alguns casos usando apenas palavras soltas, levando-me a supor que pouco se leva em consideração as falas, as justificativas, as motivações dos *adolescentes* em atendimentos. Ao tratar dos prontuários de garotos, apresentei alguns possíveis motivos para isso. Outro motivo pode se relacionar a fragilidades nas formações dos profissionais que atuam no *sistema*. Essa questão se apresentou para mim numa ocasião em que, acompanhando meu orientador, ainda na iniciação científica, fizemos entrevistas com *adolescentes* guiadas por questionários. Nessa ocasião, fomos acompanhados por psicólogas e assistentes sociais da unidade feminina. Na época, elas demonstraram interesse em fazer mudanças no questionário institucional conhecido como Plano Individual de Atendimento (PIA), visando justamente atender a demanda de as profissionais acessarem e se aprofundarem em aspectos da vida das *adolescentes* desde o primeiro momento em que elas eram internadas. Lembro-me de que estava ansiosa pelo fato de fazer entrevistas pela primeira vez sem a supervisão de meu orientador. Enquanto conduzia a entrevista, ainda muito insegura, a psicóloga que me acompanhava ia demonstrando surpresa, sem conseguir disfarçar, por várias informações que foram emergindo nas respostas da *adolescente*. O que me chamou atenção é que a garota que já estava há um tempo sendo acompanhada pela profissional na unidade, e só no momento da entrevista algumas questões de sua vida foram emergindo, como, por exemplo, sobre como se iniciou e o que motivou o consumo de *drogas*. Essa situação me fez perceber que passar por um curso de graduação não necessariamente dá as condições necessárias para que um profissional já formado possa aplicar o que aprendeu de maneira teórica à prática profissional, fazendo-me reconhecer, ainda mais, quão relevante se mostra a atividade de pesquisa científica durante a formação acadêmica.

Em todas essas ocasiões, foram registradas relações sexuais no alojamento, *atos libidinosos e desrespeito às demais adolescentes* do alojamento. Segue transcrição de trecho de um dos CADs de Carolina:

As adolescentes Carolina e [...] vêm se relacionando de forma íntima, no alojamento desta Unidade de Internação, expondo à constrangimento as demais internas. Várias advertências verbais foram aplicadas pela equipe técnica, foi aplicada ainda uma advertência por escrito e reunião com os responsáveis, que não aprovam tal prática, sem surtir efeito. Já brigaram anteriormente, sendo necessário adequação de quartos, ficando a Unidade à mercê do relacionamento existente e da inconstância emocional comum à idade.

A opção sexual das adolescentes não é o ponto discutido e sim a quebra de regras internas estabelecidas, os conflitos que são gerados por ciúmes, ameaças e até atos de violência (...). (Trecho de CAD, abril de 2016)

Ao ser questionada, a garota normalmente se dizia *arrependida do que fez, porque queria estar o mais rápido com o filho*, fala que provavelmente condizia com expectativas dos funcionários em torno do comportamento que ela deveria apresentar. A *reincidência*, no entanto, era associada a possíveis problemas psicológicos: *Não sabemos até que ponto o comportamento de Carolina é patológico ou normal (...). Ressaltamos que a adolescente demonstra possuir problemas relacionados à sexualidade.*

Segundo uma das avaliações que recebeu, Carolina *apresentava instabilidade emocional, ora se apresentando emotiva ora interagindo normal*. Ainda: *apresentava dificuldades em cumprir regras, principalmente no que concerne a questões libidinosas, onde a referida não apresentava pudor, ocasionando falta de respeito às demais adolescentes*. Também passaram a ser mobilizados o diagnóstico de automutilação e de depressão. Depressão que era relacionada ao *pouco afeto nas relações*⁵⁶, pois quando recebia visitas da mãe e do filho, demonstrava *pouco sentimento*. Os medicamentos voltam a aparecer como um mecanismo de controle e gestão. Carolina estava fazendo uso de psicotrópicos.

⁵⁶ O fato de a garota *não demonstrar afeto e sentimento* quando era visitada pela mãe e pelo filho, servia como um indício de depressão, segundo a avaliação das funcionárias que a atendiam. Não é possível afirmar com certeza sobre as implicações que a avaliação de *não demonstrar afeto* tiveram sobre a medida de internação da garota, mas é interessante perceber como a demonstração ou não de afetividade por parte da *adolescente* estava sob escrutínio, como uma expectativa em torno do comportamento que ela deveria ter ao ser visitada pela mãe e pelo filho. Ora, as expectativas coletivas nada têm de abstrato ou de teórico, elas estão inscritas na própria estruturação do ambiente, como fronteiras, de modo que as categorias da diferença tendem a se rotinizar como compósito coerente de valorações (BOURDIEU, 2012; FELTRAN, 2018). Nos prontuários de garotos, o elemento da *frieza*, ou seja, não demonstrar afetação emocional, também emerge em avaliações que eles recebem, mas sendo relacionadas à forma como se referem ao ato infracional que cometeram, como num indicativo de *ausência de arrependimento*. Um exemplo é a avaliação recebida por Jorge, em que a forma como falava com os profissionais foi interpretada como *frieza* em relação ao homicídio que teria cometido.

No mesmo período em que Ruth e Carolina estiveram internadas, sendo constantemente relatadas em CADs por *relações afetivas* com outras garotas, Raquel, acusada de roubo, vivenciou situações semelhantes. Ela já havia sofrido sanções assim que chegou à unidade, num evento em que ameaçou a coordenadora, depois de uma briga com outra garota. Em outubro de 2015, no entanto, Raquel simulou crises epiléticas, numa tentativa de progredir mais rapidamente em sua medida e de *chamar a atenção* de outra garota internada, por quem *estaria apaixonada*. Por conta do fato, Raquel ficou *recolhida* por cinco dias:

Perguntada sobre as crises epiléticas que estava tendo na unidade, respondeu: eu tive uma crise no quarto 03 e uma no banheiro, mas não chamei ninguém, depois disso eu passei a simular que estava tendo crises. Perguntada por que das simulações, respondeu: pra chamar atenção de uma adolescente. Perguntada se quando simulou as crises recebeu atendimento médico providenciado pela Unidade Respondeu: sim, recebi atendimento médico. Perguntada se tem algo a acrescentar, respondeu: estou arrependida e muito do que fiz. (Trecho de CAD, outubro de 2015)

Por meio das trajetórias dessas três garotas, tenho entendido, ainda de maneira inicial, que um dos aspectos da vida das *adolescentes* que está entre os mais vigiados são as relações afetivo-sexuais desenvolvidas na unidade. Ao mesmo tempo, de maneira ambivalente, entendo que essas relações figuram como um aspecto das pressões que as *adolescentes* também exercem naquela figuração, como se fossem “linhas de fuga”, como brechas encontradas nos controles de seus corpos (D’ANGELO; HERNÁNDEZ, 2017). No recorte de prontuários analisados, são as relações afetivo-sexuais que aparecem com maior frequência como alvo de proibições, punições e controle. Nos registros dos funcionários, essas relações costumam vir associadas a conflitos entre as *adolescentes*, justificando-se, assim, a proibição, segundo explicou a coordenadora da unidade.

Enfatizo, entretanto, que, os documentos não trazem detalhes sobre a intensidade e a frequência com que os *envolvimentos afetivos* entre *adolescentes* acontecem nas unidades femininas. É um assunto que também não emergiu nas falas das garotas em entrevistas ou Rodas de Conversa. Aparece apenas em seus prontuários, por meio de justificações, interpretações e narrativas escritas por funcionários. São esses registros que nos apresentam versões das relações afetivo-sexuais entre as garotas internadas.

Em tais circunstâncias, também ocorrem com certa regularidade registros do que é chamado de *surto* entre as garotas, aproximando a gestão das unidades femininas a uma lógica

manicomial, em que é contido o que se entende por “histerias” e “desvios sexuais”. Carolina, Raquel e outras *adolescentes* mencionadas em seus prontuários, foram alvo de avaliações de cunho psiquiátrico, chegando a fazer uso de medicamentos para controlar os *surtos*, sugerindo-se que elas deveriam ter algum tipo de *patologia* ou *problemas associados à sexualidade*.

d. Agressões, relacionamentos afetivos e disputas por poder

Das Faltas Disciplinares de Natureza Média

Art. 135. Considera-se falta disciplinar de natureza média:

(...)

XIV – falta de respeito a funcionários, socioeducandos ou terceiros.

Falta disciplinar de natureza média: Na ocorrência dessa natureza, aplica-se o recolhimento de 02 (dois) a 10 (dez) dias.

Das Faltas Disciplinares de Natureza Grave

Art. 137. A prática de fato previsto como ato infracional, equivalente a crime doloso, constitui falta de natureza grave.

Parágrafo Único. Incorrendo na prática do caput desse artigo, se sujeito o socioeducando à sanção disciplinar, sem prejuízo do processo judicial.

Falta disciplinar de natureza grave: Na ocorrência dessa natureza, aplica-se o recolhimento de 04 (quatro) a 30 (trinta) dias.

Das Circunstâncias Agravantes

Art. 140. São circunstâncias agravantes, na aplicação das sanções:

II – ter o socioeducando cometido a falta disciplinar:

a) por motivo torpe;

(...)

f) em concurso de socioeducando.

(Trecho de CAD, Regimento Interno, fevereiro de 2016)

Embora bem menos tensionada que as unidades masculinas, na unidade feminina também acontecem conflitos e agressões entre as próprias *adolescentes*, são as *faltas de natureza grave*. Embora nos prontuários seja possível encontrar outras motivações para agressões, como *tretas* iniciadas no *mundão* e brincadeiras mal resolvidas entre elas, encontrei com maior recorrência no recorte analisado menções às *relações afetivas* e a *disputas internas por poder*.

Essa explicação foi mencionada, também, por uma funcionária da unidade com quem dialoguei. Ao apresentar a proposta das Rodas de Conversa, como vinha fazendo, solicitei que fossem escolhidas as *adolescentes* com posição de liderança entre as demais, ela me explicou dizendo algo como: *Você vai ver que é possível que elas discordem uma da outra em alguma coisa só porque não reconhece a liderança da outra*. Isso me remete, novamente, à aparente prática institucional de incentivar um ambiente de responsabilidade mútua e vigilância entre as *adolescentes*, o que pode ocasionar disputas envolvendo diversos aspectos de suas vidas, entre eles, a sexualidade.

O caso de Ruth volta a ser explicativo. Em maio de 2016, ela teria se envolvido afetivamente com outra *adolescente*. No registro feito pela gerência da unidade, ficou escrito o seguinte:

A promiscuidade apresentada pelas adolescentes abaixo listadas vem trazendo sérios problemas de convivência, agressões físicas e desrespeito, acarretando em mudanças constantes de quarto, advertências verbais e escritas, reuniões familiares e de orientação sexual. (Trecho transcrito de CAD, maio de 2016)

Alegava-se que, embora as *adolescentes* estivessem em processo de *mudanças hormonais*, o que colaboraria para o ocorrido, *as práticas sexuais grupais estariam ultrapassando as necessidades físicas e estavam se tornando uma disputa interna por poder*, em que chegavam a acontecer, inclusive, agressões físicas entre as *adolescentes*.

Esse é o mesmo relato que aparece nos registros de Carolina. No mesmo mês, ela e mais seis *adolescentes* se envolveram *relações afetivas*, o que teria ocasionado agressões e brigas em alojamentos. Esses eventos foram registrados pelas monitoras de plantão em relatórios, usados para produzir um CAD:

A promiscuidade apresentada pelas adolescentes abaixo listadas vem trazendo sérios problemas de convivência, agressões físicas e desrespeito, acarretando em mudanças constantes de quarto, advertências verbais e escritas, reuniões familiares e de orientação sexual. (Trecho de CAD, maio de 2016)

Semelhantemente ao CAD de Ruth, argumentou-se que *alterações hormonais* da fase da adolescência poderiam estar colaborando para a *prática*,

no entanto percebemos, enquanto equipe observadora, que as práticas sexuais grupais ultrapassam as necessidades físicas e vêm se tornando sinônimo de disputa de poder interno, tendo como pivô, em grande parte dos atos que tivemos conhecimento, a adolescente [...], que exerce uma liderança negativa forte entre as demais. (Trecho de CAD, maio 2016)

Segundo os registros, a garota com quem Carolina estava se relacionando mantinha relações sexuais com outras *adolescentes* da unidade de internação, o que foi associado às agressões físicas e psicológicas que estavam acontecendo entre elas. Como uma tentativa de explicar o que estaria por trás desses eventos, foi mobilizado *histórico familiar* da *adolescente* mencionada, descrito como *conturbado*, concluindo-se que ela precisaria de acompanhamento psicológico e psiquiátrico. As demais *adolescentes*, incluindo Carolina, estariam atuando por *rebeldia, curiosidade, experimentação e desejo de alcançar a posição de controle exercida pela*

outra. Em situações como essa, além de *recolhidas*, as *adolescentes* também podem ficar sem *regalias*, como uso de secador de cabelo, chapinha, esmaltes, tinturas, alisantes de cabelo etc.⁵⁷.

No caso das unidades femininas, os relatos de *promiscuidade apresentada pelas adolescentes e os problemas de convivência, agressões físicas e desrespeito* ainda carecem de aprofundamento e problematização. Segundo uma interpretação nativa dos funcionários, as relações anteriores das *adolescentes* teriam sido *permeadas pela sexualidade*, de modo que elas precisariam ser mais vigiadas nesse sentido, como sugeriu uma funcionária da UF01 a mim e a Alana, dizendo que deveríamos ter cuidado na forma como nos relacionávamos com as garotas, bem como com as roupas que iríamos usar, para não ser mal interpretadas por elas.

Nas unidades masculinas, menções a envolvimento afetivos entre garotos não emergiram em nenhum dos prontuários analisados. Já encontrei em um prontuário, no entanto, o relato de uma agressão sexual que aconteceu no interior de uma unidade. Informalmente e à meio tom, alguns funcionários também já mencionaram ter ocorrido *estupros* de garotos, mas esses casos raramente são averiguados, registrados ou documentados. A vigilância institucional, no caso das unidades masculinas, parece ser alheia a esse aspecto da vida dos *adolescentes*. Enquanto possíveis *envolvimentos afetivos* entre as garotas emergem em seus registros como alvo de escrutínio e controle, a sexualidade dos garotos passa completamente ignorada em registros, apesar de haver documentos indicando que muitos iniciam o tratamento sífilis e outras DSTs no período em que estão internados, levando-me a supor que pode haver intercursos sexuais nas unidades masculinas.

A vigilância e a indiferença fazem parte do repertório disciplinar do *sistema*, são formas distintas exercer controle e pressão sobre a vida dos *adolescentes*. As consequências em cada caso são distintas, mas ambas refletem, a meu ver, as diferentes expectativas sobre como devem ser “tratados” e controlados garotos e garotas.

No caso das garotas, entendo que as relações afetivo-sexuais que desenvolvem podem estar a se emaranhar na governamentalidade das unidades de internação, sendo produzidas e produzindo as práticas de registro, de vigilância e de disciplinamento. Os relatos de relações e

⁵⁷ Não poucas vezes, ao chegar à unidade feminina, encontrei as *adolescentes* numa espécie de “ritual de beleza”, uma alisando o cabelo da outra com prancha. Algumas delas, tinham as unhas decoradas com flores e outras pinturas. Outras, que não alisavam o cabelo, variavam a cada semana o penteado, com dreads e tranças coloridas. Em um ambiente em que as garotas usam durante todo o dia, todos os dias, a mesma blusa rosa, a calça legging e uma chinela de dedo, praticamente sem acessórios, o *corte de regalia de beleza* deve se impor como algo significativo em suas rotinas.

conflitos entre as *adolescentes* emergem justamente dos processos de regulação da intimidade pelos funcionários (PADOVANI, 2015). No caso dos garotos, como esse aspecto de suas vidas praticamente não é vigiado nem registrado, é como se não ocorresse, de modo que violências como *estupros* são apagadas e silenciadas.

e. Grupos de risco

Há, ainda, outras informações no prontuário de Ruth que fornecem informações interessantes sobre o sistema socioeducativo no período em que ela esteve internada. Ruth tinha um namorado preso em um presídio de alta segurança no centro-oeste; ela já havia sido presa mais de uma vez por transporte de drogas, em uma delas, na fronteira com o Paraguai; a mãe de Ruth também tinha passagem pelo presídio, de modo que a gerência da unidade decidiu por não permitir que ela visitasse a *adolescente*, pois, na avaliação dos funcionários, ela *demonstrava muita experiência tanto com o crime como com o ambiente de reclusão*. Na unidade, havia o receio de Ruth ser *resgatada* por pessoas do *grupo de risco* com o qual estaria vinculada. Nesse contexto, depois de uma série de solicitações feitas à VIJ, Ruth foi transferida para o centro-oeste, onde estava sua família.

1.2 AS COMPREENSÕES POSSÍVEIS A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DOS ADOLESCENTES E OS PRÓXIMOS CORRES

Concluo este capítulo já apontando para o que segue. Por meio dos documentos analisados, dos recortes e vestígios das interações entre *adolescentes* e funcionários, é possível vislumbrar parte dos tensionamentos existentes nas unidades de internação e nos meandros das dinâmicas institucionais. Ao lançar luz sobre a multiplicidade de espaços e tempos nos quais destinos singulares se desenrolaram, pode-se ter uma noção, ainda que de maneira limitada, do emaranhado de relações, de pressões, de constrangimentos que os atravessam e constituem (MALLART, 2011).

Antes de mais nada, contudo, considero importante enfatizar que, com os relatos trazidos, não tenho a intenção de generalizar um juízo negativo em relação aos funcionários do *sistema*. Em várias ocasiões pude presenciar o compromisso quase visceral com que uma parte deles procura realizar, da melhor forma, ao menos segundo avaliam, o atendimento aos *adolescentes*. Infelizmente, como Rodrigues (2021) chama atenção, as buscas por melhorias no *sistema* costumam ser desencontradas, conflituosas, pouco coordenadas e feitas sem diálogo e

debates, rebatendo, então, em vários empecilhos, como ideais ligados à segurança e a apatia e desestímulo de muitos outros funcionários.

Como venho chamando atenção, os registros institucionais apontam para a desigualdade na balança de poder entre *adolescentes* e funcionários, no sentido de que funcionários têm vantagem, por meio da legitimidade institucional, para exercer pressão sobre os *adolescentes*. Ainda assim, é possível vislumbrar que estes últimos respondem a essas pressões, e também pressionam a teia de relações que enovela suas trajetórias às de funcionários, o que se nota por meio dos registros de *indisciplina* ou *desrespeito às regras institucionais*. Tentativas conjuntas de fuga, agressões a monitores, entrada de drogas e celulares, relações afetivo-sexuais... Tudo isso demonstra como as regras do *sistema* estão sob constante tensão e contestação.

Por um lado, nos prontuários emergem, principalmente, os meandros dos governos institucionais. As rotinas vivenciadas pelos *adolescentes* são uma boa demonstração. Nelas há poucas possibilidades de mudança, o tempo é quase todo delimitado, seja dentro dos alojamentos para os meninos, seja nas várias atividades para as meninas. Nessas circunstâncias, a liberdade de escolher o que fazer fica sob avaliação e vigilância, e pouca coisa muda ao longo dos dias. O tédio e a solidão são expressões que parecem fazer parte da rotina dos *adolescentes*, sobretudo os garotos. É como se houvesse uma apropriação punitiva do tempo, que é dividido por uma série de regras do que se deve e, principalmente, do que não se deve fazer (HIKIJ; MIRAGLIA, 2000, p. 58).

Solitário nós tá se sentindo nesse momento que nós tá preso.

Saí do local que eu morei minha vida toda pá vim pá cá. Até chorava.

Triste porque eu tô preso, aquela zuada, aquela negócio, o agente abrindo a porta, eu cum sono, o cara querendo dormir, querendo tá em casa...

(Trechos de falas de *adolescentes*, janeiro de 2020)

Além disso, a precariedade e a indiferença (DRYBREAD, 2016) são aspectos estruturantes do *sistema*. E, ao falar em precariedade, não penso meramente numa ausência do Estado, mas, como explica Rodrigues (2021), no entrelaçamento de presenças e ausências, afirmações e negações. Precariedade e indiferença são duas faces dos repertórios disciplinares do *sistema*, atingindo tanto *adolescentes* como funcionários (DAS; POOLE, 2004).

Nos prontuários, também emergem alguns vestígios de como os *adolescentes* respondem à indiferença, à precariedade, à solidão e ao tédio, aos *recolhimentos* e às agressões, como se contrapõem às regras. Os *atos de indisciplina*, as agressões, os *abalos*, as depredações,

partir pra cima, podem ser pensados como respostas aos repertórios de controle, de pressão, de governo em que estão envolvidos tanto *adolescentes* e funcionários. É nesse ponto que começo a introduzir em cena as *facções*, sua retórica, sua *doutrina*. “Os ideais de serem humanos também circulam entre crianças e adolescentes enfronhados no crime, por dutos singulares, moldando suas percepções de falta como forças afirmativas de alguma fraternidade, incluindo suas recentes feições faccionais” (RODRIGUES, 2021, p. 25).

Embora apenas recentemente (a partir de 2017, aproximadamente) a questão das *facções* no Norte e Nordeste tenha emergido no cenário de discussão pública e como agenda de pesquisa, olhando com atenção para o sistema socioeducativo, já era possível perceber finas teias que vinham sendo tecidas nos últimos anos. Em setembro de 2015, ainda quando pouco tinha noção do que estava por vir, ouvi de um *adolescente* entrevistado sobre seu envolvimento com o tráfico e com o roubo, mencionando também certo envolvimento com o PCC.

Em outubro do mesmo ano, outro *adolescente* mencionou vagamente ter se vinculado ao PCC depois de uma passagem por um presídio alagoano. Conheci outros garotos que passaram por um presídio e depois foram internados em unidades de internação, e esses relatos também são encontrados em prontuários. Entre presídios e unidades de internação há vasos comunicantes (GODOI, 2010), possibilitados pelo próprio sistema de justiça. Esses e outros intercursos poderiam estar levando um *conhecimento* de como o *crime* estava se (re)organizando em torno de símbolos faccionais. Além disso, no *mundão*, nas periferias alagoanas, os símbolos PCC e CV já eram enunciados enquanto senso de prestígio e reconhecimento grupal.

O caso de Ruth é elucidativo nesse sentido. Real ou exagerado, havia um temor entre funcionárias da unidade feminina de que pudesse haver alguma intervenção de sua mãe ou de seu namorado no sentido de *resgatá-la*. Seu namorado estava cumprindo pena em um presídio de alta segurança no centro-oeste do país, bem como sua mãe tinha passagem pelo sistema prisional. Além disso, as funcionárias apontavam haver algum tipo de envolvimento da garota com *grupos de risco*.

Tem o lado bom e o lado ruim da facção, disse-me um educador social, com quem conversei brevemente em janeiro de 2020. Ele explicou: *o lado bom é que na facção eles têm que seguir a disciplina. Antes, qualquer coisa eles já faziam rebelião, bagunçavam tudo, agora num pode mais porque tem a disciplina da facção*. Depois de um tempo em que divagou por outro assunto, ele continuou: *o lado ruim é que quando eles se veem sai faísca*, referindo-se ao

conflito que existe entre *adolescentes* que *correm com o PCC*, os que *correm com o CV* e os *neutros*. Ainda segundo o assistente social de uma unidade de internação provisória masculina, *se eles se unirem [PCC e CV], é risco pros monitores*.

Tais falas coincidem com algumas conclusões que os prontuários me permitem tirar. Embora afirme que os *adolescentes* respondem aos governos institucionais, no sentido de haver indícios de pressões e constrangimentos que eles também exerciam, essas pressões se apresentavam de forma bastante difusa, uma vez que os próprios *adolescentes* estavam envolvidos em conflitos entre si. Como sugere a fala do educador, antes da *disciplina da facção*, os *adolescentes* reagem às “dores do encarceramento” (HATHAZY, 2015) de forma imediata e pouco organizada. Além disso, havia muitos relatos de agressão entre companheiros de unidade e alojamento.

É inegável que os conflitos e agressões entre *adolescentes* continuam a existir, mas a mudança que aponto é que, desde meados de 2016, esses conflitos parecem estar passando por uma outra racionalização, mediada pela *disciplina da facção*, o que não necessariamente inibe o nível de agressividade dentro das unidades. Em outros termos, de meados de 2016 em diante, “acertos de conta” de fatos que tenham ocorrido no *mundão* ou dentro da própria unidade, anteriormente *cobrados* na *cadeia* de acordo com a disposição dos *adolescentes*, parecem estar sendo mediados pelos símbolos e pela retórica faccionais, seguindo uma espécie de hierarquia por eles desenvolvida, sem que haja padronização em todas as unidades.

O que não muda é a violência direcionada a rivais, entre eles monitores, com quem sempre houve tensas relações de cuidado e agressão. Há vários registros de ameaças e agressões a esses profissionais, o que explica a preocupação caso as *facções* se unam, como sugere a fala de uma *adolescente*: *num era pra gente tá brigando entre a gente, nossos inimigo é a polícia, porque eles que são os primeiros bandidos*. Ela fez uma crítica ao conflito em que *bandidos* brigam entre si, enquanto o “verdadeiro” inimigo não é combatido. Ora, os monitores acabam sendo incluídos na mesma aversão que existe em torno da polícia. Ambos são, afinal, associados ao Estado e à *opressão*.

CAPÍTULO 2. ANTES ERA TUDO JUNTO E MISTURADO: GUERRA ENTRE FACÇÕES E RECONFIGURAÇÕES NO SISTEMA

Outubro de 2015. Estávamos, eu e meu orientador, de saída do DER depois de algumas entrevistas. Um monitor⁵⁸ veio em nossa direção e perguntou algo assim: *Essa pesquisa vai falar também sobre a mudança de perfil dos adolescentes?* Dessa pergunta surgiu uma conversa bastante interessante. Ele passou a falar, com tom de frustração, sobre como, a seu ver, o *sistema* havia mudado para pior, e, sobretudo, como os *adolescentes* haviam mudado, tornando-se mais difícil lidar com eles.

O monitor apontou o tráfico de drogas como um dos elementos dessa mudança. A partir do *envolvimento* com o tráfico, os meninos teriam passado a apresentar um perfil mais “estruturado” (ALMEIDA, 2016) no *mundo do crime*, ficando menos propensos ao que vagamente se entende no *sistema* por *ressocialização*, ou a *mudar de vida*, que, resumidamente, implica em estudar e procurar um emprego fora do espectro do ilícito ou criminalizado. Ele parecia bastante interessado no que meu orientador tinha a dizer sobre o assunto.

Rememorando de maneira difusa acontecimentos passados, o monitor nos contou, também, que, anos antes, chegou a levar alguns *adolescentes* a uma praia do litoral sul da cidade: *Lá eu vi que eles ainda são crianças*, como se quisesse demonstrar que atividades como essa, nas condições de então, já não seriam possíveis, considerando a mudança de *perfil* ocorrida. No meio da conversa, vez por outra um *adolescente* lhe gritava da *cela*, pedindo algum favor. Ele reclamou da falta de respeito dos garotos, tomando os gritos como exemplo. Segundo o monitor, eles não tinham o costume de agradecer por um favor e, muitos deles, ao se referir às companheiras, chamavam-nas de *minha mulé*, algo que considerava inadequado.

Durante o período da iniciação científica, estive com relativa frequência em várias unidades de internação, às vezes até semanalmente, para realizar entrevistas. Pude acompanhar rotinas e mudanças pelas quais o sistema socioeducativo passou nos últimos anos, bem como

⁵⁸ É possível que o monitor fosse, na verdade, o fiscal da unidade, que é uma espécie de gerente de segurança, quem orienta o trabalho dos demais monitores e pode interferir, inclusive, na rotina da dos *adolescentes*, como apontei no capítulo anterior. Falo que é possível porque, no momento em que se deu o evento mencionado, eu ainda não conseguia perceber com clareza a diferença entre monitores e fiscais, por isso registrei em meu diário de campo de forma abrangente que ele era um monitor.

desenvolver diálogos com alguns funcionários. O evento acima narrado é bastante elucidativo do que observei nos primeiros meses de campo, quando cheguei ao sistema socioeducativo.

Segundo relatos semelhantes ao do monitor, por volta dos anos 2000, referências ao tráfico de drogas e a *facções* praticamente não existiam nas unidades de internação alagoanas (DRYBREAD, 2014). Alguns anos depois, em 2016 para ser mais precisa, o cenário mudou, pegando de surpresa a mim e a muitos funcionários, embora a mudança já viesse sendo costurada há um tempo nas relações que configuram o sistema socioeducativo e o interligam ao *mundão*.

É fato que lideranças faccionais já vinham ganhando poder desde os anos 2000 em Alagoas. As redes que gravitavam em torno de símbolos faccionais já vinham se expandindo para presídios e periferias, redefinindo os equilíbrios de poder entre traficantes, ladrões e policiais (RODRIGUES, 2020). No entanto, foi nos anos 2010 que em periferias alagoanas se tornou possível vislumbrar com relativa clareza o crescimento da importância das *facções* no governo da violência e do comércio de drogas.

Nesse mesmo período, especificamente entre 2011 e 2012, houve um pico na crescente curva de encarceramento no país, inclusive de *adolescentes*, logo após o início do programa federal “Brasil Mais Seguro”. Por meio de políticas de segurança nacionais e locais, visando o que se entendia como combate à violência e às drogas, e por meio do endurecimento penal, as forças estatais contribuíram para a intensificação do encarceramento de jovens e *adolescentes* em Alagoas. No contexto de encarceramento, em presídios e unidades de internação, foi constituído mais um campo de aproximação de *adolescentes* com os símbolos e a retórica das *facções*, e até com lideranças faccionais (RODRIGUES, 2020).

Estou inclinada a acreditar que é justamente nesse cenário de mudanças que se dá, também, a mudança de *perfil* dos *adolescentes* internados nos anos 2010, mencionada por funcionários como o monitor do relato anterior. Em alguns anos, as *facções* passariam a ser enunciadas “abertamente” dentro das unidades de internação, e mobilizadas pelos *adolescentes* enquanto sentidos de pertencimento e de resposta aos governos de suas vidas por parte do *sistema*.

Uma vez que as siglas PCC e CV foram se constituindo como símbolos de afeição, cuidado e justiça, muitos jovens, envolvidos em fluxos que interligavam periferias, presídios e unidades de internação, passaram a atuar numa busca por chamar a atenção de lideranças faccionais, o que se mostrou uma forma de “ascender” no *universo do crime* (RODRIGUES, 2020). Além disso, emergiam novas referências de estratificação social, que só se tornaram

evidentes para qualquer desavisado a partir de menções a uma *guerra* entre o PCC e o CV, em 2016, quando se modificaram drasticamente as possibilidades de deslocamento e convivência entre indivíduos, em *quebradas* e *cadeias* (RODRIGUES, 2018).

Daí em diante, ficaram latentes as alterações nos repertórios de disciplina e governo mobilizados por *adolescentes* e funcionários no sistema socioeducativo, decorrentes, também, de pressões de lideranças faccionalizadas (RODRIGUES, 2020). O que antes parecia ser dito de maneira velada, veio à tona claro como a luz do dia: sim, havia *adolescentes* que se declaravam *faccionados*, uma “novidade” incontornável desde quando passaram a circular informações de que *PCC e CV não corriam mais juntos*. Delineava-se, assim, o cenário de *guerra* no sistema socioeducativo.

Além das mudanças nas possibilidades de convivência entre os *adolescentes*, os discursos, mais ou menos homogêneos – que estou chamando de retórica – mobilizados para enunciar as *facções* e se enunciar como *faccionados*, *irmãos* ou *companheiros*, passaram a ser ouvidos, vistos e sentidos por todos os lados: nos gritos, nos riscos das paredes e bancas, nas brigas entre *adolescentes*, na postura diante de funcionários. *Nosso maior inimigo é o Estado*, e o *Estado* poderia ser identificado na polícia, no judiciário, nos monitores ou na *facção* rival, que *corre com o Estado*.

Nessa confluência de acontecimentos, foi ficando claro que a expansão de redes de interdependências que conformam o que se entende por *facções* é hoje um elemento central para que se compreenda a configuração das lógicas de poder e da maneira como os *adolescentes* internados se expressam entre si e com funcionários.

A seguir, reflito sobre algumas funções cumpridas pelos sentidos de identificação a *facções* no *sistema*, especificamente a partir das reconfigurações nas cadeias de tensão entre funcionários e *adolescentes*, e em como tais reconfigurações incidem sobre na regulação da vida, de hábitos e comportamentos destes últimos. Guiam-me as seguintes perguntas: O que mudou, desde 2016, nas disputas em torno dos repertórios disciplinares que se querem hegemônicos nas unidades de internação? O que mudou nos sentidos de pertencimentos grupais, nas enunciações e performances dos *adolescentes*? Em que isso implicou na gestão de suas vidas?

Concentro-me mais demoradamente nas unidades de internação masculinas, pois é nelas onde há uma clara territorialização da *guerra* entre PCC e CV, e um emaranhar dos repertórios disciplinares institucionais e das *facções*. No caso da unidade feminina, as garotas são

pressionadas a não elaborar quaisquer discursos relativos a suas vinculações anteriores com *facções*, ou a ensejar hierarquias, disputas e disposições que remetam a suas vinculações e posições no *mundo do crime*. Continuo a lançar mão dos diários de campo, apropriando-me, principalmente, de falas de *adolescentes* e funcionários com quem tenho dialogado nos últimos anos.

2.1 O TEMPO DE FIRMA⁵⁹ E A GUERRA: MUDANÇAS NOS SENSOS DE IDENTIFICAÇÃO ENTRE ADOLESCENTES

Nessa época tinha muito abalo! E nessa época a unidade tava dividida, literalmente. E eu lembro que era horrível, porque, pra qualquer um [adolescente] que saísse, um tentava jogar pedra no outro, café... Teve história de ir correndo um pro alojamento do outro e jogar café por aquele burquinho do alojamento... E, aí, eles ficavam sempre ameaçando, sempre dizendo assim: “Se não separar a gente, vai ter sangue, cês tão querendo ver sangue!”, sempre tinha isso. (Valentina, janeiro de 2018)

A época referida por Valentina se refere a 2016, ao “estopim” da *guerra* entre PCC e CV, que ocorreu em vários estados do Norte e Nordeste do país no mesmo período (MANSO; NUNES DIAS, 2017). Desde então, muitos *adolescentes* passaram a relatar as várias mortes que decorrentes do conflito. Passaram a falar em *matar para não morrer*, fossem amigos ou familiares, *é ele ou eu*. Emergiram falas, também, sobre mudanças de casa, bairro, cidade ou estado e de abandono da escola por medo de represálias de rivais. Os *adolescentes* se viram vivenciando o rompimento de uma série vínculos.

De fato, o cenário por eles descrito se assemelha a conflitos bélicos, com variadas motivações (política, econômica, sentidos de identificação étnica...), envolvendo armas e muitas mortes. Guerra, “conceitualizada de modo muito distinto, dependendo da perspectiva a partir da qual é enunciada” (p. 555). No caso de meus interlocutores, trata-se da enunciação de uma *paz* entre os *irmãos de caminhada* para fazer *guerra* contra os rivais, que podem ser o *Estado*, a *facção* inimiga ou os *neutros*. A noção de *guerra* é, também, inseparável da noção que fazem de *paz* (HIRATA; GRILLO, 2019).

Como aconteceu no *mundão* em meados de 2016, com o fim do *tempo de firma* no *sistema*, modificou-se a forma como eram estruturadas as relações entre *adolescentes* internados, a partir de suas interpretações sobre – e enredamentos com – os símbolos expressos

⁵⁹ *Tempo de firma* é a expressão usada pelos *adolescentes* para descrever o período em que *era tudo junto e misturado*, ou seja, em que era possível a coexistência do PCC e do CV nas *quebradas*. É o período anterior à *guerra*, aos ataques entre rivais, às mortes.

pelas siglas PCC e CV. Ao perguntar-lhes o que teria levado à *guerra*, eles acionavam as mais variadas narrativas para explicar:

A história que eu conheço é de Fernandinho Beiramar e o Marcola, né... Que o Marcola queria ganhar mais dinheiro, porque antigamente a balinha era dois reais, era um real pra cada. Aí, depois aumentou, ficou cinco reais, aí, era dois e cinquenta pra cada. Aí, o Marcola queria ganhar três reais, e queria que o Fernandinho ficasse com dois reais, aí, foi quando começou a guerra, porque, no Paraguai, quem liberava a fronteira era o Beiramar, aí, começou a guerra, aí dividiu. Aí, lá também. Antes era todo mundo junto, todo mundo andava na boca de todo mundo, PCC, CV... Aí, depois que os meninos foram preso, aí, os cara queria tomar a boca dos outros, CV, aí, consegui tomar algumas bocas, aí, ficou essa guerra. (Adolescente internada em unidade feminina, 2019)

É sobre as mudanças em seus sentidos de pertencimento grupal e de identificação, e como tais mudanças vêm sendo administradas pelos funcionários que trato nesta sessão.

Junho de 2017. Havíamos, eu e meu orientador, feito já duas entrevistas naquela manhã. Elas ocorriam na sala de atendimento da UM01. Quando o segundo *adolescente* foi levado de volta ao seu alojamento pelo monitor, Valentina, que havia saído da sala para nos deixar mais “à vontade”, entrou novamente. Fechando a porta atrás de si e retornando à sua cadeira, ela se sentou inclinada para frente sobre a mesa que nos separava, como se quisesse ficar mais próxima. Logo começou a relatar com expressão de alarde e com a voz baixa que estava bastante preocupada. Segundo nos dizia, não aconteciam *abalos* desde que os *adolescentes* que *corriam com o CV* foram transferidos para outra unidade, restando apenas os que *corriam com o PCC*. Ela tinha certeza de que a mudança não havia sido *boa coisa*.

Dois garotos, naquela mesma manhã, a procuraram, bastante assustados. Eles imploravam para ser mudados de unidade, pois *temiam pela vida*. Pelo que disse, os *adolescentes* não estavam mais *perdendo tempo com os abalos*, e, de alguma maneira, conseguiam se comunicar, mesmo em unidades diferentes, talvez planejando algo mais intenso. Ela mencionou a entrada de celulares e drogas facilitadas por funcionários e desconfiava de que o pedido feito mais cedo pelos dois garotos também poderiam ser parte de alguma estratégia de comunicação entre eles. De qualquer forma, ela conseguiu, ainda naquela manhã, mudá-los de unidade.

A aproximação com a equipe técnica da UM01 durante o ano de 2017 me possibilitou sentir um pouco das pressões e tensões vivenciadas por aqueles que, de alguma forma, têm uma

caminhada no *sistema*. A suspeita de que funcionários poderiam estar facilitando a entrada de drogas e celulares nas unidades, bem como de que haveria uma organização mais “sistêmica” entre os *adolescentes* ilustra como as disputas em torno de regras e punições só podem ser pensadas por meio das relações entre *adolescentes* e funcionários.

No *sistema*, o poder de exercer controle e governo é instável e relativo. Exercer e assujeitar-se aos controles se relaciona ao desenho das interdependências, das relações que os indivíduos sustentam uns com os outros, como aliados e adversários em equilíbrios flutuantes. Se havia comunicações e organizações entre os *adolescentes*, isso só era possível porque suas *caminhadas nas facções* passaram a ser reconhecidas institucionalmente como sentidos de identificação e usadas como uma forma de posicioná-los em unidades de internação. (ELIAS, 2000, 1980).

Voltando um pouco no tempo, até meados de 2015, no DER, os *adolescentes* – entre eles, alguns ainda aguardando julgamento, e outros já sentenciados – eram divididos nos alojamentos de acordo com o conhecimento disponível aos funcionários sobre as rivalidades entre seus bairros e *quebradas*. Uma vez internados, eles ficavam em uma das cerca de 10 *celas*, quase sempre lotadas, dispostas lado-a-lado em um L, contornando um terreno de terra batida. Em algumas entrevistas, cheguei a ouvir de alguns sobre a presença de *facções* em seus bairros, bem como de algum envolvimento que tinham já naquele momento. No entanto, esses vínculos não interferiam na forma como eram distribuídos territorialmente. O que realmente contava era se tinham algum desafeto ou rivalidade, de ordem subjetiva, com algum outro *adolescente* também internado.

No ano seguinte, em meados de 2016, o cenário mudou completamente. Em pouco tempo, o DER já não existiria, e nada naquele formato seria possível. Os *adolescentes* passaram a ser divididos de acordo com suas (possíveis) relações com o PCC ou CV. Nesse novo contexto de instabilidades, a principal preocupação dos funcionários ao fazer o *acolhimento* dos recém-chegados se tornou descobrir suas vinculações ou desvinculações com as *facções*. No caso de *adolescentes* que diziam não *correr com facção*, era preciso mapear a região (bairro, cidade, *quebrada*, rua) de onde vinham, e qual o vínculo do local com alguma delas.

Logo apareceram os *adolescentes* reconhecidos institucionalmente como *sem convívio*, que por motivo de segurança não poderiam permanecer na mesma convivência dos *adolescentes faccionados*, pois corriam grande risco de ser agredidos. A princípio, era o tipo de ato infracional que cometeram (por exemplo: estupro) que justificava a ameaça. Assim, eles

precisavam ser mantidos em uma espécie de isolamento. Para os demais, *sem convívio* são quem classificam como *lomba-errada*.

Aos poucos, outras características foram ficando mais claras em relação ao estigma. Os *lomba-errada* podiam ser, também, *adolescentes* que cometeram algum ato moralmente condenado pelos demais já na internação (como *talaricar*, que é *dar em cima* da parceira de um companheiro, se masturbar, *cabanar* os companheiros, que é o mesmo que *cabuetar* ou delatar etc.), passando a ser reconhecidos pela *caminhada pelo errado*⁶⁰.

Em suma, *adolescentes* que perderam o convívio com os demais, por algum erro no passado ou já na internação, infringido a *disciplina da facção*, passaram a ser identificados pelos demais como *lomba-errada*, ou como *sem convívio* pela instituição. Nesses casos, passaram a ser urgentemente transferidos para uma unidade isolada, evitando-se, assim, agressões ou coisa pior.

Mais tarde, já entre 2019 e 2020, cresceu o número de *adolescentes* que se classificavam como *neutros*. Eles ainda se reconheciam como do *mundo do crime*, não necessariamente haviam cometido algum dos *erros* mencionados, mas não queriam o compromisso de *correr com facção* e de se submeter à sua *disciplina*. Assim, eles ficaram em uma posição de desconfiança em relação aos demais: *quem diz que num corre com facção, corre com qualquer uma*, e, nessa indistinção, pode *correr com* o rival, o que seria o mesmo que *correr com o errado*. Foi essa explicação que me deram os garotos da UMJ02, que se enunciavam pelo vínculo com o PCC.

O fato é que inimigos da *facção* rival e *neutros* também passaram a ser identificados na categoria *lomba-errada*, que pode ser considerado como um estigma perspectivado. Isto porque, ironicamente, todos os *adolescentes*, pelo olhar rival, são considerados *lomba-errada*, *coisa*, *lixo*, ou outros adjetivos que eles usam para (des)caracterizar e desumanizar aqueles que

⁶⁰ Vale ressaltar que as considerações sobre os *erros na caminhada* também estão em tensão, de modo que nem sempre são *cobrados*, ou nem sempre são *cobrados* da mesma maneira. A cobrança é a consequência aplicada pelo grupo ao ato considerado como *errado*. Pode ser uma admoestação verbal, agressão física, a proibição do porte de arma por um período de tempo ou até a morte. Tudo isso depende da forma como o *erro* é pesado pelos demais. Um exemplo dado pelas garotas da UF01 ilustra bem essas tensões. Em uma Roda de Conversa, em 2020, elas mencionaram que as mulheres que deixam de visitar seus parceiros enquanto estão presos podem ser consideradas *lomba-errada*: *Eu castelo [penso, acredito] assim, a mulé que tem um marido preso, aí, a mulé abandona, também é lomba-errada*. Várias delas se encontravam nessa posição, de não poder visitar os *maridos* no sistema prisional porque também estavam privadas de liberdade. No diálogo, elas mesmas ponderaram que a mesma obrigação não recaí sobre seus companheiros, que não ficam em uma posição recriminatória, e até sob ameaça, caso deixem de visitá-las enquanto estão presas: *Agora, se for a mulé que é presa e o cara abandonar ela, é lomba-errada, isso aí é uma questão de cada mulé se valorizar*, uma delas concluiu.

são vistos como abjetos. As consequências, por sua vez, foram muitas, como esclarece Jeane, assistente social:

O que acontece, às vezes, por exemplo: o menino entrou, ele é tranquilo, não tem nenhuma inimizade, tal... Quando ele chega lá, passa-se alguns dias, os meninos descobrem alguma coisa dele, tipo de lomba errada, alguma coisa que os meninos não aceitam que ele fez no passado. Aí, acaba chegando no nosso ouvido que ele tá correndo risco de vida, porque os meninos descobriram. Às vezes questão de homossexual, que eles não aceitam, violência contra a mulher, se de repente já seguiu carreira com outra facção e agora mudou, aí tem uma série de coisas. Aí, acaba perdendo o convívio, perde, tira esse menino nas pressas, bota ele sozinho num quarto, em qualquer outra unidade, mas não deixa ele aí. Que, no caso, hoje é a USC [Unidade de Internação Masculina sem Convívio], que tá hoje uma bola de neve, muito menino perdendo o convívio e indo pra lá. Ontem teve abalo na USC, a ... [funcionária da USC] chegou aqui aperreada. Porque já teve uma morte, né, na UM01, no ano passado, a gente acompanhou tudo de muito perto. Aí, quando tem essas coisas, a gente se preocupa logo, né, se vai acontecer alguma coisa, se não vai... (Entrevista com Jeane⁶¹, assistente social de unidade de internação masculina, 2018)

O caso mencionado por Jeane, de uma morte na UM01, ocorreu em 2017. Naquele momento, vimos que os *adolescentes* não estavam “blefando” em suas ameaças. Depois de perder o convívio em duas unidades de internação, uma *do CV* e outra *neutra*, um *adolescente* foi finalmente transferido para uma unidade *do PCC*, onde foi morto pelos companheiros de alojamento (RODRIGUES, 2020). Voltarei ainda a tal evento⁶².

Nas semanas seguintes a esse acontecimento, presenciei outros garotos procurarem às pressas e ansiosos a psicóloga da UM01, Valentina, pedindo com urgência a transferência para outra unidade, pois se sentiam ameaçados pelos demais. Em alguns momentos, Esdras, educador social, era quem percebia a tensão entre os *adolescentes* e mediava o diálogo com a psicóloga, para que ela conseguisse uma transferência junto ao coordenador da unidade. Em outros momentos, a própria Valentina era quem percebia que “tinha algo errado” e pleiteava a mudança. A entrada da psicóloga na unidade era limitada⁶³, mesmo para fazer os atendimentos. Já Esdras, devido à função que exercia, estava todos os dias do lado de dentro.

⁶¹ Conheci Jeane, assistente social, em 2017. Ela ingressou no *sistema* em setembro de 2015. Antes disso, atuava na Vara da Infância e da Juventude como estagiária de serviço social e também no Centro de Defesa da Criança e do *Adolescente* (CEDECA). Para ser contratada, Jeane solicitou ao juiz da Vara onde estagiava para trabalhar nas unidades como assistente social, no que foi contratada. Pouco tempo após a autorização do juiz, ocorreu a mudança de gestão na superintendência, que passou a se chamar SUMESE. No momento de mudança na superintendência, Jeane também ocupou um cargo de gestão, além de ter trabalhado inicialmente na unidade de acolhimento para os *adolescentes*, então recém-criada (CARVALHO, 2018).

⁶² Ver capítulo 5.

⁶³ Essa limitação era imposta pela própria equipe de monitoria da unidade, que, alegando a necessidade de manter a segurança no local, muitas vezes limitou aulas, atendimentos, entrevistas e outras atividades na UM01. Em algumas poucas situações, quando os monitores de plantão tinham uma visão um pouco menos voltada apenas para a segurança, os atendimentos podiam acontecer dentro da própria unidade, bem como as entrevistas, mas esses casos foram ficando cada vez mais escassos ao longo de 2017, quando tudo isso aconteceu.

Além do educador, havia *adolescentes* que, confiando que não seriam expostos diante dos demais, pediam para receber atendimento com a psicóloga para alertar que algum companheiro da unidade estava para ser *cobrado*, com agressão ou alguma ameaça mais grave. É justamente esse tipo de atitude que é encarada pelos *adolescentes* como *cabuetagem*.

Em outubro de 2017, presenciei um caso semelhante quando acompanhava os atendimentos de rotina da equipe técnica da UM01. Naquela manhã, Esdras mediou o atendimento psicológico de um *adolescente* que lhe procurou pedindo ajuda. Havíamos entrevistado o garoto pouco antes. Foi uma entrevista longa, em que ele fez questão de enfatizar que *virou evangélico* e que queria *mudar de vida*.

Já no atendimento, ele explicou que estava se sentindo ameaçado por não se submeter a comportamentos esperados por seus companheiros de alojamento. Ele estava sendo acusado pelos colegas de *tá se escondendo atrás da Bíblia*. Com o caso recente de homicídio, concluiu-se que seria melhor transferir o garoto para outro lugar rapidamente. Ele, por outro lado, demonstrou resistência à mudança, pois para onde seria encaminhado havia muitos *adolescentes* vindos de unidades que *corriam com o CV*, também por *perda de convívio*. Àquela altura, na UM01, estavam internados os *adolescentes* que se identificavam com o PCC apenas.

Lembro que Valentina perguntou de forma enfática: *Você acha que tem algo que possa fazer com que os seus parceiros de alojamento queiram matar você?* Antes mesmo de o garoto responder, Esdras foi direto: *Só o fato de ele não querer obedecer mais à facção...* O educador social partia de uma perspectiva diferente da perspectiva da psicóloga. Foi ele quem logo percebeu que a situação era séria e articulou o atendimento com Valentina. A perspicácia de Esdras se deu não apenas pelo fato de ele passar mais tempo dentro da unidade, mas, também, por ter uma trajetória de vida que se identifica com a trajetória dos *adolescentes*, com uma longa caminhada pelas periferias maceioenses. A presença das facções no *sistema*, por exemplo, já lhe era perceptível muito antes de muitos funcionários poderem assimilar, uma vez que, nos espaços por onde circulava, esse fenômeno já havia sido enunciado claramente.

Voltando ao atendimento, em resposta à psicóloga, o garoto explicou que não aconteceu nada muito explícito, como uma ameaça, mas ele percebia uma *malícia no olhar e na forma como era tratado*. A psicóloga ficou muito preocupada e sem saber ao certo como agir: *Minha gente, me ajudem aqui a pensar o que fazer*. Havia apenas uma vaga na unidade para *adolescentes sem convívio*. A princípio, o garoto se negou: *Oxe, mas lá é CV*. Foi-lhe explicado que *não, que lá não era CV, lá era sem convívio*. Por fim, a contragosto, ele cedeu em ser

transferido. A psicóloga explicou: *Eu entendo que não é fácil, porque lá tem CV, mas a gente tá tentando...* O educador social nos explicou depois que o *adolescente* disse ter virado *evangélico*, mas estava sendo obrigado a fumar maconha, *pra mostrar pros outros que é homem*. Ele se sentia ameaçado porque havia uma pressão dos demais para que assumisse determinados comportamentos que passou a rejeitar.

Vai ficando claro que, com o fim do *tempo de firma* e o estopim da *guerra*, principalmente equipes técnicas e educadores sociais se viram diante de um cenário em que precisavam entender e administrar os conflitos dos *adolescentes* agora relacionados a outras dimensões simbólicas e de sentidos de pertencimento grupais. A todo tempo, surgiam novas regras entre os *adolescentes*, outros motivos para *cobranças*, para transferências às pressas. Além disso, eles pareciam estar muito mais organizados em torno de suas identificações com as siglas PCC e CV. O *sistema* mais se parecia com o *mundão*, o que também não era novidade.

2.2 A REVOLUÇÃO DO CRIME: RECONFIGURAÇÕES E NOVAS DISPOSIÇÕES NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO

A. *Facções, prestígio e delírio*

A *guerra* e a enunciação das *facções* tornaram o cenário do *sistema* ainda mais complexo, com um turbilhão de novas situações a serem administradas institucionalmente: *Salves*, ameaças, agressões e subsequentes vinganças, envolvendo rivalidades e disputas entre *facção* e *Estado*, *facção* e *facção*, *facção* e *lomba-errada*, *facção* e *neutros*.

Ó, eu peguei o momento chave, de quando começou isso. Quando eu entrei na Sumese não tinha isso, não tinha. Tanto que, depois [depois do rompimento entre as duas facções], começou e todo mundo tava meio desavisado ali, ninguém tava esperando aquilo, ninguém entendia o que era aquilo. E, aí, foi quando teve aquela divisão da unidade [UM01], que metade da unidade era do PCC e metade do CV. E era absolutamente irracional, assim, sabe, era uma coisa totalmente sem pé nem cabeça, do nível de pessoas que eram amigos e que depois dessa história começaram a odiar, assim: “Eu mato! Seu eu ver, eu mato!”. (...) Depois que veio essa questão da facção, era muito forte essa coisa da disciplina. Pra você ter uma ideia, era muito louco! (...) É o Salve, né? O Salve. Eles mandam todas as informações daquela pessoa: o nome, o vulgo, a quebrada, tudo. E meio que essa pessoa passa por uma investigação, mas é muito louco, porque é muito delirante. Eu conversei com um menino que me dizia que conversava com o Fernandinho Beiramar, na época que ainda tava lá, ele dizia que conversou no telefone com o Fernandinho Beiramar. Fernandinho Beiramar tá vivo ainda? Então, eu acho que, sim, que passa por um campo meio do delírio, é muito imaginário do que é, sabe... Mas, de fato, existia um respeito, então tinha, sim, umas figuras que eram colocadas como líderes, assim, que eram representantes, eles se diziam representantes (...) Então, é tudo no campo do ato mesmo, sabe. As coisas são muito pouco dialogadas. (...) Às vezes num dá pra você simplesmente escutar, cê fica muito assustada, eu escutei coisas loucas, absurdas. (Valentina, janeiro de 2018)

Considerando a intensidade dos eventos mencionados por Valentina, aponto um aspecto específico de sua fala que, a meu ver, é essencial para se compreender o desenrolar do cenário pós-2016. A seu ver, há um elemento de *delírio* na forma como os *adolescentes* elaboram e enunciam suas próprias vinculações às *facções*. Essa é uma questão que passou a me incomodar depois de tanto ouvir de garotos e garotas sobre suas histórias – que muitas vezes poderiam ser bons roteiros de filme – com as *facções*.

Evidentemente, minha questão de pesquisa não envolve a investigação pormenorizada do que há de *delírio* ou de verdade no que me é dito pelos *adolescentes*. Além disso, também não me coloco nessa posição, uma vez que me proponho ao diálogo com meus interlocutores. Interessam-me justamente suas elaborações e narrativas, mobilizadas para explicar como interpretam e se relacionam com símbolos faccionais. Por outro lado, não perco de vista que pode haver exageros e elementos fantasiosos no que me narram e nas e autoimagens elaboradas e apresentadas por eles ao falar sobre suas *caminhadas* com as *facções*, inclusive com a intenção de assustar e/ou impressionar a mim e aos seus pares nos momentos de nossas interações.

Quando realizei pesquisa de campo em duas unidades de internação concomitantemente, isso ficou ainda mais perceptível. No começo de 2020, quando dava continuidade à atividade de Rodas de Conversa, me dividia entre a UM01 e na UMJ02, em dias diferentes em cada uma. Ora, nas duas unidades havia *adolescentes* que arrogavam para si a autoimagem de *correr com o PCC*, com todas as suas implicações em termos de controle de hábitos e comportamentos pelo que chamavam de *disciplina*. No entanto, havia uma diferença crucial entre os *adolescentes* dos dois grupos: a UM01 abrigava garotos com até dezessete anos de idade, já a UMJ02 abrigava garotos com mais de dezoito anos, alguns saídos da própria UM01 a partir da maioridade.

Logo, para além de suas idades, passei a reconhecer outras diferenças entre eles. Para começar, havia entre os dois grupos uma dissimetria latente na disposição para o diálogo no momento das atividades. Na UMJ02 os garotos autorizavam prontamente a gravação das discussões em áudio e, quase sempre, respondiam às perguntas que eu colocava sem inibição, em alguns momentos chegando a me provocar, como se quisessem testar meus próprios conhecimentos sobre *facções*⁶⁴.

⁶⁴ Cabral, no primeiro dia em que fui à UMJ02, depois de eu me apresentar, perguntou: *seu nome é Ada, né?*, no que eu confirmei que sim. *Esse é o nome de uma facção, sabia?*. *Amigos dos Amigos, né?*, respondi. Ele balançou a cabeça e esqueceu o assunto. Mais tarde, ele continuou: *Aí, você quer saber sobre quais facções?*, eu respondi queria saber sobre as *facções* que atuavam no socioeducativo e em Alagoas: *Até onde eu sei, são o PCC e o CV*,

Na UM01, por outro lado, a situação era outra. Os garotos pareciam muito mais temerosos em responder às mesmas perguntas que eu fazia na UMJ02. Nas primeiras semanas, não autorizaram que eu gravasse as discussões, pediam para pular perguntas e, principalmente, o silêncio gritava. Com cabeças baixas e sorrisos constrangidos, respondendo minhas provocações apenas por monossílabos, demonstraram a indisposição em falar⁶⁵. Um dos *adolescentes*, Ariano, que parecia exercer controle sobre os demais, era quem logo dizia, como que em nome de todos: *passa pra outra pergunta*, ou, de pronto, se negava a autorizar a gravação⁶⁶.

Conversando com Esdras sobre minhas impressões, ele disse o seguinte:

Eles [adolescentes da UM01] são muito novos ainda na facção, eles simpatizam, mas não são da facção mesmo. Aí, eles prestam conta aos que são de maior na UMJ02. Então, podem ser cobrados se falar algo errado. Lá fora, alguns são cobrados por usar o nome da facção de forma errada. (Trecho de Diário de Campo. Janeiro de 2020)

Depois dessa explicação, algumas questões ficaram mais claras. Além de demonstrarem maior abertura e confiança ao falar, os garotos mais velhos pareciam dispor de maior conhecimento sobre o léxico da *facção*, no caso, o PCC, e isso se evidenciava mesmo quando eles se negavam a responder alguma das minhas perguntas. Em uma das Rodas de Conversa, pedi para que eles me ajudassem a conceituar algumas palavras e expressões que já havia escutado, como *caminhada*, *proceder*, *correr com o certo/errado* etc. Os garotos mais novos tiveram maior dificuldade em explicar o que as palavras significavam, já os mais velhos apontaram, inclusive, os termos usados em diferentes estados.

Por exemplo, uma das perguntas que eu fiz foi: *o que é facção?*. Enquanto que na UM01 apenas Ariano respondeu, resumindo, que *facção é uma organização criminosa*, na UMJ02

né?, ele meneou a cabeça, sem dizer que sim, nem que não. Depois, em tom de voz baixo, ele falou: *Tem o GDE também*. Percebi que ele buscava saber o que eu já sabia até então, até onde ia minha compreensão sobre *facções*.

⁶⁵ Por volta da quarta semana, com a inclusão de outro garoto no grupo, Mário, que aparentemente também tinha uma posição de liderança sobre os demais, foi que o cenário mudou um pouco. Ele logo assumiu a postura de autorizar as gravações, de modo que, de sua entrada em diante, todos concordavam após sua autorização. Os silêncios eram menos persistentes porque ele se mostrava mais disponível ao diálogo, embora os outros mantivessem a postura de desconfiança, que foi melhorando aos poucos, mas nunca desapareceu completamente. Com a sua chegada, Ariano ficou cada vez mais disperso e indiferente à atividade. Esse é um ponto que pretendo abordar nos capítulos seguintes. Trato ainda sobre tais eventos no capítulo 5.

⁶⁶ Ariano estava internado há poucos meses, em sua primeira passagem pela medida de internação. Durante as atividades que eu propunha, ele ficava a maior parte do tempo com o rosto virado para a porta, indiferente, sem participar ou prestar atenção. Quando eu fazia perguntas relacionadas a *facção*, quando não pedia para pular a pergunta, era ele quem dava as respostas mais precisas comparado aos demais, embora ainda vagas e curtas. Normalmente, só depois de suas falas, um ou outro complementava algo do que ele dizia, como se o fato de ele responder autorizasse os demais a também falar.

praticamente todos os *adolescentes* ousaram conceituar e até problematizar o sentido da palavra: *revolução do crime; a lei do crime; pra mim, só existe uma, é o PCC; um conjunto de integrantes ou companheiros que lutam em prol alguma causa*, que, segundo explicaram, seria: *ver o sistema humanizar*.

O que estou entendendo como uma diferença entre os níveis de compreensão e envolvimento com as *facções* por parte de meus interlocutores também me foi sugerido por uma professora do ensino fundamental na UMJ02. Ela contou que, certa vez, propôs uma atividade semelhante aos seus alunos, pedindo que eles conceituassem algumas expressões que costumavam usar. Uma das palavras que ela sugeriu foi *castelar*. Em outras unidades, incluindo a UM01, ela havia recebido a explicação de que essa palavra significava pensar ou planejar algo, como eu também já havia ouvido anteriormente. Ao perguntar o que ela significava na UMJ02, percebeu desconforto entre os garotos, que ficaram se olhando e calados.

Com sua insistência, dizendo que havia escutado de outros *adolescentes* que *castelar* significava pensar, eles explicaram: *Não, castelar num é isso não. Esses aí num sabem de nada ainda não, chegaram agora, num sabem das coisas ainda*. Afinal, com sua insistência, um dos garotos disse que a palavra, na verdade, era usada para o ato da masturbação – ficando claro o motivo do desconforto entre eles.

Tais eventos me levam a supor que, entre as diferentes unidades, pode haver uma espécie de hierarquização dos *adolescentes*, relativa a seus níveis de envolvimento com as *facções*, envolvendo posições de maior ou menor prestígio, bem como, segundo me foi sugerido por Esdras, a prestação de contas caso o *nome da facção* seja usado de maneira equivocada, ou, como eles dizem, numa *palavra mal colocada*. Todas essas questões não emergem de maneira clara e direta na fala dos *adolescentes*, mas são interpretações que fui me permitindo fazer ao comparar duas unidades masculinas, a UM01 e a UMJ02. Em uma das Rodas de Conversa na UM01, Lêdo também falou um pouco sobre isso. Diante das perguntas que eu colocava, ele explicou: *num tenho não essa visão*. Ou seja, não saberia responder com precisão à pergunta que eu fazia, pois, naquela unidade, não havia *integrantes, irmãos* do PCC, mas *companheiros* apenas:

[Pergunta] E como é o processo, assim? Você chega e diz: quero sair da facção? Pronto, acabou, é só assim?

[Lêdo] *Se for integrante, eu acharia que vai ser de outra forma. Se o cara tem uma visão mais ampra, uma visão a mais do que nós... Nós é companheiro, nós só pega o dia-a-dia ali que vai caminhando com a facção, mas os que fecha ali, tem uma visão mais ampla, mas que vai ser respeitada. Se ele quiser virar evangélico, [trecho*

incompreensível] *vai ser afastado... Vai ser afastado. Porque ali, se for integrante, num tenho não essa visão. (...) Nós num é integrante não, nós é companheiro...*
(Roda de Conversa, UM01, fevereiro de 2020)

Trago, ainda, outra questão levantada no diálogo com os *adolescentes* da UM01 e UMJ02 que ajuda a pensar sobre seus níveis de envolvimento com o PCC. Nas das Rodas de Conversa em cada unidade, perguntei como eles decidiam sobre *cobranças*, *abalos* e outras interferências que poderiam exercer no funcionamento das unidades de internação. A resposta em ambas foi: *quem decide é entre nós mermo*.

Eu insisti perguntando se eles não tinham que prestar contas a alguém sobre o que decidiam, e a resposta foi negativa: *a gente* [os *adolescentes* da própria unidade] *se fortalece e decide*. Tal explicação coincide com o caso do garoto assassinado na UM01, mencionado anteriormente. Segundo ouvi vagamente de funcionários, os *adolescentes* haviam decidido por si mesmos cometer o assassinato, de modo que havia o temor de que, quando voltassem para o *mundão*, fossem *cobrados* pela morte do filho de um *irmão* do PCC. *Vida se paga com vida*, eles argumentam.

Tomando esses exemplos, estou pensando que determinados discursos e práticas arrogados pelos *adolescentes* podem se tratar de uma espécie de reprodução de performances que observaram ou ouviram dentro ou fora do ambiente de encarceramento, e que são por eles apropriadas e transformadas nas unidades de internação, sem que necessariamente estejam sendo articuladas ou mediadas pelo diálogo com presídios e com lideranças locais da *facção* com que se identificam. É aí onde reside o elemento do *delírio* mencionado por Valentina.

Os *adolescentes* podem incorporar hábitos corporais, cognitivos, avaliadores, apreciativos, esquemas de ação, maneiras de fazer, pensar, sentir e de dizer adaptadas a contextos sociais específicos. No caso que aponto, é o contexto de unidades de internação, em que há pressões pela submissão à *disciplina faccional*. Alguns de meus interlocutores – como os *adolescentes* da UM01 –, podem incorporar determinados hábitos sem que, necessariamente, fora do contexto das unidades de internação, sejam reconhecidos como algo além de *companheiros* da *facção*. A incorporação, nesses casos, pode ser um meio de irem entrando pouco a pouco nas relações sociais de interdependência, viabilizando um futuro reconhecimento como alguém que *corre com o certo* e, portanto, ser aceito como parte do grupo, como *irmão* ou *integrante* (LAHIRE, 2002, p. 170).

A afirmação de que *a gente se fortalece e decide*, no entanto, destoa do que parece acontecer em outros contextos do país, sobretudo no Sudeste (BIONDI, 2014; FELTRAN, 2010; MALLART, 2011). Considerando as diferenças na estrutura organizacional das *facções* entre o Nordeste e o Sudeste, entendo que o estoque de esquemas incorporados, ao ser transmitido, nunca é incorporado de modo idêntico, mas se deforma em função das condições de sua transmissão e da relação social instaurada (LAHIRE, 2002). Ou seja, à medida que são apropriadas, as *facções* – os símbolos, a retórica, a *doutrina* – são transformadas, de modo a se conformar ao contexto local, adquirindo suas características e assumindo outras configurações em relação aos seus estados de origem. Se em outros contextos as decisões que levem o nome da *facção* normalmente contam com a autorização de figuras que as legitimem, nas unidades de internação alagoanas, essa necessidade não apareceu na fala dos garotos com quem dialoguei.

Essa constatação me permite entender que uma parte de meus interlocutores estão numa posição de maior distanciamento em relação a lideranças locais, embora não deixem de existir trânsitos e comunicações entre unidades de internação e presídios. Chamo atenção, no entanto, para como, apesar de os *adolescentes* enunciarem uma autoimagem de quem está numa posição “de dentro” em relação às *facções*, chegando a dizer que conversam com Fernandinho Beiramar, por exemplo, eles mais parecem estar numa posição “intermediária”. Certamente prestarão contas caso ajam de maneira contrária à *disciplina, correndo pelo errado*, mas não necessariamente estão em constante “sintonia” com o que se passa do lado de fora e com os presídios.

Pensando dessa maneira, é necessário considerar as ansiedades típicas da juventude como um elemento que influi na necessidade de autoafirmação de *adolescentes* ao enunciar que *correm com o certo, correm com a facção*. Bourdieu (1983) possibilita uma reflexão interessante nesse sentido:

Ainda hoje uma das razões pelas quais os *adolescentes* das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de aceder o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para poder sair com os colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um "homem".

Em se tratando de meus interlocutores, a ansiedade em ingressar no mercado de trabalho observada por Bourdieu no caso francês poderia ser substituída pela ansiedade em se envolver com o *crime* e com as *facções*, envolvimento que também são vividos enquanto experiências

de trabalho e de serem reconhecidos como “vozes” que compõem a justiça em suas redes. Esse é um dos elementos cruciais para compreender como vêm se configurando e, principalmente, que funções cumprem a apropriação e o tensionamento de símbolos e da retórica das *facções* entre garotos e garotas que têm suas trajetórias marcadas por experiências de internação. Uma das funções cumpridas é certamente o elemento de gratificação e dignificação entre os pares. Trata-se do desejo de ser reconhecido.

Essa questão se torna ainda mais incontornável ao se considerar a idade de meus interlocutores. Os garotos mais velhos, com uma faixa de dezoito a dezenove anos de idade, deviam ter em 2016 cerca catorze ou quinze anos, e alguns deles estavam justamente naquele momento começando a se envolver *no mundo do crime*. Ou seja, ainda que tenham vivido o *tempo de firma*, quando era *tudo junto e misturado* e PCC e CV ainda não estavam em *guerra*, eles já conheceram o cenário do *crime* no momento em que a valoração dos indivíduos era perpassada pela forma como enunciavam e se identificavam em relação aos símbolos faccionais. A explicação de três garotas em uma Roda de Conversa é elucidativa do que estou apontando:

E a instigação também né... quanto mais você faz, mais você se instiga. E chega um ponto que você diz: “Oxe, eu num quero ser rabo eu quero ser cabeça”. Ai, é aonde você vai começa, começa, faz, faz, faz e quanto mais você faz mais você se aprofunda, quando você vai olhar, você já tem feito uma bagaceira atrás de você. (...) É isso também, é instigação, é o que o crime oferece, é o mundo que num existe, que uma hora ou outra o único destino que vai levar ou morte ou cadeia. (Adolescente 01 em unidade feminina, fevereiro de 2020)

É que muitas vezes as pessoas chegam: “Oxe, vamos fazer, num te fez mal, vamos fazer”. Ai a pessoa: “Não, deixa pra lá, vamos resolver da melhor forma”. “Ah, tá vacilando, bora! Vai negar voz?”. Ai, já desacredita, dizendo que a pessoa não é capaz, a pessoa bota aquilo na cabeça, aí, pega e faz pra mostrar que tem a capacidade também de fazer. As vezes acontece muito isso no mundo pra mostrar ser, mostrar que tem a mesma capacidade pro outro. (...) Isso também. E também pelo lado do tráfico, do crime assim, quando a pessoa se envolve, a pessoa quando é um peixe pequeno quer ser um peixe grande. Quer ter, apurar tudo que acha que é capaz... (Adolescente 02 em unidade feminina, fevereiro de 2020)

Principalmente porque nessa questão de... começo de batismo pra qualquer uma das facções. você num só vai chegar, ser batizado e pronto, aí eu vou mandar agora, já sou batizado. Não, você primeiro vai ser mandado, você vai receber missões. Tipo, missões de que? De matar alguém, de roubar um banco, roubar uma joalheria, qualquer coisa, você vai ser mandado primeiro pra depois você mandar. Não é só assim, porque além dos irmão vem o voz geral, vem voz do Estado, voz da geral da rua. Vem isso tudo que são mais além do que esses. (Adolescente 03 em unidade feminina, fevereiro de 2020)

Fica claro que os anseios por gratificação e reconhecimento não emergem apenas nas experiências dos garotos, mas aparece, também, nas falas das garotas: *querer ser peixe grande*,

não aceitar que alguém lhe *desacredite*, *querer crescer*, *ser cabeça e não calda* também estão entre as justificativas por elas elaboradas para seus envolvimento com o *crime* e com as *facções*. Como uma de minhas interlocutoras explicou, *ter conceito*, ou seja, ter uma *caminhada*, uma história pelo *crime*, que é reconhecida e prestigiada, se torna uma busca incessante de muitos deles e delas. Receber missões para realizar *cobranças* e roubos são situações por todos eles vivenciadas em suas lutas por reconhecimento.

Minha própria posição em campo, constringendo aquela figuração e criando situações nem sempre plenamente claras aos *adolescentes*, também é um elemento que os poderia incentivar a assumir uma performance de *faccionados*, afinal, eu já havia deixado claro que queria entender seus vínculos com *facções*. Talvez por isso, em várias ocasiões, os percebesse num misto entre tentar testar o que eu já conhecia sobre o assunto, tentar me *botar medo* ou tentar *crescer*, diante dos outros e de mim. Além de eu ser uma figura relativamente desconhecida para eles, por mais que me esforçasse por também me expor, há que se considerar o fato de eu ter uma idade próxima a deles e ser mulher. Como explicitiei anteriormente⁶⁷, muitas vezes me sentia na ambígua posição entre alguém que eles poderiam fazer medo e alguém com quem poderiam flertar. Nada disso, no entanto, era explícito, considerando que sempre ficavam funcionários por perto quando estava com eles. Um aperto de mão mais demorado acompanhado de olhares insistentes, ou falas carregadas de teor violento eram, no entanto, pequenos gestos indicativos de que havia sempre algo a mais.

O ponto onde quero chegar é o seguinte: as opiniões valorativas sobre algo ou alguém não são formadas pelo indivíduo de si para si, mas no âmbito da troca contínua, na pressão que os indivíduos exercem mutuamente uns sobre os outros, de modo a se conformarem a uma imagem coletiva na fala e no comportamento. Nessas circunstâncias, a submissão de *adolescentes* a controles disciplinares, o próprio fato de aprenderem a se submeter e o desenvolvimento de autocontroles, se relacionam ao orgulho pelo grupo interno, à necessidade de se distinguir, bem como ao desprezo pelo grupo externo – a *facção* rival, os *neutros*, a polícia, os monitores ou qualquer coisa que identifiquem como *lomba-errada* ou como *máquina opressora*, que é o *Estado*. Visando manter a imagem de grupo com status superior, são enunciados recursos superiores de poder, condutas, crenças distintas, que sejam transmissíveis a terceiros: *nossa paz vai ser quando todo mundo for PCC*. Para entrar num grupo tão distinto,

⁶⁷ Ver Introdução.

é preciso autorização, *toda uma burocracia*, como ouvi de um funcionário sobre o processo para se tornar *irmão* (ELIAS, 2000).

Todo esse processo se dá num contexto em que os membros do grupo que se quer distinto, pensando de maneira estrutural e mais ampla, estão em uma situação de inferiorização, ou às margens (ELIAS, 2000). *Correr como certo, correr com a facção* significa *ter consideração*, ter uma *caminhada bonita no crime*. É nesse sentido que as *facções* podem ser compreendidas enquanto redes de interdependências que se constituem como meios de reconhecimento e valoração para jovens enovelados em situação de vulnerabilidade e invisibilidade social. Para além do ganho material, no *crime* há uma dimensão simbólica, relativa a uma necessidade de reconhecimento social por parte de jovens e *adolescentes* – é a possibilidade de existir socialmente, de angariar prestígio, de ser visto, que se evidencia na ansiedade pelo uso da violência física, mediada e legitimada pelo envolvimento com grupos faccionais (PIRES, 2018)⁶⁸.

A fala de outra garota internada, Lygia, com quem dialoguei no começo de 2019, reflete muito bem o que chamo atenção. Lygia me explicou sobre seu *proceder*, que é, em suas palavras, a história, o passado, de alguém no *mundo do crime*. *Ter proceder* envolve interpretações sobre *certo* e *errado* na trajetória pelo crime. *Quando eu comecei, eu era frojada*, ela disse. Isso quer dizer que ela começou em uma posição de desprestígio, de quem não tem voz, nem *consideração* na relação com os demais. Ela disse, ainda, que começou como *pocobolsa*, fazendo pequenos roubos, de objetos de pouco valor, algo que também é fator de desprestígio.

Aos poucos, foi demonstrando ter *disciplina*, de forma que começou a ser respeitada em sua *quebrada*, e passou a crescer, a *ter consideração*. Segundo disse, com o tempo, ela começou a *disciplinar* o crime na *quebrada*. Por exemplo, não aceitava roubos no local, pois, para ela, *não fazia sentido roubar de quem já não tinha*. Os traficantes mais antigos, que estavam já há anos no *crime*, concordaram e legitimaram a *disciplina*, o que lhe garantiu respeito e reconhecimento. É possível perceber como Lygia constrói em sua narrativa uma enunciação de

⁶⁸ Ao apontar para a dimensão simbólica relativa à necessidade de reconhecimento entre garotos e garotas como um dos motivos para seus envolvimento com *facções*, não perco de vista o que Lyra (2013) chama atenção, ao argumentar que partir apenas dessa explicação é se ater a uma visão unidimensional das motivações desses garotos e garotas, motivações que, evidentemente, são múltiplas e complexas. No escopo deste trabalho, no entanto, é a esta motivação em específico que pretendo concentrar maior atenção, embora reconheça que ela não pode ser tomada como uma explicação unívoca e totalizante.

si como sendo alguém que ocupa uma posição de liderança em sua *quebrada*, liderança essa que é mediada por seu vínculo com o Comando Vermelho.

B. Delírio e enunciações instrumentalizados

Pensando, ainda, nas funções cumpridas pelas *facções* no contexto específico das unidades de internação, há uma outra questão que precisa ser considerada. Volto a meu diálogo com Valentina:

[Pergunta] Você acha que com a separação das unidades de internação por facção, o PCC se fortaleceu na UM01? No sentido de que se territorializou, Até mesmo o pertencimento que os *adolescentes* têm em relação ao PCC ficou mais forte depois que saiu o CV e ficaram só eles lá?

[Valentina] *Sim! Totalmente! Porque acabou servindo como uma nomeação, como uma identificação pra eles, assim. Tanto que muitos nunca tinham escutado falar em facção, não conheciam isso, não era de nenhuma facção... Mas é como se virasse a tribo deles, assim, sabe... Imagine que na adolescência, que já é um período de reconfiguração do corpo, de tudo, né. E você tá ali na busca de um lugar de um grupo a mais, sabe? E, ali, eles encontram. Num é à toa que eles falam: “meus irmãozinhos”, né? Não é à toa que se chama “primo leal”, de “irmão da facção”... É tudo como se fosse uma família mesmo. Junto com o imaginário de poder que é vendido pra eles, que tem muito a ver com o discurso capitalista, que é o discurso da não falta. (Janeiro de 2018)*

Essa pergunta foi colocada logo após o momento em que o sistema socioeducativo passou por drásticas mudanças estruturais devido às pressões exercidas por garotos que se autodenominavam como lideranças faccionais. Com a separação de *adolescentes* em unidades por vínculos com o CV ou o PCC, mencionada por Valentina, houve um aumento das tensões internas, só que envolvendo os que *perderam o convívio* ou que não queriam *correr* com nenhuma das *facções*, desembocando no já mencionado cenário de criação de novos espaços, como a USC, e as unidades *neutras*. Em suma, foi estabelecida a extensão da lógica das formas de autoridade territorial encontradas nas periferias alagoanas para as unidades de internação (RODRIGUES, 2020)⁶⁹.

⁶⁹ Foi o efeito... A gente ficou muito sem saber o que fazer, porque o que foi que começou a acontecer: tinha isso de que tinha uma unidade sem convívio, e todas as unidades. A unidade sem convívio tinha poucos adolescentes, tipo dez adolescentes, sabe, que era o que, a unidade sem convívio era o lombá errada, era o estuprador, era o cabana... Era isso daí. Aí, o que foi que começou a acontecer, depois dessa história de facção, a facção, ela é tão assim, ela é tão... Num tem esse papelzinho, que tem o nome, que vai com o vulgo, que vai com tudo pra... Eles dizem que mandam pro presídio, e alguém do presídio que puxa a ficha daquele adolescente e vê se ele tá ou num tá caminhada aberta. Se ele tem ou num tem caminhada aberta. E, aí, começou a aparecer o tempo inteiro gente com caminhada aberta. E era muito louco, que, óbvio, todo mundo tem caminhada aberta, quem é que num tem? Várias vezes eu tava conversando com eles e dizia: “Você tem caminhada fechada? porque, desculpa, todo mundo que eu conheço tem caminhada aberta na vida. Todo mundo já fez uma grande merda na vida” [risos]. Então, começou a acontecer direto. Tipo, toda semana alguém perdia o convívio, toda semana alguém furava ali aquela regra. (Valentina, janeiro de 2018)

Por meio da fala de Valentina, chamo atenção para a maneira como as unidades de internação são institucionalmente governadas, o que pode ter contribuído para amalgamar as redes faccionais à sua própria estrutura. Ou, ainda, pode ter possibilitado uma reconfiguração das redes de interdependências entre *adolescentes* e funcionários, de modo que o *sistema* passou a ser pressionado e estruturado, também, pelas identificações e sentidos de pertencimento dos *adolescentes* aos símbolos PCC e CV.

Pensando dessa maneira, os símbolos faccionais já não podem ser encarados enquanto elementos externos que, em algum momento, “pipocaram” aleatoriamente nas unidades de internação, mas como redes que passaram a ser enunciadas e a matizar a própria configuração do sistema socioeducativo, passando a compô-lo, ao mesmo tempo em que a ele se contrapõe e o nega.

Se Foucault argumentou que um signo pode ser absorvido e usado para fins contrários àqueles para os quais foi projetado, é porque entendeu que até os termos mais nocivos poderiam ser apropriados, que as interpelações mais prejudiciais também poderiam ser o lugar da reocupação e da resignificação radicais. (BUTLER, 2017, p. 112)

Em última instância, estou entendendo que garotos e garotas que passam por um processo de socialização assujeitadora podem assumir publicamente sua identidade como *bandidos* e *faccionados*, tornando-se inteiramente indiferentes ao status negativo que continuam a lhes atribuir. Principalmente entre os garotos mais velhos, com um discurso mais alinhado à retórica das *facções*, era possível perceber esse movimento, em falas mais ou menos como: *não me arrependo de nada que eu fiz, só me arrependo de não ter matado ninguém, ou quando eu sair daqui eu vou fazer pior...* Nesses casos, ser *bandido*, ou ser *faccionado*, se torna tão reificado no sujeito que restam poucas possibilidades de negociação, manipulação e abandono de uma identidade pública que já está “amalgamada”. Sobre esses *adolescentes*, cheguei a ouvir de funcionários expressões como: *ele é isso mesmo, bandido, acho que num tem jeito não*, como se, para alguns deles, já não houvesse outra possibilidade de existência (MISSE, 2010, p. 26). O discurso ecoado pela retórica das *facções* – *contra a opressão do Estado, ver o sistema humanizar...* – se apresenta, então, como uma autoimagem arrogada e mobilizada.

Nessas circunstâncias, até certo ponto, pode existir uma espécie de instrumentalização da presença das *facções* no *sistema* por parte, sobretudo, dos funcionários que estão no dia a dia das unidades de internação. O diálogo que tive com a professora do ensino fundamental na UMJ02 meu deu pistas sobre isso. Logo quando nos conhecemos, ela me perguntou sobre o que eu fazia naquela unidade, qual o tema de minha pesquisa. Quando mencionei que me interessava

a questão de como se dava o envolvimento de *adolescentes* com *facções* no contexto das unidades de internação, ela ficou bastante interessada, falando sobre o que observava a partir de sua experiência como professora. Orientada por algumas leituras que havia feito, perguntei se facilitava seu trabalho o fato de agora os *adolescentes* se submeterem à *disciplina* das *facções*. Sua resposta foi algo como:

Pra mim facilitou, antes eles eram muito instáveis. Na UM01, chega menino de até 13 anos, com comportamento muito instável, era muito difícil dar aula. Aí, os outros [mais antigos, já conhecedores da disciplina da facção] vão passando [as regras, a disciplina...]. Teve uma vez que um tocou no meu tornozelo pra tirar uma dúvida e o outro já foi logo: “Epa, assim não!”. Então, eles têm a disciplina, tem o líder, fica muito mais fácil. (Diário de campo. Janeiro de 2020)

Essa fala muito se assemelha com a que ouvi do educador social mencionado no capítulo anterior⁷⁰. Segundo ele, *antes*, quando os vínculos faccionais não eram enunciados pelos *adolescentes* com a mesma intensidade nas unidades, *qualquer coisa eles já faziam rebelião, bagunçavam tudo, agora num pode mais porque tem a disciplina da facção*. Até certo ponto, o fato de os *adolescentes* agora terem seus comportamentos sob constante escrutínio e controle de uns sobre os outros, outorgados pela retórica da *disciplina*, ou seja, um conjunto de regras e normas comportamentais, do PCC ou do CV, o trabalho de alguns profissionais ficou mais fácil de ser realizado, em comparação com quando os *adolescentes* agiam por conta própria e sem ter uma referência normativa de como se comportar.

As narrativas que circulam entre os próprios *adolescentes* e alguns funcionários é de que, num momento anterior, os conflitos eram resolvidos de forma disruptiva, difusa e violenta. As informações que emergem a partir da análise de prontuários, até certo ponto, também dão mostras disso: em determinados períodos era muito comum encontrar relatos de monitores agredidos com artefatos produzidos pelos *adolescentes* em seus alojamentos, bem como havia muitas tentativas de fuga e agressões entre os próprios *adolescentes*. Consequentemente, eles acabavam mais tempo internados ou até respondendo a novas acusações.

Como me explicaram os meninos da UMJ02 (PCC), agora eles usam *inteligência, usam o Estado contra ele mesmo*, pois *uma mente pensante é um forte inimigo*. Segundo eles, ao invés de agir de maneira desordenada, eles lançam mão de mecanismos para que não sejam prejudicados e procuram planejar ações que desmobilizem e desmoralizem seus principais adversários dentro da unidade de internação, a saber, os monitores, aqueles que estão

⁷⁰ Ver capítulo 1.

legitimados a usar a força física contra os *adolescentes*: *Eles procura uma forma de nos afetar, e a gente procura uma forma de afetar a eles sem que eles queiram oprimir a gente, né...*

Até onde posso perceber, uma parte dessas explicações está apenas no campo da idealização, do discurso. Ainda assim, chama atenção o fato de a economia da agressividade estar passando por uma reinterpretação do que proporciona prestígio entre os *adolescentes*. A *disciplina* das *facções* prega o controle e o diálogo, requer *inteligência* ao invés do impulso e da agressividade imediata: trata-se de *usar a inteligência pra não se prejudicar*. Ou seja, uma vez que os *adolescentes* passaram a agir de forma mais previsível e amparada em uma racionalidade presente na *disciplina* da *facção*, numa reconfiguração das expressões de agressividade, o trabalho de muitos funcionários pode ter sido facilitado. Assim, dividir o governo das unidades de internação com *faccionados* possivelmente se tornou uma saída viável para manter algum senso de estabilidade.

2.3 ALGUMAS RESSALVAS

Diante das considerações sobre a instrumentalização das *facções* em unidades de internação, faço algumas ressalvas. A territorialização dos símbolos faccionais, a partir da divisão de *adolescentes* em unidades de internação de acordo seus sentidos de pertencimento *facções* não é regra em todas elas. Na unidade de internação feminina, garotas que *corriam/correm com* diferentes *facções* convivem dentro do mesmo espaço, compartilhando alojamentos, pertences e até criando vínculos de amizade. A *disciplina* das *facções* não parece ser mobilizada pelas *adolescentes* nas relações entre si, pelo menos não como acontece nas unidades masculinas. Por esse motivo, a *guerra* também parece não ter se territorializado no local.

Ao perguntar em entrevistas se havia algum tipo de conflito relacionado a *facções* na UF01, todas mencionaram que, se algum tipo de briga por tal motivo ocorresse, eram logo punidas, bem como eram proibidas de falar sobre o assunto. Os conflitos, elas dizem, ficam *do lado de fora*, assim como as formas de organização, as hierarquias, a retórica, a *disciplina* e as rivalidades das *facções*, de modo que, até certo ponto, há uma convivência menos tensa entre elas, comparando-se com as unidades masculinas:

[Pergunta] Eu queria saber uma coisa: aqui tem muita menina que é de facção diferente, né? Como é que é isso? Como é a convivência de vocês?

[Resposta] *Tem que conviver* [risos].

[Pergunta] Mas é tranquilo? Vocês se dão bem, ou convive porque tem que conviver?

[Resposta] *Rapaz, convive porque tem que conviver.*

[Pergunta] Mas tem implicância, rixa, essas coisas?

[Resposta] *Às vezes tem, às vezes. Só que, quando tem, sempre vem a consequência.*

[Pergunta] Qual é o tipo de rixa que tem, que acontece?

[Resposta] *Às vez fala que a outa mulé de alemão...*

[Pergunta] Que isso?

[Resposta] *Mulé de alemão, é quando a mulé do cara, por exemplo, meu marido é irmão do PCC, aí, fica me chamando de mulé de alemão, eu já escutei muito isso. Só que eu também num sou super santa não, quando eu quero... Só que a coordenadora já conversou comigo um monte de vez, ela disse que num é pá mim cair nessa tentação. Só que eu já relaxei muito. Eu já fiquei aqui em tempo de pegar uma...*

[Pergunta] E foi? Mas já aconteceu de ter briga séria?

[Resposta] *Não. Se tiver, é um CAD de seis mês [risos]. E, pra quem é de maior, de maior só tem eu e a [nome da adolescente], e se nós discutir e for muito grave, nós num pega CAD, nós vai direto pro Santa Luzia [unidade prisional feminina]... Nós é as mais observada aqui dentro. E ela é de facção diferente da minha, e nós mora junta.*

[Pergunta] E vocês se dão bem...?

[Resposta] *Nós se dá, nós se dá bem. Apesar que o marido dela é de uma facção e eu de outa, nós se dá bem. Às vez nós fica conversando, num tem? Aí, uma fala uma coisa, outa fala outa, aí, nós duas se debate, aí ela é ingonrante, eu também sou, aí, eu digo: “É melhor cê ficar quietinha, porque cê é ingonrante e eu também sou, se não num vai dar certo”.*

[Pergunta] Sim... Mas, no geral, é tranquilo aqui?

[Resposta] *É...*

(Janeiro de 2019)

Ainda na conversa com a professora, na UMJ02, ela mencionou que, como ocorre na UF01, há uma unidade de internação masculina, a UMJ04, em que o coordenador, conseguiu criar um ambiente de *neutralidade*. Ali, ficam internados os *adolescentes* que decidem que não mais querem *correr com a facção*, nem querem se submeter à sua *disciplina*⁷¹ enquanto estão internados. Segundo a professora, vão para lá os *adolescentes* que, ao completar dezoito anos de idade são avaliados como tendo *bom comportamento*. Assim, *se o adolescente criar problema lá por causa de facção, ele sai*. Ou seja, se começarem a ser ensejados conflitos e disputas por conta de símbolos faccionais, os *adolescentes* são, novamente, enviados para unidades chamadas *faccionadas*.

Muito do viés ressocializador que tem sido proposto pelos funcionários com quem pude dialogar se relaciona, justamente, a levar os *adolescentes* a negar os sentidos de pertencimento às *facções*. Nesse sentido, alguns deles procuram até onde lhes é possível não endossar comportamentos e discursos que sejam identificados com o PCC ou o CV. Por exemplo, em

⁷¹ Perguntei aos meninos da UMJ02 o que acontecia com quem estava internado e não mais queria correr com a *facção*. A explicação foi a seguinte: *Tranquilo, a gente num obriga ninguém a nada, se ele quiser virar crente, sair do crime, num tem problema, a gente só num aceita se ele continuar no crime*. Perguntei como acontecia no caso de ele permanecer na mesma unidade de internação, que *corria com o PCC*, por exemplo: *Ele só tem que se submeter à disciplina, como todo mundo*. Caso não queira mais se submeter à *disciplina*, o *adolescente* deve, então, ir para a unidade de internação *neutra*. Essa mesma explicação foi-me dada pelo diácono Jeremias. Como Biondi (2014) chama atenção ao tratar sobre PCC, não é preciso haver a presença de um *irmão* para que se considere que o PCC está em um local, a disciplina operante é que define a presença da *facção*.

determinada ocasião, os garotos da UMJ02 pediram para que eu levasse um documentário que contasse a história de Marcola. Imaginando que algo assim não seria autorizado, bem como eu mesma não ficaria confortável, não prometi. Sondando Esdras e o diácono Jeremias, ambos foram diretos, como já imaginava: *é melhor não, pra num tá fortalecendo essa ideia neles.*

Apesar dessas ponderações e contrapesos, como têm apontado as pesquisas que tratam sobre o fenômeno das *facções*, e a partir do que eu mesma posso observar do que tem acontecido nas unidades de internação alagoanas, há uma multiplicidade de funções que as *facções* passaram a cumprir. Feltran (2010) aponta para a regulação do *mundo do crime*, que impôs uma espécie de ordem e disciplina que se quer hegemônica num ambiente que, anteriormente, era caótico. No caso alagoano, diferente do paulista, ainda há disputas entre *facções* rivais, corporações policiais e até milícias, de modo que não há uma hegemonia, como se observa em São Paulo. No entanto, é possível encontrar no discurso de *adolescentes* a retórica da *disciplina*, que estaria justamente para organizar o *crime*, como num processo de racionalização e de civilização.

Rodrigues (2019, 2020) faz o esforço por demonstrar como no discurso dos *adolescentes* com quem dialogamos está presente a ideia de que a *facção está trazendo a paz*, no sentido de regular os conflitos letais que antes eram resolvidos de maneira difusa e dispersa e, hoje, estão passando pela mediação da *disciplina*:

Tem muita gente que não acredita, mas o PCC tá trazendo a paz.[...] lá no Biu [Benedito Bentes, bairro de periferia em Maceió] mesmo era uma guerra da porra. Depois que o PCC chegou, diminuiu. Tem uns seis anos que chegou no Biu. Quando acontece alguma coisa a gente tem de saber a caminhada. (Interlocutor, 30 anos, 2016).

Ter uma performance de ímpeto e força já não são suficientes para *ter consideração* no *mundo do crime* alagoano. É preciso saber dialogar, conhecer a *caminhada* de alguém e, aí sim, decidir sobre *cobranças* e atuações de *insubordinação* dentro das unidades de internação. É *usar a inteligência*, ao invés de simplesmente ir para o confronto. Trago um exemplo, que vivenciei em setembro de 2017, para lançar luz sobre como como os *adolescentes* passaram a agir.

Durante um atendimento semanal com Jeane e Esdras que acompanhei na UM01, um *adolescente* se apresentou como uma liderança, representante dos demais. Ao se apresentar dessa forma, ele passou a fazer cobranças à assistente social, e em alguns momentos argumentou dizendo que os monitores concordavam com a queixa que ele colocava em nome dos outros, a meu ver, como uma forma de legitimar a reclamação. Por fim, ele concluiu dizendo

que também estava sofrendo pressões por parte dos demais *adolescentes*, por isso se colocava na posição de cobrança.

Ele entrou na sala de artes, onde ocorria o atendimento, já reclamando que estavam *tirando seus direitos* (dele e dos demais), tirando suas visitas, que os estariam *enrolando* com aulas: *Vocês num sabe o que é passar vinte e quatro horas por dia preso não*. Naquela semana, os *adolescentes* haviam passado a maior parte do tempo dentro dos alojamentos, só saindo nos horários de aula. A assistente social tentou argumentar, mas, sendo interrompida pelo *adolescente* mais de uma vez, deixou-o falar e ficou em um silêncio tenso. Ele repetiu várias vezes: *Vocês num sabe o que é passar vinte e quatro horas por dia preso não, vocês num sabe não o que acontece aqui à noite*. Chorou, chantageou e ameaçou. Disse seu nome completo, para a assistente social anotar, como se quisesse garantir que não estava blefando: *Anote aí meu nome...*

Primeiro, ele disse que, se nada mudasse, iriam abalar a unidade. Depois arrefeceu. Disse que, se segunda (era uma sexta-feira), antes do horário de aula, não tivessem uma resposta, a unidade iria parar, iriam chamar seus pais para queimar colchões em frente ao prédio, evitando, assim, que os *adolescentes* ficassem “na linha de frente” do “protesto”, o que prejudicaria a eles mesmos. A funcionária tentou explicar, novamente, que a falta de atividades durante semana tinha motivos justificáveis (naquela semana, uma série de mensagens por aplicativos havia circulado em Maceió, eram ameaças de ataques em “comemoração” ao aniversário do PCC), mas ele permaneceu incontornável.

O ponto que chamo atenção nessa situação é que, primeiro, o garoto ameaçou que iriam *abalar a unidade*. No entanto, logo em seguida, ele mesmo ponderou que essa seria a saída mais prejudicial para os *adolescentes*, *a gente mesmo é que se prejudica*. Assim, o tom mudou. Caso sua demanda não fosse atendida, os *adolescentes* chamariam seus pais, e eles, que não estão sob os mesmos critérios avaliativos e punitivos que os *adolescentes*, é que fariam o *abalo*, trazendo colchões para queimar em frente à sede da superintendência de medidas socioeducativas.

Ainda numa última ressalva, enfatizo que a resolução de *tretas* e conflitos mediada pela *disciplina* das *facções* não implica em uma diminuição no nível de força bruta empregada em *cobranças* e *vinganças*. O garoto assassinado na UM01 é um exemplo cabal disso. Vídeos que circulam por aplicativos de mensagens e notícias que eventualmente são divulgadas em jornais locais também apresentam histórias de *adolescentes* e jovens, homens e mulheres, que, em

cobranças ocorridas no *mundão*, mediadas por membros de *facções*, sofreram mutilações e torturas em seus corpos antes de serem mortos, publicamente, por meio de lives e outros aplicativos de compartilhamento, numa dor que se prolonga enquanto os vídeos são reproduzidos, compartilhados e comentados. Entendo que as noções de vingança, honra e virilidade, observadas por Drybread (2014) quando fez pesquisa no *sistema* no começo dos anos 2000, ainda conformam as expressões de masculinidade entre os *adolescentes*, que, por meio do emprego da violência, buscam o status prestigioso de *sujeito-homem*.

Em suma, o que tenho apontado como enunciação das alianças faccionais não segue uma linha crescente e homogênea, mas é marcado pela instabilidade violenta nos equilíbrios de forças, cumprindo funções não meramente econômicas entre os jovens, mas função de gratificação na imposição de regras, tanto em ambientes de encarceramento, como no *mundão*, regulando hábitos e costumes de toda uma região, bem como reconfigurando e modificando os tensionamentos em torno dos governos das unidades de internação (RODRIGUES, 2020) e da vida dos indivíduos que têm sua *caminhada*, de alguma, forma costurando e costurada ao *sistema*.

Nessas circunstâncias, entendo, não com pouco pesar, que a violência passa a substituir a linguagem dos direitos e, mais do que isso, o reconhecimento do outro. No afã de se combater a ameaça de violência, combatem-se pessoas, com nomes, idades, classes e raças bem específicas, aproximando nas “dores do encarceramento” *adolescentes* que foram alvo da seletividade do aparelho jurídico e funcionários, muitos deles com sérias dificuldades de escolarização e de formação profissional, contratados para trabalhar em um regime pouquíssimo estável e de poucos direitos. Ambos, afinal, parecem representar o que há de indesejável para setores da sociedade alagoana (HATHAZY, 2015; TELLES, 2019).

CAPÍTULO 3. *NÓS NÃO SOMOS PARTE DE UM CLUBE, NÓS SOMOS INTEGRANTES DE UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: DISPOSIÇÕES PARA PRESSIONAR, INTERFERIR E NEGOCIAR*

Julho de 2017. Eram oito horas de uma terça-feira chuvosa. Eu e meu orientador nos dirigíamos para nosso primeiro dia de campo naquela semana. Íamos à UM01, onde estávamos encontrando facilidade para realizar entrevistas, devido ao vínculo amigável com Valentina, Jeane, Esdras, bem como com outros funcionários, ente eles o advogado e o coordenador da unidade. Como não fomos atendidos no portão da UM01, onde esperávamos encontrar Esdras, nos dirigimos à sala externa da equipe técnica. Lá, nos reunimos com Valentina e Jeane, além do então estagiário de psicologia da unidade.

Logo ao entrarmos na sala, fomos recebidos com a simpatia de sempre, como se já fôssemos parte da rotina da unidade. Inserindo-nos na conversa, Jeane e Valentina começaram a nos narrar o que havia acontecido no final de semana, no último sábado. Com expressões de estupefação, elas contaram que cinco *adolescentes* haviam fugido. Segundo souberam, um dos portões da unidade fora esquecido aberto pelos monitores, de modo que os *adolescentes* se aproveitaram do descuido

Baixando o tom de voz, Jeane e Valentina concordaram que desconfiavam da versão que nos repassavam. Para elas, o portão não ficara aberto por esquecimento, mas de propósito. Para comprovar a suspeita, Jeane contou que, naquele mesmo sábado, estivera na UM01 pelo dia, organizando um culto para os *adolescentes*. Quando eles eram levados de volta aos seus alojamentos pelos monitores, estranhou o fato de terem sido conduzidos muito *soltos*, fazendo o percurso *livremente*, sem muita atenção por parte dos funcionários. Elas comentaram, ainda, que, em alguns atendimentos, os *adolescentes* diziam que só não fugiam da unidade porque não queriam.

No meio da conversa, alguém bateu na porta. Era outra funcionária que se inseria na conversa, mas esta eu não conhecia. *Vim ver como vocês estão e dar um abraço*. Dirigiu-se a Valentina e Jeane e as abraçou. A mulher insistiu mais de uma vez perguntando como elas estavam. Então, desconfiamos que havia algo mais. Ela disse: *Mas vocês ainda num tão sabendo de ontem? O coordenador ainda não disse?*. Ficamos todos curiosos.

Com a mão na boca, olhando-nos fixamente, a mulher hesitava se nos dizia ou não. Depois de instantes de suspense, ela finalmente falou: mais sete *adolescentes* haviam fugido da

UM01 na última madrugada. Ou seja, em menos de três dias, onze *adolescentes* fugiram da unidade. Ficamos todos chocados. *A gente tava falando sobre isso!*, Jeane exclamou. Todos começaram a falar mais alto, com os olhos arregalados. Valentina e Jeane perguntaram os nomes dos garotos fugidos. A cada nome dito, elas soltavam exclamações de desgosto, às vezes em uníssono. Logo, o coordenador da unidade entrou na sala.

Agora em sua versão, soubemos que a fuga se deu da seguinte maneira: alguns alojamentos estavam sendo reformados durante o dia. Finalizado o serviço da segunda-feira, uma serra havia sido esquecida no interior de um dos alojamentos, cuja porta também ficou aberta. Com a serra, os *adolescentes* serraram as grades da janela e, com uma *teresa*, espécie de corda feita com lençóis amarrados, pularam o muro da unidade. *Os pedreiros pensaram que estavam fazendo reforma em uma residência*, ironizou o coordenador. Ele enfatizou que, como *não tinha rabo preso*, iria *levar a investigação pra frente*, e *bancar uma sindicância*. Todos concordavam que certamente havia facilitações internas às fugas.

Apesar das notícias que recebemos e de toda a instabilidade emocional que acometeu as funcionárias, os atendimentos aos *adolescentes* iriam acontecer, de modo que eu e meu orientador ficamos para acompanhar. Naquelas circunstâncias, seria impossível realizar entrevistas. A sala foi, então, organizada pelas funcionárias para receber os garotos: as cadeiras foram dispostas, mediadas por uma mesa. *Adolescente* e funcionárias ficariam cada qual de um lado. Logo veio o primeiro. Magro, vestindo uma camisa polo listrada e uma bermuda, exibindo uma tatuagem na perna esquerda.

Ele chorava, reclamando do cancelamento das visitas por conta das fugas da madrugada. Nesse dia, ele receberia sua namorada. O garoto implorava para ser transferido da UM01, *tô levando a culpa pelo que num fiz*. Segundo disse, podia ter fugido na noite anterior, mas não o fez pensando em sua mãe, de modo que não entendia por que teve sua visita cancelada. Ele disse, ainda, que sabia que havia um celular circulando em seu alojamento, entre os *adolescentes*, e que não havia dito antes por medo de retaliações dos companheiros. Ele mobilizava essas informações como se numa tentativa de comprovar sua submissão às normas da unidade, de modo a poder “reaver” suas visitas.

Embora inconformado, pedindo para ser transferido de unidade, quando as funcionárias lhe sugeriam lugares para onde poderia ir, ele se negava veementemente, dizendo que não era *lomba-errada* para ir pra tal ou tal unidade. Chorou várias vezes, alegando que tinha bom comportamento e perguntando se receberia a liberdade ainda naquele ano. Com indignação,

disse que os *adolescentes* estavam todos fugindo porque não tinham nem banho de sol, nem *quadra*, e que ficavam sendo *enrolados* com aulas. Por fim, mudando de tom, disse que se fosse para levar a culpa pelo que não fazia, seria o *pior adolescente da unidade*, iria *abalar*, já assumindo uma outra posição diante das regras institucionais, numa nova tentativa de negociar sua visita cancelada, seus *direitos*.

Agosto de 2017. Numa das atividades rotineiras da iniciação científica, acompanhava a realização entrevistas no pátio exterior de uma unidade em que estavam internados *adolescentes* que *corriam com o CV*. Ali, pareceu-me haver uma relação de “camaradagem” – nem por isso menos tensa – entre os *adolescentes* e os monitores. Explico: vi um dos monitores acendendo compridos cigarros artesanais que os *adolescentes* colocavam para fora dos alojamentos por entre as grades das portas de ferro que os trancavam. Vi, também, tais funcionários estendendo as roupas recentemente lavadas dos *adolescentes* nos bancos de cimento do pátio da unidade. Havia um barulho de água corrente, provavelmente dos chuveiros. Aproveitavam o sol para lavar toalhas, blusas e bermudas.

Tive a impressão de que os monitores ficavam menos alertas do que havia observado em outras unidades: em alguns momentos, enquanto fazíamos a entrevista, observei que eles se sentaram ao redor de uma das mesas circulares de cimento no refeitório e ficaram conversando, alguns de costas para os alojamentos, sem dar atenção alguma às movimentações que aconteciam. Seus cassetetes, no entanto, estavam sempre às vistas.

Os *adolescentes*, por sua vez, permaneciam sempre nas grades, observando da penumbra o pátio externo. Nas pequenas janelas, eles dividiam espaço com as toalhas e peças de roupas penduradas. Em determinado momento, vi um deles forçando as barras da janela, como se testando sua firmeza. Passavam o tempo conversando entre si, com os braços pendurados para o lado de fora. O barulho muito alto e incessante de conversa só arrefeceu quando o monitor acendeu o primeiro cigarro. Depois do primeiro, ele foi passando de alojamento em alojamento. Em alguns, mais de uma vez.

O irônico é que, na semana seguinte, quando pretendíamos retornar àquela mesma unidade, para dar continuidade às entrevistas com mais *adolescentes*, nossa tentativa foi quase frustrada, quase não conseguimos entrar. O “batalhão de choque” formado por monitores, a ECON, estava na unidade, fazendo vistoria nos alojamentos, à procura de objetos proibidos,

como celulares, armas artesanais... e *drogas*. A apreensão desses objetos certamente resultaria em um CAD para os *adolescentes*.

Janeiro de 2020. Era uma tarde quente, de mais um dia de Roda de Conversa na UM01. Depois de cerca de meia hora de espera, finalmente, os seis garotos que estavam participando da atividade foram trazidos à sala de aula que usávamos em nossos encontros. Mal iniciei o diálogo com eles, e a situação já ficou tensa. Assim que se espalharam pelas cadeiras da sala de aula que usava para as atividades, o fiscal da unidade entrou para lhes dar um recado: *Tão vendo as paredes, né? Pintado! Agora já riscaram, por isso vocês tão sendo punido*. Daí surgiu uma discussão, encabeçada por Mário, que entendi ser o *representante* dos demais, acompanhado por outros deles. Eles reclamavam da punição por um *erro* que não cometeram. O fiscal, então, amenizou, embora com certa ironia: *Eu sei que num foi vocês, mas a pessoa que fez isso num tem atitude de homem de assumir o que fez, aí, prejudica vocês*. A discussão girava em torno de riscos que haviam sido encontrados nas paredes da sala de aula recém pintada.

Findo o “puxão de orelha”, com a saída do fiscal, cerca de quatro monitores entraram na sala. Dois se posicionaram ao meu lado. Dois homens enormes, de braços cruzados e expressões fechadas. Os outros dois ficaram lado a lado, encostados na parede vizinha à porta. A princípio, pensando que eles logo cansariam e iriam embora, iniciei a conversa com os *adolescentes* apresentando-lhes a proposta de diálogo para aquele dia. Enquanto eu falava, um dos garotos, se levantou e se posicionou em frente a uma janela para receber o vento que entrava. Estava muito quente. O monitor, então, interrompeu bruscamente minha fala: *Vai assistir aula em pé, é?*. O *adolescente* se sentou imediatamente. Depois disso, a tensão só cresceu.

Mário, mais uma vez, assumiu a posição de porta-voz, de *representante* dos demais, respondendo prontamente: *E vocês acham que num tão atrapalhando assim não, é?*. Assim, surgiu uma nova discussão entre o *adolescente*, acompanhado por um ou outro dos companheiros, e os monitores. Dessa vez, a discussão foi ainda mais nervosa. O garoto tomou a frente, reclamando de ter sido desrespeitado, *e tão desrespeitando a professora também*, ele dizia. Os monitores respondiam, também aos gritos. Em instantes, chegaram o fiscal e Esdras.

Eu já estava disposta a finalizar por aquele dia a Roda de Conversa, evitando, assim, algum tipo constrangimento para os *adolescentes* e funcionários naquela situação, ou até uma retaliação direcionada aos *adolescentes*. Antes que eu sugerisse finalizar a atividade, no entanto,

o fiscal, dirigindo-se a mim, perguntou: *Professora, vai atrapalhar em alguma coisa os monitores ficarem aqui?*. Reunindo toda a segurança que ainda tinha e pensando no compromisso ético assumido com os meus interlocutores diante das condições em que informações me seriam concedidas, respondi: *Eu preciso perguntar para eles*, e me dirigindo a aos *adolescentes* perguntei: *Vocês vão ficar incomodados ou constrangidos de me responder com os monitores aqui?*. Lêdo foi quem respondeu: *Sim, ficaria*. Com a resposta, o fiscal disse apenas: *Então, se eles riscarem as paredes, a responsabilidade é sua*. E os monitores saíram da sala.

Neste capítulo, retomando as discussões que levantei nos capítulos anteriores, continuo a refletir sobre as redes de interdependências tecidas entre *adolescentes* e funcionários nas unidades de internação. De forma específica, abordo como *adolescentes* pressionam e tensionam aspectos dos regimes de governo das unidades de internação, agora, a partir de disposições mediadas pelo que eles chamam de *disciplina da facção*. Lanço luz sobre quais são as formas de organização e de resposta dos *adolescentes* às circunstâncias de encarceramento, suas pressões e controles, nas relações com funcionários, a partir do momento em que as *facções* passaram a ser enunciadas enquanto retórica, símbolos, performances e *disciplina*.

Tenho entendido tais enunciações como uma consequência da circularidade das violências no interior das unidades de internação. Consequência dos espancamentos, dos *recolhimentos*, do *só a gente sabe o que acontece aqui*, das cabeças baixas e mãos para trás, das avaliações confusas, das liberdades frustradas. Violências colocadas em movimento por monitores, psicólogas, assistentes sociais, juízes, coordenadores e *socioeducandos*, de variadas maneiras e em diferentes níveis. Violências que incidem sobre os *adolescentes* e são “recolocadas em circulação” por meio dos discursos, dos gritos, das ameaças, dos *abalos*, das *cobranças*, das fugas, do *partir pra cima* (PADOVANI, 2015).

Ao refletir sobre as tradições de agressividade no *sistema* Rodrigues (2017, p. 485) explica que:

Tanto os atos de assassinatos, agressões físicas e torturas perpetrados por jovens contra adversários quanto as formas de repressão e controle de funcionários estatais, como juízes, policiais, agentes penitenciários e agentes socioeducativos sobre os jovens, tais como castigos físicos humilhantes, assassinatos sem legítima defesa, execuções sumárias ou outras formas de admoestações que reforçam fronteiras morais (MISSE, 2008) são expressões emocionais de indivíduos ligados por uma mesma configuração abrangente.

Em tais circunstâncias, argumento que os símbolos PCC e CV têm um uso tático entre os *adolescentes*, evidenciado por meio dos sentidos de identificação grupal, das *regras*, das enunciações de ideais, das *cobranças* e *abalos* (PADOVANI, 2015). Tais disposições são produtos de socializações que se desenvolveram dentro e fora dos ambientes de internação. A mobilização delas ocorre contextualmente, nos eventos, nos tensionamentos entre *adolescentes* e funcionários. São uma propriedade relacional da interação, observadas justamente nos encontros entre os indivíduos que têm uma caminhada no *sistema*, definindo o que do passado incorporado será reatualizado nos eventos do presente (LAHIRE, 2002).

Nesse sentido, pensar sobre a agência de *adolescentes* a partir de seus *corres com facções* não implica na saída de cena dos funcionários, afinal, como já venho apontando, seus esforços por mobilizar práticas, respostas e narrativas que se contraponham aos controles institucionais só podem ser pensados por meio das redes de interdependências que formam com estes. Assim, se por um lado a *guerra* entre o PCC e o CV, ao trazer à tona conflitos e rivalidades entre os *adolescentes*, possibilitou a enunciação dessas *facções* no interior das unidades de internação, entendo que esses mesmos conflitos e rivalidades são controlados, punidos, ignorados ou até agravados por meio da gestão institucional.

São funcionários do *sistema* que, em última instância, decidem sobre como será conduzida a trajetória dos *adolescentes*. São eles que representam o que os *adolescentes* têm chamado de *opressão*. Eles são o *Estado* e, segundo me disseram os garotos da UMJ02, o *Estado é nosso inimigo número 1*. É aos funcionários – alguns funcionários em específico – que é direcionada boa parte da revolta, da *indisciplina*, dos xingamentos, das respostas aos assujeitamentos.

[Pergunta] O que deixa vocês com raiva?

[Sussurro, alguns *adolescentes* ao mesmo tempo] *Agente* [risos].

[*Adolescente* 1] *Só de agente falar comigo, dá raiva, dá vontade de matar.*

[*Adolescente* 2] *O cabra preso, também já fica bolado...*

[*Adolescente* 3] *O cara já fica estressado...*

[*Adolescente* 2] *É... Várias coisa que a pessoa fica irritado ali, né...*

(Roda de Conversa, UMJ01, janeiro de 2020)

Marques e Nascimento (2019) trazem interessantes reflexões ao falar sobre as fronteiras performáticas do Estado. Segundo eles, tais performances se referem a uma tentativa de materializar a diferença entre a lei e o crime, como se Estado e a lei tivessem predominância. Tais fronteiras, no entanto, são espaços de tensão, afinal, se há uma performance idealizada de “não-contágio” com o *crime* por meio do emprego da força e do rigor por parte dos agentes do estado, nas cenas do cotidiano, a força e o rigor das *facções*, no caso do *sistema*, também se

expressam pelo poder de atravessar espaços supostamente regulados, fazendo-se presentes pela sua vontade, a despeito da vontade idealizada do Estado. A fronteira é, na verdade, um “espaço de disputas: de um lado, sua espetacularização e poder de administração pelo Estado, de outro, capacidade de subversão e ubiquidade” (p. 265).

Como procurei demonstrar com as cenas etnográficas trazidas, apesar da performance de controle e punição dos funcionários no *sistema*, há, na verdade, engajamentos e negociações constantes entre os polos entendidos como Estado e crime. E, embora muitas vezes a performance seja de um antagonismo total, expresso por meio de ameaças e de uso da violência, os dois polos também atuam de forma a se reforçarem mutuamente (CARVALHO, 2020). As fugas facilitadas por funcionários e as ameaças de sindicância, o acender de cigarros para em seguida apreendê-los, as performances de força e vigilância diante de paredes riscadas bem ilustram. Apesar das demonstrações por parte dos funcionários de controle, força e rigor sobre as situações, as fronteiras criadas entre crime e ordem se mostram porosas, potencializam-se as revoltas, escondem-se o amalgamento, as cooperações e interdependências entre *adolescentes* e funcionários. Fica claro que, além de instáveis, as relações que se estabelecem nas unidades de internação são ambíguas. A posição de nenhuma das partes é cômoda ou dada.

De 2016 em diante, por exemplo, os agentes institucionais tiveram de reconhecer que dentro das unidades de internação havia lideranças, legitimadas pelos *adolescentes*, que atuavam em conformidade com a *disciplina* ou *doutrina* da *facção*. Se tal *doutrina* de alguma forma facilita o “funcionamento” das unidades de internação, é sua própria retórica que enfatiza quem é *irmão* e quem é *inimigo*. *Adolescentes* e funcionários empregam o máximo de suas (dísparas) forças na luta pelo domínio dos territórios em que se encontram, por meio de múltiplas estratégias (MALLART, 2011).

É sob tais circunstâncias que, a seguir, chamo atenção para as ambivalências nas relações, ora violentas, ora de colaboração, entre os que estão, impreterivelmente, ligados e amalgamados, por relações ambíguas de cuidado e de agressão (RODRIGUES, 2021). As cenas acima narradas também demonstram que os afetos podem assumir variadas matizes, sob variadas disposições: facilitações de fuga, de entrada de drogas, ameaças de *abalos*, vigilância dos alojamentos, trocas de gritos e xingamentos. Nesse contexto, as *facções* são símbolos, são táticas e performances mobilizadas para pressionar e tensionar ainda mais o cotidiano do *sistema*.

3.1 QUANDO O ESTADO VIRA O INIMIGO NÚMERO 1

Como Vianna e Lowekron (2017) chamam atenção, a violência pode ser pensada como um vetor importante de generificação do Estado, distribuído em práticas de conquistar, submeter e combater em algumas situações, e proteger, restaurar e conduzir em outras. Aí residem algumas das diferenças que encontramos entre unidades masculinas e femininas. Em outras palavras, a violência desempenha papel importante nas relações de coprodução entre gênero e Estado, e há modos generificados, como dizem as autoras, de distribuir orgulho, vergonha, temor, ódio e outros sentimentos que atravessam corpos, relações, pessoas, coletividades, lembranças e documentos.

Em se tratando das unidades de internação masculinas, entendo-as como ambientes em que o medo é mobilizado para produzir assujeitamentos, e em que um ideal de virilidade frio e insensível é mobilizado nas interações ali estabelecidas. Pautando-se num “discurso que atravessa nossa sociedade e se articula a processos históricos de conformação da masculinidade hegemônica” (p. 60), enfatiza-se a necessidade de funcionários (sobretudo monitores) mostrarem-se viris, corajosos e frios, seja por meio de humilhações, ameaças ou agressões. Não se hesita em lançar mão da dor física ou psíquica. O efeito é que posturas mais alinhadas à socioeducação acabam ficando “de lado”, pois as ideias de que há ameaças constantes de conflito e insegurança é que recebem ênfase (LIMA; ABREO; GONÇALVES, 2017).

A instrumentalização de um ideal de virilidade violenta, no entanto, não está cristalizada apenas do lado dos funcionários, ou dos monitores em particular, mas se manifesta nas relações que são possíveis de se estabelecer naquela figuração, entre *adolescentes* e funcionários. A violência é mobilizada, também, por *adolescentes*, que tendem a responder à altura do que lhes é possível, o que acaba por se tornar uma cilada nas unidades de internação, ao retroalimentar um ciclo de agressões. É preciso afirmar a todo tempo e a qualquer custo a “aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança)” (p. 64). Não se pode agir de outro modo que não seja pelo emprego da agressividade (BOURDIEU, 2012), que atinge a todos, mas aos *adolescentes* com maior intensidade. Ficam as marcas na subjetividade, nos corpos, nas paredes, que não permitem calar “as dores do encarceramento” (HATHAZY, 2015), que, afinal, atingem a todos.

Esse cenário não é novidade, como os prontuários analisados bem demonstram. Talvez por isso, ao longo dos últimos anos, não tenham ocorrido tantas mudanças nas práticas em si mesmas, nos repertórios de *indisciplina* mobilizados pelos *adolescentes* para expressar suas respostas aos controles institucionais. Por outro lado, e é para isto que chamo atenção, mais recentemente, uma das principais reconfigurações nas relações entre *adolescentes* e funcionários se relaciona a como a narrativa, o *ideal* e a retórica faccionais passaram a se interpor e a mediar a forma como os *adolescentes* se relacionam e dirigem sua revolta e agressividade aos funcionários. A *facção* se tornou como um instrumento mediador das insubordinações, das revoltas, das indiferenças, dos xingamentos e das agressões dos *adolescentes*. A retórica faccional, nem sempre uniforme, passou a ser acionada para amparar as compreensões dos *adolescentes* sobre como eles deveriam ser tratados, sobre o que é *justo* e *injusto*, sobre o que é *opressão* e sobre o que é o *sistema humanizado*.

Com a enunciação das *facções*, o inimigo se tornou genérico, o *Estado*. Sob o termo genérico, qualquer um que for visto como oposição pode ser inserido: monitor, psicóloga, juiz, fiscal, coordenador, superintendente. Os *adolescentes* passaram a se unir em torno de um *ideal* em comum. Um dos fins que se busca é *acabar com a opressão, ver o sistema humanizar*. Mas o *ideal* de humanidade não é universal, *não todas [as facções], a nossa. Onde a gente tiver, vai sempre ter a paz*, mas não para todos os *adolescentes*, não para os funcionários que *oprimem*, apenas para os que são *irmãos*⁷² *de caminhada*. *Ou tá com nós ou corre de nós*, pois quem não é *irmão* é *inimigo*⁷³. É isso que tenho entendido como uma retórica faccional, uma narrativa mobilizada pelos *adolescentes* para explicar suas adesões, suas rejeições e seus atos.

Com a enunciação de uma *guerra*, concomitantemente à enunciação de uma adesão irrestrita aos símbolos PCC e CV, fica estabelecido um dos alvos da luta para os que *correm com o certo*. Trata-se do combate direto e incansável ao *sistema*, à *máquina opressora*, ao *Estado*. Daí surgem as estratégias de resistir, de *ser mente pensante*, de *abalar...* É imposta uma *paz* entre *nós*, os que *correm* do mesmo lado, sempre a ser reforçada na luta contra o *sistema* – e também contra os inimigos de outras redes de alianças criminais, conforme abordo no capítulo seguinte (BARBOSA, 2019).

⁷² Aqui, quando falo em *irmãos*, não estou pensando na relação de pessoas *batizadas* na *facção*, o que, aparentemente, não é o caso de nenhum dos *adolescentes* com quem conversei, seja por eles serem *de menor*, seja por outros motivos. Aqui, quando falo em *irmão*, falo no senso de identificação, uma espécie de imagem-de-nós, que une *adolescentes* que *correm* com a mesma *facção*.

⁷³ Na definição de *inimigo*, não entra o *trabalhador*, aquele que *vira crente*, ou quem decidiu sair da *vida no crime* pra *procurar sua melhoria* sem mais se envolver.

3.2 RETRATOS DAS MARCAS

Em agosto de 2017, eu, Alana e meu orientador, iríamos nos dividir para realizar entrevistas na UM01. Àquela altura, a vinculação dos *adolescentes* daquela unidade ao PCC já nos era conhecida, embora ainda me soasse incompreensível tamanha fidelidade, um discurso tão “fechado” entre os *adolescentes*. Eu e Alana fomos conduzidas por um monitor à sala de aula onde faríamos as entrevistas do dia. Quando entramos, fomos surpreendidas pela quantidade de “gritos” rabiscados a lápis nas paredes da sala. Enquanto os *adolescentes* não vinham, “sacamos” nossos celulares e fizemos algumas fotos. Poucos dias depois, a sala foi pintada, a revolta gravada nas paredes sumiu. Ficaram as fotos das enunciações do PCC e de seu *inimigo*, o *Estado*.



Imagem 2: Paredes da UM01, agosto de 2017, arquivo pessoal

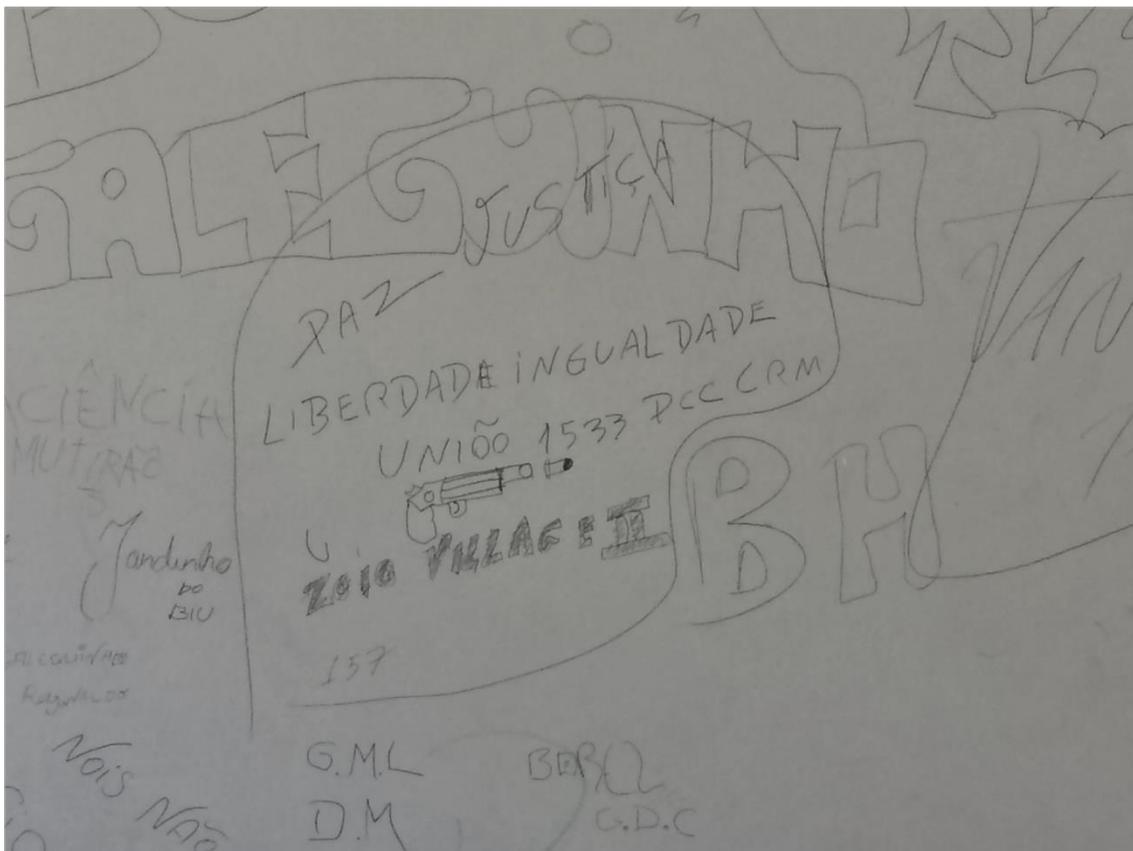


Imagem 3: Paredes da UM01, agosto de 2017, arquivo pessoal

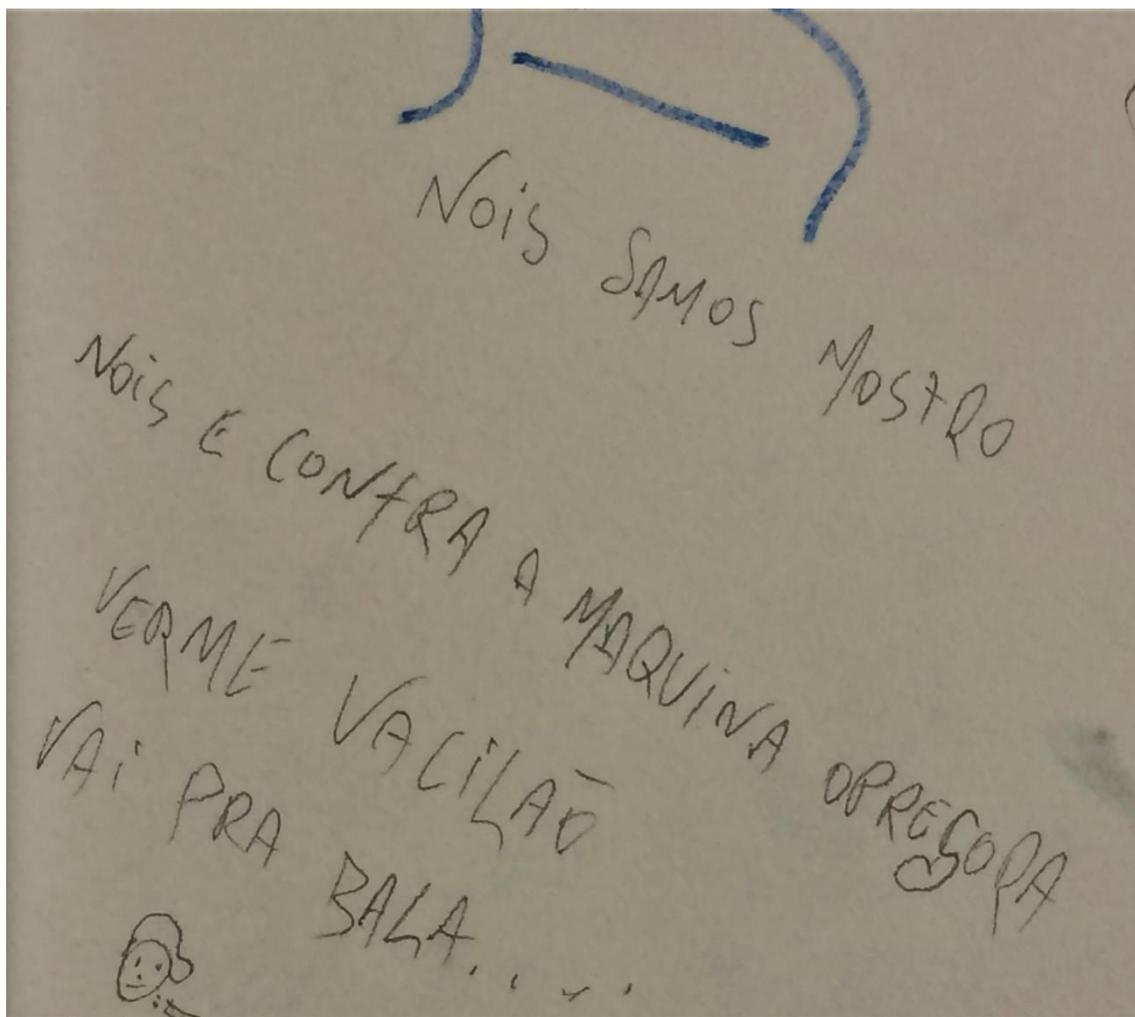


Imagem 4: Paredes da UM01, agosto de 2017, arquivo pessoal

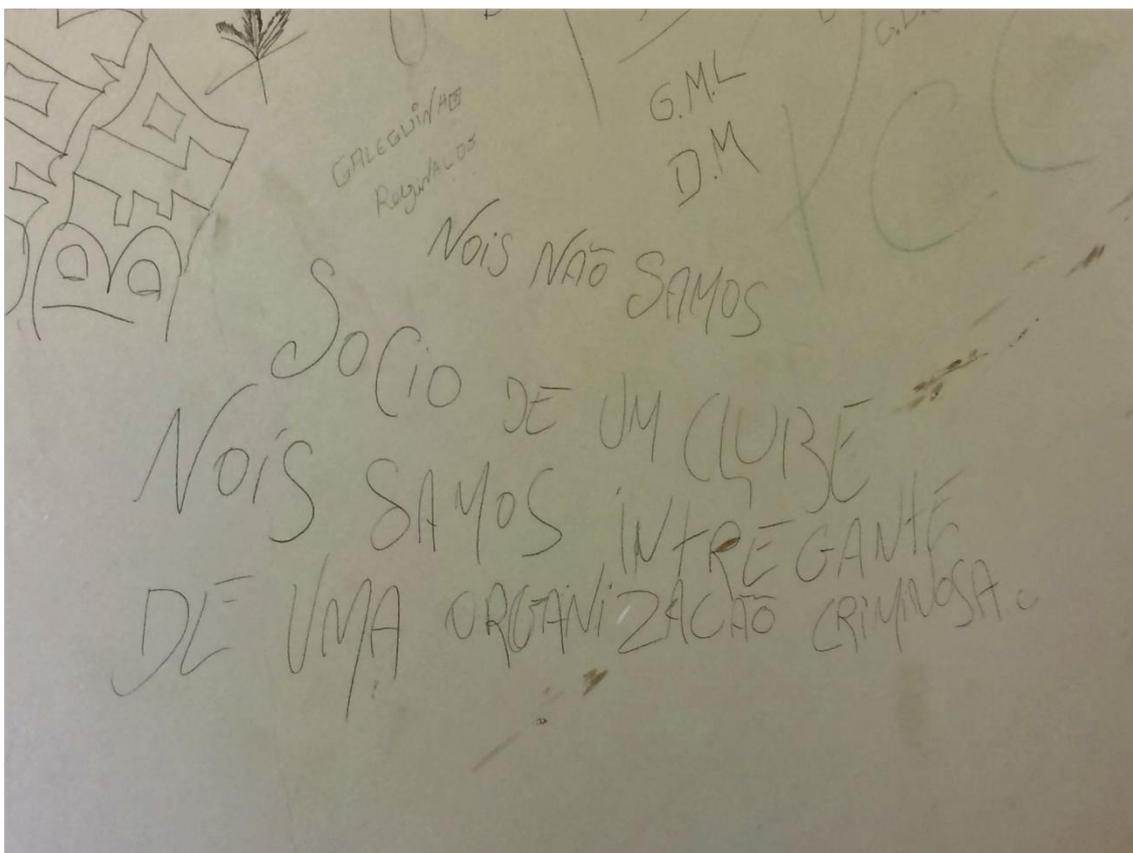


Imagem 5: Paredes da UM01, agosto de 2017, arquivo pessoal

Os “gritos” nas paredes denunciavam a vinculação dos *adolescentes* da UM01 ao PCC, tornando mais complexos os contornos de suas relações com os funcionários, sobretudo os monitores. A retórica, os símbolos, os *ideais* do que os *adolescentes* entendiam por *facção* passaram a permear a expressão da violência empregada por eles, nos conflitos entre si e com monitores, tornando aquele cenário ainda mais tenso, mais incerto. Os monitores se tornaram *Estado*, status que lhes cabia dentro e fora das unidades de internação. Eles passaram a ser inimigos não apenas dos *adolescentes* individualmente, mas da *facção*, por mais monolítica e vaga que essa representação soe.

A continuação da terceira cena, iniciada na abertura deste capítulo, ilustra bem como a enunciação de vínculos com *facções* não é apenas de uma retórica, mas produz efeitos concretos naquela instituição, na vida de *adolescentes* e funcionários, implicando em situações inclusive no *mundão*, fora dos muros do *sistema*. Apesar do cenário de tensão que se desenhou na Roda de Conversa naquele dia de janeiro de 2020, decidi manter a atividade. No entanto, durante todo o tempo me vi pressionada pelas disputas entre *adolescentes* e monitores. Enquanto eu fazia a leitura do livro que discutíamos, um monitor entrou abruptamente na sala, pegou um depósito de garrafa pet com gizes de cera e colocou na última prateleira de uma estante de ferro onde se

encostavam dois *adolescentes*. Na hora, eu parei de ler, sem entender bem o que se passava. Quando o monitor já saía, tentei retomar a normalidade: *vou voltar aqui* [a leitura], mas Lêdo foi enfático: *agora não, deixa eles sair*. Obedeci.

Quando a Roda de Conversa, finalmente, acabou, um funcionário com quem conversava me deu pistas do que estava por trás de toda aquela tensão. Poucos dias antes, em bairros diferentes da capital, dois monitores haviam sido alvos do que ele definiu como *vingança* das *facções* que atuavam em seus bairros. Um chegou a falecer, o outro ficou gravemente ferido. Não conhecia os monitores. Mas, ao serem posicionados na categoria *Estado*, se tornaram *inimigos*, *rivais*, aqueles que perpetram a *opressão*. Provavelmente, não foi preciso que um *adolescente* recebesse a liberdade para se vingar de quem reconhecia como algoz, como já havia acontecido outras vezes. Os monitores se tornaram *inimigos* não de um, não de alguns, mas de uma *organização criminosa*, tão abstrata quanto a ideia de *Estado*, e por isso mesmo manipulável, maleável e potente na expressão da violência.

A suspeita que me foi narrada era de que os monitores sofreram *ataques* por alguma “ordem” que saiu das unidades de internação e chegou às ruas. Talvez os vasos comunicantes que ligam o dentro e o fora das *cadeias* os tornaram alvos, clarificando, mais uma vez, como as fronteiras de força e rigor do Estado são uma performance que esconde sua maleabilidade e fragilidade (GODOI, 2010; MARQUES; NASCIMENTO, 2019). Por mais contraditório que trazer este evento soe – pois, como vinha apontando no capítulo anterior, muitos dos *adolescentes*, apesar do que dão a entender, não parecem ocupar posições de tanta proeminência nas *facções* –, chamo atenção para como eles, *irmãos* ou apenas *simpatizantes*, ao enunciarem quem é inimigo, criam alvos. Já não se trata de *delírio*, como dizia Valentina, apenas ato. *Quem num corre com nós, corre de nós*, eles dizem. De fato, pode haver fantasias nas enunciações de vinculações a *facções* por parte dos *adolescentes*, mas as consequências de tais fantasias são, evidentemente, concretas.

Por um lado, como afirmei anteriormente, a economia da agressividade, agora mediada pela *disciplina* das *facções*, está passando por novas interpretações do que traz prestígio entre os *adolescentes*, enfatiza-se o controle e o diálogo, ao invés do impulso e da agressividade imediata – o que, até certo ponto, pode ter facilitado o trabalho de muitos funcionários no interior das unidades de internação. Por outro lado, o *ataque* aos monitores deixa claro que a violência empregada pelos *adolescentes* não desapareceu. Se antes eram usados espetos para ferir esses funcionários, o que trazia prejuízos aos *adolescentes*, no sentido de eles ficarem mais tempo internados, *recolhidos*, sujeitos a novos processos etc., o evento narrado mostra como o

ataque pode vir do lado de fora, uma ordem, um *salve*, abstrato, vago, quase impossível de saber sua origem, a *facção*.

Em suma, são os artefatos que se movimentam para dentro e para fora das unidades de internação, por meio das redes de pessoas que por lá circulam, que impulsionam o fluxo de informações e de ações. Fica ainda mais claro que a gestão das unidades nunca foi completamente controlada pelos funcionários, mas é o resultado provisório e instável das desiguais negociações com os *adolescentes* e, agora, com os *representantes* das *facções*, que emergem de modo discursivo, nas enunciações, mas também de modo prático, como o ataque a monitores demonstra (GODOI, 2010; MARQUES; NASCIMENTO, 2019). Os *adolescentes* agora fazem parte de algo maior e mais impalpável, um *ideal*, uma *organização criminosa*, uma *doutrina*. E é por meio dela que se mediam as relações com *irmãos* e *inimigos*, *adolescentes* ou funcionários.

3.3 “VIVER É DEVER”

Fevereiro de 2020. Essa seria mais uma manhã de Roda de Conversa na UMJ02. Depois de uma breve conversa com os monitores, aparentemente mais amistosos diante da minha presença na unidade de internação, fui autorizada a começar a me organizar na sala onde vinha fazendo meus encontros com os seis jovens⁷⁴ que participavam da atividade que propunha. Naquele dia, utilizaria uma música para conduzir as discussões com os garotos.

Levei uma música de Djavan, lançada dois anos antes, “Viver é dever”. Ela não foi novidade para os *adolescentes* apenas pelo fato de ter sido lançada enquanto estavam presos, mas porque eles pouco conheciam o cantor alagoano. A escolha, então, foi estratégica, no sentido de possibilitar-lhes acessar algo que ainda não conheciam, além de a letra ter sido escolhida estrategicamente para a discussão que eu gostaria de propor naquele dia, a partir do retorno que eles me dessem. Segue o trecho que conduziu parte de nosso diálogo:

Tudo vai mal, muito sal
Nada vai bem pra ninguém
Nessa pressão, quem há de dar a mão?
Pra que o mundo saia lá do fundo pra respirar
E não morrer

⁷⁴ Iniciei a atividade com seis jovens, mas, por volta do quarto encontro, um dos participantes recebeu a liberdade. Em seu lugar, foram colocados outros dois. Além disso, ainda outro garoto também foi inserido na atividade. Assim, de seis jovens, concluí a atividade com oito.

Tem que plantar muito mais
 Reflorestar ideais
 Ideia boa não acontece à toa
 Uma vida pra ser bem vivida tem que se dar
 Acudir, amparar, prestar mais atenção
 Pois viver é dever, se negar é pior, merecer cada mão
 A paixão é o sol que se espalha no ar
 Mesmo ao anoitecer
 Pois viver é dever, se negar é pior, o melhor é viver

Depois de uma rodada de discussão sobre as impressões dos garotos sobre a música, comecei a provocar-lhes a respeito de suas compreensões sobre o que o cantor pretendia, especificamente, com o trecho acima recortado. Minha intenção naquele dia era entender um pouco mais sobre as consequências que a *guerra* entre o PCC e o CV trouxe para suas vidas, sobretudo em se tratando de suas relações, refletindo com eles sobre as rivalidades e inimizades que se desenvolveram a partir de suas identificações com os símbolos faccionais. A partir de suas interpretações sobre a música, ia colocando algumas perguntas. Segue parte do diálogo que desenvolvemos:

[Pergunta] O que vocês entenderam com essa parte da música?
 [Adolescente1] *O mundo tá perdido e ninguém tá ajudando ninguém...*
 [Adolescente 2] *O mundo tá lá em baixo, tá afundando, né, num tem uma mão pra puxar você...*
 [Adolescente1] *Em vez de nós tá ajudando, só tá piorando as coisa.*
 [Pergunta] Vocês concordam com isso?
 Adolescente: *Quem há de dar a mão é quem vai surgir pá alimentar aquela esperança de um mundo novo, né, as coisa diferente...*
 [Pergunta] E quem é que pode ser essa pessoa...?
 [Adolescente 1] *A gente!*
 [Adolescente 3] *Nóis!*
 [Adolescente 2] *Nóis mermo.*
 [Pergunta] Como vocês acham que podem fazer isso?
 [Adolescente 1] *A gente já faz, né, a gente ajuda um o outro, constantemente, se um precisa, o outro ajuda...*
 [Pergunta] E lá fora? Vocês pensam sobre isso?
 [Adolescente 3] *Penso e vou fazer... Fazer as minhas obrigação, buscar melhorar as necessidade do bairro onde eu moro, muita gente precisa de ajuda, que passa muita necessidade (...) Tem que plantar muito mais, você tem que fazer muito mais do que você já faz! Pra surgir novos ideais, novas coisas boas pra você fazer, novas na sua mente, bom, né...*
 [Pergunta] Que ideais bons são esses que vocês acham que precisam ser reflorestados?
 [Adolescente 4] *Ajudar o outro.*
 [Adolescente 3] *A igualdade, precisa ser reflorestada.*
 [Adolescente 5] *A união.*
 [Adolescente 3] *A liberdade, né. Tem muita gente sem liberdade aí... Tem gente que acontece tanta coisa com a pessoa, até mermo lá fora, mesmo tando solta, tá presa, a pessoa num tem liberdade de falar sobre o que sente, sobre o que quer, num tem esse direito.*
 (Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

A partir das reflexões que os garotos construíram no diálogo com a música e com as perguntas que ia colocando, sugeri-lhes uma atividade. Em folhas de papel que disponibilizei, pedi para que, em um desenho, uma frase, uma rima, ou mesmo uma palavra, elencassem algo

que tinham em comum com alguém que consideravam um inimigo, rival ou adversário. Minha ideia era que eles pudessem pensar de forma mais concreta sobre as reflexões que haviam feito por meio da música, pensando que fica mais fácil de, como eles disseram, *ajudar o outro* e ter mais *união* quando, ao invés de enfatizarem as diferenças e discordâncias, pensassem no que havia em comum com aqueles por quem tinham inimizado.

Essa atividade provocou uma série de reações interessantes entre eles. A primeira dificuldade que apresentaram foi de escolher a pessoa com quem fariam o exercício: *Acho que todo mundo pensou a mesma coisa*, um dos *adolescentes* disse. De pronto, todos pensaram nos monitores, embora não tenham verbalizado, mas os gestos, as trocas de olhares e os risos entre eles me fizeram entender. Os monitores ficavam sempre por perto da sala, à porta, por isso não houve verbalização oral, mas por insinuações e por palavras cifradas.

Em seguida, eles se mostraram muito relutantes em pensar algo que teriam em comum com a pessoa escolhida:

[Adolescente 1] *A coisa em comum que eu tenho com ela é que é ser humano...*

[Pergunta] *Será que é só isso?*

[Adolescente 2] *Eu penso, ele pensa, eu falo, ele fala.*

[Adolescente 3] *Oxe! Num tem nada!*

(Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

Afinal, praticamente todos os garotos fizeram a atividade, embora resistentes. Até onde pude entender, nem todos direcionaram o exercício aos monitores. Por meio dessa experiência chamo atenção para como a relação construída entre *adolescentes* e monitores, principalmente, passou a ser mediada pela retórica faccional, de modo que as resistências dos *adolescentes* se direcionam não apenas às práticas impingidas em seus corpos por esses funcionários, mas aos próprios funcionários: *Só de agente falar comigo, dá raiva, dá vontade e matar.*

Em várias ocasiões, nas Rodas de Conversa, os garotos enfatizaram como a relação construída com os monitores, em específico, se baseava na rivalidade. Nas ocasiões em que presenciei as interações entre os *adolescentes* e tais funcionários, era latente a mútua rispidez: o volume de voz empregado era sempre alto, num tom grave, imperativo. A relação entre ambos é construída de forma violenta. São os monitores que estão legitimados a utilizar a força física contra *adolescentes*, que, por sua vez, mobilizam estratégias para se revoltar, resistir, revidar, ainda que as consequências venham.

Os momentos em que os *adolescentes* eram trazidos pelos monitores à sala onde realizávamos nossas atividades davam mostras de como se delineavam as tensões. *Tem que*

parar com esse oxe, se referia um monitor ao *adolescente* que levava com os braços para trás para sala, mandando-lhe cessar as reclamações. Trocas de acusações, de xingamentos, de farpas, que, mais tarde, sem ninguém na unidade, exceto monitores e *adolescentes*, poderiam se transformar em agressões.

Assim, os funcionários podem ser tanto aqueles que possibilitam fugas, acendem cigarros e transferem *adolescentes* de unidade, quanto aqueles que revistam os alojamentos, que fazem *CADs*, que punem. Os *adolescentes*, por sua vez, choram, ameaçam e *abalam*, agora legitimados entre os demais pelo que é o *certo*, por um *ideal*, que é combater à *opressão*. Na UMJ02, em que os garotos correm com o PCC, eles me explicaram que, entre a *irmandade*, há união, afinal, a luta é contra o *Estado*, contra a *máquina opressora*:

[Pergunta] E conflitos que vocês possam ter entre vocês, como é que se resolve?

[Adolescente 1] *Entre nós mermo...Mas entre nós num acontece isso não.*

[Adolescente 4] *Isso aí é bobagem de quem fala isso, porque nós nunca vai ter briga.*

(...) *Quem diz isso tá mentindo! Num existe isso (...) Existe não isso não.*

[Adolescente 1] *Ninguém é doido, hum!*

[Adolescente 5] *Mas, se acontecer, vai ser cobrado, né...*

[Adolescente 3] *Porque, se eu sou PCC e ele é PCC, e eu for brigar com ele, eu tô brigando com o PCC.*

[Pergunta] No caso, vamos imaginar, uma pessoa que tá aqui nessa unidade, aí ela diz que num quer mais correr com o PCC, o que é que acontece?

[Adolescente 4] *Num é obrigado. Vai procurar a melhoria dele.*

[Adolescente 3] *Ele tem a liberdade dele, a gente respeita, a gente respeita evangélico e trabalhador. Se ele quiser ser trabalhador e viver a vida dele normal, se ele quiser ficar aqui a gente só...*

[Pergunta] Mas aqui ele tem que continuar seguindo a disciplina...

[Adolescente 1] *A disciplina tem que seguir, tá no nosso prédio...*

[Adolescente 3] *Pode chegar o ponto de ele dizer assim, num quer correr com o PCC (...) vai respeitar nossa disciplina da mesma forma.*

(Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

Ainda que, na prática, eles estejam limitados e controlados pelos governos institucionais, os *adolescentes* alegam que *tá no nosso prédio, vai respeitar a [nossa] disciplina da mesma forma*. Cenário que só se tornou possível no momento em que eles passaram a ser territorializados a partir de seus envolvimento com as *facções*. Ou seja, foram reconhecidos institucionalmente seus sentidos de identificação, de modo que há um movimento institucional que possibilita a organização dos *adolescentes* em torno dos símbolos faccionais. Tanto que em unidades como a UMJ04, em que não há *faccionados*, se alguém ensejar a retórica faccional, é encaminhado a outra unidade de internação, onde *tá no nosso prédio, vai respeitar a disciplina, a disciplina da facção*.

A relação entre *adolescentes* e funcionários não se tornou, mas continua ambígua e tensa, é verdade. Mas agora há um repertório disciplinar, um repertório de narrativas, que

abrange o controle comportamental, o discurso e a agência dos *adolescentes*, orientando suas decisões, suas ações, suas falas, suas relações. No fim das contas, *quem decide é a gente mesmo*, são os próprios *adolescentes*, mas orientados por algo que é maior que eles, um *ideal*, a partir do qual se define um inimigo em comum. Se são os monitores que estão mais tempo nas unidades de internação, convivendo com *adolescentes*, mobilizando a violência para manter o controle, são eles também que serão os principais implicados. Seja quando a *cobrança* vier, em agressões e homicídios, seja para negociar fugas e entradas de artefatos proibidos.

Nas relações entre os *adolescentes* e os funcionários se refazem os processos de subjetivação, de resposta, de essencialização da autoimagem de *faccionado*, do “soldado que está em guerra” não apenas contra a *facção* rival, mas contra a *opressão do Estado*. São os próprios funcionários que, em dadas ocasiões, estabelecem: *esse aí é bandido mesmo, num tem jeito*. Se a instituição usa seus recursos para manter a ordem e reproduzir a internação, os *adolescentes* usam estratégias para responder a esses recursos. Ao exercício de um poder de Estado que toma a “massa” e o indivíduo como “alvo”, opõem-se novas formas de agrupamento e novos modos de subjetivação (BARBOSA, 2013).

O que me interessa enfatizar aqui é o seguinte: com a enunciação das *facções* nas unidades de internação alagoanas, o combate aos “corpos de segurança do Estado” se torna a própria expressão do que é *justo* diante da *opressão*, como um imperativo moral, ainda que considerando as complexidades, as interdependências e ambivalências nessas relações. Nessas circunstâncias, violência se paga com violência, física ou simbólica, *eles procura uma forma de nos afetar, e a gente procura uma forma de afetar a eles sem que eles queiram oprimir a gente, né...* A retaliação dirigida aos adolescentes, no entanto, é sempre mais pesada, afinal, eles estão em desvantagem nas balanças de poder (BARBOSA, 2013).

Quando as negociações não são mais possíveis, a *guerra* se instaura, até que, mais uma vez, a negociação se torne possível, como num ciclo ambivalente. A mão que acende o cigarro é a mesma que espanca. Se o *Estado* não foi capaz de conter a desordem dos ambientes de internação, as *facções* trazem a sua própria ordem, como forças transcendentais que disciplinam e organizam os *adolescentes* (OLIC, 2009). As engrenagens da *máquina opressora* acabam por moldar o comportamento e as relações possíveis de ser desenvolvidas entre os indivíduos que ali se encontram. Como Elias (1997, p. 74) chama atenção,

As sociedades em que o uso de força física – mesmo de um tipo altamente formalizado é tolerado, ou como nesse caso, virtualmente exigido nas relações entre pessoas, encorajam modos de sentir e de comportar-se que habilitam a pessoa fisicamente mais forte em intimidar com bravatas ou em maltratar uma outra pessoa, assim que se

apercebe de sua fraqueza. (...) Em tais grupos surgem tipos de pessoas que se distinguem não só por seu vigor físico ou habilidade, mas também pelo prazer que sentem em esmagar outras pessoas com armas ou palavras, sempre que surge uma oportunidade.

Ao que me parece, existe uma pressão para que o “ato de esmagar o outro” se alinhe às estratégias legitimadas na retórica das *facções*. É preciso desenvolver um cálculo das ações, ainda que isso se elabore apenas no plano do discurso: *a gente procura uma forma de afetar a eles sem que eles queiram oprimir a gente*, visando antecipar as possibilidades de, enfim, “esmagar” o outro (MACHADO DA SILVA; VALLE MENEZES, 2019, p. 542).

CAPÍTULO 4. QUEM TÁ NO MEIO SABE O QUE É CERTO E O QUE É ERRADO: ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE A DISCIPLINA

*“Outra coisa que sempre me surpreendeu é esse senso de honra tão exagerado. São uma chaga viva. Não têm nada, mas lhes sobra honra. É sua riqueza.”
(Mario Vargas Llosa, em A Guerra do Fim do Mundo)*

Setembro de 2015. Mais uma manhã de campo no DER, acompanhando meu orientador. Na segunda entrevista daquele dia, o monitor trouxe um garoto baixo, de olhos bem pequenos e cabelo mal raspado, provavelmente assim que chegou à unidade. Em suas pernas e braços, havia enormes marcas de queimaduras. As cicatrizes me deixaram algo como impressionada. Temi ser inconveniente por ter dirigido o olhar curioso ao que, possivelmente, causava dor. O jovem, contudo, pareceu não notar, talvez já acostumado com os olhares que as marcas atraíam. Ao longo da entrevista, também chamou atenção o fato de ele ter uma capacidade de concentração que se destacava em relação a boa parte dos *adolescentes* entrevistados. Acompanhou a leitura do termo de consentimento abanando a cabeça em sinal de aprovação, até completando as frases lidas. Ele também me pareceu ser mais velho que os demais, principalmente por conta de suas *atitudes*.

Com seu consentimento, a entrevista foi iniciada. Não pude deixar de reparar na desenvoltura com que ele se expressava, articulando as ideias de maneira inteligível e falando, aparentemente, sem inibição. Falava de maneira meio cantada. No começo, parecia estar se aproximando do gravador, como se pretendesse ter sua voz mais bem “captada”. Com o tempo, ele se afastou e ficou mais relaxado na cadeira, respondendo às perguntas que lhe eram feitas.

Da sala onde estávamos, pela janela de correr aberta, vi quando uma van entrou no terreno do DER, trazendo *adolescentes* agitados em seu interior. O carro parou em frente à sala onde estávamos, e nossa presença causou grande agitação. Após saltarem ansiosos da van, os garotos se puseram na janela, olhando curiosos e falando todos ao mesmo tempo, de maneira que a gravação foi pausada por duas vezes.

Um deles perguntou alto: *É reportagem, é?*, provavelmente por ver o manuseio do gravador. Meu orientador garantiu que não, explicando que fazia uma pesquisa. Ele retrucou algo como: *Quer não me pesquisar?*, no que todos os outros passaram a se oferecer para *ser pesquisados*, dizendo seus nomes, *num esqueça não, viu?*. Achei a cena muito engraçada.

Logo, a atenção deles se voltou para o jovem entrevistado. Gritavam tentando chamar sua atenção. Nesse momento, entendi que ele deveria ter chegado há pouco no *sistema*, por isso

não era conhecido pelos outros. Um deles, o mais curioso, perguntou: *Tá aqui por que, hein? Homicídio foi?*, no que o jovem respondeu com uma resposta evasiva: *Foi uma acusação aí...* Com a curiosidade não satisfeita, eles ficaram conversando entre si e com os monitores, tentando descobrir qual seria o ato infracional do “novato”. Quando já estavam sendo levados para as *celas*, um dos garotos finalmente “matou” a questão (talvez com o auxílio de algum monitor): *É estupro, né? Foi estupro!*, o outro respondeu que não, sem dar muita atenção. Os *adolescentes* foram levados, comentando entre si a “descoberta”. O jovem entrevistado me pareceu ficar indiferente, apesar da acusação ocorrida.

Não voltei a encontrar aquele garoto posteriormente, também não ouvi mais nada a seu respeito. No DER, tínhamos pouca aproximação com funcionários das equipes técnicas. Por isso, não saberia dizer o que lhe ocorreu depois que foi levado de volta à *cela*, junto aos outros *adolescentes*. Acusado de estupro, é difícil saber como pode ter sido a relação com os parceiros que com ele *tiravam cadeia*. Se sofreu alguma ameaça ou agressão, se ficou a ser transferido de alojamento ou unidade, se foi isolado, se conseguiu se explicar com os demais. O ano era 2015, a *guerra* ainda não tinha começado. Mas já havia o *certo* e o *errado* a permear as avaliações das *caminhadas* entre *adolescentes*.

Se ele ficou mais alguns meses internado, talvez um ano, o que é muito provável, deve ter vivido o fim do DER, sendo transferido para alguma unidade no complexo da Sumese. Deve ter visto as *facções* serem enunciadas em alta voz, junto a sua retórica, seus *ideais* de *justiça*, de combate à *opressão*, ao *erro*, aos *lomba-errada*. Mais do que isso, aquele jovem deve ter se tornado um *lomba-errada*, pois, diante da acusação de estupro, passaria a ser visto como alguém que tinha uma *caminhada toda troncha*, pois cometeu um *erro* que não era aceito por aqueles com quem convivia durante as vinte e quatro horas do dia.

Neste capítulo, pensando em cenas como a descrita, procuro refletir sobre as interpretações, os pontos de vista, as perspectivas dos *adolescentes* sobre o que seria *correr com o certo* e *correr com o errado*, a partir de suas vinculações com *facções*, especificamente no contexto de internação. Continuo apontando para como, à medida que são apropriadas, as *facções* são transformadas, conformando-se ao contexto local e assumindo outras configurações em relação aos seus estados de origem (BIONDI, 2007).

Para tanto, dialogo com falas e explicações a mim concedidas sobretudo por garotos internados em unidades onde são alocados os que *correm* com o PCC⁷⁵. Nas séries de perguntas que lhes fazia, às vezes sem nos entender bem e eu com a sensação de ser por demais “naïf”, quando eles finalmente conseguiam desvendar o que, afinal, eu queria saber, me concediam explicações bastante úteis para pensar sobre suas noções de *certo* e *errado* nas dobras do dentro e do fora das unidades de internação (MALLART; CUNHA, 2019).

As Rodas de Conversa são o contexto dos diálogos aqui trazidos, são a figuração em que a *disciplina* era enunciada, mobilizada e tensionada entre os *adolescentes*, adaptada às posições que eles ocupavam naquelas situações (LAHIRE, 2002), à balança de poder que pendia de um lado a outro (RODRIGUES, 2020). Em nossos encontros, contávamos com a presença de lideranças de unidades (*representantes*), de monitores a nos circundar, às vezes de educadores sociais entrando e saindo da sala onde nos reuníamos.

Por um lado, as falas (ou a ausência delas) refletiam os tensos processos de reconfiguração ocorridos no *sistema* desde a territorialização da *guerra* entre *facções*, que provocou, entre outras coisas, temores e desconfianças mútuas entre os *adolescentes*. Assim, eles exerciam constrangimentos uns sobre os outros, sobre o que era dito, como era dito, e sobre o que era silenciado, num sentido de reafirmar posições, afinal, como me explicou certa vez um deles, o *certo* seria o mesmo que *correr com a facção*, no seu caso, o PCC. Por outro lado, as falas também eram pressionadas pela vigilância exercida pelos funcionários a nos circundar. Eles poderiam ouvir o que ali era discutido, avaliar, intervir e punir. Ou seja, ao responder a meus questionamentos, os garotos não se dirigiam apenas a mim, mas uns aos outros e aos funcionários que nos observavam mais ou menos atentamente.

Talvez por isso, muitas vezes as *regras* por eles enunciadas soem ambíguas. Em algumas situações são acionadas e em outras são ignoradas, mas nem por isso deixam de servir aos sentidos de moralidade e justiça que são referência para uma “dispersão discursiva desdobrada” em disputas argumentativas que podem culminar em desconfianças, polarizações e “práticas de furor mortal” (RODRIGUES, 2019, p. 209). Se as “disputas argumentativas” não se apresentavam explicitamente em forma de discordâncias, é porque, como Esdras uma vez explicou, *tem que ser, né, tem que ser pra num morrer*. E foi assim como me foi apresentada a

⁷⁵ Como mencionei anteriormente, pretendia ao longo do ano de 2020 realizar pesquisa de campo também em unidades *neutras* e *do CV*, mas, em decorrência da crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, interrompi minhas atividades presenciais nos últimos dias de março de 2020, embora não tenha sido uma decisão fácil ou livre de dilemas.

disciplina, o certo e o errado, pelos *adolescentes* em nossos diálogos, como um *tem que ser*, um imperativo, em que só existe uma alternativa: *é só abraçar*, embora, em alguns casos, o abraço tome múltiplos contornos, ou sequer aconteça.

As situações cotidianas, com seus conflitos, tensões e embates, ao reatualizar e mediar a *disciplina* continuam a dar mostras disso. Conversando com Esdras, em fevereiro de 2020, ao final de uma das Rodas de Conversa na UM01, ele me contou do caso de um *adolescente* que havia sido transferido às pressas de uma unidade por ter perdido o convívio. Ele passou quatro dias sendo agredido, pois fora pego pelos demais companheiros se masturbando no alojamento, o que seria *errado*. Ou seja, além de não haver clareza sobre quando é permitido agredir alguém como *cobrança*, e quando a agressão passa a ser *opressão*, observo uma plasticidade na própria *regra* em si. Na UMJ02, dialogando com os garotos mais velhos, perguntei-lhes o que faziam para lidar com a irritação, para se acalmar, e um dos garotos respondeu baixinho, o suficiente para quem estava perto ouvir: *castelar*⁷⁶... Ou seja, se em um lugar a *regra* era a negação do ato, em outro, o mesmo ato poderia servir para aliviar a tensão. Lembro-me, ainda, de *adolescentes* que, em atendimentos com a equipe técnica, assumiam a *atitude* que seria taxada de *cabuetagem*, informando sobre quem estava para ser agredido na unidade, evitando, assim, que ocorressem *cobranças*.

É com essas questões em mente que começo perguntando aos *adolescentes* o que, afinal, é *certo* e o que é *errado*, sem perder de vista que suas referências morais podem ser, inclusive, anteriores à enunciação das *facções*, como Mallart (2019a) chama atenção ao tratar sobre o PCC no arquipélago paulista, mas que pode ser aplicado às *facções* no *sistema* alagoano. Os *adolescentes* mobilizam, torcem e atualizam códigos que há tempos circulavam nas *cadeias*, ainda que, em virtude da proeminência que as *facções* passaram a ter, os códigos pareçam a elas exclusivamente vinculados. Por isso mesmo, as *regras* por eles mencionadas não são estáticas, mas sofrem interferências, contradições, vicissitudes. Podem ser ambíguas e paradoxas. Não são reificáveis, são construídas e desconstruídas nas situações (PIRES, 2018).

A seguir, trago trechos dos diálogos com os *adolescentes*, recortes de perguntas e respostas que iam surgindo nas Rodas de Conversa. Como já mencionado anteriormente, neste capítulo, são as unidades masculinas que continuam a receber maior ênfase, pois é nesses espaços em que os repertórios disciplinares das *facções* parecem se amalgamar aos repertórios disciplinares do *sistema*, diferentemente da unidade feminina, em que as garotas são proibidas

⁷⁶ Se masturbar.

de se reportar aos símbolos PCC e CV, de modo que o *certo* e o *errado* não emergem tanto em suas falas sobre as experiências de internação, como me interessa de maneira particular.

4.1 O QUE É O CERTO E O QUE É O ERRADO?

[Pergunta] Aqui, quando vocês tão internados, o que é que é certo de se fazer?

[Adolescente 1] *Respeitar as disciplina.*

[Pergunta] Respeitar a disciplina... Que mais?

[Adolescente 2] *Ser justo...*

[Adolescente 3] *Fechar cum nós [PCC]...*

[Pergunta] Essas disciplinas, elas são o que exatamente? Elas são regras, é o que?

[Adolescente 4] *São éticas...*

[Adolescente 3] *Conjunto de regras...*

[Pergunta] Me explique melhor?

[Adolescente 4] *É difícil.*

[Pergunta] Mas eu posso dizer assim: são como regras, coisas que vocês têm que fazer? [silêncio] E o que é correr com o errado quando a pessoa tá internada? O que é que não pode fazer?

[Adolescente 4] *Estrupar, cabuetar... Tirar a visita dos outro...*

[Adolescente 3] *Pedofilia... Cabanar, né... X9.*

[Adolescente 2] *Falta de respeito com a visita...*

[Adolescente 4] *Roubar alguma coisa do cara... Ratear, né, no vocabulário certo...*

[Adolescente 2] *Tomar uma atitude banal...*

[Adolescente 3] *Ele sair daqui [para a unidade neutra ou do CV] ele tá correndo pelo errado.*

[Pergunta] Tem mais alguma coisa que vocês: “não, isso a gente não aceita, aqui dentro da unidade a gente não aceita”?

[Adolescente 2] *Correr com o Estado.*

[Pergunta] Quando a pessoa tá internada, como tem que ser a caminhada de alguém que tem proceder, que tem conceito, aqui na unidade de internação?

[Adolescente 2] *Uma pessoa que respeita, uma pessoa que num vem causando problema, isso é uma pessoa que tem proceder, de atitudes...*

[Adolescente 3] *A caminhada correta ali...*

[Adolescente 2] *Vê um erro e tem coragem de corrigir, reconhece o próprio erro.*

[Adolescente 4] *Uma pessoa exemplar.*

[Pergunta] Como é que a pessoa pode ser exemplar?

[Adolescente 4] *Dando os exemplos aqueles que realmente é aquilo que a vida dele, né, tem que tomar aquilo como exemplo, se for uma atitude certa, uma atitude correta no decorrer do tempo e nas atitudes que ele vem tomar.*

[Adolescente 2] *Se você quer viver do crime, então você pode ser um exemplo pra alguém que queira viver também, você pode seguir as disciplina corretamente, não fazer o que não é permitido, você vai servir de exemplo pá outro.*

[Adolescente 1] *... no lado certo da vida errada.*

[Adolescente 2] *Pra ser visto com bons olhos.*

[Adolescente 4] *...se quer entrar, é irmão; se num quer entrar, é irmão também. PCC num obriga ninguém a nada, mas, se entrou...*

[Adolescente 3] *Tem que arcar com as consequência...*

[Adolescente 4] *É... É doido... [risos]*

(Roda de conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

[Pergunta] Quais são as regras pra quem tá internado aqui, quem tá correndo com a facção?

[Adolescente 1] *Mantendo a doutrina.*

[Pergunta] Que que diz essa doutrina?

[Adolescente 2] *Comportamento ali que é pra todos, num é só pra um... Uma igualdade.*

- [Adolescente 3] *Dar bons exemplos.*
- [Adolescente 2] *Todos seguir a mesma disciplina.*
- [Adolescente 4] *Ser exemplar, seguir a disciplina.*
- [Adolescente 2] *Dar bons exemplos.*
- [Adolescente 1] *Quem tá no meio sabe o que é certo e o que é errado, então o cara tem que dar exemplo sempre pelo lado certo.*
- [Pergunta] Mas, tipo assim, quando a pessoa chega, numa unidade, vamo dizer, ela não sabe direito como é essa coisa da facção e tal... Quem é que passa pra ela a disciplina?
- [Adolescente 1] *Todos que tiver algum entendimento vai passar pra ela. Todos, qualquer um pode chegar, bater um papo e...*
- [Adolescente 4] *E todos pra vim pra cá, né, tem que dizer que é PCC pra vim pra cá.*
- [Adolescente 2] *Se ele falar que é PCC é porque ele tem algum envolvimento já, né...*
- [Adolescente 4] *É, mesmo que tenha pouco, mas tem.*
- [Pergunta] E o que é que acontece com quem desobedece, quem sabe e desobedece, ou quem num sabe direito e desobedece?
- [Adolescente 2] *Vai depender, né...*
- [Adolescente 2] *Tem vários tipo de ocasião, tem coisas simples e tem coisas graves.*
- [Adolescente 2] *Pode ser punido ou pode ser só conscientizado pra não fazer de novo.*
- [Pergunta] O que são essas coisas simples? O que é que a pessoa faz que vai só conscientizar?
- [Adolescente 4] *Uma discussão ali, chegar a ofender o outro.*
- [Adolescente 3] *Uma palavra mal colocada ali.*
- [Pergunta] E o que é uma coisa grave?
- [Adolescente 2] *Já que mexe com vida, né...*
- [Adolescente 4] *Estupro, negócio assim...*
- [Pergunta] Entendi. Aí, o que é que acontece quando a pessoa faz alguma coisa assim?
- [Adolescente 2] *Pacote, véi...*
- (Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

Uma das perguntas que fiz com maior insistência aos *adolescentes* nas Rodas de Conversa, foi sobre suas interpretações a respeito do que seria o *correr com o certo* ou com o *errado*, já que esse era um elemento que me parecia emergir como um fator importante na forma como elaboravam suas autoimagens e como se relacionavam uns com os outros. O fato é que um dos motivos de minha insistência na pergunta se relacionava à sensação de que suas explicações sempre me soavam insuficientes ou vagas, como se eles pouco problematisassem ou questionassem as *regras* às quais se apegavam. “Se eles estão se posicionando contra a *opressão*, por que as regras me soam tão opressoras?”, era uma questão que me rondava. Claramente, ali se delineavam os contornos da diferença, do distanciamento de minha posição em relação aos *adolescentes*. A posição social que eu ocupava e a longa linha de premissas e valores que eu carregava afetavam nosso diálogo em campo (MCCORKEL; MYERS, 2003).

Quando respondiam aos meus questionamentos sobre a *disciplina* e as *éticas da facção*, os *adolescentes* faziam emergir elementos do dentro e do fora das *cadeias*. Suas explicações e avaliações sobre o que seria uma *caminhada pelo certo* não estavam circunscritas aos anos da internação, embora os anos de internação fossem especialmente importantes para definir as posições de prestígio que ocupavam naquele contexto. Isso porque os sentidos morais e de justiça enunciados são como uma síntese das lutas por distinção e reconhecimento nas sociabilidades

desenvolvidas por eles, nas unidades e no *mundão*. Nesse sentido, o *sistema* parece se constituir como um ambiente de importante socialização e aprendizado para os *adolescentes* encarcerados, reatualizando as experiências e os conflitos das periferias urbanas de Alagoas e “municando-os” com um *procedimento do crime*, mediado pelos símbolos faccionais:

[Pergunta] E como é que vocês foram aprendendo cada vez mais sobre isso? Alguém ensinou...

[Adolescente 2] *Vai passando o que tem pro outro...*

[Pergunta] Uma pessoa mais antiga passa pra quem...

[Adolescente 1] *É... Uma pessoa mais antiga, até uma pessoa mais nova, que tem uma coisa que a pessoa num sabe. Ele já tem outra coisa, vai descobrindo que nem, se aprofundando...*

[Adolescente 2] *Organização e uma coisa que eu sei passo pra ele, uma coisa que ele sabe passa pra mim, a gente vai...*

(Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

Nas explicações que os garotos me concediam, emergiam, então, alguns elementos que compunham suas compreensões sobre *correr com o certo*. Primeiramente, chamo atenção para a noção de imperativo, de *ter que arcar com as consequências das suas escolhas*. Se alguém *corre com a facção*, primeiramente tem que *manter a disciplina*, acatar as *regras*, sem questionar, esse é seu *compromisso*. Para manter a disciplina é preciso não deixar *um erro passar diante dos olhos*, é preciso *punir na altura do erro*. Também não há escapatória, se *desce um salve*, se há uma *cobrança*, *é só abraçar*. As *cobranças*, segundo os *adolescentes* mencionaram, são mais graves quando *mexe com vida*: estupros, assassinatos, agressões... Tudo isso é considerado *injustiça*, que *a gente não aceita, coisa de lombá-errada*, de quem *corre pelo errado*. Logo, *correr com o certo* mais parece uma tentativa instintiva de exterminar o *errado*, quem *corre pelo errado*, pois só assim se mantém a *disciplina*, o *compromisso* e a distinção do *nóis* em relação ao outro. Em outros termos, o *certo* se constrói em negação ao *errado*.

[Pergunta] Aqui no sistema, especificamente quando vocês tão aqui, quando vai se decidir sobre a cobrança de alguém que é do PCC, aí, faz como pra analisar tudo isso que vocês disseram?

[Adolescente 1] *Quem decide é a irmandade.*

[Pergunta] Entendi. Então, só os integrantes que podem decidir isso?

[Adolescente 1] *Vai depender se for um companheiro também que é leal mermo, que os irmão...*

[Adolescente 2] *Mas ali, em cima de cada erro, nós faz o que: ele fez um erro, a gente vai conversar e vai: não, vamo fazer isso. Cada erro dele, existe uma condição em cima do erro dele. Num é só chegar: “não, ele fez isso, vamo tirar a vida dele”. Não, em cima do erro dele tem a punição.*

[Adolescente 3] *Oportunidade.*

[Pergunta] Mas, aí, no caso, nessas decisões, num teria que ter o aval de alguém de fora, ou vocês podem decidir entre vocês.

[Adolescente 2] *Pode decidir.*

[Pergunta] E, por exemplo, uma hipótese, teve uma cobrança e foi errada, vocês cobraram uma pessoa de forma errada. E aí?

[Adolescente 2] *Quem cobrou...*

[Adolescente 1] *Vai voltar paquela pessoa.*

[Adolescente 4] *Se eu cometi um erro, o que eu errei vai voltar pá mim.*

(Trecho de Roda de Conversa, março 2020, UMJ02)

[Pergunta] Aí, no caso, quando desce um salve tem que acatar, num pode dizer assim: “não, a gente num acata esse salve...”?

[Adolescente 1] *Só acatar. Se diz que é PCC, ou corre com o PCC...*

[Adolescente 2] *Um salve do PCC, é só acatar.*

[Adolescente 1] *Pode pegar trinta ano de cadeia. Só acatar.*

[Adolescente 3] *Se você fez, tem que arcar com seus compromisso, vocês, é que nem ele falou ainda agora: o PCC num obriga ninguém a entrar, mas, se você entrar, você tem seus compromisso, você num foi obrigado a entrar, você escolheu? Escolheu. Então... Vai arcar com isso.*

[Pergunta] E se a pessoa disser assim: “Não quero fazer”. Acontece o que?

[Adolescente 1] *Uma troca de ideia...*

[Adolescente 1] *Depende... Depende do que foi esse salve.*

[Adolescente 1] *Mas se o salve veio da organização, independente de salve, se num acatar, é só ser responsável das atitudes, palavras ditas, e o erro que vier... O peso do erro que venha acarretar, simplesmente, só... Infelizmente. Se for de paz, é paz; se num for de paz, paz também... Tem dessa não, é só abraçar!*

[Adolescente 3] *Ninguém tá obrigando a gente a ficar, mas se quer ficar, cê tem alguma coisa, cê tem o compromisso também.*

(Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

Tais *regras* mencionadas pelos *adolescentes* assumem contornos mais claros nas microcenas do cotidiano. Em uma conversa com o diácono Jeremias, educador da UMJ02, ele me contou sobre como os *adolescentes* agiam na presença das visitas. Quando eles estão na quadra, jogando bola, e *sentem cheiro de visita*, os que não conseguem vestir a camisa a tempo da passagem dos parentes e namoradas dos parceiros, se escondem atrás de uma mureta que fica ao redor da quadra, evitando o *desrespeito* com a visita ao serem vistos sem camisa, o que, provavelmente, se relaciona à proibição da *talaricagem*, que é flertar com a parceira de um companheiro. Vê-se como a *regra* que exige o *respeito pela visita* produz uma economia moral dos corpos, que podem ser alvo de punição caso sejam flagrados na indisciplina, vendo e sendo vistos pelo que lhes é vedado.

Como diria Marques (2009), nos jogos de força, ou nas dispersões discursivas (RODRIGUES, 2019), pela constituição do *certo* e do *errado*, os *adolescentes* voltam suas atenções meticulosas a si mesmos, mas também aos outros, aos desafetos, ou possíveis desafetos. É justamente por isso que pensar nos sentidos de identificação morais entre os *adolescentes* ajuda a pensar sobre os repertórios disciplinares por eles mobilizados nas relações uns com os outros. O que é *certo*, nesse sentido, pode ser pensado como enunciação, presente na retórica, nos gritos e riscos, ao mesmo tempo em que é agenciamento e atravessamento de corpos, de como se portar diante dos companheiros, das visitas, dos funcionários, colando suas *atitudes* à avaliação moral de suas *caminhadas* (BARBOSA, 2019).

4.2 CORRER COM O CERTO É TER ATITUDE

Ainda que em caráter popular, subalterno e não hegemônico, as dispersões discursivas entre *adolescentes*, mobilizando hábitos avaliadores, apreciativos, maneiras de pensar, de sentir e de dizer nas cenas do cotidiano, servem como referência para posicionar quem está do lado *errado* e quem está do lado *certo*. Ou seja, as *atitudes* de uns e de outros estão sob avaliação mútua para se que se estabeleçam os limites entre alianças e *guerras*, *irmãos* e *rivals*, *parceiros* e *lomba-errada*, quem tem *atitude* e quem é *frojado* (LAHIRE, 2002; RODRIGUES, 2019; SÁ, 2011).

Segundo me foi explicado, *correr com o certo* envolve *ter atitude*. É ser respeitado na *quebrada* e na unidade, *ter conceito* e uma *caminhada linda e maravilhosa*. É ser reconhecido. *Ter atitude* diante das dificuldades, das *tretas*, das *cobranças* foi apontado pelos *adolescentes* como mais uma característica imperativa. Num contexto de *guerra*, de tensões, ser visto como *covarde*, *fraco*, *desacreditado* exige uma *atitude* para desconstruir a imagem negativa, pois, em última instância, é a vida que está sob vigilância e risco. É ser *doido*. O que não se confunde com buscar *ter IBOPE*, que já é algo malvisto. Como andar na corda bamba, nem demais, nem de menos, tensão e contensão permanentes (BOURDIEU, 2012).

Ter atitude tem a ver com a *mentalidade* e os *atos*. Tem a ver com provar a *coragem* diante dos demais. Por isso, quem *tem atitude* não aceita ser *desacreditado*, mas precisa provar o ímpeto. É estar à frente, *tentar contra a vida* [do outro] *primeiro* quando a sua corre perigo. É ser um *revolucionário*. Ao mesmo tempo, é *não tomar atitude precipitada* ou *banal*, tendo a *humildade* de *corrigir os erros*, inclusive os próprios. Faz-se de tudo, mas nunca o que é proibido na *doutrina*. Como o “proceder” nas cadeias paulistas, a *atitude* é também uma característica atribuída a alguém. Seu sentido pode variar a depender do período, da unidade, da *facção*, mas os *adolescentes* se posicionam e distinguem entre aqueles *têm atitude* e aqueles que são o seu contrário – *frojados*, *lomba-errada* ou que *correm pelo errado*. (MARQUES, 2009).

Tais compreensões parecem se relacionar a uma representação dominante de masculinidade, ou de virilidade, que acaba se tornando uma cilada, tanto para os garotos, como para as garotas com quem tenho dialogado. Na tensão e contenção constantes, quem *tem atitude* precisa afirmá-lo em toda e qualquer circunstância, o que só os torna mais vulneráveis a

dinâmicas de agressividade cíclicas⁷⁷. Trata-se, entre outras coisas, de mostrar seu valor e honra por meio da aptidão para o combate e para a violência (BOURDIEU, 2012), o que pode se relacionar a uma tentativa de se entenderem não como vítimas de suas vivências, mas como capazes de realizar seus anseios individuais de independência, de ser agentes de suas condições existenciais (LYRA, 2013), *ser cabeça, não calda*.

As garotas com quem tenho dialogado, talvez por estarem numa posição particularmente vulnerável nas redes de relações do *mundo do crime*, muitas vezes enfatizaram como podem ser alvo da *atitude* em cobranças particularmente violentas: *Eu já vi colega minha porque fez assim, nunca nem se envolveu, nunca fumou droga nem nada, morrer, ficar sem a cabeça, acha só o corpo. Isso aí é triste, né...* Ao mesmo tempo em que elas mesmas expressam o ímpeto por não se mostrarem *indefesas* ou *fracas* diante dos riscos: *Eu acho que sim, porque eles acha que nós somos mais fraca (...) eu num me acho indefesa, porque eu sei que eu posso correr, eu posso me defender. Ter atitude*, para garotos e garotas, pode ser pensado como uma noção relacional, construída diante e para os outros, em contraposição à noção de vulnerabilidade (BOURDIEU, 2012). Em última instância, ambos podem ser alvo de *cobranças* violentas, de demonstrações de *atitude* por parte de outros. Embora de maneiras e intensidades diferentes, seus corpos podem ser alvos de humilhações e mutilações (APPADURAI, 1998).

[Pergunta] E como foi que vocês foram crescendo? Tipo assim, a pessoa começa fazendo uma coisa pequena, né, principalmente porque alguns de vocês eram muito novos, e depois eu acho que vai crescendo, ganhando mais responsabilidade, é assim que acontece?

[Adolescente 1] *Foi porque o PCC cobrava o certo ali, né, num tinha nenhuma caminhada troncha ali, né. Sempre a caminhada era certinha ali...*

[Adolescente 2] *Pá me dar coisa a mais pra fazer não, sempre fazia o que eu queria, num perguntava pá ninguém, pá ninguém ali, só pá mim mermo.*

[Adolescente 1] *Só fazer o certo ali.*

[Adolescente 3] *Mostrando atitude.*

⁷⁷ Em 2020, foi divulgado em veículos de comunicação resultados de pesquisas que apontavam para a disparidade na expectativa de vida entre homens e mulheres. No caso alagoano, no ano de 2019, mulheres poderiam chegar a viver até nove anos e meio a mais do que homens, e o fator violência foi apontado como um dos influenciadores de tal diferença, algo que já aparecia, por exemplo, nos Atlas da Violência de anos anteriores (IPEA; FBSP, 2019; CARVALHO; SANTOS, 2021). Chamo atenção, no entanto, para como uma parcela das mulheres também parece estar cada vez mais vulnerável aos ciclos de violência das dinâmicas criminais. Em Alagoas, há uma movimentação por parte de setores policiais e do judiciário que as colocam como alvo de operações de combate ao “crime organizado”, alegando-se uma proeminência delas no comando de *facções*. Nos diálogos com as garotas, elas também mencionavam seus envolvimento em *cobranças* violentas, bem como suas preocupações de serem alvo de punições do *mundo do crime*. Entre elas, também pesa a preocupação de *ter atitude* e não demonstrar *fraqueza*. Ver: Mulheres vivem quase dez anos a mais que homens em Alagoas (Gazeta de Alagoas, 27 nov. 2020): <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/296610/mulheres-vivem-quase-dez-anos-a-mais-que-homens-em-alagoas>; Damas do crime: 18 mulheres estão entre os alvos de operação contra o PCC em Alagoas (TNH, 28 jul. 2020): <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/damas-do-crime-18-mulheres-estao-entre-os-alvos-de-operacao-contra-o-pcc-em-alagoas/>.

[Adolescente 4] *O cara tentar contra a vida do cara e o cara tentar contra a vida dele primeiro.*

[Pergunta] Mas o que é isso? Como é que mostra atitude?

[Adolescente 3] *Se ninguém bota fé na cara do cara, aí, o cara vai, rouba e bota: “não, esse é doido”.*

[Adolescente 2] *Mostra que tem coragem, né...*

[Adolescente 3] *Tem coragem.*

[Pergunta] O que é mais que a pessoa faz pra ser visto?

[Adolescente 3] *Conseguir dinheiro, né.*

[Adolescente 2] *Conseguindo dinheiro, conceito. Num fazer nada errado, assim, que num é admitido, corrigir os erro dos outro também. Num é que alguém vai errar e deixar ele errar, pra quebrar a cara....*

[Adolescente 4] *Mas às vez é necessário, né.*

[Adolescente 2] *E também ali, sempre num querendo que as criança crescendo agora num se envolva também, véi, tem isso também...*

[Pergunta] E à medida que vocês foram crescendo, se desenvolvendo no crime, o que é que vocês foram sendo autorizados a fazer, de diferente?

[Adolescente 2] *Sempre fiz de tudo. Fazer tudo ali o que? Num fazer as coisa que num é admitido: cabuetar alguém, talaricar alguém, isso aí é que você num pode fazer, agora, roubar, matar, fazer o que você quer fazer...*

[Pergunta] Mas num aconteceu, tipo assim, de vocês ganharem uma responsabilidade a mais, uma posição diferente, porque agora tem mais consideração, tá mais visto...?

[Adolescente 2] *Os seus ato, a sua mentalidade, você tá fazendo as coisa corretamente, correto mesmo, a ponto de corrigir o outro...*

[Adolescente 4] *É, tipo ali, a pessoa tem atitude, os cara vê que tem atitude, aí, tem um cara que é pra morrer na favela, na quebrada, os cara bota o cara pra fazer...*

[Pergunta] Pronto, então, é uma coisa que você vai sendo autorizado a fazer...

[Adolescente 4] *Num é obrigado a fazer, mas os cara vai dando ali pá ver a atitude do cara também.*

[Adolescente 2] *É que esse daí, né, que vai morrer, tá causando muito problema na quebrada, tá roubando na quebrada, na quebrada que ele mesmo mora, ou então na quebrada que seja da mesma facção, que é PCC, tá roubando ali, tá causando muito problema, vê que você tem atitude, vê que tem coragem: “E, aí, quer?”. Cé num é obrigado, mas se cê quiser, você vai.*

[Pergunta] E quando a pessoa vai ganhando mais prestígio com os outros?

[Adolescente 5] *Ganha mais cadeia.*

[Adolescente 4] *Cê nunca fez [matou], né, já vai ficar [trecho incompreensível] na quebrada... A maioria das vez quem vai é quem já é acostumado mermo.*

[Adolescente 2] *Quem já fez ali, quem já é acostumado, já vê que a pessoa tem coragem, pode confiar com a pessoa também.*

[Pergunta] Mas, aí, por exemplo, o [adolescente 2] falou que essa era uma coisa que ele valorizava e que não é tão importante assim pra vida dele, ele pode ficar sem. Vocês percebem isso também na vida de vocês? Tipo assim, eu valorizava muito, era muito importante pra mim que aquele grupo de pessoas me valorizasse, hoje num faço mais questão. Acontece isso com vocês?

[Adolescente 2] *Acontece.*

[Adolescente 4] *Acontecer, pode acontecer, mas se aquela pessoa que tiver fazendo aquilo que chegue no alcance dele, aquilo que ele é autorizado, e sempre agindo corretamente, nunca tomando nenhuma atitude errada, nenhuma atitude precipitada, nenhuma posição errada, e sempre ajudando da forma que tem que seguir, e sempre passar da forma que tem que ser passado, ele nunca vai ser desmerecido, ele nunca vai ser esquecido, e antes disso ele vai ser visado como uma pessoa que faz as coisa e vai ser visado como uma pessoa que faz as coisa de atitudes corretas, e certas, e mostra praqueles que num tem interesse de participar, ou de pelo menos fazer parte, que aquela pessoa que tá vendo, mostrando aquilo pra ele, uma pessoa que tá passando a direção correta pra ele.*

[Pergunta] Vocês têm medo de ser desmerecido, de ser esquecido?

[Adolescente 3] *De ser fraco no crime...*

[Pergunta] Isso. Vocês têm medo de serem vistos dessa forma?

[Adolescente 2] *Num é aquele que faz uma coisa ali, já se esconde atrás dos outro, vai só pá ganhar IBOPE, que quem tá no crime, tá porque quer alguma coisa, mas não IBOPE.*

[Adolescente 4] *Porque quer ser um revolucionário, uma revolução no crime, e mostrar que, independente de qualquer situação que venha causar diante dele, mostrar que, infelizmente, as atitudes que foram tomadas em cima do erro dele, ele tem que simplesmente ser homem de...*

[Adolescente 2] *Arcar com as consequências.*

(Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

Ter atitude envolve, ainda, as lógicas e sentidos de honra e virilidade que já se encontravam em Alagoas antes de as *facções* disputarem a territorialização de sua *doutrina*. Ao que me parece, há uma relação com as circunstâncias históricas e pressões socioeconômicas da região Nordeste, em que prevalecem de maneira relativamente hegemônica ideais de masculinidade e honra masculina que não admitem o que se entende como fraqueza ou covardia (DRYBREAD, 2014). Nas unidades de internação, como já chamei atenção anteriormente, posturas e práticas entendidas como viris parecem ser potencializadas e prestigiadas, tanto entre funcionários, como entre *adolescentes*, sobretudo os garotos (LIMA; ABREO; GONÇALVES, 2017). Drybread aponta para como, já nos anos 2000, os *adolescentes* internados se definiam como *sujeito-homem*, mobilizando práticas violentas, como homicídios, num sentido de demonstrar a funcionários do *sistema* que eles não eram crianças, que tinham coragem. Em suma, honra, vingança e virilidade era o que estava em jogo. Se os garotos se entendessem em risco de *desconsideração*, era preciso reafirmar a *atitude*, ser *sujeito-homem*, tudo isso num momento em que se viam envolvidos em processos de busca por autonomia e independência (LYRA, 2013).

Com a chegada das *facções*, tal cenário não necessariamente mudou. Ainda que os gradientes de descentramento na resolução de conflitos por meio de práticas violentas tenha se reduzido, resultado de pressões padronizadoras a nível nacional, entendo que se mantêm, também, algumas características particularmente locais. Como Rodrigues (2020, p. 8) chama atenção:

Diferente de pensar um modelo linear em que uma postura substitui a outra, assinalo um processo com intensas ambivalências, decorrentes de como os indivíduos dependem afetivamente uns dos outros, em diferentes níveis e dimensões, algumas delas conflituosas entre si. Entretanto, mesmo considerando tais conflitos, apostamos na possibilidade de observar algumas tendências definíveis na direção das redes interpessoais (Elias, 1994). Uma delas, que se mistura a diferentes planos de dependências mútuas, refere-se a alterações nas maneiras de se resolver conflitos no mundo do crime implicadas à profunda penetração das formas de agir ligadas à expansão de alianças e conflitos faccionais em escala nacional e internacional.

Mais recentemente, para *correr com o certo* é preciso mais do que simplesmente cumprir as *regras*. É preciso incorporar todo um senso de *coragem* expresso diante de parceiros e inimigos. Trata-se de não apenas *manter a disciplina*, passivamente, mas de ser um *revolucionário*. É uma posição clara diante dos *erros*, para que todos possam ver. O *certo* é não ser *fraco*, ou melhor, não ser visto como *fraco*, pois em um contexto em que, a qualquer momento, pode-se responder a uma *cobrança*, *ter atitude* é uma forma de pressionar a figuração, na medida em que se é pressionado, avaliado, vigiado e ameaçado. A violência, nesse sentido, parece continuar a ser uma performance mobilizada para afirmar a honra, a coragem, tanto individual, como do grupo (DRYBREAD, 2014).

Lembro-me do caso já mencionado⁷⁸ do garoto que se apresentou como representante dos demais e cobrava da equipe técnica da UM01 que parassem de *tirar seus direitos*. Ele alegou, entre outras coisas, que fazia a cobrança pois também estava sendo pressionado pelos demais *adolescentes*. Ao ameaçar a que iria *abalar* a unidade caso a demanda não fosse atendida, ele não apenas pressionou funcionários, mas demonstrou que *tinha atitude*, pois, como um garoto internado na UMJ02 me explicou, o *representante* não pode *ter medo de falar com o Estado*, *ter medo de falar o que tá acontecendo, o que quer*. Ou seja, para ser reconhecido como liderança entre os demais, *ter atitude* é essencial, *ter coragem*, e não demonstrar *medo*.

Ter ou não *atitude*, *correr* ou não *com o certo* define a *caminhada* do *adolescente*, as distinções simbólicas de pertencimento ou exclusão em relação ao grupo, à *facção*. Ainda que essas categorias sejam relativas e relacionais (no sentido de que as acusações são mútuas), elas são enunciadas como rígidas e demarcadas, como imperativos. O repertório de identidades sociais possível nesse contexto é bastante restrito, embora tensionado (DIAS, 2008).

[Pergunta] E o correr com o errado é o que?

[Adolescente 1] *Correr com o errado, tipo negócio de facção mesmo, você corre com uma facção, e essa facção é rival de outra, aí, eles consideram você como o errado. Diz que você corre pelo errado.*

[Pergunta] Mas, por exemplo, pra você, você corre com o certo, mas pra o outro...

[Adolescente 1] *Corre pelo errado, é...*

(Roda de Conversa, UM01, janeiro de 2020)

É nesse sentido que entendo a enunciação das *facções* pelos *adolescentes*, enredados em processos de produção social da indiferença, como uma busca por *consideração* por meio do cumprimento de regras de conduta do *crime*. Ganhar respeito pela *atitude* parece respaldar uma garantia mínima para a formação de uma autoimagem. É a possibilidade de serem vistos como

⁷⁸ Ver capítulo 2.

peças *consideradas*, distintas, *sujeito-homem* (DRYBREAD, 2014; SÁ, 2011). Até onde posso entender, trata-se de manejar o poder, ainda que em condições de subalternidade, constituindo identidades prestigiosas em situações em que estariam fadados à invisibilidade. É ser reconhecido pela força, pela amizade, pela inteligência ou pelo terror (PIRES, 2018). Como eles dizem: *se desacreditar de mim, vou fazer acreditar*.

4.3 CORRER COM O CERTO É NÃO FAZER COISA DE LOMBA-ERRADA

Algo que chama atenção, ainda, é que as compreensões em torno do *correr com o certo* se relacionam aos *erros* não cometidos, ao que não se faz. E quando falo em *erros* me refiro não aos reportados nos processos, nos relatórios avaliativos da instituição, relativos aos *crimes* cometidos, mas aos *erros* da *caminhada*, ao que vai de encontro à *disciplina*, às *éticas* da *facção*. Assim, uma resposta que muito ouvi dos *adolescentes* ao insistir nas perguntas sobre *correr com o certo* foi: *correr com o certo é num fazer essas coisa que eles tava falando nesse instante, de lomba-errada*.

[Pergunta] O que é correr com o certo quando a pessoa tá internada?

[Adolescente 1] *Um exemplo ali, que eu vi que você, naquela hora ali que você num concordou. O certo é esse ali, nós num aceitar isso ali [estupro], se nós num tem essas caminhada. Aí, um exemplo, isso aconteceu aqui em Maceió, esse bicho pegou e matou ali várias pessoa inocente, ele pega e cai na nossa cadeia, o que ele fez num foi o certo não, foi o errado, o que ele fez vai ser cobrado. (...) O certo ali é falar menos e ouvir mais, né?*

[Adolescente 2] *Rapaz, é seguir a diretriz aí, que tem os cara... Não...*

[Adolescente 1] *Não matar pelo errado, não talaricar, não...*

[Adolescente 3] *Não cabanar...*

[Pergunta] E o que é o errado?

[Adolescente 1] *O errado é isso que eu falei.*

[Pergunta] No caso, talaricar, cabanar... Tudo isso é errado...

[Adolescente 1] *É, estupar...*

[Adolescente 2] *Correr ca facção rival.*

[Adolescente 4] *Roubar na quebrada...*

[Adolescente 1] *Mas esse é um erro ali que conserta, que dá pá consertar, agora tem erro ali que num se conserta...*

(Roda de Conversa, UM01, março de 2020)

A necessidade de se afirmar como alguém que *tem atitude* e que não é *lomba-errada* parece ser uma construção de identidade pela oposição ou negação àquilo que se rejeita. Algo que se assemelha a uma visão binária do mundo, característica, por exemplo, de determinadas vertentes pentecostais (CUNHA, 205; DIAS, 2008; TEIXEIRA, 2009). Por meio da enunciação de fronteiras e contrastes, afirma-se o engajamento ao *certo*, à *facção*, e o combate aos *erros*: *cabanar, estuprar, pedofilia, ratear, talaricar, atralhar visita, tirar vidas em vão, mexer com familiar...* Segundo os *adolescentes* com quem dialoguei, *correr com a facção* e estar na *vida*

do crime exigem um comportamento *exemplar*. Trata-se de *estar no lado certo da vida errada*. É uma representação de si em oposição ao outro, ao que *corre com o errado*, ou ao que *corre com a outra facção* (HIRATA; GRILLO, 2017; CARVALHO; SANTOS, 2021).

[Pergunta] Então, essa questão da caminhada e proceder. O que seria uma pessoa que tem conceito no crime? E se essa palavra conceito ela é usada? Porque eu já ouvi o uso da palavra conceito como: “ah, tal pessoa tem conceito”... O que seria...?
[Adolescente] *A caminhada de todos os sentido do crime. Se for uma caminhada errada, vai ser pelo errado, caminhada pelo errado. Se for uma caminhada certa, é pelo certo. Aí, o certo já tem mais critérios. O que é o certo: eu num cabuetar, eu num roubar na quebrada, eu num conspirar, num levantar falso testemunho. Conspirar quer dizer falar por trás, e falso testemunho é dizer o que você não fez.* (Roda de Conversa, UF01, fevereiro de 2020)

Em tal contexto de polarizações, quando um *adolescente* se afirma enquanto alguém que *corre com o certo*, *fechando com a facção*, ocupando uma posição na *guerra*, ele passa a falar por um ponto de vista, a ocupar uma posição de combate. Não há espaço para relativismo, para ver pelo ponto de vista do outro, do que *corre com o errado*, afinal, isso seria o mesmo que ocupar seu lugar, tornar-se *frojado*, *lomba-errada*... Por isso, os garotos da UMJ02 e da UM01 expressaram tanta resistência quando lhes sugeri em uma das Rodas de Conversa que encontrassem algo em comum com um inimigo, enfatizando: *Oxe, num tem nada!*⁷⁹ Ao afirmarem o que é o *certo* e se afirmarem como quem *corre com o certo*, fica resguardada visceralmente a diferença em relação ao outro (BARBOSA, 2019; CARVALHO; SANTOS, 2021). O outro, em última instância, é sempre *lomba-errada*, e só *nóis corremos pelo certo* (BARBOSA, 2019).

[Pergunta] Então qual é a diferença entre PCC e CV?

[Adolescente 1] *Totalmente diferente, porque a caminhada de um cara que corre com o PCC ali é linda e maravilhosa, e a caminhada de uma pessoa que corre com o CV é toda troncha.*

[Pergunta] Toda troncha como? Deem exemplos.

[Adolescente 1] *Cheia de erros. Fazer coisas erradas, só disso aí que você tá fazendo, uma injustiça com o familiar dos outros, tirar vidas em vão, querer matar uma vida, num é só assim... Você já num faz, eles fazem. Também num tem com nós saber bem mais porque nós num tá junto deles. Mai o que nós sabe é isso.*

A- E no PCC? Qual é o grande diferencial? Por que é melhor?

[Adolescente 2] *É o oposto do que eles faz.*

[Adolescente 1] *É pelo certo.*

[Adolescente 3] *Tá pelo certo, PCC é o certo, justo e correto.*

[Adolescente 2] *Um integrante ali, se chegar a errar, vai se responsabilizar pelo seu erro. Se chegar a fazer uma situação dessa, ele vai arcar pelo seu erro. Já tem uma responsabilidade.*

[Adolescente 4] *É diferente. Tem os ideais, tem a causa. A causa é ver o sistema humanizar. Acabar com as opressão.*

[Adolescente 2] *Nosso maior inimigo é o Estado.*

[Pergunta] Como se dão as cobranças? Quais as diferenças? Quando uma pessoa no PCC vai ser cobrada, qual a diferença pra pessoa que vai ser cobrada no CV?

⁷⁹ Ver capítulo 3.

[Adolescente 2] *Pá ser cobrado eu num sei não... Ali, pelo que eu sei ali, antes de a pessoa ser cobrado, eles ter o direito de falar a versão dele, o que aconteceu, tem a liberdade de se expressar, de passar a versão dele e vai ser analisado, num vai ser só assim: você fez isso e pronto. Ser cobrado...*

[Adolescente 1] *Vai ser analisado todos os ângulos possíveis, porque é uma situação delicada...*

[Adolescente 2] *Num vai chegar cobrar ninguém assim só por causa de um disse-me-disse de chegar aqui, vem, fala alguma coisa dele pra mim, eu vou chegar e vou fazer alguma coisa com ele. Não, eu vou procurar ter total certeza pá poder chegar com uma posição dele, num vou chegar assim do nada...*

[Adolescente 4] *Só porque chegou e falou que é uma coisa séria.*

(Trecho de Roda de Conversa, março 2020, UMJ02)

[Pergunta] Quem é da outra facção, da facção rival também é lombá-errada, ou não?

[Adolescente 1] *Sim.*

[Pergunta] Tá no mesmo nível?

[Adolescente 1] *Lombá-errada também.*

[Pergunta] Mesmo nível de quem pega o outro à força? Mesmo que nunca tenha feito isso?

[Adolescente 1] *É considerado lombá-errada também.*

[Pergunta] Entendi. Por quê?

[Adolescente 2] *Quando eles vê nós, eles mata, né...*

[Adolescente 3] *Mexe com a família.*

[Adolescente 4] *Tirar a vida da família, né... Tem pessoa que num é nem envolvida assim, entra lá pra dentro da comunidade, tira a vida das pessoa lá, elas rouba o morador, estupra, mata criança, mata as pessoa humilde, trabalhador, a pessoa que num é envolvida, ele tira a vida ali.*

(Trecho de Roda de Conversa, janeiro de 2020, UM01)

Irmãos ou não, reconhecidos ou não nas redes mais amplas das lideranças faccionais alagoanas, para os garotos e garotas com quem dialoguei, os símbolos PCC e CV servem de referenciais de conduta. *Correr com o certo* e, conseqüentemente, não ser *lombá-errada* são imperativos acomodados ao que é valorizado na retórica faccional. Um equilíbrio tenso entre *ter atitude* para o combate e para a violência e um senso de autocontrole e vigilância. *Lombá-errada* é o outro, é aquilo que eu não sou, por isso posso *cobrar quem corre pelo errado*. O outro *mexe com a vida*, algo que é especificamente malvisto. Quem *corre com o certo*, pelo contrário, *fortalece os necessitados*. *Coisa de lombá-errada* é tudo que é abjeto, é *fazer injustiça, oprimir*, tudo o que a *facção não aceita*. Por isso mesmo, na hora da *cobrança* não se pode *chegar assim do nada*, ou seria o mesmo que *mexer com a vida, tomando uma atitude precipitada, coisa de lombá-errada*. É preciso *ter total certeza* e não se deixar levar por *disse-me-disse*.

As fofocas depreciativas, se relacionam, justamente, às normas e crenças coletivas, às figurações que se tecem. Se o *nóis* é alvo de padrões de avaliação positivos, eles, o outro, os *lombá-errada*, são alvo do *disse-me-disse*. As avaliações elogiosas e depreciativas são inseparáveis. Só há quem *corre pelo certo* porque existe a referência de quem *corre pelo errado*. A censura ao outro mais parece se relacionar ao sentimento de virtude do grupo, do *nóis*,

provando a própria irrepreensibilidade. Reforça-se a comunhão dos virtuosos, também, por meio da censura aos *lomba-errada* (ELIAS, 2000). Entre os “virtuosos”, no entanto, não deixam de existir tensões e vigilâncias internas. A qualquer momento, um *irmão* pode ser acusado, ter um *erro* descoberto, ser alvo do *disse-me-disse* e taxado como um *falso criminoso*, passando a compor o rol dos *lomba-errada*.

Lyra (2013), em seu diálogo com os “meninos armados” dos morros cariocas, também chama atenção para as rivalidades e oposições polarizadas que aparecem em suas falas. Ele nos lembra da importância do rival como elemento fundamental da coesão dos grupos, tornando a *facção* um projeto coletivo em oposição ao inimigo. Não por acaso, em Alagoas, como em outros estados do Norte e Nordeste, a *guerra entre facções* se expressa em polarizações letais (BARROS et al., 2018; PIRES, 2018; RODRIGUES, 2020c; SIQUEIRA; PAIVA, 2019). São conflitos e desconfianças de feições violentas, inclusive entre aqueles que cresceram juntos, eram amigos, até parentes, e que se tornaram rivais de “um dia para outro”, quando a *guerra* começou. O corpo do outro, aquele com quem se conviveu, aquele que, afinal, “se parece comigo”, “poderia ser eu” e “se confunde comigo”, torna-se um alvo, precisa ser eliminado, para que se eliminem justamente as incertas e ambíguas aproximações (APPADURAI, 1998). Com enforcamentos e perfurações, são eliminados os corpos dos *adolescentes cobrados* em unidades de internação. Um retrato cruel da *guerra*.

Foi em tal cenário que se impuseram os recortes espaciais do *sistema* – as divisões entre unidades *do PCC, do CV, neutras e sem-convívio/lomba-errada* –, que são, antes de tudo, divisões morais, relativas às autoimagens e acusações entre os *adolescentes*: um *adolescente neutro* com certeza não se considera *lomba-errada*, embora assim seja visto pelos *faccionados*, e vice-versa (MARQUES, 2009). Em fevereiro de 2017, presenciei uma cena que bem explica as tensões e torsões em torno de tais classificações e acusações. Acompanhava os atendimentos da equipe técnica da UM01 quando foi trazido um garoto já conhecido, já entrevistado, sempre referido pelos profissionais como tendo *bom comportamento*. Há um tempo, Valentina e Jeane vinham se mobilizando para transferi-lo para outra unidade, o Sítio, que ficava fora do complexo da Sumese, numa região adjacente a Maceió. Lá, ele ficaria menos tempo dentro do alojamento, com mais opções de atividades lúdicas e terapêuticas, e conviveria com *adolescentes* que também *tinham bom comportamento*.

As funcionárias explicavam ao garoto que na outra unidade ele teria *melhores oportunidades de mudar de vida*. Ele ouvia tudo calado. Só ao final respondeu resolutivo: *se eu*

tiver de mudar, mudo aqui ou lá. A frustração de Valentina e Jeane era enorme: *lá tem várias atividades, você não vai passar o dia todo dentro do alojamento...* O garoto estava convictamente decidido a ficar na UM01.

Segundo nos explicou o advogado da UM01, que também trabalhava no Sítio, para onde queriam transferir o garoto, lá estavam chegando *adolescentes* que *perdiam o convívio* na *facção*, de modo que o local começou a ser conhecido entre os *faccionados* como mais uma unidade de *lomba-errada*. Provavelmente, esse era um dos motivos que levava o garoto a se negar a ser transferido. Ele não queria ser visto como *lomba-errada*, afinal, *tinha convívio* com a *facção*. Mudar de unidade poderia levantar suspeitas sobre si, sobre sua *caminhada*.

4.4 O CERTO É RESOLVER AS TRETAS PELA PAZ

[Pergunta] Se vocês fossem pensar: quero controlar minha irritação, não quero explodir pra não ir pra minha avaliação, pra não me prejudicar, eu posso magoar uma pessoa que eu gosto... O que vocês fazem?

[Adolescente 1] *É ser mente pensante...*

[Adolescente 2] *Usar a inteligência.*

[Adolescente 1] *Uma mente pensante é um forte inimigo pro Estado.*

[Pergunta] Mas essa mente pensante envolve algo que aprende na escola, ou é que aprende de outras formas?

[Adolescente 3] *Outras formas.*

[Adolescente 1] *Arquiteta de outras coisas.*

[Pergunta] Essa mente pensante aprende com quem?

[Adolescente 1] *Apende com a convivência... Ainda mais nessa cadeia.*

[Pergunta] Então, essa é uma forma de controlar a irritação? Ser uma mente pensante?

[Adolescente 3] *Procurar uma solução, né... Eles procura uma forma de nos afetar, e a gente procura uma forma de afetar a eles sem que dê motivo a eles pra querer oprimir...*

[Pergunta] Mas como é que isso pode acontecer? Cê pode dar um exemplo?

[Adolescente 3] *Depende da situação.*

[Pergunta] Me diga uma.

[Adolescente 1] *Que ele pode chegar oprimir ele.*

[Adolescente 2] *Que a gente pode ver, e ser mente pensante e... Atingir ele sem que ele possa fazer nada com a gente.*

[Adolescente 1] *Um exemplo. Tô aqui, essa cadeia gera muita opressão. Nós num vai chegar tá só batendo na porta, vai procurar nosso familiar, pá ir pro juizado, que é a forma melhor e vai correr atrás do nosso direito, né... Já é uma forma de nós pensar e num agir pelo impulso, né...*

[Pergunta] O juizado é a máquina opressora também? É Estado também?

[Adolescente 1] *É.*

[Pergunta] Mas aí vocês podem usar o Estado...

[Adolescente 1] *Contra eles mesmo.*

(Roda de Conversa, UMJ02, janeiro de 2020)

Correr com o certo, envolve, também, *ser mente pensante: usar a inteligência* para *ter atitude* sem se *prejudicar*. Nas unidades de internação, onde os *adolescentes* estão em desvantagem nos recursos de poder, o aprendizado e as trocas na *convivência* por longos

períodos parecem se converter em possibilidades para *arquitetar*, para *procurar solução*, para *afetar* os inimigos. *Correr com o certo*, então, é não apenas ter controle das situações, mas ter controle sobre si, ou autocontrole, é *num agir pelo impulso*.

[Pergunta] E como era antes de 2016?

[Adolescente 1] *Rapa, o cara fizesse um errinho, ia pá peteca...*

[Adolescente 2] *Oxe, tinha cara que dizia: “Esse bicho tem revólver, vamo tomar dele?”*

[Pergunta] Então, vocês diriam que antes de ter essa guerra, separar era pior?

[Adolescente 2] *Era mais ruim.*

[Adolescente 3] *Era pior.*

[Adolescente 2] *Morria mais, véi.*

[Adolescente 2] *Ó, pra você ter uma ideia. Em 2008, cada cem mil habitantes, tinha média de cento e sete pessoas mortas, nera? Era... Sete vez a média de São Paulo, e quatro vez a média nacional, só aqui em Alagoas, quando num tinha negócio de facção, e agora num é isso tudo mais...*

[Adolescente 1] *Era morte que só a peste!*

[Adolescente 2] *O governo, o Estado diz que é o governo que tá quebrando com o índice de criminalidade, mas num é.*

[Pergunta] Então, era mais fácil matar naquela época?

[Adolescente 1] *Verdade.*

[Pergunta] E por que tá mais difícil matar agora?

[Adolescente 2] *Porque tudo tem um procedimento. Antigamente era só você olhar... Hoje você matar pode ser que venha matar o cara .*

(Roda de Conversa, UMJ02, março de 2020)

Segundo ouvi de alguns *adolescentes*, quando a *inteligência* não era o meio empregado no *mundo do crime*, antes da enunciação das *facções*, *era pior*. Mais uma vez, constrói-se um ideário do *certo* em oposição a. Dessa vez ao passado, quando era *tudo junto e misturado* ou antes da “chegada” das *facções*, a depender da narrativa (e da vivência) do *adolescente*. Os rompimentos de vínculos e as *cobranças* se justificam porque *antes* era *desorganizado*, se *matava por qualquer motivo*, de modo que a *guerra* é, também, contra o que havia *antes*, para que se alcance a *paz*. Argumenta-se que *agora tudo tem um procedimento*. Se *antes* qualquer *erro* já era motivo de morte, *hoje* não se toma uma *atitude banal*, não se pode *chegar assim do nada*, é preciso *ter total certeza*. *Antes* os conflitos letais nas *quebradas* eram resolvidos de maneira difusa e dispersa. Hoje, são resolvidos por meio da *disciplina*, para que outra *guerra* tenha início, *guerra* contra o *Estado* e contra os rivais (BARROS et al., 2018).

Quando *num tinha facção*, *um matava o outro*, *tinha aquela treta toda*. Com a *facção* e sua *disciplina*, é preciso ser *mente pensante*. *Correr com o certo* é, também, resolver as *tretas pela paz*. *Tudo se encaixa*. A *forma correta de agir* serve para inibir *opressões*, *agressões* e *violência*. É por isso que *correr com o certo* envolve a *vigilância*, e a *autovigilância*, a *cobrança* em torno da *disciplina*, pois desse modo se “expurgam” as *atitudes de lomba-errada*. Na corda bamba, *ter atitude* anda lado-a-lado com ser *mente pensante* para *arquitetar*.

[Pergunta] Como é que se escolhe a liderança dessa unidade que tem liderança? Vocês saberiam dizer?

[Adolescente 1] *Rapaz... Num sei não dizer.*

[Adolescente 2] *Pode ser que seja uma pessoa que tenha um pouco de entendimento do teor, uma pessoa que sabe... tomar atitudes correta, que é o certo. Pode ser, tipo assim...*

[Adolescente 3] *O que você vai fazer num é só o que você pensa, o que você vai fazer segue as disciplina, que age corretamente e que num deixa o erro passar diante dos olhos.*

[Pergunta] Tipo assim... A caminhada da pessoa, então, é muito importante pra ela ser liderança?

[Adolescente 3] *É.*

[Pergunta] O que importa mais? É a caminhada dela antes de ser internada, ou quando ela chega aqui?

[Adolescente 4] *Depende, pode ser aqui...*

[Pergunta] Mas eu digo assim, vai contar a caminhada dela aqui dentro, ou se ela já é uma pessoa conhecida, lá fora e tal...? Isso conta também?

[Adolescente 3] *É, em algumas ocasiões vai ser lá fora e aqui dentro...*

[Adolescente 5] *Mas o mais importante é aqui dentro!*

[Adolescente 3] *O importante é aqui dentro.*

(Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

[Pergunta] Se vocês pudessem dizer, tipo assim, era pior no tempo de firma, morria mais gente, ou hoje tá pior?

[Adolescente 1] *Da minha parte, da minha parte, eu acho que hoje em dia é mais organizado, porque morria na própria quebrada, os cara se matava, um matava o outro, num dava em nada, um matava o outro num dava em nada. Era nem os cara de longe, era os cara se matando dentro, e hoje em dia o PCC organizou ali, né?*

[Adolescente 2] *Disciplina, né...*

[Adolescente 1] *Aonde tem quebrada ali que é da merma facção... Tipo, a minha quebrada era tempo de firma, assim, na época que num tinha facção. A minha quebrada era uma quebrada e tinha a outra quebrada do lado. Aí, era contra uma a outra, aí, virou PCC essa e virou PCC essa, no interior, eu tô falando. Aí, já num é mais, organizou, num tem aquelas morte, porque um queria tomar a quebrada do outro. Aí, o PCC virou de um lado e virou do outro. Aí, ficou tudo organizado. Quando morre ali, os cara toma uma atitude isolada.*

(Roda de Conversa, UM01, março de 2020)

[Pergunta] E antes de ter essa guerra?

[Resposta] *Tinha muita coisa errada, porque ia mais CV lá, aí, os cara matando por causa de [trecho incompreensível], matando por nada, tirando a vida de pessoa inocente, roubando na quebrada. Aí, tava tudo bagunçado.*

[Pergunta] Entendi. Você se lembra disso na sua quebrada?

[Resposta] *Lembro. Era muito desorganizado, quem morava lá mesmo, o vizinho metia o pé e roubava a casa do lado, entrava, saía roubando tudo, na quebrada mesmo, no lugar que ele mesmo morava.*

[Pergunta] Sim, entendi. E depois o que foi que mudou?

[Resposta] *Mudou que num acontece mais isso, morrer ali tem que ter um motivo grande, uma coisa grave, no caso ali tirar a vida de uma pessoa inocente. Mas hoje num acontece não isso.*

[Pergunta] E quem é que decide? Tipo assim: uma pessoa que fez uma coisa muito errada e vai precisar morrer. Quem é que decide?

[Resposta] *Tem as disciplinas. Todo erro, tem uma posição em cima do seu erro. Tudo tem uma coisa que se encaixa.*

(Entrevista com adolescente, UMJ02, março de 2020)

Ainda que no plano ideal, tais falas apontam, como já venho chamando atenção, para uma reconfiguração na economia da agressividade entre os *adolescentes*, nas *cadeias* e no *mundão*. A *disciplina* da *facção* é mobilizada num sentido de disputar o monopólio do uso da

violência, nas relações e situações, sempre tensionadas. Ter autocontrole é também *ter atitude*, mas a *atitude correta, mantendo a disciplina*. No ímpeto, *o que você vai fazer num é só o que você pensa*. Na escolha de lideranças nas unidades de internação, se não é possível saber muito sobre a *caminhada* de alguém do lado de fora, a *caminhada* do lado de dentro conta muito, e, nesse caso, *ser mente pensante, saber falar*, mas sem ter *medo*, são, também, qualidades essenciais.

[Pergunta] Aqui na unidade, tem alguma coisa que deixa vocês satisfeitos com vocês mesmos?

[Adolescente1] *A disciplina, que sempre...*

[Adolescente 2] *Quando a gente vê a forma que nós age, uma forma correta de agir, nós evita mais opressão. Isso já me deixa satisfeito. Eu fico satisfeito também quando alguém é punido na altura do erro.*

[Adolescente 3] *Fico satisfeito também porque chega um parceiro meu, caiu na cadeia, mas é nossa cadeia, aí, eu vou ficar tranquilo, que ele poderia cair numa cadeia aí, poderia tá, poderia tá apanhando, mas foi bem recebido.*

[Pergunta] Como é que a facção vai interferir nos conflitos que vocês têm entre si. Tipo assim, alguém tem uma treta com alguém, fulano fez uma coisa errada... Aí, como é que a facção vai interferir aí nesses conflitos?

[Adolescente1] *Pela paz.*

[Adolescente 2] *Quando num tinha facção, um matava o outro, tinha aquela treta toda, mas quando chegou, uniu, mesmo com aquela treta toda, que pensava que nunca ia acabar, mas com a chegada do PCC fez a união.*

[Adolescente 4] *Chegou a paz ali nas cadeia e nas quebrada ali, né...*

(Roda de conversa, UMJ02, Janeiro de 2020)

Ambivalentemente, resolver as *tretas pela paz* acaba por ser caracterizar como uma imposição de ordem pela força. Força que, quando necessário, se demonstra de modo espetacular, em *cobranças*, por exemplo. É preciso saber quem manda por meio de demonstrações explícitas da disposição para manter suas maneiras de ver e viver a *paz*. Corpos podem ser torturados, pessoas podem ser mortas. Em suma, a construção da *paz* das *facções* se dá por meio da submissão à *disciplina*, com consequências bastante explícitas caso a submissão não ocorra (BARROS et al., 2018). Trata-se de uma paz agonística e tensa.

4.5 CORRER COM O CERTO É GUERRA CONTRA ELES E PAZ ENTRE NÓIS

[Pergunta] Essa paz, ela é só aqui dentro ou é fora também?

[Adolescente1] *Dentro e fora. Onde a gente tiver, vai sempre ter a paz.*

[Adolescente 2] *Nós só vai sussegar quando todas as quebrada, todas as cadeia...*

[Adolescente 3] *Todo mundo...*

[Adolescente 2] *... for PCC, todo mundo.*

[Adolescente1] *Tiver humanizado.*

[Pergunta] Mas como é que vai fazer pra todo mundo ser PCC? Porque, por exemplo, tem gente que é de outra facção, tem gente que num quer nenhuma, aí, como é que faz?

[Adolescente 2] *Se num correr cum nós, corre de nós.*

[Adolescente1] *Se eles são contra nós, eles fazem alguma coisa errado, que num é certo, que nós num permite, entendeu? Por isso que tem essa lei.*

[Adolescente 5] *E o crime junto só tem PCC.*
 [Adolescente 4] *Crime organizado.*
 (Roda de conversa, UMJ02, Janeiro de2020)

Correr com o certo é atender à retórica expansionista da *facção*. A *paz* é, também, o ideal a ser alcançado, e a *paz* virá quando *todo mundo, todas as quebrada for PCC*. Enquanto isso não acontece, enquanto existir o outro, *lomba-errada, Estado, rival*, há *guerra*. Se as *tretas* entre *nóis* se resolvem *pela paz*, quando se trata do outro, ele *corre de nós*, porque *eles fazem alguma coisa errado, que nós num permite*. Nesse sentido, *paz* e *guerra* são tão relativas quanto ambíguas, talvez porque o outro também esteja numa posição ambígua, enganosa e indeterminada, pode ter sido até amigo, mas, na *guerra*, virou rival, por isso mesmo alvo (APPADURAI, 1998).

Estou de acordo com Barbosa (2019) de que há uma partição dual nos alvos de luta entre os *adolescentes*. Há o combate ao *sistema*, que se expressa de maneira mais clara nos tensionamentos dos *adolescentes* com os monitores, como apontei no capítulo anterior, e há o alvo para o qual se olha, o estabelecimento da *paz* entre os que compartilham a situação de encarceramento. *Paz* que se alcança por meio da *guerra* aos que se contrapõem às *regras* e ao ideal expansionista dos agrupamentos faccionais.

[Pergunta] Cês me disseram as vantagens de sair mais, e as vantagens de ficar na *facção*?

[Adolescente 1] *É futuro, da gente conseguir nossos objetivo.*

[Adolescente 2] *Se a gente ficar, é dar a vida por uma coisa que pode ser que nós nem veja no futuro que vai acontecer.*

[Adolescente 1] *É uma causa.*

[Adolescente 3] *Ver o sangue de todos os CV exterminado e lutar contra a máquina opressora que é o nosso objetivo...*

[Adolescente 1] *Mais na frente é ver que um filho meu, minha filha, pode sair assim... E andar assim, por todas as quebrada, e saber que o PCC vai se [trecho incompreensível] ali na quebrada, e num vai acontecer de alguém chegar e estupar ela, agredir ela...*

[Pergunta] Então, deixa eu ver se eu entendi, esse sonho que vocês falam, que é por meio do PCC, é acabar com o CV ou é lutar contra o Estado?

[Adolescente 1] *Os dois. As injustiça, né...*

[Adolescente 3] *Contra aqueles que se levantar contra nós.*

[Adolescente 1] *Um exemplo, uma pessoa vai matar você, acaba matando um familiar seu, que tá lá sentado, sem fazer nada, acabar tirando a vida dele também, acabar com essas coisas.*

[Adolescente 4] *É ver o sistema humanizar.*

[Adolescente 1] *Tem uma coisa ali também que o Estado tá se beneficiando em cima de nós, né, que é as mortes nas quebrada, nas periferia, que a gente tá conseguindo diminuir, e o Estado tá se beneficiando, dizendo que é por causa que tá botando mais polícia, só que quem tá conquistando isso de verdade é a gente.*

[Pergunta] Entendi. Você quer dizer assim, que o PCC pacificou na quebrada?

[Adolescente 1] *Pra nós é a disciplina da gente, e só acaba tirando a vida de alguém quando é a última situação e o Estado tá se beneficiando em cima disso, dizendo que é eles que população, sendo que é a gente.*

[Pergunta] Você acha que antes na quebrada não tinha disciplina, aí, se matava por qualquer motivo e hoje...

[Adolescente 2] *Na quebrada e na cadeia também.*

[Adolescente 1] *Se você acabar tirando a vida de alguém, você pode se prejudicar, então você vai pensar mais de três vezes antes de fazer isso. E o Estado fica se beneficiando em cima disso, dizendo que é eles.*

(Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

[Pergunta] Quando era tempo de firma, quando não tinha facção, como era que crime, como era a quebrada de vocês, como era que as coisas aconteciam, como eram resolvidos os conflitos?

[Adolescente 1] *... o dono da quebrada mermo ia resolver, ou se não chegava os cara pá matar...*

[Adolescente 2] *Quem resolvia era o... Nas antiga, na minha visão, quem mandava era o poder de fogo, dentro da própria quebrada...*

[Adolescente 3] *Se você tivesse mais pulso de arma, era você quem mandava naquela região.*

[Adolescente 2] *Na minha visão, era mais mata-mata, na própria quebrada, assim, um exemplo, aqui é o PCC, e aqui dentro é mata-mata direto, tá, tá, tá...*

[Adolescente 1] *Tá mais cabeça, né, véi!*

[Adolescente 2] *E hoje já é, mas quando morre foi por causa de outra facção. Ou, se não, fez alguma coisa errado, dentro da quebrada. As antiga, assim, os cara fazia crime ali, num se bate com o nosso, talaricava, estrupava, fazia cabanava e ia pro presídio. Dali, na minha visão, ficava tudo... Aí, o PCC veio e matou tudo a maioria e botou pá se jogar. Só fica quem tem a caminhada certa...*

[Pergunta] Se jogar é o que?

[Adolescente 2] *Se jogar... Sair da quebrada.*

[Adolescente 1] *Sair. Que num quer correr com nós.*

[Adolescente 2] *Ir pá outra cadeia ali.*

[Adolescente 4] *Ou num quer correr com nós, ou corre de nós.*

[Adolescente 2] *Mas só corre quem [não] tem a caminhada certa.*

(Roda de Conversa, UM01, março de 2020)

A paz, nesse sentido, pode ser pensada como um *ideal*, afinal, todo *revolucionário* tem um *ideal*. Quem tem *atitude* está em *guerra* contra o *erro*, contra os *lomba-errada*, até se chegar à *paz*, ao fim de toda *opressão*, *ver o sistema humanizar*. Quando isso acontecer, *mexer com a vida* vai ser só na *última situação*. Nesse futuro, será possível *andar por todas as quebrada* em *paz*, na certeza de que não haverá mais *coisa de lomba-errada*. Para isso, a *atitude* exige a *expansão*, que todos *corram pelo certo*, pela mesma *facção*. A *guerra*. E quem num corre cum *nóis*, *corre de nós*.

Se o objetivo inicial das *facções* em seu surgimento era pacificar as *guerras* no interior dos ambientes de encarceramento, por meio da regulação do convívio entre detentos e da mobilização da massa carcerária para demandar melhores condições, já ali se impunha uma *paz* entre *nóis* para se colocar em *guerra* contra o outro: o *sistema*, as outras *facções*, os *erros*, os *lomba-errada*. *Guerra* e *paz* não estão dadas, mas perspectivadas, ao mesmo tempo que inseparáveis. A *paz* pode ser caminho e objetivo. *Paz* entre irmãos juntos na *guerra* para atingir a *paz* como *ideal* (HIRATA; GRILLO, 2019).

Aqueles que matam e se conduzem em direção à morte não o fazem por pouco apreço pela vida ou baixo autocontrole, mas porque buscam uma forma de vida valiosa. Pensam-se guerreiros e, como tais, perseguem a honra e a glória por meio da exposição. “Expõem seus corpos em aventura de morte” (Contamine, 1980), mas procuram também preservar a própria vida. Em sua luta pela sobrevivência, conceitualizada como guerra, há sentidos políticos que nunca são considerados como tal, como a exposição pública, a capacidade de “dar a palavra” e de realizar promessas de futuro, de responsabilização de seus atos (HIRATA; GRILLO, 2019, p. 557).

Assim, *correr com o certo* é estar em guerra. E, em guerra, *adolescentes* outrora *desacreditados* se tornam visíveis para os pares e *visados* pelo Estado e pelos rivais. A vida passa a ter uma meta, um *ideal*: a *revolução no mundo do crime*. Certamente *correr com o certo* é perigoso, mortífero, mas a acaba por fornecer algum tipo visibilidade a quem de outra maneira seria invisível (CONCEIÇÃO, 2015):

Não existe possibilidade de as facções existirem fundamentadas apenas na ideia de juntar pessoas para praticar crimes. Em torno delas, existe o cultivo de sentimentos de indignação frente a realidades que elas tratam como injustas, criando possibilidades e projetos de vida alternativos e que têm um efeito simbólico importante na vida das pessoas (SIQUEIRA; PAIVA, 2019, p. 128).

Correr com o certo, como procurei apontar por meio da fala dos *adolescentes*, se relaciona a não *correr com o errado*, é a sua negação. Os *ideais*, as regras de conduta, mediados e apropriados pela *disciplina da facção*, são decisivos na forma como os *adolescentes* se relacionam entre si, como se distinguem, como estão mutuamente vigilantes à *mentalidade* e aos *atos* uns dos outros, constringendo-se e pressionando-se. Ou seja, além de lidar com a vigilância e os controles disciplinares dos funcionários, há os repertórios disciplinares relativos aos sentidos morais e de justiça das *facções* que os *adolescentes* estão a negociar, disputar e tensionar.

Não perco de vista como a *disciplina* a mim apresentada por meus interlocutores se aproxima de uma espécie gramática religiosa (CUNHA, 2015), que parece servir espelho moral para posturas, performances e regras do *mundo do crime* e das *facções*, sobretudo quando se levam em consideração os binarismos e as polarizações enunciadas pelos *adolescentes*. Evidentemente não teria como me debruçar demoradamente sobre tal percepção sem me desviar dos objetivos deste trabalho, mas entendo ainda existir interfaces entre *crime* e religião que cabem ser problematizadas por investigações sociológicas nos contextos nordestino e alagoano, especificamente. Tenho como hipótese que as práticas disciplinares e os repertórios morais do *crime* e das *facções* são atravessados por referências religiosas.

O fato é que as perspectivas de *certo* e *errado* mobilizadas pelos *adolescentes*, as regras de conduta da *facção*, seus repertórios disciplinares, se costuram à governamentalidade institucional de suas vidas, bem como à forma como a ela se opõem e respondem. Pensando com Marques (2009), entendo que as táticas dos funcionários para gerir as vidas dos *adolescentes* não são postas em prática sem se confrontar com contra-táticas. Nesse sentido, o *sistema* também pode ser pensado como um produto dos enredamentos entre os *adolescentes*, dos sentidos morais que balizam suas relações entre si e com funcionários, expressos por meio das *regras* por eles enunciadas, de modo que as noções de *certo* e *errado* precisaram ser reconhecidas e incorporadas às engrenagens da *máquina opressora*.

É na convivência que os *adolescentes* aprendem uns com os outros. A *disciplina*, aquilo que provavelmente que já viam acontecer no *mundão*, do lado de fora do *sistema*, nas periferias urbanas, passa a preencher de sentido e regular as relações no *sistema*. Um *passa pro outro* o que aprendeu, e, assim, espriam-se as *regras* que tensionam e se conformam à gestão institucional.

[Pergunta] A minha dúvida é: vocês acham que depois que vocês chegaram aqui na unidade, vocês se envolveram mais, ficaram entendendo mais das coisas da disciplina, ou não, vocês antes já entendiam e aqui foi a mesma coisa?

[Adolescente 5] Entendeu mais ali, né... Refletiu um pouco ali também, o cara tá na rua ali, num pensa em nada ali.

[Adolescente 1] O cara às vezes para pra pensar um pouco no que você fez, acaba cometendo algum erro, ele chama...

[Pergunta] Então vocês acham que parte dessa coisa de pensar mais, refletir mais, tá envolvida com a disciplina da facção?

[Adolescente 1] Você tem que fazer uma coisa que você tenha total certeza que, pra você fazer e se arrepender depois... Da mesma forma é pra você se aproximar, tem que ter total certeza, você num é obrigado a ser, mas se você é, você tem seus compromisso pra arcar.

(Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

Considero importante voltar a salientar que o contexto em que as falas dos *adolescentes* ocorreram é por si mesmo um fato ser considerado para posicionar suas explicações. Ora, em unidades de internação *faccionadas*, os *adolescentes* estão a pressionar uns aos outros a se submeterem à *disciplina*, ao exprimir as *regras* como imperativos, como um *compromisso pra arcar*, eles estão reafirmando a *disciplina* uns aos outros, reafirmando e reatualizando os vínculos, o que em última instância garante algum tipo de segurança e estabilidade entre eles. *Tem que ser pra não morrer, ser agredido ou perder o convívio*.

Como vai ficando claro, os embates e tensionamentos existentes no *sistema* não ocorrem apenas entre *adolescentes* e funcionários, mas entre os próprios *adolescentes*. Isso porque embora falem em *irmandade* e *igualdade* como *ideais*, existem posições de hierarquização e

constrangimentos entre eles que muitas vezes podem reproduzir e aprofundar os ciclos de violência, como ocorre no *mundão* (OLIC, 2009). Por isso, *ter atitude* envolve não demonstrar *fraqueza, medo*, enfim, vulnerabilidade. Nesse sentido, as falas das garotas sobre *cobranças*, *vinganças* e *cocós*⁸⁰ continuam ressoando. Os constantes temores e desconfianças exigem uma postura de quem não pode se ver e ser visto/a como *indefeso/a*:

Eu acho que sim, porque eles acha que nós somos mais fraca e eu já vi um vídeo que o cara dizia: “Chore vá, pode chorar, eu ei que você é sexo frágil”, ele dizia. Ai, cortou o peito dela, e ela ficou chorando lá, pedindo pra num morrer, e ela lá amarrada. Só que aí também ela amarrada, ele pensou que ela podia correr, por isso que ele amarrou. Então, por isso que eu num me acho indefesa, porque eu sei que eu posso correr, eu posso me defender. (Adolescente, UF01, janeiro de 2020)

É provavelmente nesse mesmo sentido que, ciente dos contornos que as redes de hierarquização e constrangimentos entre os *adolescentes* podem assumir, na unidade considerada modelo, a UF01, a coordenadora faça questão de enfatizar:

Agora essas lideranças aqui são lideranças que a gente vai trabalhando, não são as que elas chegam aqui, porque tem marido, porque não sei o que, porque essas são lideranças do crime (...). Aqui a gente vai trabalhando outras lideranças, e nem sempre são as que elas reconhecem.
(Diário de campo, coordenadora da UF01, fevereiro de 2020)

Reconhecer as lideranças faccionais, *reprê* e *disciplina*, é reconhecer os repertórios disciplinares faccionais e com eles negociar.

Mas, voltando às unidades *faccionadas*, é ainda necessário problematizar que, se há constrangimentos e pressões balizadas pelas *regras* do *crime*, ocasionado conflitos e agressões físicas entre os *adolescentes*, há, também, tensões e torsões dessas mesmas *regras*. Os *adolescentes* que informavam às escondidas à equipe técnica da unidade quem estava para ser agredido são um bom exemplo. Evidentemente eles não se consideravam *lomba-errada*, nem esboçavam o desejo de sair da unidade *faccionada*, mas, quando discordavam das decisões tomadas pela *irmandade*, procuravam os funcionários, o *Estado*, para proteger aqueles que consideravam não merecer a agressão.

Além disso, nas Rodas de Conversa, por sua vez, mesmo os *adolescentes* falando no *ideal* da *igualdade*, a dinâmica dos diálogos dava claras mostras das hierarquias e das pressões que lideranças podem exercer sobre os demais. Nas perguntas mais sensíveis que fazia, percebia os olhares dirigidos a garotos em específico (fato que aconteceu na UM01, UMJ02 e UF01), ao

⁸⁰ As *cocós* são como armadilhas, ciladas, em que uma pessoa é levada a uma situação, enganada, em que será *cobrada* ou alvo de vingança.

que tudo indica, lideranças. O fato é que outras falas apenas emergiam depois dessas figuras. Se elas silenciavam, ninguém mais ousava dizer qualquer coisa. Me aprofundo sobre essas questões adiante.

A *disciplina* – embora seja enunciada como imperativa, e muitas vezes o seja, as agressões dão bons sinais disso – também é adaptada aos contextos de tensão das situações, das interações. São os laços tensos e desiguais de interdependências, em que se costumam noções de superioridade moral, autopercepção, reconhecimento, pertencimento e exclusão (ELIAS, 2000). E assim vão sendo tecidos os repertórios de disciplinamento da vida dos *adolescentes*. No *sistema*, se produzem e se expandem as relações e as redes do *mundo do crime*, das *facções*, também por meio da *disciplina*. Os dispositivos de controle institucional aos quais os *adolescentes* estão submetidos podem ser subvertidos, na negociação situacional e cotidiana de distintos repertórios de constrangimento, de posições estratégicas forjadas *na convivência* entre os *adolescentes* e funcionários, condicionados pelas flutuações nos equilíbrios de poder naquela figuração (SANTOS, 2016; SINHORETTO; SILVESTRE; LINS DE MELO, 2013).

CAPÍTULO 5. A DISCIPLINA É NÓIS: REPERTÓRIOS DISCIPLINARES DAS FACÇÕES E A GUERRA NAS DOBRAS DO SISTEMA

Fevereiro de 2020. Mais uma tarde de Rodas de Conversa na UM01. Manter os garotos interessados nas atividades era sempre um desafio. Por isso, algumas vezes, eu propunha atividades com desenhos, jogos lúdicos ou outras estratégias que ajudassem a lhes manter atentos na hora e meia em que estávamos juntos. Normalmente dava certo. Nesse dia, ouviríamos uma música, a mesma que já havia levado na UMJ02, “Viver é Dever”, de Djavan.

Os garotos só se concentraram, no entanto, no momento em que lhes dei folhas e canetas coloridas, para que desenhassem suas compreensões sobre as discussões que tivemos a respeito da música. Eles faziam desenhos elaborados, de cabeça baixa, compenetrados. Dei-lhes tempo, pois notei que aquilo lhes agradou. Já faltando meia hora para nosso tempo de Roda de Conversa terminar, pedi para exibirem o que tinham feito. Um por vez, conforme se sentiam à vontade, os garotos foram mostrando os desenhos e explicando.

Logo em seguida, já com pouco tempo, entrei nas perguntas que me interessavam de forma mais específica para a pesquisa. Quando comecei a pedir algumas explicações sobre dinâmicas envolvendo o PCC, o diálogo voltou a ficar difícil. Monitores circulavam ao redor da sala onde estávamos, desviando seus olhares para o lado de fora. Além disso, havia uma equipe da ECON⁸¹ que viam ao longe, capturando-lhes a atenção. Conversavam baixo entre si, talvez em conjecturas sobre o que deveria estar a acontecer em alguma unidade. Em um dado momento, enquanto eu fazia perguntas, um monitor, conversando com outro, parou na porta da sala, quase de frente aos *adolescentes*.

Eles já estavam resistentes em dialogar. Naquelas circunstâncias, fiquei sem saber se valia a pena continuar ou não. Não queria lhes causar constrangimento ao fazer perguntas sobre *facções* e sobre o *crime* na presença de monitores. Enquanto eu hesitava mentalmente, Ariano, o garoto que parecia ter alguma liderança entre os demais, se antecipou: *Ô, monitor, licença aí, tá atrapalhando a atividade*. Talvez ele tenha notado minha hesitação e aproveitou a situação para exibir o ímpeto combativo diante do inimigo.

⁸¹ Anteriormente chamada de GOASE, espécie de espécie de “batalhão de choque”, formado por monitores que passaram por um treinamento físico específico para atuar em situações percebidas como de maior perigo.

O monitor respondeu falando com os outros do lado de fora: *Óia, o bunito tá dizendo que eu tô atrapalhando...* Ariano insistiu sem se intimidar: *Tá atrapalhando aqui a professora o barulho de conversa.* O monitor olhou pra mim: *Tá atrapalhando, é?* Eu fiquei em uma saia justa. Sim, estava atrapalhando, mas não sabia como pedir para ele sair ou fazer silêncio, sendo aquele seu ambiente de trabalho. Olhei para ele e meneei, sem dizer que sim ou que não. Afinal, ele saiu da porta. Os garotos ficaram esperando minha reação e eu continuava constrangida com a cena anterior, cabeça baixa. Afinal, tentei retomar o que conversávamos: *Vamo, gente, voltar, deixa pra lá.* Eles concordaram.

Depois do ocorrido, a atividade não mais rendeu. Os *adolescentes* pareciam ainda menos interessados em dialogar, ficavam em silêncio, ou se negavam a responder às perguntas que eu fazia. Levantavam-se das cadeiras e se movimentavam pela sala. Conversavam constantemente entre si, talvez porque pouco se viam, ainda que estivessem na mesma unidade. Sem querer pressioná-los a atender meus anseios, concluí a Roda de Conversa daquele dia.

Março de 2020. Com a inclusão de outro *adolescente*, Mário, já no quarto encontro das Rodas de Conversa da UM01, algumas coisas ficaram mais fáceis. Explico. Sua presença modificou a rede de constrangimentos naquela figuração. Ariano, extremamente desconfiado com as perguntas que fazia, parecia inibir a fala dos companheiros. Com a chegada de Mário, mais empolgado em participar da atividade e curioso com as propostas que eu trazia, foi possível gravar nossos encontros, pois ele era o primeiro a autorizar, o que acabava influenciando os demais, que também concordavam em seguida. Além disso, como ele era mais dado ao diálogo, acabava incentivando a fala dos outros garotos também inseridos posteriormente na atividade: *Oxe, e só eu falo, é? Fala aí, véi!* Lêdo também me parecia ser uma liderança: por sua postura de tomar a iniciativa na fala, explicando o que eu não entendia, e já bloqueando aquilo que eu não poderia saber. Por outro lado, Ariano ficou ainda mais silencioso. Talvez desconfortável. O que também inibiu os outros garotos que pareciam ser mais próximos seus.

Nessa Roda de Conversa, no entanto, aconteceu algo chamativo. Conversava com os *adolescentes* sobre suas impressões a respeito das mudanças que vivenciaram em suas *quebradas* desde que se iniciou a *guerra* entre as *facções*, em 2016. Já havia tentado entrar no assunto anteriormente, mas eles haviam se calado completamente. Um deles, com ironia, apenas respondeu: *Num tá naquele papel...*, referindo-se ao Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido, em que eu mencionei a intenção de compreender um pouco mais sobre a figuração pós-2016, depois do rompimento da aliança PCC-CV.

Naquele dia, foi possível ousar nas perguntas, provavelmente por conta da disposição de Lêdo em me responder. Eles mencionavam as muitas mortes que aconteceram desde o “estopim” da *guerra*. Perguntei em que momento observavam que aconteceram mais mortes, se durante o *tempo de firma* ou depois. Dois garotos, Nelson e Luís, falaram com firmeza que em suas *quebradas* as coisas pioraram depois da *guerra*, demonstrando uma opinião negativa sobre o fim do *tempo de firma* e, conseqüentemente, sobre as *facções*. Lêdo e Ariano, no entanto, enquanto os dois falavam, ficaram a cochichar entre si, em tom de ironia, discordando do que era dito: *Oxe, e num sempre teve morte?*. Na *visão* deles, o PCC estava diminuindo o número de homicídios nas *quebradas*, por conta da disciplina que impunha (CARVALHO; SANTOS, 2021).

[Pergunta] Se vocês pudessem dizer, tipo assim, era pior no tempo de firma, morria mais gente, ou hoje tá pior?

[Lêdo] *Da minha parte, da minha parte, eu acho que hoje em dia é mais organizado, porque morria na própria quebrada, os cara se matava, um matava o outro, num dava em nada, um matava o outro num dava em nada. Era nem os cara de longe, era os cara se matando dentro, e hoje em dia o PCC organizou ali, né? (...) Aonde tem quebrada ali que é da merma facção... Tipo, a minha quebrada era tempo de firma, assim, na época que num tinha facção. A minha quebrada era uma quebrada e tinha a outra quebrada do lado. Aí, era contra uma a outra, aí, virou PCC essa e virou PCC essa, no interior, eu tô falando. Aí, já num é mais, organizou, num tem aquelas morte, porque um queria tomar a quebrada do outro. Aí, o PCC virou de um lado e virou do outro. Aí, ficou tudo organizado. Quando morre ali, os cara toma uma atitude isolada.*

[Pergunta] Entendi. Aí, no caso, pro Nelson, na percepção dele, hoje tá pior. Por quê cê acha que tá pior?

[Nelson] *Não, pior porque tem muita ali troca de tiro, constantemente, de um bairro pro outro por causa de facção, e também tem muito massacre assim em cadeia, em presídio, muito massacre, muita rebelião acontecendo...*

[Luís] *Às vez ali o cara tá trocando tiro ali, pega ali uma bala perdida ali, uma pessoa que num tem nada a ver, uma pessoa inocente...*

[Lêdo] *Sempre foi assim, véi!*

[Luís] *... Aquele ali, ó, morreu, inocente, num sabe nem o que é o crime...*

[Lêdo] *Ó, parcial, aí, quando num tinha facção, aí, bala perdida num pegava não no inocente, era?*

[Luís] *Pegava. Mas eu acho ali que tá mais pior, né?*

[Lêdo] *Na minha visão, organizou tudo, porque, se num existisse CV, fosse tudo uma facção só, ia ser tudo organizado, mas, tá aí, ó...*

[Ariano] *PCC organizou tudo.*

[Lêdo] *Se é facção, ali, é o crime organizado, né...*

A *visão* de Lêdo e Ariano é o que tenho entendido como retórica faccional, pois funciona como uma representação idealizada de algo que deveria ser, segundo as narrativas e os valores morais compartilhados pelos *adolescentes* sobre o que seria a *facção*. A narrativa de que o PCC *tá trazendo a paz* é um exemplo, conforme procurei demonstrar no capítulo anterior. Agora, as

tretas se resolvem (ou pelo menos deveriam se resolver) *pela paz*, o que acontece algumas vezes, mas não sempre. As irrupções de agressividade nas *cobranças* bem demonstram. Ainda assim, como Lêdo e Ariano, outros adolescentes também argumentam que: *Pra nós é a disciplina da gente, e só acaba tirando a vida de alguém quando é a última situação e o Estado tá se beneficiando em cima disso, dizendo que que é eles* [que estão diminuindo o número de homicídios], *sendo que é a gente* (Roda de Conversa, UMJ02, março de 2020).

A discordância entre os *adolescentes* naquela situação se relacionava ao fato de Nelson e Luís esboçarem em suas falas o desejo de *mudar de vida*, o que implicaria num afastamento dos vínculos com o PCC. Para construir uma justificativa coerente com o afastamento, seria preciso se afastar, também, da retórica e apontar os motivos para não *correr mais junto*. Assim, na *visão* deles, as mortes na *quebrada* haviam aumentado desde 2016, de modo que a *facção* não estaria trazendo a *paz*, e sim a *guerra*. Já Ariano e Lêdo expressavam o desejo de continuar na *vida do crime*, de modo que continuavam a entender o PCC enquanto um *ideal*, justificando as mortes como uma necessidade da *guerra*, contra os que *correm com o errado*. Naquele contexto de regulação de falas e condutas, quando dois *adolescentes* se colocaram em posição de discordar de uma narrativa hegemônica na *facção*, tornaram-se alvo de uma tentativa de correção e silenciamento por parte de lideranças, que ali exerciam constrangimento sobre posicionamentos dissonantes (CARVALHO; SANTOS, 2021).

Fevereiro de 2020. Eu e Alana, em nosso primeiro encontro do novo ciclo de Rodas de Conversa na UF01, explicávamos um pouco de nossos interesses de pesquisa para as garotas que participariam das atividades nas semanas seguintes. Elas ouviam atentas, em silêncio, até que uma delas, Kris, interrompeu a explicação para perguntar: *A pesquisa de vocês é quase igual, né?*, respondemos que havia semelhanças, mas tentamos explicar principalmente o que era diferente.

Quando mencionei que tinha um interesse específico em entender um pouco mais sobre seus envolvimento com *facções*, ela foi logo dizendo: *Não, aqui num tem isso não, aqui é tudo junto e misturado*, no que outra garota, Graça, que tinha uma posição de liderança em sua *quebrada* e na unidade, mas ali sob supervisão da coordenação, foi logo corrigindo: *Junto e misturado não, aqui é tudo junto, tem que conviver de qualquer jeito porque é regra, se não a gente leva um CAD, fica recolhida*.

A correção se deu porque *junto e misturado* é uma expressão que remete ao período anterior à guerra entre PCC e CV, ao *tempo de firma*, ou seja, é uma gíria *do crime*. O interessante é que, mesmo com a negação entre as *adolescentes* de seus vínculos com as *facções*, o que se relaciona à forma como aquela unidade é gerida institucionalmente, isso não implica em dizer que entre elas não existam hierarquizações, pressões e constrangimentos, que se relacionam às diferentes posições de prestígio e poder que ocupam. A interrupção e correção da fala de Kris, nesse sentido, se assemelha ao comportamento de Lêdo e Ariano em relação aos companheiros (CARVALHO; SANTOS, 2021).

Neste último capítulo, continuo a refletir sobre as cadeias de tensionamentos nas relações entre os *adolescentes*. Tenho entendido que os repertórios disciplinares das *facções* se emaranham à gestão institucional de suas vidas, como engrenagens da *máquina opressora*, modelando o próprio *sistema*. Debruço-me, então, sobre cenas como as trazidas acima.

Em algumas delas, num contexto em que a *atitude* de um *adolescente* pode lhe promover ou demover diante dos demais, e em que nem toda *treta* se resolve *pela paz*, há um rígido controle do que se faz e do que se diz, afinal uma *palavra* ou uma *atitude mal colocada* certamente serão interrompidas, silenciadas, corrigidas, e podem até ser *cobradas* (BIONDI, 2014; SKARBEEK, 2014). Fazer críticas à *facção*, como Nelson e Luís, ou, do contrário, ensejar suas lógicas dentro de uma unidade de internação como a UF01, pedem pronta interrupção e correção.

Em outras cenas, na posição de liderança, é necessário não aceitar o monitor *que tá atrapalhando aí*, e não se acovardar na hora de reclamar. Se mais tarde a audácia de Ariano em confrontar o monitor teve punições, não pude de saber. Mas, naquele momento, foi ele quem se impôs, deixando o monitor em situação constrangedora. E, como me interessa de maneira específica aqui, ao se impor diante do monitor, Ariano se impunha, também, diante dos pares, mostrando *ter atitude* ao enfrentar a *opressão do Estado*, afinal, a posição de liderança depende da avaliação das próprias condutas pelos companheiros de caminhada (BIONDI, 2018 *apud* BARBOSA, 2019).

Em consonância com outras pesquisas que tratam sobre o encarceramento e o desenvolvimento de “coletivos de presos” (MELO, 2012; SANTOS, 2016; SINHORETTO; SILVESTRE; LINS DE MELO, 2013; etc.), entendo que há um “controle social disciplinar” nas unidades de internação que é compartilhado e negociado entre diferentes atores – monitores,

coordenadores, educadores, equipes técnicas, *adolescentes*, *representantes*, *disciplinas* etc. —, fazendo interagir nas cenas cotidianas repertórios disciplinares estatais e *do crime*. Logo, os *adolescentes* são agentes relevantes para se compreender a gestão da vida coletiva nas unidades de internação (CARVALHO, 2020; MARQUES; NASCIMENTO, 2019; SANTOS, 2016).

É nesse contexto que *faccionados*, *neutros* e *lomba-erradas*, bem como os próprios símbolos PCC e CV, são produzidos e reproduzidos no *sistema*, na convivência e na partilha da *irmandade* no *sofrimento*, na *manutenção da disciplina*, do que aprendem, trocam e ensinam no esquema de fluxos e forças de relações sociais que se apresentam nas manifestações cotidianas (BIONDI, 2007). O próprio funcionamento do *sistema* patrocina o emaranhar das linhas de vida sob determinadas condições, sobretudo na condição comum do “penar” (BARBOSA, 2019; GODOI, 2016).

Todo esse processo, no entanto, não é linear, nem destituído de tensões. Se nas cenas do cotidiano das unidades de internação, no emaranhar das linhas de vida dos *adolescentes*, é possível observar esboços do ímpeto daqueles que, agora encorajados pela enunciação de vínculos a *facções*, demonstram a *atitude* para agir, se organizar e confrontar, cabe ressaltar que a expansão das alianças faccionais para contextos diversos produziu efeitos diversos, inclusive resistências, como Luís e Nelson continuam a demonstrar, às vezes com disputas competitivas e sangrentas entre rivais. Além disso, segundo procurei apontar no capítulo anterior, a mobilização das *regras* por parte dos *adolescentes* não são rígidas ou inflexíveis, mas são manipuladas, ajustadas, disputadas e torcidas nas circunstâncias, sempre instáveis (MALLART, 2011; SENA, 2017), o que pode implicar em aparentes contradições na própria argumentação deste texto.

Apesar dos significativos laços sociais que se criam, balizados pela ideia de uma *irmandade*, a “ordem social” das *facções* se dá em equilíbrios tênues e efêmeros. As suspeitas em relação ao outro, ainda que seja o outro que *corre junto*, são constantes. A lealdade tem um alto preço, e é ambígua. Assim, conflitos aparentemente graves podem ser resolvidos de maneira *sussegada*, enquanto conflitos aparentemente simples podem ser resolvidos de maneira letal. As alianças e as rupturas são constantes (SIQUEIRA; PAIVA, 2019).

A seguir, trato sobre as pressões e constrangimentos que os *adolescentes* exercem uns sobre os outros e sobre suas *caminhadas*, mediados pelo *certo* e o *errado* da *facção*, conforme apresentei no capítulo anterior. Continuarei a desenvolver a argumentação por meio da narrativa de cenas cotidianas, registradas tanto em meus diários de campo, como em documentos

institucionais. Lanço mão, mais uma vez, da reconstrução de partes da trajetória de Raquel, por meio de seu prontuário. Além disso, retomo algumas cenas etnográficas já mencionadas anteriormente. Ao sentir necessidade de esclarecer melhor alguns pontos do texto, trarei, também, as falas dos *adolescentes*. Falas proferidas em entrevistas, em Rodas de Conversa, em conversas não gravadas, mas que ajudam a ecoar as explicações aqui trazidas.

5.1: A TERRITORIALIZAÇÃO DA GUERRA NO SISTEMA E O MANEJO DA VIOLÊNCIA

Outubro de 2017. Jornais alagoanos noticiam que um *adolescente* foi morto no sistema socioeducativo. Nas semanas que se seguiram ao fato, outros três garotos da mesma unidade foram transferidos, alegando estavam sendo alvo *malícias* por parte de lideranças da *facção*. Mais alguns dias, mais transferências de *adolescentes*, agora envolvendo outros espaços do *sistema*. Foram criadas novas unidades e novas divisões com a chegada de novatos recém internados (RODRIGUES, 2020).

A trajetória do *adolescente* morto naquele outubro de 2017 se deu da seguinte forma: ele foi primeiramente internado em uma unidade que, “após as grandes transferências e remanejamentos no início de 2017, passou a ser uma unidade CV” (p. 10), pois sua *quebrada* também era CV. De lá, ele foi internado em uma unidade para *adolescentes sem convívio*, por razões que não sabemos. Dessa unidade, ele foi transferido à UM01, por conta do envolvimento do pai com o PCC. Na UM01, o garoto foi morto (RODRIGUES, 2020).

Correr com a facção, no caso dos *adolescentes* com quem dialogo, indica alianças circunstanciais estabelecidas por vínculos fraternais, implicando na associação a uma rede de aliados, que, ao mesmo tempo, cria a obrigação de não *correr* com aliados da *facção* rival. No caso daquele *adolescente*, a circulação por uma unidade *do CV* e uma *de lomba-errada* até chegar à unidade *do PCC* deveria levantar uma série sobre si suspeitas (RODRIGUES, 2020).

Sua primeira *perda de convívio*, na unidade do CV, não se devia ao fato de ter feito *coisa de lomba-errada*. Os motivos nunca ficaram claros, mas relata-se que ele não respondia aos rituais de falas e diálogos que eram gritados de um alojamento ao outro, os gritos incompreensíveis pra mim, mas cheios de sentido para os *adolescentes*, para reafirmar o respeito às hierarquias da *facção*. Esse é um processo que acabou se tornando comum no

sistema: adolescentes sem convívio, mas não necessariamente por terem *mexido com vida, talaricado, cabuetado* ou qualquer coisa do tipo (RODRIGUES, 2020).

Quando o garoto *perdeu convívio* novamente, agora na unidade dos *lomba-errada*, as possibilidades de unidades para onde poderia ser internado ficaram bastante reduzidas. Com o pai *correndo com* o PCC, foi para UM01 que ele foi transferido. Sua posição, no entanto, era, no mínimo, ambígua. No dia anterior à sua morte, foram ouvidos por funcionários músicas do PCC sendo cantadas pelos *adolescentes*, bem como batidas nas portas (RODRIGUES, 2020).

Fazendo um breve parêntese, os contornos de sua morte, segundo contaram depois, me pareceram bastante violentos. O método empregado, como também ocorre no *mundão*, parece-me se assemelhar ao que Das (1999) chama de indizível nas formas da vida cotidiano, aquilo que não é passível de ser narrado a respeito da violência experienciada. No caso do *adolescente*, seria indizível porque não sobreviveu para contar. No entanto, considero chamativo como, entre as testemunhas e curiosos de tais situações, o acontece é a necessidade de verbalização e disseminação de histórias, imagens e filmagens. A violência não se limita ao evento em si, mas se reproduz toda vez que a história é recontada e imagens e vídeos são repassados.

Lembro-me de que, ao saber daquele ocorrido, me afetou o fato de ter entrevistado um dos *adolescentes* acusados do homicídio. Era a mesma sensação que me despertava quando ouvia as garotas da UF01 falarem das *cobranças* do *mundão*, com corpos mutilados e humilhações verbais. *Só que os cara tá com uma moda aí já pra mulé... Tá arrancando cabeça, arranca perna, braço...* Falas que me traziam à memória a história da Guerra do Fim do Mundo, (re)narrada por Vargas Llosa. A história dos inúmeros sem-nome que foram liquidados, castrados, que tiveram os olhos arrancados na Guerra de Canudos, que, nessas horas, me parece ainda tão próxima. São os “macabros padrões de violência” dirigidos ao corpo do outro, às vezes um amigo, um conhecido ou vizinho, o corpo do outro que parece consigo, por isso mesmo instável e enganoso (APPADURAI, 1998).

O caso acima narrado me reporta à cena também já mencionada anteriormente, de julho de 2017, meses antes do fatídico outubro. Depois de uma série de fugas na UM01, uma delas ocorrida no exato final de semana anterior, Manuel procurou atendimento junto à equipe técnica. Chorando, ele implorava para ser transferido de unidade, inconformado com a visita da namorada que já não receberia como punição pelas fugas. Punição aos que ficaram, ironicamente. Como era um *adolescente bem comportado*, sugeriram-lhe outra unidade, a

UM02, onde havia vaga. Sua reação foi imediata: *Eu num sou lomba-errada pra ir pra lá!*, e voltou a chorar um choro tenso, amargo. Na unidade para onde ele queria ir, o Sítio⁸², não havia vaga. Depois de muita conversa, o garoto acabou se convencendo da transferência sugerida. Já nesse momento, era possível entrever o “jogo de xadrez” que estavam virando as transferências de *adolescentes* de uma unidade a outra, “as grandes transferências e remanejamentos no início de 2017” (RODRIGUES, 2020, p. 10). Com a lógica da *guerra* passando a compor o governo da vida dos *adolescentes no sistema*, garotos se movimentavam de uma unidade a outra como se fossem exilados.

Por fim, recordo-me, ainda, de uma última cena, também já mencionada, de setembro de 2017. Mais um caso em que se tentava realizar uma transferência. Como Manuel, Paulo também era reconhecido por *bom comportamento* entre funcionários. Dessa vez, surgiu uma vaga que não existia em julho, no Sítio. Era para onde Manuel gostaria de ter sido transferido, mas não fora possível. Com a nova oportunidade, a equipe técnica tentava convencer Paulo a sair da UM01.

Quando a transferência lhe foi sugerida, com a argumentação de que teria uma *oportunidade de mudar de vida*, o garoto foi resoluto: *se eu tiver de mudar, eu mudo aqui ou lá*. Em menos de dois meses, o cenário estava diferente. Ainda em agosto, o advogado da UM01, que também trabalhava no Sítio, mencionou que por lá estavam chegando muitos *adolescentes sem convívio*. Os *adolescentes* da UM01, quando queriam demonstrar o interesse em *mudar de vida*, pediam transferência para o Sítio, como aconteceu na cena anterior, mas, dizia o advogado, se soubessem da *mudança de perfil* não iriam mais querer. Era o que parecia já estar acontecendo.

Foi nesse cenário que, em outubro de 2017, depois de *perder o convívio* em duas unidades de internação, o garoto mencionado na primeira cena foi morto por companheiros do alojamento, num evento que ainda me parece grotesco, com músicas, espetos e a possível omissão dos que ouviram os gritos durante a noite, mas não interviram.

⁸² Ver Introdução. Essa unidade, além de não ter o nome em forma de sigla, é bem diferente das demais. Mais parecendo-se com uma chácara, os alojamentos são como casinhas (sem perder completamente o aspecto de *cela*). No local também há bibliotecas, espaços verdes, horta e animais.

Como já venho apontando nos últimos capítulos, de 2016 em diante, a *guerra do mundão*, a *guerra entre facções*, ganhou mais uma frente, o *sistema*, modificando suas dinâmicas de funcionamento. Nesse momento, guerras localizadas tiveram fim para recomeçar em outra escala, com novos alvos para as disputas, ao mesmo tempo em que os símbolos PCC e CV se tornaram referência para os que queriam ser “parte de algo maior, uma grande facção com presença no Bairro e, também, no Mundo” (BARROS et al., 2018, p. 127). *Revolucionários em busca de um ideal*, em busca da *paz* que só ocorreria *quando todo mundo, todas as quebrada for da mesma facção*.

[Pergunta] Lá fora. Como foi que vocês começaram a se envolver?

[Adolescente 1] *Como eu disse na outras vez, aqui virou PCC, eu vou. Minha quebrada virou PCC, eu vou correr com o PCC, né. A outra quebrada virou CV, eu corri com o CV. E ali eu me envolvi.*

[Pergunta] Então, você acha assim, não teve outra opção?

[Adolescente 1] *Teve não.*

[Pergunta] Teve que virar PCC...

[Adolescente 1] *Foi. Eu creio ali, essas quebrada ali de nós, se a minha virasse ali essa facção, a outra facção, cada um ia correr com a facção que a quebrada virou, a minha virou PCC, a dele virou PCC, todos aqui virou PCC... E hoje nós tá aqui.*

[Pergunta] Então, no caso, num é que vocês escolheram ser do PCC, foi a minha quebrada virou já tavam envolvido com o crime, e eu vou ter que correr agora com o PCC.

E- *Da minha parte foi. (...) Da minha parte ali, foi porque a quebrada virou.*

(Roda de Conversa, UM01, março de 2020)

Para muitos *adolescentes*, no *mundão*, não houve muitas possibilidades de escolha. De 2016 em diante, se tornou imperativo, uma questão de sobrevivência, assumir um lado, uma posição na *guerra*, alinhar-se exclusivamente a uma rede de alianças circunstanciais. De acordo com alguns tímidos relatos, como o anterior, a *quebrada* onde viviam no momento do “estopim” e suas redes de relações naquele momento é que definiram com quem os *adolescentes* iriam *correr*, quem seriam os aliados e quem seriam os inimigos (LYRA, 2013):

[Adolescente] (...) *Foi 2016 que separou. Aí, se, né, aqui tivesse mais PCC que CV, aí, saía a gente ficava. Se lá tivesse menos PCC e mais CV a gente saía, ficava. Aí, foi assim, deu certo tempo pra separar. Quando separou, foi a guerra.*

[Pergunta] Então, teve um período pro pessoal, assim...

[Adolescente] *Teve.*

[Pergunta] Se proteger, e, aí, depois é que...

[Adolescente] *Porque, se não, ia ser muitas vida, né.*

(Entrevista, UMJ02, março de 2020)

As coisa foram acontecendo, acontecendo... De repente, apareceu um, que era faccionado, começou a passar, apareceu outro, de outa facção, começou a passar.... E eu vi a forma de um, e vi forma de outro, e vi que a forma de outro era mais correta e disse que aquela outa num dava pá mim. (Roda de Conversa, março de 2020)

Nas unidades de internação, tal processo se evidenciou pela enunciação de regras de conduta e de *debates* relativos às *regras das facções*, empregadas enquanto dispositivos para

fazer viver e deixar morrer (ainda que simbolicamente), mesmo que com menor proporção do que o que se observa do “lado de fora” (BARROS et al., 2018). As desiguais oportunidades de poder entre os *adolescentes* passaram a ser usadas para estigmatizar e marginalizar aqueles que eram vistos como quem *corre pelo errado*. Eles passaram a submeter seus corpos a padrões específicos de controle – das palavras, das opiniões, dos olhos, e por aí vai... Na submissão às *regras*, ficaria assegurado, ainda que de maneira instável, o valor pessoal, por meio da mútua admiração grupal (ELIAS, 2000).

Nesse contexto, a transferência para uma unidade dos *sem-convívio* levanta a suspeita de se ter *perdido o convívio*, de se ter feito algo que é considerado *errado, coisa de lomba-errada*. Por isso a forte rejeição de Manuel e Paulo, mencionados nas cenas anteriores, em sair da UM01. Nenhum deles queria ir de um lugar onde eram reconhecidos como quem *corre pelo certo*, quem *tem convívio*, para estar sob desconfiança de ser *lomba-errada*, tendo a *caminhada* manchada e o valor pessoal questionado diante dos pares. Num cenário de *guerra*, em última instância, há, também, o risco ainda mais drástico de uma *cobrança*, do “deixar morrer”, como o caso do garoto morto em outubro bem demonstra, com o grito a ecoar: *tira esse lomba-errada daqui!*

O fato é que, por mais que os *adolescentes* afirmem que *resolvem as tretas pela paz*, sendo *mente pensante*, eles continuam envolvidos em cadeias tensão. A *paz* entre *nóis* é tensa, desconfiada, de modo que as ofensas sofridas individualmente e pelo grupo raramente são reflexionadas de maneira neutra (ELIAS, 2000). Ser *desacreditado*, por exemplo, abre uma oportunidade de se mostrar, de requerer reconhecimento. A violência não é necessariamente evitada, mas chega a ser buscada ansiosamente. No caso do garoto assassinado, por exemplo, segundo ficamos sabendo, não houve qualquer aval ou *salve* para sua morte. Não houve um evento em específico que justificasse a *cobrança*. *Ter atitude* de aniquilar um rival pode ser uma maneira de se tornar *considerado*, de ter uma *caminhada* reconhecida, de angariar prestígio no grupo (BARROS et al., 2018; PIRES, 2018).

Assim, no *sistema*, a agência estatal acaba por contribuir na produção e ampliação das redes de amizades e de inimizades entre *adolescentes*, legitimando as formas de organização do *crime* (RODRIGUES, 2020; SANTOS, 2016). A lógica de divisão das unidades espacializa as amizades e alianças circunstanciais, e as fronteiras das rivalidades. A “trincheira”, o território onde o *adolescente* é alocado, é um elemento de extrema importância não apenas para o tratamento que receberá da instituição, mas para a avaliação e demarcação de sua *caminhada*,

para as posições valorativas que ocupa em relação aos outros, para sua passagem pela medida de internação. Vale ressaltar que os sentidos atribuídos aos lugares do *sistema*, todavia, não são estáticos como numa lógica binária e excludente de convívio-seguro, mas são relativas às posições que os *adolescentes* ocupam uns em relação aos outros e às acusações que se fazem uns aos outros sobre quem *corre com o certo* e quem é *lomba-errada* (MARQUES, 2009).

A existência das unidades dos *sem convívio/ lombas-erradas*, por exemplo, demonstra existir uma hierarquia valorativa entre os *adolescentes*, construída por meio das posições e acusações entre eles, que se costura ao espaço físico de *sistema*. É como se o *adolescente* passasse a carregar o “perfil” da unidade onde está (OLIC, 2009). Manuel e Paulo se negavam a ir para unidades onde poderiam ser reconhecidos como *lomba-errada*. Nenhum dos garotos queria carregar consigo tal estigma, pois, como ficou claro em outubro de 2017, as consequências poderiam ser, inclusive, fatais. Ir para a unidade *sem convívio* é correr o risco de estar no ponto mais baixo da hierarquia do *crime*, ser *coisa* (OLIC, 2009). Tal acusação, entretanto, ambigualmente, se direciona a qualquer unidade de rivais (MARQUES, 2009). Como ouvi certa vez de Lêdo: *pra mim, eles [adolescentes que corriam com o CV] são tudo coisa ali*.

Os remanejamentos territoriais de *adolescentes* pelas unidades de internação, como os “grandes remanejamentos de 2017”, são uma faceta dos dispositivos de controle que podem ser por eles apropriados em suas estratégias não apenas de resistência aos controles institucionais, mas de estabelecer vínculos, de se posicionar uns diante dos outros, pondo em contato os muitos “dentros” e o fora das unidades de internação (SANTOS, 2016):

[Adolescente 1] *E todos pra vim pra cá, né, tem que dizer que é PCC pra vim pra cá.*
 [Adolescente 2] *Se ele falar que é PCC é porque ele tem algum envolvimento já, né...*
 Adolescente 1] *É, mesmo que tenha pouco, mas tem.*
 (Roda de Conversa, UMJ02, fevereiro de 2020)

[Pergunta] Então, esse convívio que você vai vendo se vai ter, não é um funcionário que vai ver, é o próprio disciplina, é outra pessoa que vai ver se tem convívio ou não?
 [Lêdo] *É, é o que ali...? Quem bota disciplina na cadeia, né? Toda cadeia tem sua disciplina, pá... A nossa, cadeia do PCC, [trecho incompreensível] num sei da parte deles [unidade do CV], os bicho, mas da nossa parte aqui, se for cadeia que tenha ali um PCC, vai ter disciplina, onde o PCC tá a disciplina vai tá. Ai é ele [disciplina] que vai chegar, né, não os outros companheiro, o que ali é... o que? O que é responsável por ali por tudo [trecho incompreensível] “tu é o que?”, pá... Como eu disse, num é obrigado a nada. Só quem é obrigado é os integrante, cumprir com os compromisso dele. Da parte de quem é integrante, ele tem compromisso. Nós tem compromisso, tem que respeitar.*
 (Roda de Conversa, UM01, fevereiro de 2020)

Como Lêdo esclarece, pelo fato de sua unidade ser PCC, ela certamente seguiria sua *disciplina*. Em suas palavras: *Se for cadeia que tenha um PCC, vai ter disciplina*.

Conseqüentemente, *ter convívio* em tal unidade implica em um *reconhecimento* de sua *caminhada* como estando de acordo, dentro e fora dos muros da unidade, com as diretrizes, ainda que tensionadas, desta *facção*, carregando sua *disciplina* em seu próprio corpo.

O ponto onde quero chegar é o seguinte: no *sistema*, os controles, pressões e constrangimentos que os *adolescentes* exercem uns sobre os outros têm um forte fator territorial. Suas *caminhadas* são avaliadas e *cobradas* de acordo com a *disciplina* mobilizada, performada e negociada no território em que são alocados. Nesse sentido, ao que me parece, a morte do garoto em outubro de 2017 se relaciona a uma necessidade, entre seus parceiros de alojamento, de eliminar a desconfiança que poderia pairar sobre eles ao dividir o mesmo espaço com alguém que estava em uma posição ambígua, quase como contaminada, depois de passar por uma unidade da *facção* rival e por uma de *lomba-errada*, carregando consigo o estigma daqueles territórios. Suspeito que o corpo incerto e enganoso daquele garoto foi eliminado para que se demarcasse a diferença, a não-contaminação. Para que não fossem reconhecidos com o parceiro de alojamento, tomaram uma *atitude* drástica (APPADURAI, 1998), reiterando e reforçando as *regras* e os laços de lealdade do grupo, restaurando e reparando uma espécie de ordem, a *disciplina*, e, por fim, conferindo o *reconhecimento* de que tinham *atitude*.

Meu argumento é de que os sentidos de organização e de justiça entre os *adolescentes* são um elemento constitutivo das engrenagens do *sistema*, da máquina opressora (OLIC, 2009; PIRES, 2018). Conseqüentemente, a lógica organizativa das unidades de internação, por parte dos funcionários, passa a ter de reconhecer os sentidos de organização entre os *adolescentes* para poder geri-los.

Ora, *toda cadeia tem uma disciplina*, já alertou Lêdo. Também, em cada *cadeia* posiciona-se uma “trincheira” na *guerra: nós*, que *corre pelo certo*, contra os outros, *lomba-erradas* ou *Estado*. *Guerra* contra a *opressão* do *Estado* e contra o *antes*, quando não havia uma *disciplina* e se *matava por qualquer coisa*. Cada “trincheira” mobiliza pontos de vista para se contrapor ao inimigo, com suas próprias nomeações de *certo*, *errado*, *justo* e *opressão*, caracterizando positivamente o *nós* e negativando o outro (BIONDI; MARQUES, 2010).

Entre os *adolescentes*, a performance de determinada *atitude* e seu reconhecimento por parte do grupo fazem aquele que *corre com o certo* e aquele que *corre com o errado*. Tal performance, ao se acumular ao longo dos anos de internação em determinado território, torna-se naturalizada entre os próprios *adolescentes* e funcionários, o que se expressa em falas como: *ele é isso mesmo*, ou: *acho que num tem jeito pra mim* (BARBOSA, 2019; DRYBREAD, 2014;

MISSE, 2010). Interpretar os *adolescentes* como *bem comportados* ou *bandidos*, para os funcionários, é um dos modos de decidir sobre os territórios em que eles serão alocados, e sobre as oportunidades de *mudança de vida* ou de aproximação com as redes faccionais que terão. Assim, como num enigma do ovo e da galinha, não é possível saber onde uma coisa começa e onde termina, as coisas mais parecem acontecer ao mesmo tempo, se reproduzem e retroalimentam.

5.2: AS POROSAS PAREDES E MUROS DO SISTEMA

Janeiro de 2015. O assalto à loja de roupas, planejado por Raquel com as amigas, deu errado. Elas corriam entre as bancas e lojas apertadas do bairro quando foram pegas pela polícia e presas. Foi assim que a *adolescente*, já mencionada no primeiro capítulo, chegou à UF01. Internada, sua vida seguia na rotina da unidade. Era visitada pela mãe, pela sobrinha e pela irmã, que, logo as funcionárias descobriram, tinha uma passagem pelo presídio, acusada de tráfico.

Em fevereiro de 2016, já há mais de um ano internada, as coisas ficaram realmente complicadas para Raquel. Ela havia sido liberada para ficar com a mãe durante o final de semana, mas não voltou à unidade no horário previsto. O que de fato aconteceu não é possível saber. Raquel e a mãe brigaram durante aqueles dias de convivência. *De cabeça quente*, a garota disse que foi para a casa de colegas. A mãe dizia que ela estava com a irmã. Preocupada com a situação, a coordenadora da unidade ligou para o celular da *adolescente*. Quando finalmente conseguiu contato, convenceu-a de voltar à unidade, às 23h00 da noite. Depois disso, sua irmã ficou proibida de visitá-la, e a mãe disse que também não a visitaria mais.

A situação, no entanto, não parou por aí. Ao voltar, Raquel ficou *recolhida* por trinta dias. Mas o fato de ter sido afastada da convivência com as demais garotas não se deveu apenas à *infração grave*, mas porque elas ficaram sabendo, não se sabe como, de que, na confusão, Raquel teria ameaçado a mãe de morte. Agredir e ameaçar a mãe são *coisa de lomba-errada*. Ela *perdeu o convívio*. Precisou ficar isolada para não ser agredida pelas demais garotas.

O caso de Raquel traz uma das faces mais dramáticas dos tensionamentos entre os *adolescentes*: a *perda de convívio*. Tal fato pode ser observado na própria organização espacial das unidades, por sinal, bastante instável. As acusações de uns sobre os outros fez com que o *sistema* precisasse criar fronteiras físicas por meio de paredes, muros e portões para separar os

adolescentes, cada vez mais fragmentados. Ao mantê-los juntos, havia o risco de agressões e até mortes. O ano da cena narrada ainda era 2015, mas já era possível entrever o que estava por vir.

É justamente aí onde reside uma questão gritante dos repertórios disciplinares entre os *adolescentes*. As regulações de hábitos e comportamentos se dão por meio de silenciamentos, *debates*, assujeitamento a hierarquias etc. Mas o risco latente, que produz a obediência ou a *perda de convívio*, é justamente de agressões físicas, que podem contar com a omissão de funcionários das unidades de internação, tornando a situação ainda mais dramática. Com as paredes porosas tanto interna como externamente, nas dobras entre o dentro e o fora (MALLART; CUNHA, 2019), um *erro*, passado ou presente, poderá ser *cobrado*.

Tal cena, se assemelha a outra já trazida anteriormente, de junho de 2017. Valentina, psicóloga da UM01, comentava com voz assustada que, de alguma forma, as unidades, ou melhor dizendo, os *adolescentes* de diferentes unidades, poderiam estar se comunicando. Quais eram os vasos comunicantes (GODOI, 2010) naquele momento não tínhamos como saber. Talvez as transferências que vinham acontecendo entre as unidades. Naquele mesmo dia, ela mencionou que dois garotos a procuraram implorando para serem mudados de unidade. Mesmo sem saber ao certo se eles falavam a *verdade* sobre o *risco* que corriam, ela concordou em conseguir vagas em outro lugar, mas a desconfiança pairava no ar. Os vasos poderiam ser, também, funcionários que facilitavam a entrada de celulares, ou as visitas semanais. Eram conjecturas, mas baseadas em tudo o que já tínhamos visto.

Como já vem sendo apontado por outras pesquisas, não se pode deixar de pensar as porosidades entre o dentro e o fora das unidades de internação como elementos estruturantes dos governos no *sistema*, como o caso de Raquel demonstra (GODOI, 2010; PADOVANI, 2015; SANTOS, 2016). Avançando ainda mais, as porosidades não existem apenas em relação ao mundo exterior, como também internamente, como Valentina chamava atenção (MALLART, 2019a; MALLART; CUNHA, 2019; PADOVANI, 2015). Isto porque uma característica organizacional dos grupos faccionais é justamente a necessidade de monitorar seus membros por meio de métodos de gerar e transmitir informações (SKARBEEK, 2014).

As estratégias organizativas mobilizadas pelos *adolescentes* para colocar em movimento a *disciplina* no *sistema* não estão restritas aos espaços fechados das unidades. Se cada *cadeia* tem uma *disciplina*, ou um “ritmo”, como afirma Biondi e confirma Lêdo adiante, os “movimentos” não ficam confinados. Os *adolescentes* circulando de uma unidade a outra e as informações que entram e saem bem demonstram. Em outras palavras, em algumas situações, ser transferido de um lugar a outro significa uma nova possibilidade de colocar em movimento a *disciplina* (BIONDI, 2017; SKARBEEK, 2014).

Ainda segundo Lêdo e seus companheiros da UM01, toda unidade tem uma *disciplina*, que se espacializa, de modo a reconhecer a *caminhada pelo certo* de quem ali se encontra, ao mesmo tempo em que se mantém por meio da ameaça de *cobrança* de *erros*. Afinal, é como se a *disciplina* se territorializasse, também, nos corpos dos *adolescentes*. Por onde circulam, carregam as marcas da *disciplina* do lugar de onde vieram:

[Lêdo] *E nós também, nós tem que levar o crime ali... O crime é nós, né, na verdade...*

[Adolescente 1] *A disciplina é nós...*

[Lêdo] *O crime é nós que se encontra ali fechando com a facção, tá envolvido numa vida errada, aí, eu tenho que levar ali que o crime sou eu, num tem ali que mentir, o crime sou eu (...).*

(Roda de Conversa, UM01, fevereiro de 2020)

Esse é um dos aspectos do compartilhamento do “controle social disciplinar” entre *adolescentes* e funcionários no *sistema* que chamo atenção. Mesmo que com menos oportunidades de poder em relação aos funcionários, os *adolescentes* produzem estratégias de contraposição e mútuas regulações (SANTOS, 2016; SINHORETTO; SILVESTRE; LINS DE MELO, 2013), afinal:

o poder é algo múltiplo e relacional, que se exerce por meio de dispositivos estratégicos, em um conjunto de práticas sociais heterogêneas, historicamente construídas e sempre sujeitas a transformações. Ninguém e nenhuma dimensão da vida social escapam à atuação dos dispositivos de poder e de seus processos e efeitos de moralização e normalização. O poder não é uma força que se exerça sobre os sujeitos verticalmente (de cima para baixo), mas, em uma multiplicidade de relações horizontais que assujeitam e disciplinam. (SANTOS, 2016, p. 92)

Pensando com Santos, existem dispositivos de controle, de pressão e de constrangimento, também, nas relações entre os *adolescentes*, nas dobras do *sistema*, compondo suas próprias engrenagens, afinal, o poder de punir, de castigar e de *cobrar* claramente não é monopolizado pelos funcionários, mas está espreado nas relações entre os próprios *adolescentes*. Eram as companheiras de Raquel que estavam prontas para puni-la por ter ameaçado a mãe, informação que lhes chegou por meios que não os formais, mas atravessando as porosidades internas e externas daquele território.

Custou-me tempo a entender, mas é justamente por isso que não é possível pensar o sistema socioeducativo por um viés estritamente institucional ou formal. Em se tratando de redes de tensão, de repertórios disciplinares, mobilizados situacionalmente, exercendo controle e pressão sobre a vida de *adolescentes* e funcionários, é preciso reconhecer que estão emaranhadas lógicas de disciplinamento relativas, também, às *regras do crime*, mais especificamente, das *facções*, de modo que a estrutura territorial das unidades de internação precisou se adaptar, também, aos tensionamentos entre as *adolescentes*, como o caso de Raquel continua a demonstrar.

A ameaça constante de *cobranças* violentas é apenas um dos repertórios mobilizados pelos *adolescentes* nas relações entre si para exercer controle e pressão uns sobre os outros, talvez dos mais extremos. A violência, nesse sentido, não é desprovida de sentido, ou completamente irracional, como pode parecer à primeira vista, mas é uma expressão de como se constroem as relações entre eles, atribuída de sentidos e de significados (COSTA, 2011). Trata-se da *disciplina* posta em movimento, adentrando pelas porosidades internas e externas das unidades, dando sentidos e direções aos tensionamentos entre os *adolescentes*. Ameaçar a mãe, olhar a visita de um companheiro, masturbar-se no alojamento, falar uma *palavra mal colocada*... Todas essas são *atitudes* que tensionam as *regras* da *facção*. Alguma coisa precisa ser feita, uma punição, uma *cobrança*, uma *correção*, par além dos CADs, dos *recolhimentos*. Algumas vezes, uma coisa se mistura à outra.

Os controles e constrangimentos, a *disciplina*, por sua vez, só é posta em movimento por meio das redes de fofocas que circulam pelas unidades (MALLART; CUNHA, 2019), por meio de pessoas e objetos que se tornam vasos comunicantes. Em certa ocasião, eu mesma fui vista como um em potencial. Um garoto, ao saber que eu também realizava pesquisa na UF01 insistiu para que eu passasse o código *duque cena* para uma garota lá internada, depois que eu me neguei a levar um papelzinho onde lhe escrevera um recado. Nunca entendi o que o código significava, mas me neguei a levar o recado das duas maneiras temendo a rede de fofocas entre funcionários, que poderia inviabilizar a continuidade de minha pesquisa, e, principalmente, temendo as implicações que o *duque cena* poderia ter, uma *cobrança*, uma punição, um *salve*. Tal evento, no entanto, me ajudou a entender como se constroem as redes informais de comunicação e organização entre *adolescentes*: as transferências, os funcionários de uma unidade a outra, as redes de visitas, os papezinhos que circulam por entre muros e paredes... (PADOVANI, 2015).

À medida que institucionalmente são mobilizadas estratégias de controle da vida dos *adolescentes* por meio de transferências e criação de novas unidades, estratégias amparadas, entre outras coisas, por seus vínculos de amizade ou rivalidade formados no interior das unidades e no *mundão*, mais vasos comunicantes vão sendo abertos, como Valentina começava a perceber (PADOVANI, 2015).

Estar em um lugar ou outro, além de definidor da *caminhada* de um *adolescente*, pode implicar em oportunidades de *mudar de vida* ou de assumir que *vai fazer pior*, que *vai mergulhar de cabeça* nas redes de relações *do crime*. São as redes de relações em cada unidade que, na convivência, com suas disposições para isto ou aquilo, sua *disciplina*, se costuram à *caminhada* dos *adolescentes*. Por isso a ansiedade de funcionários em transferir *adolescentes bem comportados* para unidades onde eles teriam *melhores oportunidades*.

Usando-se de táticas, os *adolescentes* “sem-poder” parecem se esforçar por subverter os sentidos dos espaços de poder do *sistema*. As estratégias de controle, em algumas situações, são reapropriadas, ganham outros usos, fazendo com que “o espaço que resulta das ‘estratégias’ se cinda para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam” (LEITE, 2002, p. 121). As unidades demarcam espaços de rivais e companheiros; aqueles que são abjetos, intocáveis, e aqueles que são parceiros; aqueles que querem *mudar de vida* e aqueles que querem continuar no *mundo do crime*. Circular por essas unidades pode implicar em um *salve*, uma *cobrança*, uma exclusão, um reconhecimento... São muitas as possibilidades, pois são territórios de convívio social, de pertencimento, de socialização (MELO, 2012). Assim, a *caminhada* de um *adolescente* acaba por definir sua caminhada de internação e vice-versa.

[Pergunta] Uma pessoa que não é de facção, quando chega aqui no sistema, ele tem que se vincular a alguma facção?

[Lêdo] *Aí, eu cheguei lá no convívio, aí, eu cheguei na triagem, não, posso concluir ali o que? Fechar ali com disciplina, representante, perguntou: “você é o que, pá? Você é faccionado ou você é evangélico?”, aí, da minha parte, eu nunca virei evangélico, eu virei, mas depois de muito tempo. Aí: “você é o que”, “eu sou faccionado”, ele vai pá, pá, pá... Se eu disser: “ó, eu sou evangélico”, aí, os cara vai, vai só chegar ai o que? Vai só pra respeitar, as disciplina, num é porque eu sou evangélico que eu num vou passar por cima de várias coisa ali que num pode, tem muitas coisa ali que num pode. A pessoa num é obrigada a nada, a facção nunca obrigou ninguém a nada.*

A- Entendi. Então todo mundo tem que seguir a disciplina, correndo com a facção ou não?

[Lêdo] *Tipo ali, nós é faccionado, aí, tem os evangélico, vou falar dos evangélico. A nossa disciplina é não pegar na mão deles. Porque a mão deles ali é que [trecho incompreensível] nós, quando nós tem um abalo, a mão dele ali é que recolhe nós, nós num pega na mão dele. Aí, antes dele virar evangélico, eles fechava cum nós, e se eles fechava cum nós, eles têm que entender que o Estado ali, tá achando o meu erro, uma coisa ou outra, ele num vai pegar na mão do Estado.*

(Roda de Conversa, UM01, fevereiro de 2020)

A questão que me fica é o quanto a própria experiência da internação acaba por produzir e reproduzir o cenário de unidades *faccionadas* que observamos, como Barbosa (2019) aponta, fazendo emergir o que ele chama de comportamento, e que eu chamaria de *disciplina* entre os *adolescentes*, como uma tática de sobrevivência diante dos tensionamentos que envolvem *tirar cadeia*. Não foi assim que expandiram-se CV e PCC para todo o país, inclusive para as unidades de internações alagoanas, ainda com o efeito reverso e perverso da *guerra?*, ele argumenta. Ao que me parece, as políticas faccionais são indissociáveis das próprias lógicas de governo institucionais do *sistema* (MARQUES, 2009).

CONCLUSÃO: OS PRÓXIMOS PASSOS DA CAMINHADA

Tinha o evangelho debaixo da almofada. Pegou-o maquinalmente. Aquele livro era dela, pois era o mesmo em que lera o trecho da ressurreição de Lázaro. Nos primeiros tempos do presídio pensava que ela iria importuná-lo com a religião e que se poria a falar do Evangelho e a aborrecê-lo com o livresco. Mas, para o seu maior assombro, nem uma só vez ela lhe falou nisso, nem uma vez sequer lhe propôs o Evangelho. Foi ele quem lhe pediu, um pouco antes de ter adoecido, e ela o levou em silêncio. Até então, ele nem sequer o abrira. E também não o abriu naquele momento, mas ocorreu-lhe um pensamento: “A crença dela não poderia, naquele momento, ser a dele também? Pelo menos os seus sentimentos, as suas aspirações...” (...). Mas aqui já começa uma nova história, a história gradual da renovação de um homem, a história da sua transição progressiva de um mundo para outro, do seu contato com uma nova realidade, completamente ignorada até então.

(Fiódor Dostoiévski, em Crime e Castigo)

Esta pesquisa, como tantas outras produzidas neste inesperado – para ser eufemística – ano de 2020, foi atravessada pela crise sanitária provocada pela pandemia da covid-19. Lembre-me de, na segunda semana de março, já alarmada com as notícias da pandemia que se aproximava de nós, alagoanos, ter apresentado a meu orientador minhas inquietações e dúvidas em relação à continuidade das Rodas de Conversa na UM01 e UF01. Concordamos que o melhor seria pausar as atividades naquele momento, embora a Sumese ainda não tivesse adotado nenhuma medida oficial, o que veio a acontecer no dia seguinte após minha decisão, com o fechamento das unidades para visitas externas. Os desconfortos relacionados à minha decisão foram muitos. As crises que ocorreram em algumas unidades, em que os *adolescentes* pouco entendiam o que acontecia do lado de fora e apenas viam suas visitas e atividades ser canceladas, foi mais uma instabilidade adicionada ao *sistema*. Me pareceu frustrante não ter podido me comunicar diretamente com os garotos e garotas para explicar os motivos pelos quais não iria dar continuidade às nossas tardes de Roda de Conversa. Segundo soube, muitos receberam a liberdade ao longo do ano, de modo que nosso contato e interlocução foram rompidos de maneira brusca, sem diálogos, exatamente como não pretendia.

Além disso, diferente do que pretendia, minhas atividades de campo ficaram apenas nas três unidades mencionadas nesse trabalho, embora minha intenção fosse circular por mais duas ou três unidades ainda. De todo modo, o trabalho em equipe, conjunto e companheiro, que vínhamos realizando enquanto grupo de pesquisa, me permitiu dar prosseguimento a este trabalho. O acúmulo de dados ao longo dos últimos anos, as trocas de transcrições, diários de campo, de textos... Tudo isso me permitiu estar em uma posição privilegiada para continuar a análise, mesmo longe do campo de maneira tão precoce, contrariando meus planos de um ano antes. Foi nessas circunstâncias que pude concluir este trabalho, mesmo à sombra da pandemia que a todos nós, de diferentes maneiras e intensidades, afetou.

Na escrita deste trabalho, no processo de voltar aos diários de campo, aos áudios de entrevistas e Rodas de Conversa, fui pega mais uma vez por todas as afetações que os diálogos e as vivências de campo me provocavam. Mais afastada das unidades de internação, fui me dando conta com ainda mais clareza dos distanciamentos entre minha posição e a de meus interlocutores, e como isso interferiu nos passos que estava a dar, no caminho que percorri. Não se tratava apenas de uma distância geracional, mas de origens sociais, pertencimento e circulação por diferentes territórios, posse de bens materiais e simbólicos. Tudo isso emergindo nas tensões de nossos encontros e interações, latente nos diálogos, nas escolhas, nas compreensões e incompreensões. Para bem ou para mal, este trabalho é atravessado por todas essas questões, ainda que ingenuamente eu não me desse conta disso em várias ocasiões quando estava em campo (MALVASI et al., 2018; MCCORKEL; MYERS, 2003).

Voltar à “matéria bruta” produzida em campo me fez perceber, também, que estava muito longe de uma observação neutra e distanciada, mas o observar estava acoplado “em correntes de atividades situadas” (MALLART, 2019a, p. 46). Sobretudo nas Rodas e Conversa, eu estava participando das vivências dos adolescentes, compondo o cenário do *sistema*, envolvida naquela figuração, pressionando-a e sendo pressionada. Numa troca, compartilhava de minha vida e opiniões, para poder ouvir dos adolescentes sobre suas vidas e opiniões. Embora próximos geograficamente, não deixava de pensar sobre os diferentes cursos que nossas vidas tiveram e nas implicações inescapáveis (ao menos aparentemente) com as quais teríamos de lidar. Ao ocupar uma posição específica, deixando-me afetar, na medida do possível, fazia de minha posição um “vetor de conhecimento”, ainda que isso não fosse totalmente intencional ou claro para mim no processo (FAVRET-SAADA, 2005; MALLART, 2019a).

Dando agora os últimos passos desta dissertação, retomo o ponto por onde comecei, tratando sobre a gestão institucional da vida dos *adolescentes*, ou melhor dizendo, dos repertórios disciplinares dos agentes do Estado, os funcionários. Outras pesquisas já vêm clarificando como o sistema de justiça, a “ordem estatal”, é seletivo em relação àqueles que serão alvo da repressão, das mortes violentas e irão ocupar os espaços de encarceramento. Age-se fortemente no constrangimento cotidiano dos jovens das *quebradas*, das margens. São esses jovens, os *adolescentes* com quem dialoguei, que são apresentados, vistos e tratados como

ameaças e inimigos em potencial (BARROS et al., 2018; GRILLO, 2019; SÁ, 2011; SINHORETTO; MORAIS, 2018)

Para esses *adolescentes* as grades mais parecem um horizonte inescapável. Assim, por meio de suas circulações pelos sistemas de encarceramento, são reproduzidas dinâmicas das prisões nas periferias e dinâmicas das periferias nas prisões. Há uma ressonância que eu diria disciplinar entre esses ambientes: delegacias, unidades de internação, presídios, comunidades acolhedoras... Códigos, enunciados, *disciplinas* e regras são postos em movimento, conformando-se a figurações específicas, como o *sistema* (MALLART, 2019b).

Periferias e ambientes de encarceramento se tornam, além disso, territórios de exceção, onde *adolescentes* podem ser alvos de agressão, até da morte, sem que suas vidas sejam consideradas como passíveis de cuidado e de responsabilização das instituições de internação e de justiça. Quando um garoto morre em uma unidade, como aconteceu em outubro de 2017 e voltou a acontecer em agosto de 2020, a situação é tratada como um evento entre envolvidos com o crime, merecendo pouca ou nenhuma atenção do poder público. Poucos questionamentos, como se fosse algo previsível. Algo semelhante acontece quando *adolescentes* são mortos pouco tempo depois de saírem da internação, ao receberem a sonhada liberdade. Mortes que são quase como o cumprimento de um destino já esperado (BARROS et al., 2018). É nessas circunstâncias que se faz a gestão institucional das unidades de internação, que se fazem os governos das vidas dos *adolescentes* internados.

Chamo atenção, no entanto, para como o risco e a insegurança são fios que estão a unir e interligar todos que têm uma caminhada pelo *sistema*, *adolescentes* e funcionários. As vidas de ambos parecem estar sob os mesmos regimes de indiferença. Monitores, por exemplo, também podem se tornar alvo de agressões e até de morte. As tensões são vividas dentro e fora dos muros do *sistema*, nas suas dobras (MALLART; CUNHA, 2019). Assim, a convivência entre *adolescentes* e funcionários se dá justamente por meio da violência recíproca, física ou simbólica.

É justamente aí onde avanço mais alguns passos, pois não necessariamente entendo que as “gangues prisionais” atuam em brechas de instituições formais do Estado, justamente porque, a partir de minha experiência em Alagoas, entendo que a formalidade está muito longe de que observo no *sistema*. Não entendo que exista algo surgindo das brechas deixadas pela omissão de um poder estatal formal e estabilizado, mas que a convivência, as interações que se

estabelecem entre aqueles que têm uma caminhada no *sistema*, é que produzem e reproduzem, nas relações, os tensionamentos, os constrangimentos e as pressões mútuas, ainda que desiguais. A meu entender, é preciso pensar em redes de interdependências entre indivíduos que mobilizam diferentes disposições para disciplinar.

Meu argumento é que, em Alagoas, as forças de imposição da lei e da ordem estatal estão imbrincadas na reprodução do *mundo do crime*. Agentes de estado e *bandidos* são interdependentes (RODRIGUES, 2019). Por isso, estou inclinada a pensar com Godoi (2017) que não há uma relação de dominação unívoca por parte dos agentes do estado sobre os *adolescentes*, que, então, passariam a agir nas brechas deixadas pela instituição. Ora, os *adolescentes* não são apenas passivos ou responsivos aos governos de suas vidas. O alinhar de suas vidas às vidas de funcionários possibilita a mobilização, a articulação, a organização e a responsividade dos *adolescentes* nas dobras entre o dentro e o fora, entre o formal e o informal (MALLART; CUNHA, 2019; TELLES; HIRATA, 2007), fazendo movimentar as engrenagens do *sistema*. Para funcionar, pensado como uma malha, um tecido que emaranha vidas e caminhadas, o *sistema* é formado não apenas funcionários, mas também por adolescentes.

Ainda em concordância com Godoi (2017), partilho de sua hipótese de que é o próprio funcionamento intestino do *sistema* que o torna possível tal qual o conhecemos. Nessas circunstâncias é que passam a ser enunciadas as *facções* enquanto mobilização em meio à urgência que vigora nas unidades de internação, não apenas subvertendo seus sentidos, mas fazendo o *sistema* ser exatamente o que está fadado a ser.

[Pergunta] Quando foi que isso começou a acontecer. Se vocês pudessem dizer assim: foi em tal ano. Quando foi?

[Adolescente 1] Foi em 2016, na minha visão, mas já vinha, que ela num tinha essa força toda a facção... Quando foi? Na minha visão foi depois de um massacre que teve...

[Adolescente 2] Foi na Amazônia...

[Adolescente 1] Que teve um massacre de num sei quantos irmão, a FDN e o CV, aí, separou, era unido, aí, separou tudo, cada um correu pro seu lado, a quebrada que virou tal... Separou. Aí, começou os massacre dentro dos presídio e do lado de fora também.

O mais interessante é que os próprios *adolescentes* têm suas teorias nativas sobre o que está a acontecer, o que desencadeou a *guerra* que vivem. Nota-se que *cadeias* e *massacre* não ficam de fora da explicação. Dias (2011) fala na consolidação consistente do PCC nos presídios paulistas como um dos motivos para não mais ser necessário a demonstração pública de sua força, força bruta. Nas *prisões* em *guerra* do Norte e do Nordeste, são os *massacres* que predominam. Ainda que no discurso haja a disseminação da ideia de controle, de *resolver as*

tretas pela paz, as “explosões de força bruta (p. 229), mais ou menos constantes, dão mostras do contrário, escancarando a arbitrariedade da violência contra aqueles que, de uma forma ou de outra, têm uma caminhada no *sistema*.”

Trata-se, afinal, de um processo ambivalente, não linear, dependente justamente das interdependências afetivas entre os indivíduos. Interdependências que podem assumir formas conflituosas, inclusive. No fim das contas, as disposições dos *adolescentes* para se submeter e fazer circular a *disciplina* das *facções* não muito diferem dos métodos de justiça dos funcionários no *sistema*. Instáveis, contingentes e limitados pela teia social que os interliga (RODRIGUES, 2021). O Estado neutro, formal e potente, tal qual eu imaginava há um tempo, é uma performance em tensão, justamente porque as fronteiras entre legal e legal estão em constante contato, tensionadas (DAS; POOLE, 2004; MARQUES; NASCIMENTO, 2019).

Isto porque nem Estado nem crime têm legitimidade total e estabelecida, mas estão engajados em negociações constantes de suas posições. Em alguns momentos, empregam a ameaça e a violência. Em outros, reforçam-se mutuamente. Não são completamente antagônicos ou concorrentes, como vai ficando claro, mas se entrecruzam, e até chegam a se articular e se engajar (CARVALHO, 2020).

Por isso, não se trata de pensar em uma ausência do Estado, mas na maneira como suas engrenagens são postas em movimento, sobre a forma em que se dá sua presença no interior das unidades de internação, por meio da agência dos funcionários. É justamente a partir daí que se torna possível compreender as posições também dos *adolescentes*, insistindo na ideia de que *Estado* e *socioeducandos* só existem nas interdependências, nas pressões mútuas de uns sobre outros, nas posições que ocupam um em relação ao outro (DIAS, 2011). Assim é que, como venho apontando, o *sistema*, seus repertórios disciplinares, e as *facções* e sua *disciplina* são inseparáveis, se reproduzem e retroalimentam.

Já concluindo esta dissertação, aponto que os problemas de pequena escala aqui apontados são inseparáveis de problemas de muito maior escala, a acontecer na cidade, no estado e por aí vai em ordem crescente. Ainda pensando nas inconclusões que este trabalho suscita, coloco minhas últimas questões, estas talvez mais existenciais, com as quais me deparei muitíssimo nos últimos tempos: como poderíamos, então, construir uma convivência não violenta? (ELIAS, 1994, 2000).

Com Lyra (2013, p. 101), me pergunto por que, para muitos *adolescentes*, o trabalho, os sonhos, o futuro, a escola, a família e o afeto estão alocados em outra esfera existencial da qual, ao menos temporariamente, eles não fazem parte? Por que tantos aquiescem que *uma hora ou outra eu vou morrer mesmo*? Aquiescer talvez não seja a palavra. Afinal, muitos também parecem ansiosos por alguém lhes dê algum crédito, acredite que podem *mudar de vida*, o que, em última instância, quer dizer que eles podem sobreviver à *guerra*, que eles podem ter um futuro *normal*.

[Adolescente 1] *Num tenta enxergar algo ali, que nem você falou, o que a pessoa tem de bom, só enxerga ali o que a pessoa tem de ruim. Caiu ali com um processo de roubo, alguma coisa, só enxerga aquilo...*

[Adolescente 2] *Um exemplo ali, né, minha avaliação voltou, veio mais seis meses, oxe, nunca mais vou sair daqui de dentro! Vou procurar, num quero saber de nada, agora é só bagunçar. [trecho incompreensível] a pessoa ali num tava nem nada, num vai sair mais, aquilo ali vira a pessoa de cabeça pá baixo, num sei explicar direito não.*

[Adolescente 3] *Muitas vez aqui a pessoa pensa em mudar de vida, mas quando tá tudo bem, chega outos pá atrapalhar, aí, já vem outos pensamentos, que o cara num vai mudar de vida, sair daqui, num tem mais jeito, tá tudo acabado...*

[Adolescente 2] *Às vez eu deito na cama e fico pensando, quando sair daqui, vou aconselhar meus irmão, tá lá no mundão, num sei o que eles tá fazendo, que essa vida num é pá ninguém não. Eu penso muito na minha família também, né. A pessoa sair daqui, a maioria é a família da pessoa, a pessoa em casa, a pessoa que a pessoa mais gosta ali no dia-a-dia, que a pessoa ama...*

[Adolescente 1] *Da mesma forma ali que ele falou. Às vezes castelo assim, aí, penso ali na pessoa que eu gosto.*

(Roda de Conversa, UM01, março de 2020)

Tenho me interessado cada vez mais pelo que acontece do lado de fora das unidades de internação. Quando alguns desses garotos começam a esboçar o desejo do que chamam de *mudar de vida*, o desejo de ter uma *vida normal*. O que acontece, então? Muitos falam em *virar evangélico*, em *virar trabalhador*. Certa vez, um garoto falou em deixar de *roubar, matar e destruir*, como na passagem bíblica, como se ele encarnasse o próprio mal. Quais são, então, as interfaces, as conexões, as interpenetrações que existem entre o universo *do crime* e da *religião*, para que narrativas como essas possam emergir? Essa é já outra questão.

Neste percurso de pesquisa, passei a perceber como as práticas evangelizadoras presentes no cotidiano institucional das unidades de internação – as atividades semanais de religião, de grupos católicos, evangélicos (das igrejas Assembleia de Deus e Universal) e espíritas; os cultos aos finais de semana; as avaliações do *arrependimento* dos adolescentes etc. – poderiam ser compreendidas, também, como repertórios disciplinares, mobilizados tanto no *crime* como no *sistema*.

De um lado, determinadas falas e performances correspondem a expectativas de funcionários sobre as noções de *arrependimento* e de *mudança de vida* por parte dos *adolescentes*, o que é essencial para que eles recebam a *liberdade*, dando mostras de como referências religiosas podem ser mobilizadas nos discursos e práticas disciplinares do *sistema*. De outro lado, e interessando-me ainda mais, num contexto de *guerra entre facções* em *quebradas* e *cadeias*, garotos e garotas que têm seus cursos de vida constrangidos por tais circunstâncias, vêm enunciando o desejo de se afastar dos grupos faccionais e das práticas ilícitas, sugerindo o engajamento em experiências religiosas como uma alternativa legítima.

É ao considerar tais experiências que entendo ainda existir interfaces entre *crime* e religião que cabem ser problematizadas por investigações sociológicas em contextos como o nordestino e o alagoano. Ainda são necessárias pesquisas sobre o fenômeno religioso no Brasil que considerem diferentes dimensões da vida, considerando a formação social em que os indivíduos se ligam emocionalmente uns aos outros por meio de dependências funcionais afetivas recíprocas (SANTOS, 2017). É sobre essas questões que ainda pretendo me debruçar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, M. **Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação**. São Paulo: Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.
- ALMEIDA, B. G. M. **A racionalidade prática do isolamento institucional**: Um estudo da execução da medida socioeducativa de internação em São Paulo. 2016, 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- ALVAREZ, T. R. O. M. C. **Pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP - 1990-2006)**: Fatores determinantes na aplicação da medida socioeducativa de internação. Caxambu: 2014. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/spg-1/spg02-1>
- ANDRADE, F. G. (direção). **Na quebrada**. Distribuidor: Downtown Filmes, 2014.
- APPADURAI, A. Dead Certainty: Ethnic violence in the era of globalization. **Public Culture**, v. 10, n. 2, p. 225–247, 1998.
- Atlas de violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 31 out. 2020.
- BARBOSA, A. R. “Grade de ferro? Corrente de ouro!”: Circulação e relações no meio prisional. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 107–129, 2013.
- BARBOSA, A. R. Política e moral nas prisões brasileiras. **Tempo Social**, v. 31, n. 3, p. 121–140, 2019.
- BARROS, J. P. P. et al. “Pacificação” nas periferias: Discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 117–128, 2018.
- BECKER, H. S. **Metódos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BEUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- BEZERRA, J. Mulheres vivem quase dez anos a mais que homens em Alagoas. **Gazeta de Alagoas**. 27 nov. 2020. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/296610/mulheres-vivem-quase-dez-anos-a-mais-que-homens-em-alagoas>
- BIONDI, K. Relações políticas e termos criminosos: O PCC e uma teoria do irmão-rede. **Teoria & Sociedade**, n. 15, p. 206–235, 2007.
- BIONDI, K. **Junto e Misturado**: Imanência e transcendência no PCC. 2019, 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- BIONDI, K.; MARQUES, A. Memória e historicidade em dois “comandos” prisionais. **Lua Nova**, n. 79, p. 39–70, 2010.

BIONDI, K. **Etnografia no movimento: Território, hierarquia e lei no PCC**. 2014, 334 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BIONDI, K. Políticas prisioneiras e gestão penitenciária: Incitações, variações e efeitos. **Etnográfica**, v. 21, n. 3, p. 555–567, 2017.

BOURDIEU, P. A “Juventude” é apenas uma palavra - Entrevista com Pierre Bourdieu. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 112–121, 1983.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CARVALHO, A. B. **Negociando a vida e a morte: Estado, igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte**. 2020, 346 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

CARVALHO, A. R. B. **A “máquina opressora”**: A gestão da vida de adolescentes sentenciados a cumprir medida socioeducativa em unidades de internação de Alagoas. 88 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

CARVALHO, A. R. B.; SANTOS, A. B. Algumas expressões da guerra entre facções em unidades de internação do Sistema Socioeducativo no estado de Alagoas. **Áskesis**, v. 9, n. 1, p. 19-35, 2021.

CONCEIÇÃO, T. N. **O comando é noiz: Descobrimo o tráfico na periferia de Salvador**. 2015, 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CÔRTEZ, M. M. P. **O bandido que virou pregador: A conversão de criminosos ao pentecostalismo e suas carreiras de pregadores**. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COSTA, A. T. M. Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 24, n. 62, p. 353–365, 2011.

COSTA, F.; MADEIRO, F. Guerra do PCC com CV e facções locais leva à alta de homicídios em 3 estados do Nordeste. **Uol**, 20 ago. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/20/guerra-do-pcc-com-faccoes-locais-leva-a-explosao-de-homicidios-em-3-estados-do-nordeste.htm?cmpid=copiaecola>.

CUNHA, O. M. G. Tempo imperfeito: Uma etnografia do arquivo. **Mana**, v. 10, n. 2, p. 287–322, 2004.

CUNHA, C. V. DA. **Oração de Traficante: Uma etnografia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

DAMAS do crime: 18 mulheres estão entre os alvos de operação contra o PCC em Alagoas. **Tudo na Hora 1**. 28 jul. 2020. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/damas-do>

crime-18-mulheres-estao-entre-os-alvos-de-operacao-contr-o-pcc-em-alagoas/

D'ANGELO, L. B.; HERNÁNDEZ, J. D. G. Sexualidade, um direito (secundário)? Atravessamentos entre sexualidade, socioeducação e punição. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 78–104, 2017.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, 1999.

DAS, V. Violence, gender and subjectivity. **Annual Review of Anthropology**, v. 37, n. 1, p. 283–299, 2008.

DAS, V.; POOLE, D. The state and its margins. In: **Anthropology in the Margins of the State**. New Dehli: Oxford University Press, 2004.

DESMOND, M. Relational ethnography. **Theory and Society**, v. 43, n. 5, p. 547–579, 2014.

DIAS, C. C. N. **A igreja como refúgio e a bíblia como esconderijo**: Religião e violência na prisão. São Paulo: Humanitas, 2008.

DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: Expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011, 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, C. C. N. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social**, v. 23, n. 2, p. 213–233, 2011.

DJAVAN. **Viver é dever**. Luanda Records, 2018.

DOSTOIÉVSKI, F. **Crime e castigo**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

DRYBREAD, K. Sleeping with one eye open. In: **Violence: Ethnographic Encounters**. New York: Berg Publishers, p. 79–96, 2009.

DRYBREAD, K. Murder and the Making of Man: Subjects in a Brazilian Juvenile Prison. **American Anthropologist**, v. 116, n. 4, p. 752–764, 2014.

DRYBREAD, K. Documents of indiscipline and indifference: The violence of bureaucracy in a Brazilian juvenile prison. **American Ethnologist**, v. 43, n. 3, p. 411–423, 2016.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, N. **Teoria simbólica**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

ELIAS, N. **Os Alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasil, 1995.

FACCHINETTI, C. et al. No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados. **História, Ciências, Saúde**, v. 17, n. 2, p. 733–768, 2010.

- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, v. 13, p. 155, 2005.
- FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão**: Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008, 336 f. (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- FELTRAN, G. S. Crime e castigo na cidade: Os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno Centro de Recursos Humanos**, v. 23, n. 58, p. 59–73, 2010.
- FELTRAN, G. S. A categoria como intervalo: A diferença entre essência e desconstrução. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2018.
- FLEISCHER, S. R.; BONETTI, A. Etnografia arriscada: Dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo. **Teoria & Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 7–17, 2010.
- FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico. **Teoria e Cultura**, v. 2, n. 1 e 2, p. 39–53, 2008.
- FREIRE, L. Sujeitos de papel: Sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. **Cadernos Pagu**, v. 2016, n. 48, p. 1–34, 2016.
- GARLAND, D. **A cultura do controle**: Crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- GODOI, R. **Ao redor e através da prisão**: Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. 2010, 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GODOI, R. Penar em São Paulo: Sofrimento e mobilização na prisão contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 18, 2016.
- GODOI, R. Experiência da pena e gestão de populações nas penitenciárias de São Paulo, Brasil. **Etnográfica**, v. 21, n. 1, p. 27–48, 2017.
- GRILLO, C. C. Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, p. 62–92, 2019.
- HATHAZY, P. The rebirth of the prison in Latin America: Determinants, regimes and social effects. **Crime, Law and Social Change**, v. 65, n. 3, p. 113–135, 2015.
- HIKIJI, R. S.; MIRAGLIA, P. Peguei tempo indeterminado: vigilância, violência e revolta entre os muros da Febem. **Sexta Feira**, v. 5, p. 50–60, 2000.
- HIKIJI, R. S. Música para matar o tempo: Intervalo, suspensão e imersão. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 151–178, 2006.
- INGOLD, T. That’s enough about ethnography! **Journal of ethnographic Theory**, v. 4, n. 1, p. 383–395, 2014.
- KATZ, J. From how to why: On luminous description and causal inference in ethnography (Part I). **Ethnography**, v. 3, n. 1, p. 443–473, 2001.

- LAHIRE, B. **Homem plural**: Os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LESSING, B. As facções cariocas em perspectiva comparativa. **Novos Estudos**, v. 27, n. 1, p. 43–62, 2008.
- LIMA, C. P. S. **As mulheres nas redes do tráfico de drogas em Alagoas**. 2016, 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.
- LIMA, J. V. Potencialidades da análise documental para pesquisas sobre instituições de medida socioeducativa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 15, n. 107, p. 197–214, 2014.
- LIMA, J. V.; ALVAREZ, M. C. O adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais: Pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (Febem, São Paulo/SP, 1990-2006). **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 233–257, 2017.
- LIMA, J. V.; ABREO, L. D. O.; GONÇALVES, H. S. No fio da navalha: Efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 54–77, 2017.
- LINS, J. Polícia prende em Alagoas suspeitos de participar de facção criminosa do Rio de Janeiro. **G1 Alagoas**, 13 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/04/policia-civil-prende-suspeitos-de-integrar-facciao-criminosa-em-alagoas.html>.
- LLOSA, M. V. **A guerra do fim do mundo**. Alfaguara, 2008.
- LOURENÇO, L. C.; ALMEIDA, O. L. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”: Gangues prisionais na Bahia. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 37–59, 2013.
- LOWENKRON, L.; FERREIRA, L. Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant**, v. 12, n. 2, p. 76–112, 2014.
- LYRA, D. **A república dos meninos**: Juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2013.
- MACHADO DA SILVA, L. A. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, v. 23, n. 59, p. 283–300, 2010.
- MACHADO DA SILVA, L. A.; VALLE MENEZES, P. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos Estudos**, v. 38, n. 3, p. 529–551, 2019.
- MALLART, F. **Cadeias dominadas**: Dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos. 2011, 187 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo 2011.
- MALLART, F. **Findas linhas**: Circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. 2019, 270 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019a.
- MALLART, F. O arquipélago. **Tempo Social**, v. 31, n. 3, p. 59–79, 2019b.

MALLART, F.; CUNHA, M. I. Introdução: As dobras entre o dentro e o fora. **Tempo Social**, v. 31, n. 3, p. 7–15, 2019.

MALUF, S. W. et al. Por dentro do Hospital Colônia Santana: Uma leitura etnográfica de prontuários psiquiátricos de mulheres internas nas décadas de 1940 e 1950. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 54–75, 2020.

MALVASI, P. et al. Saberes da encruzilhada: Militância, pesquisa e política no sistema socioeducativo. **Etnográfica**, v. 22, n. 1, p. 75–96, 2018.

MANSO, B. P.; DIAS, C. C. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 10–29, 2017.

MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro**: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. 2009, 127 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARQUES, A. “Liderança”, “proceder e “igualdade”: Uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**, v. 14, n. 2, p. 311–335, 2010.

MARQUES, A. Do ponto de vista do “crime”: Notas de um trabalho de campo com “ladrões”. **Horizontes Antropológicos**, v. 22, n. 45, p. 335–367, 2016.

MARQUES, R.; NASCIMENTO, F. E. M. Fazer-se Estado a partir das fronteiras: Circulação de corpos, objetos e significados entre os muros da prisão. **Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho**, v. 5901, n. 50, p. 249–270, 2019.

MCCORKEL, J. A.; MYERS, K. What difference does difference make? Position and privilege in the field. **Qualitative Sociology**, v. 26, n. 2, p. 199–231, 2003.

MELO, F. A. L. **As prisões de São Paulo**: Dinâmicas, fluxos e as implicações nas trajetórias de egressos prisionais. Uma perspectiva a partir do monitor preso de educação. 2012, 207 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MIRAGLIA, P. Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. **Novos Estudos**, n. 72, p. 79–98, 2005.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, n. 79, p. 15–38, 2010.

NADAI, L. **Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios**: O Instituto Médico Legal e suas tramas. 2018, 323 f. (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

OLIC, M. B. A casa está na mão de quem? Hierarquia e relações de poder no interior de Unidades de Internação destinadas a jovens infratores. **Cadernos de Campo**, v. 18, n. 18, p. 107–125, 2009.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo. In: **O trabalho do antropólogo**: Olhar, ouvir, escrever. São Paulo: Unesp, p. 17–35, 2000.

PADOVANI, N. C. **Sobre casos e casamentos**: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015, 400 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2019.

PEREIRA, R. C. M. **Narrativas do saber, práticas de poder**: Uma análise antropológica dos discursos e práticas de internação de jovens mulheres em Alagoas. 2018, 107 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

PICCOLO, F. D. Gramática nativa: Reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela. In: **As cidades e seus agentes**: Práticas e representações. Belo Horizonte; São Paulo: PUC Minas; Edusp, p. 330–352, 2006.

PIRES, A. F. **“A vida do crime é louca”**: As relações criminais em um complexo de favelas. 2018, 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

RODRIGUES, F. J. Tradições de agressividade, disciplina e sistema de internação de jovens em Alagoas (1980-2015). **Interseções**, v. 19, n. 2, p. 483–513, 2017.

RODRIGUES, F. J. Mercados ilícitos, ambivalências e agressividade: Condições estatais e mercantis de um circuito de bailes de reggae em periferias de Maceió, AL. **Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 199–227, 2019.

RODRIGUES, F. J. “Corro com o PCC”, “corro com o CV”, “sou do crime”: “Facções”, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, 2020.

RODRIGUES, F. J.; SILVA, A. R. B. DA; SANTOS, A. B. Notas sobre redes de proteção: Facção, família e crime em periferias urbanas de Alagoas. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 3, p. 2297–2316, 2020.

RODRIGUES, F. J. **Agressividade e marginalidade**: Tradições de violência e alianças faccionais nas periferias do estado e do mercado em Alagoas. In: Bittencourt, João (Org.) *Juventudes contemporâneas - desafios e expectativas em transformação*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

SÁ, L. A condição de bichão da favela e a busca por consideração: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 2, p. 339–355, 2011.

SANTOS, F. C. M. **Prisão e resistências**: Micropolítica da vida cotidiana em uma penitenciária para mulheres. 2016, 219 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, A. L. B. **As fronteiras mutantes do pecado**: Informalização erótico-religiosa, formação pastoral e o batismo de homossexuais na Igreja Batista do Pinheiro. 2017, 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia,

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

SANTOS, A. B. **As experiências de rupturas afetivas na família favorecem a aproximação dos adolescentes com práticas ilícitas e criminais?** 2018, 46 f. (Bacharelado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SCHEPER-HUGHES, N. **Death without weeping**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1992.

SCHUCH, P. **Práticas de justiça**: Uma etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. 2005, 345 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Boletim anual de estatística criminal: 2016**. Maceió.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Boletim anual de estatística criminal: 2017**. Maceió.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Boletim anual de estatística criminal: 2018**. Maceió.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Boletim mensal de estatística criminal: 2019**. Maceió.

SENA, L. L. Funcionalidade Moral: Gênero e diferença no tráfico ilegal de drogas. **Contemporânea**, v. 7, n. 2, 2017, p. 393–416.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SINHORETTO, J.; SILVESTRE, G.; MELO, F. A. O encarceramento em massa em são paulo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 83–106, 2013.

SINHORETTO, J.; MORAIS, D. S. Violência e racismo: Novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudios Sociales**, v. 64, n. 2, p. 15–26, 2018.

SIQUEIRA, B. L. I.; PAIVA, L. F. S. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 125–154, 2019.

TAETS, A. R. F. O dizível e o indizível: Narrativas de dor e violência em cárceres brasileiros. **Anuário Antropológico**, n. I, 2014 p. 169–194.

TEIXEIRA, C. P. **A construção social do “ex-bandido”**: Um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo. 2009, 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TEIXEIRA, A.; MATSUDA, F. E. Menoridade e Periculosidade: intersecções e

assujeitamentos. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 10–27, 2017.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: Nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173–191, 2007.

TELLES, V. S. Figurações da “guerra urbana”: Perspectivas Rio de Janeiro-São Paulo. **Novos Estudos**, v. 33, n. 3, p. 521–527, 2019.

TELLES, L. F. **Antes do baile verde**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VELOSO HIRATA, D.; CHRISTOPH GRILLO, C. Crime, guerra e paz: Dissenso político-cognitivo em tempos de extermínio. **Novos Estudos**, v. 38, n. 3, 2019, p. 553–571.

VIANNA, A.; FACUNDO, Á. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre “moradores de favelas” e “refugiados”. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 2, p. 46–50, 2015.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: Interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, 2017, v. 51.